**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

SUZANA ROZENDO BORTOLI

**Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vidas, práticas profissionais
com a população de rua e representações jornalísticas**

**SÃO PAULO
2016**

SUZANA ROZENDO BORTOLI

**Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vidas, práticas profissionais
com a população de rua e representações jornalísticas**

Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes/ Programa de
Pós-Graduação em Ciências da Comunicação para obtenção do
título de Doutora em Comunicação.

Área de Concentração: Estudo dos Meios e da Produção Mediática

Orientadora: Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama

**SÃO PAULO
2016**

BORTOLI, S. R. Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vidas, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas. Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes/ Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

À Rafaela Rozendo Bortoli, minha filha, meu grande amor.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Alice Mitika Koshiyama, por acreditar no meu projeto de pesquisa e por me aceitar como sua orientanda.

À professora Dra. Maria Otilia Bocchini e ao professor José Sterza Justo, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Ao meu irmão, Adriano Rozendo, pelas críticas construtivas ao trabalho.

Ao meu marido, Rafael Bortoli, por todo o apoio.

À Odete Rozendo, minha mãe, pelas dezenas de vezes que cuidou da Rafaela para que eu pudesse escrever a tese.

À Criselli Montipó, pela amizade e parceria, na vida e na academia.

Ao Renato Berg, meu amigo-irmão, que sempre me salva nas horas que eu mais preciso.

Aos meus primos José Luiz, Carmen, Nicole e Gisele Lopes, por me receberem em São Paulo com tanto carinho.

À Adriana Saraiva, Mariana Neme e Lieli Loures, pelas sugestões e revisões.

Ao PPGCOM- ECA/USP, pela oportunidade de estudo do curso de Doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa.

Aos entrevistados, que contribuíram para a realização da tese.

Aos familiares e amigos, que me incentivam a seguir carreira acadêmica.

A todos vocês, meu respeito e minha gratidão.

RESUMO

BORTOLI, S. R. Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vidas, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas. 2016. 217f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabalho é um estudo sobre mulheres adultas em situação de rua, os profissionais que cuidam delas e a cobertura jornalística sobre essa temática. As mulheres em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro são minoria se comparadas ao contingente masculino. De acordo com o Censo População de Rua 2013 “Um Direito à Cidade”, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, dos 5.580 desabrigados do município, apenas 18,2%, ou seja, 1.044 eram mulheres. Partindo da hipótese de que as notícias divulgadas na grande mídia sobre as mulheres em situação de rua causam o descontentamento delas e de especialistas, esta pesquisa teve como objetivo principal desvendar o posicionamento das mulheres adultas em situação de rua e o dos profissionais que trabalham com elas acerca do jornalismo e das notícias que tratam sobre a situação de rua. A metodologia do trabalho comportou um levantamento bibliográfico, entrevistas semiabertas com mulheres em situação de rua e profissionais (MANZINI, 2004) e análise de conteúdo de matérias jornalísticas (BARDIN, 1970). O trabalho tem quatro partes. A primeira traz o relato das entrevistas de 15 mulheres adultas em situação de rua contactadas em Unidades de Reinserção Social (URS) da cidade do Rio de Janeiro. A segunda parte revela os profissionais e suas trajetórias com a população de rua; discorre sobre as abordagens feitas pelas equipes de ordenamento urbano na cidade do Rio de Janeiro e sobre a vida regrada nos abrigos públicos aos quais as mulheres desabrigadas são destinadas. O terceiro capítulo avalia a compreensão que as mulheres têm a respeito da cidadania e expõe as teorias sobre notícias, jornalismo e jornalistas. A seguir, foi exposto o que os dois grupos entrevistados compreendiam ser o jornalismo e as notícias que viam nos meios de comunicação. No quarto capítulo, analisou-se algumas notícias sobre população em situação de rua coletadas de 2007 a 2015 nos jornais *online Extra* e *O Globo*, publicações citadas pelos entrevistados e que serviram para detectar as percepções dos entrevistados a propósito da cobertura de mídia mais adequada sobre o fenômeno da situação de rua. Neste capítulo, também foram trabalhadas as expectativas das entrevistadas sobre o futuro, suas realizações, frustrações, medos e anseios de vida. Concluiu-se que os profissionais que trabalhavam com população de rua acreditavam que as notícias sobre o assunto causavam desserviços, enquanto a maioria das mulheres em situação de rua, pela suas condições de vida, não tinham acesso aos meios de informação que permitissem avaliar notícias jornalísticas.

Palavras-chave: mídia; jornalismo; cidadania; mulheres adultas em situação de rua; Rio de Janeiro

ABSTRACT

BORTOLI, S. R. **Homeless Women and the Media: Life Histories, professional practices with the homeless and their journalistic representation.** 2016. 217f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This is a study about homeless women, the professionals that care for them, and the media coverage of this theme. Homeless women in the city of Rio de Janeiro are the minority of the homeless population. According to the Homeless Population Census 2013 “A Right to the City”, carried out by the Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, out of 5,580 homeless people in the municipality, only 18.2% (1,044 individuals) were women. Starting from the premise that all the news items about homeless women cause discontent amongst these women and of specialists in the subject, this research had the main goal of uncovering the position of homeless women, and the professionals that work with them, about the news items that deal with homelessness. The methodology of the work reviewed bibliography, carried out semi-open interviews with homeless women and professionals, (MANZINI, 2004) and analysed the content of media coverage (BARDIN, 1970). The work consists of four parts. The first brings a report of 15 interviews with homeless women contacted in Units of Social Reintegration (Unidades de Reinserção Social—URS) of Rio de Janeiro. The second part reveals the professionals and their work history with the homeless; it relates the work approach of the teams of urban ordering of Rio de Janeiro and the rules of public shelters to which homeless women go. The third part evaluates the understanding these women have about citizenship and discusses theories about news, journalism and journalists. Then, it is shown what the two groups that were interviewed understood of journalism and the news in the media. The fourth part analyses some news items about homeless people collected between 2007 and 2015 in the newspapers *Extra* and *O Globo*, publications that were cited by the people interviewed and which served to detect the perceptions of those interviewed about the media coverage more adequate about the phenomenon of homelessness. This section also deals with the expectations about the future, their expectations, achievements, frustrations, fears, and desires in life. We conclude that the professionals that worked with the homeless believed that the media coverage of the issue causes damage, while most of the homeless women, because of the living conditions, did not have access to the media and were unable to evaluate the news coverage.

Keywords: media; journalism; citizenship; homeless women; Rio de Janeiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cor da pele das entrevistadas	52
Gráfico 2 - Idade das mulheres em situação de rua	53
Gráfico 3 - Grau de escolaridade das mulheres em situação de rua	54
Gráfico 4 - Percentual de mulheres que recebem Bolsa Família	55
Gráfico 5 - Relação entre grau de escolaridade e trabalho	57
Gráfico 6 - Mulheres em situação de rua e o uso de álcool ou outras drogas.....	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de Alessandra em página de rede social	50
Figura 2 - Reportagem sobre a “Operação Cata-Mendigo”	105
Figura 3 - Reportagem sobre a Fazenda Modelo	112
Figura 4 - Matéria sobre a morte de um bebê na Fazenda Modelo	113
Figura 5 - Reportagem sobre a retirada de pessoas das ruas e o centro de acolhimento	115
Figura 6 - Reportagem sobre a venda de droga próximo ao abrigo	118
Figura 7 - Foto que ilustrou a notícia sobre o fim da Fazenda Modelo	123
Figura 8 - Casas para pessoas em situação de rua em Merton	126
Figura 9 - Casas para pessoas em situação de rua em Merton	126
Figura 10 - Nota do jornal online O Globo	177
Figura 11 - Título da reportagem	179
Figura 12 - População de rua mostrada como degradação urbana	179
Figura 13 - Notícia sobre mulher baleada em Copacabana	181
Figura 14 - Notícia sobre a morte de uma mulher	181
Figura 15 - Nota sobre mulher baleada	182
Figura 16 - Foto que ilustra a notícia sobre mulher agredida	183
Figura 17 - Notícia sobre um parto realizado na rua	184
Figura 18 - Reportagem sobre Aniele	185
Figura 19 - Matéria sobre Jéssica, a “mendigata”	186
Figura 20 - A família de Rodrigo	188
Figura 21 - O Natal dos sem-teto	189

SUMÁRIO

POR QUE FIZ A PESQUISA?	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETO DE ESTUDO E HIPÓTESE	21
1.2 JUSTIFICATIVA.....	21
1.3 OBJETIVOS	22
1.4 METODOLOGIA	22
1.5 AS ENTREVISTAS	24
2 AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS HISTÓRIAS	25
2.1 HISTÓRIAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	26
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	52
2.3 DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS COM AS MULHERES	59
2.4 PRECONCEITO COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	67
3 APRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, ORDEM E ABRIGAMENTO	76
3.1 OS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM COM POPULAÇÃO DE RUA.....	76
3.2 ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO	103
3.3 ABRIGAMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	109
4 CIDADANIA E JORNALISMO	127
4.1 VOCÊ SE CONSIDERA UMA CIDADÃ?	127
4.2 O JORNALISMO, AS NOTÍCIAS E O JORNALISTA	135
4.3 O QUE É JORNALISMO PARA AS MULHERES E OS PROFISSIONAIS	142
5 O QUE DIZEM E O QUE MAIS PODERIAM DIZER	151
5.1 POSICIONAMENTO DAS MULHERES E DOS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO ÀS NOTÍCIAS SOBRE POPULAÇÃO DE RUA	151
5.2 O QUE DIZEM OS JORNAIS?	177
5.3 O QUE MAIS PODERIAM DIZER? AS PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS	190
5.4 LEMBRANÇAS E SONHOS	193
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	207

POR QUE FIZ A PESQUISA?

Desde criança, sempre tive curiosidade pelas vidas que passavam e viviam pelas ruas. No primeiro ano do curso de jornalismo, em 2005, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), minha turma teve a missão de produzir um jornal laboratório (*Projétil*) para a disciplina de Redação, ministrada pelo professor doutor Jorge Kanehide Ijuim. Depois de pensar em milhares de pautas, escrevi o texto “Muito além dos is”.

A reportagem falava de Vitor, uma “lenda viva” da UFMS. Embora tivesse casa e não fosse universitário, Vitor era um rapaz que circulava pela faculdade. Estava lá todos os dias, nos três turnos, andando com dificuldade pelos corredores, cumprimentando a todos, babando, rindo, tomando suco e balbuciando apenas uma vogal: iiiii. Muitas estórias circulavam nas “rodinhas acadêmicas” sobre o que havia acontecido para o rapaz ter ficado daquele jeito. A fim de acabar com o mistério, resolvi investigar. Fui atrás da mãe dele, entrevistei seus professores, conheci sua casa, sua rotina, sua história. Depois de publicada, a matéria se tornou tão popular quanto o próprio personagem. Isso porque, religiosamente, Vitor pegava uma centena de exemplares, colocava dentro de um saco plástico, jogava o material nas costas e, sem cerimônia, interrompia as aulas para distribuir um jornal para cada aluno. Os professores deixavam, afinal, ele era “celebridade” entre os acadêmicos da UFMS.

No curso de Direito, inclusive, ele pedia para os professores engravatados lerem “sua matéria” em voz alta, porque, sempre no final da leitura, recebia aplausos da turma e simulava um choro de emoção. Vitor nascera com paralisia cerebral, por complicações no parto. A matéria foi a oportunidade de as pessoas saberem que ele era muito mais que um menino que andava desengonçado: seu sobrenome era Vareiro, ele fazia aulas de pintura, teatro e dança. Tomava tereré com os amigos, jogava capoeira, gostava de nadar, ouvia músicas românticas, não gostava de legumes, frequentava o *shopping* e ia assiduamente à igreja. Esse episódio fez-me refletir que um simples exercício da futura profissão tinha sido suficiente para desmistificar e aclarar tantas coisas para tantas pessoas em tão pouco tempo.

Mas foi outra situação que impulsionou minha escolha dos sujeitos de pesquisa. Em 2005, dentro de um ônibus interestadual, sentei-me ao lado de um simpático “morador de rua”. Ele não estava sujo, não tinha mau cheiro, não estava alcoolizado e não estava com a barba e as unhas compridas. Seu Nivaldo possuía apenas uma mochila, uma muda de roupas, uma escova

de dentes, um creme dental, um sabonete, um desodorante, alguns trocados que serviram para pagar o nosso lanche (ele fez questão de pagar o meu!), uma pequena bíblia e muitas passagens rodoviárias. Algumas, inclusive, ele me deu para guardar de recordação, junto com uma foto 3X4 e três bilhetes de loteria em que ele havia apostado e ainda faltava sair o resultado. As cinco horas de conversa da viagem foram suficientes para que eu conhecesse o que havia motivado aquele aposentado a abandonar a família e circular sem rumo pelo Brasil: ele, evangélico fervoroso, decidiu sair de casa quando o filho mais velho e a esposa resolveram ganhar a vida traficando drogas. O diálogo serviu, sobretudo, para romper com um arraigado estigma que eu tinha sobre as pessoas que viviam nas ruas.

No último ano de faculdade, pensando sobre o que fazer de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), lembrei-me de Seu Nivaldo. E, então, tive um *insight*: produzir um documentário sobre a população em situação de rua de Campo Grande/MS. Foram muitas madrugadas de gravação que resultaram no documentário “Droga de Rua¹”. Recém-formada, fui para o mercado de trabalho e atuei no telejornalismo e em assessoria de imprensa. Depois de um ano trabalhando em TV, tive a convicção de que não era esse o campo de atuação que queria para minha vida e minha carreira profissional. No entanto, a experiência prática foi fundamental para adquirir maturidade e compreender melhor os processos jornalísticos antes de voltar à vida acadêmica.

Então, em 2010, iniciei no Programa de Mestrado em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e busquei um tema que, para mim, fosse interessante de pesquisar e, ao mesmo tempo, estivesse relacionado com a área de pesquisa ao qual eu estava inserida. Depois de várias conversas com meu orientador, o professor doutor Mauro César Silveira, elegi uma reflexão sobre o jornalismo presente em dois *street papers* (jornais ou revistas vendidos por pessoas em situação de risco do mundo inteiro): na revista *Hecho en Buenos Aires*, da Argentina e a *Ocas*”, do Brasil, com destaque para as colunas *Prensa del Asfalto* e *Cabeça sem Teto*. Meus objetivos foram verificar se essa produção representava um outro tipo de jornalismo, diferente das categorias existentes, e se havia a efetiva participação dos vendedores sem-teto em sua elaboração.

Já no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), em 2013, participei de um curso de extensão “Cotidiano da

¹O documentário completo está disponível em:<
<http://suzanarozendo.blogspot.com.br/search?q=DROGA+DE+RUA>>. Acesso em: 16 out. 2015.

população em situação de rua: violação de direitos, políticas e metodologia de atendimento", promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum de População em Situação de Rua, e tive contato com profissionais das mais diversas áreas que trabalhavam diretamente com os meus "sujeitos de pesquisa". Médicos, enfermeiros, policiais, psicólogos, assistentes sociais. Naquele meio, eu era a única jornalista, mas meu interesse ali era como pesquisadora. Percebi, nas aulas, depoimentos de situações peculiares que permeavam a vida das mulheres em situação de rua, além de uma dose de ceticismo dos profissionais em relação à mídia noticiosa. Comentários como "o que adianta a gente fazer isso se o jornal vai mostrar o contrário?" foram ditos ao longo dos meses de curso. Tais comentários influenciaram minha escolha do novo recorte de pesquisa.

Toda essa explanação foi necessária para explicar o lugar da minha fala e o que me motiva a estudar esse tema. Primeiro, a atração antiga por indivíduos que vivem e circulam pelas ruas e pelos espaços públicos, e que sofrem preconceitos, injustiças e estigmas sociais. Mulheres em situação de rua, portanto, são a minoria de uma minoria; as excluídas dos excluídos. Depois, a forte crença no poder transformador do jornalismo, que pode desvendar enigmas e quebrar estigmas. Paradoxalmente, soma-se a isso o descontentamento com os relatos jornalísticos acerca dessa temática, sobretudo da grande mídia, observados com olhar aguçado: matérias que reproduzem o senso comum, que afirmam as políticas públicas de higienização e segregação ou notícias que selecionam uma parte para classificar o todo. Ou seja, se por um lado a motivação foi a admiração pela profissão, por outro foi a insatisfação com o jornalismo que nega o seu papel primordial de informar a verdade e promover a cidadania.

Enfim, muitas curiosidades: as pessoas em situação de rua se interessam por consumir notícias? Será que elas têm acesso à mídia? Como elas se informam? Como elas imaginam que sejam as notícias relacionadas a pessoas em situação semelhante a delas? A mídia fala dos problemas que ocorrem com as mulheres em situação de rua? E os profissionais (que lidam com essa população) que têm acesso à rádio, TV, jornal, internet em casa, enxergam a mídia como aliada de seus ofícios? Várias outras questões surgiram na escrita deste estudo.

1 INTRODUÇÃO

“Como é gostoso um chuveiro. O chuveiro vai limpando a gente por dentro e por fora. Nunca tive um chuveiro. Nunca tive uma cama e uma casa de verdade. Agora, sim, tenho o meu chuveiro, tenho a minha cama, tenho a minha casa” (ORTIZ, 2001, p.19). É com a citação de Esmeralda Ortiz, que viveu a infância, a adolescência e parte da vida adulta nas ruas, que damos início a este trabalho. O depoimento da jornalista, que atualmente trabalha na *Rede Globo*, é emblemático ao mostrar que o simples fato de poder tomar um banho dignamente é algo de extrema valia para quem não tem onde morar.

A errância, que caracteriza a situação de rua, sempre esteve presente nas cidades, desde o mundo antigo. Em todas as épocas, esse fenômeno foi provocado por uma combinação de fatores: econômicos, políticos e sociais (FRANGELLA, 2004). De acordo com Frangella (2004), a partir da Idade Média, esse público passa a viver em volta dos feudos e buscar ajuda da igreja. Já nesse período, começam a ser classificados como vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados e sem domicílio fixo.

Maria Lucia Lopes da Silva (2009), baseada no pensamento de Marx e Engels sobre a cidade ocidental moderna - local de produção capitalista e exploração do trabalhador -, explica que o fenômeno da população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, quando os camponeses foram desapropriados de suas terras sem que as indústrias das cidades os absorvessem com a mesma amplitude. Isso acabou gerando um “exército industrial de reserva”.

No Brasil, a população de rua passou a ser reconhecida como um problema de saúde pública com a chegada da Coroa Portuguesa no século XIX. Políticas de higienização dos espaços urbanos iriam estratificar esse público, inserindo-o em instituições especializadas, como orfanatos, hospícios, asilos de velhos e prisões (COSTA, 1989).

Alguns acontecimentos históricos foram determinantes na gênese da população de rua no País, a exemplo da abolição da escravidão, com a assinatura da Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888. O fim da escravidão produziu desabrigados em massa e, no fim do século XIX e no início do XX, a migração de famílias negras em direção aos centros urbanos esteve sempre associada à criminalidade. A ideia de vadiagem que se tinha dos ex-escravos servia para vigiá-los. Desse

modo, no período pós-abolição, para controlar o ex-escravo, o Estado brasileiro criou a “lei da vadiagem”, que consistia em prender qualquer cidadão que estivesse vagando pela rua ².

Dentro do espaço urbano brasileiro, esse público - que vive deslocado do modo tradicional de habitação em espaço privado – carrega um estereótipo clássico: “roupa esfarrapada, pele encardida com dermatoses, às vezes abrindo em feridas, corpo marcado por cicatrizes; unhas das mãos e dos pés enegrecidas, compridas e, por vezes, deformadas; dentes em parte caídos, em parte cariados; cabelos ensebados e olhos congestionados” (MAGNI, 1994, p.134). Nos últimos anos, porém, o perfil do tradicional “morador de rua” tem mudado e, muitos deles, não são nem reconhecidos como tais.

Até algumas décadas atrás, o assunto “população de rua” não era muito debatido no País. O tema entrou na pauta política apenas em 2009, quando foi criada, no Brasil, a Política Nacional para a População em Situação de Rua³ cujos princípios e objetivos estão previstos no Decreto Nº 7.053, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O tema, entretanto, não é novidade e sempre inspirou grandes pensadores ao longo da História, a exemplo de Victor Hugo, autor de *Les Misérables*⁴.

Convém lembrar, também, de “O povo do Abismo”, um livro-reportagem sobre o submundo social dos excluídos da Londres do começo do século XX, escrito por Jack London e publicado em 1903. Tendo crescido em um período de grandes transformações capitalistas, de

² Disponível em:< http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/abolicao_a_igualdade_que_nao_veio.html>. Acesso em: 31 out.2015.

³ Dentre os objetivos desta Política estão: assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos. São princípios desta Política: igualdade, equidade, respeito à dignidade da pessoa humana, direito à convivência familiar e comunitária, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado; e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. Nas diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, dentre outras coisas, são citadas a responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento, democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos, articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, e; implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional. O texto do Decreto pode ser conferido na íntegra em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 11 set. 2013.

⁴*Os Miseráveis* é um romance francês que foi publicado em 1862 em diversos países. A narrativa trata de questões sociais, tais como miséria, opressão, pobreza, bondade e arrependimento, e tem como personagem principal Jean Valjean, um ex-prisioneiro, que, marcado por esse rótulo, não conseguia emprego nem hospedagem. Para fugir do estigma, Jean precisou mudar de nome. Victor Hugo também trata, nessa obra, da questão da degradação da mulher pobre, por meio da personagem Fantin.

substituição do trabalho humano pela máquina, desde menino, London passou por inúmeras dificuldades financeiras. Antes de viver a extrema pobreza, o próprio autor acreditava que as pessoas viviam nas ruas por gosto ou por que eram vagabundas. Apesar de também usar dados apresentados pelos jornais britânicos em sua obra, Jack London sabia que a imprensa não poderia fazer um bom trabalho sobre as pessoas que dormiam pelas ruas do império britânico. Desse modo, passando-se por desabrigado, narrou como viviam os miseráveis de Londres. “Queria ser convencido pela evidência dos meus olhos, e não pelos ensinamentos de quem não havia visto, ou pelas palavras dos que tinham visto e ido até lá anteriormente” (LONDON, 2004, p.65).

Assim como London saiu explorando o *East End*, nove décadas mais tarde, no Brasil, a jornalista Rebeca Kritsch, juntamente com o fotógrafo Vidal Cavalcante, passou cinco dias nas ruas da cidade de São Paulo vivendo como uma sem-teto, mendigando, reciclando latas e, até mesmo, embriagando-se para perder a vergonha de pedir esmola. A experiência resultou na reportagem “Viver nas ruas de São Paulo”, publicada no dia 3 de setembro de 1995, no *Caderno Cidades*, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Para realizar esse trabalho, a dupla inventou uma história: eles seriam um casal recém-chegado à capital paulista. Ela estaria grávida e teria sido expulsa de casa; ele seria um fotógrafo cearense desempregado, que ainda possuía sua câmera fotográfica profissional. Ambos usaram roupas velhas e sujas, passaram fuligem no pescoço e começaram essa experiência na fila de distribuição de sopa de uma comunidade católica. A reportagem de quatro páginas, narrando toda essa história, rendeu à Rebecca o *Prêmio Esso de Reportagem* de 1995⁵.

No cenário artístico brasileiro, várias obras foram elaboradas acerca da população de rua nos últimos anos. O documentário “À margem da imagem⁶” (2003), dirigido por Evaldo

⁵ Disponível em: http://www.premioexxonmobil.com.br/site/premio_principal/index.aspx?year=1995. Acesso em: 23 ago. 2015.

⁶Um dos personagens do filme é Raimundo Arruda Sobrinho, de mais de 73 anos, vinte deles vividos no canteiro central da Avenida Pedroso de Moraes, na cidade de São Paulo. Nascido no Tocantins, Raimundo foi para a capital paulista, na década de 1960, para estudar o Ensino Médio. No começo, morava na casa de amigos, depois trabalhou como vendedor de livros e jardineiro, mas o que recebia não era suficiente para pagar o aluguel de um quarto e ele acabou indo para as ruas. Nessa mesma época, cessou a comunicação com sua família. No documentário, ele aparece em vários trechos, de barbas e cabelos compridos, falando coisas desconexas. Entretanto, a vida de Raimundo mudou quando Shalla Monteiro cruzou seu caminho e criou um perfil no *Facebook*, em agosto de 2011, para divulgar suas poesias. A publicitária era uma das simpatizantes do poeta e sempre ganhava minipáginas com escritos do amigo, que, até hoje, assina os textos com o pseudônimo de “O Condicionado”. Menos de um mês depois, Francisco, um dos irmãos de Raimundo, que vive em Goiânia (GO), deparou-se com o perfil na Internet e, imediatamente, entrou em contato com Shalla, que passou todas as informações para o reencontro deles. Após alguns dias, Francisco foi até o canteiro central da Avenida Pedroso de Moraes para “resgatar” o irmão poeta. Shalla

Mocarzel, mostra as rotinas de sobrevivência dos sem-teto do município de São Paulo. Do mesmo modo, o documentário “Nossos Mortos” (2013), produzido e dirigido por David Vega, apresenta depoimentos diversos de pessoas em situação de rua da mesma cidade.

Baseado em fatos reais, o filme “Topografia de um desnudo” (2009), de Teresa Aguiar, conta a história de limpeza social, que ocorreu no Rio de Janeiro entre os anos de 1962 e 1963, durante o governo de Carlos Lacerda, em função da visita da rainha Elizabeth II. Cerca de 30 pessoas desapareceram nessa Operação, conhecida como “Mata-Mendigos”. Quem morava no lixão próximo ao Rio Guandú era considerado inimigo das ideias do governo e, por isso, era perseguido. Silva (2013) conta que uma construtora, com a ajuda do Departamento de Repressão à Mendicância – DERMEN, do Governo do Estado da Guanabara, queria, a qualquer custo, expulsar os moradores daquele local. “Com este objetivo, começaram a assassinar os chamados mendigos, torturando-os e jogando-os, às vezes vivos, outras vezes mortos, no Rio Guandu” (SILVA, 2013, p.340). Essa tortura teve repercussão midiática nacional e internacional, mas com o Golpe Militar de 64, os inquéritos foram arquivados e o episódio ficou pouco conhecido na História do País. Curiosamente, a visita da rainha Elizabeth II ao Rio de Janeiro acabou acontecendo apenas em 1968.

A temática da população de rua também inspirou a criação de peças teatrais, a exemplo de “Mucurana, o Peixe”, dirigida por Carlos Carvalho; “Pobres de Marré”, do Grupo Carmin e direção de Henrique Fontes e “No escuro do sol”, de Luiz Paixão. Parece-nos razoável mencionar que o assunto virou até diálogo da elitista telenovela “Amor à vida”, da *Rede Globo*. No dia 26 de dezembro de 2013, o capítulo era sobre a acolhida de Félix – que havia sido expulso de casa - por Márcia, uma ex-chacrete que tinha sido sua babá na infância. Jonatas, filho do protagonista na trama, conversando com a avó e com a bisavó, disse que se não fosse a ajuda de Márcia, seu pai teria virado um “morador de rua”, assim como um famoso jogador da seleção brasileira de futebol havia se tornado um sem-teto em Portugal⁷.

mantém contato periodicamente com Raimundo e continua atualizando o perfil dele no *Facebook*. Também chamado de “poeta da vida”, o homem, atualmente, vive com seus familiares, tem milhares de seguidores nas redes sociais, lançou um livro e participou de diversos programas de televisão brasileiro, tais como “Encontro com Fátima Bernardes”, da Rede Globo (<http://globotv.globo.com/rede-globo/encontro-com-fatima-bernardes/v/seu-raimundo-le-texto-proprio-no-programa/3239325/>). O filme de Evardo Mocarzel está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Dhg7UYd998c>>. Acesso em: 20 out. 2014.

⁷ Trata-se de Perivaldo Lúcio Dantas, que fez parte do time na década de 1980, e foi encontrado perambulando pelas ruas de Lisboa. Antes de o assunto ter sido mencionado na ficção, a matéria sobre Perivaldo havia sido exibida no

Não são apenas brasileiros – da ficção e da vida real - que mudam radicalmente de vida devido a algum infortúnio. Uma campanha realizada pela *Impact Homeless*, organização sem finalidade lucrativa, da cidade de Orlando/Estados Unidos, divulgou, por meio de uma peça publicitária, como, de uma hora para outra, a vida das pessoas pode mudar. A ONG produziu um vídeo com desabrigados segurando cartazes com frases de conquistas pessoais, tais como: “Eu construí robôs”; “Eu era *personal trainer*, acredite ou não”; “Eu cheguei a ter uma bolsa para jogar baseball”; “Eu sou sem-teto e eu tenho um trabalho”; “Eu sou um *geek* [fã de tecnologia] dos computadores”; “Eu fui patinadora”; “Eu entrei em uma escola de modelos”; “Eu estive no time dos *Buffalo Bills* [de futebol americano] entre 1998 e 2000”; “Eu e meu filho escapamos da violência doméstica”⁸.

Além dos meios artísticos, políticos, sociais e filantrópicos, a situação de rua alcançou ambientes acadêmicos. Por diversos ângulos, esse público tem sido estudado em trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses por pesquisadores das mais variadas áreas: Serviço Social (“Trabalho e populações em situação de rua no Brasil”, de Maria Lucia Lopes da Silva e “Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais”, de Izalene Tienne); Enfermagem (“Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida”, de Anderson da Silva Rosa); Terapia Ocupacional (“Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua”, de Roseli Lopes; Patrícia Borba e Tiy Reis); Saúde Pública (“Olhares entrecruzados: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo”, de Gisele Aparecida Dias Franco Arrunátegui Gadf); Linguística (“O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico”, de Theresa Christina Jardim Frazão; “Discurso institucional e identidades de moradores de rua: representações na mídia escrita”, de Denize Elena Garcia da Silva), Ciências Sociais (“Moradores de rua: uma questão social”, de Camila Giorgetti), Jornalismo (*Street Papers*: um outro tipo de jornalismo na América Latina?, de Suzana Rozendo; “Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua”, de Jussara Mendes e Sandra Silveira; “Morador de Rua: Da questão social para a questão midiática”, de Delano Augusto Corrêa de Almeida) etc. Todos esses estudos ajudaram a compreender este novo trabalho.

programa do *Fantástico* em novembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/11/ex-jogador-da-selecao-brasileira-vira-morador-de-rua-em-lisboa.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.

⁸ Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2014/08/moradores-de-rua-mostram-cartazes-que-provam-que-tudo-pode-mudar-na-sua-vida/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

Sabemos que a história das pessoas em situação de rua é marcada por rupturas e/ou desvios de uma vida considerada “normal”. Conceituamos aqui mulheres em situação de rua como aquelas despossuídas de um imóvel próprio, alugado ou emprestado; que utilizam o espaço público como abrigo, eventualmente ou constantemente; mulheres sem ou com frágeis vínculos familiares (de modo que nenhum parente aceite conviver com elas na mesma residência); que necessitam de assistência social ou ajuda de caridade para se alimentar, dormir e se higienizar; que pernoitam em albergues, abrigos, hotéis, pensões, repúblicas ou casas de convivência; pessoas descomprometidas com os deveres do cidadão e desamparadas quanto aos seus direitos (FRAZÃO, 2010); que, na rua, convivem com a indiferença, a discriminação e o desprezo; que conseguem passar despercebidas, mesmo estando bem visíveis (TIENE, 2004). São mulheres discriminadas ou, muitas vezes, perseguidas, com baixo poder de expressão e representação política (DANTAS, 2007).

Martha de Abreu Esteves (1989) *apud* Silva (2011) ao descrever o cotidiano no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, lembra que a mulher, desde a infância, foi criada e educada para ser mãe, cuidadora do lar e esposa. A ela era destinado o confinamento doméstico. Segundo a autora, ainda no início do século XX, a mulher circulava pouco pela rua e quando o fazia, era acompanhada pelo marido, se casada, ou pelos pais, se solteira. “Desta forma, o homem era detentor de maior liberdade para frequentar a rua, pois sua formação exigia que fosse adestrado para o trabalho, que soubesse lidar com tudo o que pudesse ser encontrado nos espaços públicos” (SILVA, 2011, p.4). As mulheres em situação de rua, portanto, também são caracterizadas por romper a fronteira do confinamento doméstico e desviar a imagem imaculada de “mulher honesta”, mãe e esposa dedicada.

Importante destacar que, em detrimento a termos pejorativos, como mendigos e pedintes, neste trabalho será priorizada a expressão “pessoas em situação de rua”. De acordo com Mattos (2006), é preferível utilizar “pessoas”, no plural, para destacar não só aquilo que as iguala, mas também o que as diferencia; “em situação de” para evidenciar o caráter transitório e passageiro da situação de rua como condição social e “rua” para mostrar a relação dialética com a casa. Também serão usados outros termos a fim de evitar repetições, a saber: população de rua, marginalizados, desabrigados e sem-teto.

Oportuno destacar que, dentro desse grupo populacional, existe uma categoria com características peculiares: são os trecheiros e as trecheiras: indivíduos que viajam sem nenhum

propósito definido, assumem o modo itinerante ou errante de viver, visitam a cidade em que desembarcam e procuram auxílio da assistência social do município para prosseguir o trecho. Justo *et al* (2013) explica que os próprios munícipes não desejam que essas pessoas se fixem na cidade e combatem-nas “por considerar esse modo de vida indigno”(JUSTO *et al*, 2013, p. 115). Por se tratar de uma população extremamente itinerante, que transita pelas estradas afora do espaço urbano, tal clientela não fez parte do presente trabalho.

Uma pesquisa realizada pelas Nações Unidas, em 2005, apontava a estimativa de 100 milhões de pessoas desabrigadas em todo o mundo e cerca de 1 bilhão de pessoas sem moradia adequada⁹. Para se ter uma ideia da distribuição desses números pelos países, em toda a Europa há cerca de três milhões de pessoas vivendo nas ruas. Nos Estados Unidos, as pesquisas indicam 60.352 desabrigados em Nova Iorque e mais de 57 mil sem-teto em Los Angeles. Na América Latina, São Paulo e Buenos Aires empatam com 15 mil crianças e adultos em situação de rua. Na Hungria, dormir nas ruas é considerado crime, ainda assim, em Budapeste há 10 mil sem-teto. Na cidade do México, esse número chega a 30 mil, sendo 15 mil menores de 18 anos. Em Mumbai, na Índia a população de rua chega a 25 mil. E, no topo da lista, está a cidade de Manila, nas Filipinas, com 70 mil pessoas sem domicílio¹⁰.

Já o Censo População de Rua 2013 “Um Direito à Cidade”, feito pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na cidade do Rio de Janeiro (SMDS/RJ), apontou que das 5.580 pessoas entrevistadas em dez regiões da capital (Centro, Zona sul, Engenho Novo, Bonsucesso, Madureira, Irajá, Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz), 4.564 (81,8%) eram homens e 1.016 (18,2%) mulheres, sendo 70% deles adultos (entre 25 a 59 anos) e 17,5% jovens (entre 18 a 24 anos)¹¹. Os números são da SMDS porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar da importância de suas estatísticas econômicas e sociais,

⁹ Disponível em: <<https://www.homelessworldcup.org/homelessness-statistics/>>. Acesso em: 15 out. 2015. Trad. nossa.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.therichest.com/rich-list/poorest-list/the-15-most-homeless-cities-in-the-world/>>. Acesso em: 16 out. 2015. Trad. nossa.

¹¹ A edição de março de 2014 do jornal *O trecheiro*, que trata de questões relacionadas à população em situação de rua, criticou as pesquisas realizadas sobre o perfil desse público no Brasil, tomando como base a “Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua”, divulgada em abril de 2008, e realizada Ministério de Assistência e Desenvolvimento Social. O estudo apontou um percentual de 18% de mulheres vivendo em vias públicas de várias cidades brasileiras. Segundo os editores, esses censos não estabeleceram parâmetros comuns para que os resultados sejam comparados. “Apesar de as pesquisas não indicarem, é visível o crescimento do número de mulheres nas ruas. Na realidade, essa é uma questão relegada a um segundo plano, agravada ainda mais porque os resultados de pesquisas não têm representado oportunidades para a criação de políticas públicas para a população de rua, particularmente, para as mulheres” (EDITORIAL O TRECHEIRO, 2014, p.2).

que servem para subsidiar as atividades de planejamento governamental, não realiza a contagem da população de rua por não ter uma metodologia apropriada para as estatísticas de quem não tem domicílio fixo.

Para atender a essa demanda, o município conta com inúmeros abrigos e albergues públicos, porém, as vagas, nesses locais, não são suficientes para a enorme quantidade de desabrigados.

Os motivos pelos quais algumas mulheres passam a viver nas ruas são diversos. Englobam desde drogadição, adoecimento, dívidas, desastres ambientais, incêndios residenciais, perda de emprego, brigas familiares, etc. Na cidade do Rio de Janeiro, somam-se outros fatores contemporâneos comuns a grandes metrópoles, principalmente a valorização imobiliária. Pesquisas indicam que o aluguel residencial no município é o mais caro do Brasil e é o terceiro mais caro do mundo.

Outro fator são os problemas da mobilidade urbana e a distância do local de trabalho. Segundo dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE, depois de São Paulo, é no Estado do Rio de Janeiro onde as pessoas perdem mais tempo se deslocando de casa para o trabalho, podendo chegar esse tempo a quatro horas de viagem em transportes públicos superlotados. Assim, muitas vezes, é preferível dormir nas ruas próximas ao emprego durante a semana a chegar à residência tarde da noite, ter de limpar, lavar, passar, cozinhar para, após um breve repouso, acordar de madrugada para trabalhar. Davis (2006) relata que a distância do trabalho e da moradia aborda uma grande parcela de moradores do Terceiro Mundo. “Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, em uma feira livre ou estação de trem – é ainda mais importante do que o teto” (DAVIS, 2006, p.39).

A pesquisa de Dantas (2007) indica que Campo Grande e Bangu, bairros do Rio de Janeiro que mais originam população em situação de rua, concentram pessoas que constantemente se deslocam para regiões mais favorecidas da cidade buscando alguma forma de trabalho e renda, “muitas vezes pernoitando nestas regiões devido à distância e à dificuldade em pagar a passagem de volta para suas residências” (DANTAS, 2007, p.54).

No caso específico das mulheres, algumas vezes, a violência doméstica é maior que nas ruas e a única “opção” é o abandono do lar. Uma notícia divulgada no jornal *O Globo*, em julho de 2015, revela que os hospitais das redes pública e privada de saúde do Estado do Rio de

Janeiro atenderam, desde 2010, 812 casos de suspeita de tortura em ambiente doméstico, sendo 690 casos (85% do total) de tortura contra as mulheres¹².

Importante observar que, no Rio de Janeiro, existe uma parcela da população de rua que é considerada “fugitiva do tráfico”: por imposição dos chefes do tráfico de drogas, muitas pessoas são expulsas de suas comunidades e ficam impedidas de voltarem para as suas residências (DANTAS, 2007).

1.1 OBJETO DE ESTUDO E HIPÓTESE

Elegemos como objeto de estudo desta pesquisa o posicionamento que as mulheres adultas em situação de rua e os profissionais de diversos setores que lidam diretamente com elas têm sobre o jornalismo.

Partimos da hipótese de que os assuntos divulgados na grande mídia sobre as mulheres em situação de rua causam o descontentamento delas e dos profissionais que lidam com elas.

1.2 JUSTIFICATIVA

Pesquisar o posicionamento das mulheres adultas em situação de rua¹³ e o dos profissionais que trabalham com elas acerca de assuntos (sobre essa clientela) divulgados na grande mídia possui relevância científica e social.

No que concerne ao conhecimento científico, este trabalho complementa os estudos que vêm sendo produzidos em diversos campos do conhecimento, sobretudo nas áreas de Jornalismo e Comunicação, e amplia a bibliografia sobre o tema, trazendo, como diferencial, duas perspectivas diferentes: de um lado, opiniões de profissionais com amplo acesso aos meios de comunicação e que têm conhecimento da causa porque trabalham diretamente com pessoas em situação de rua e, de outro, pontos de vistas de mulheres adultas em situação de rua, que vivem situações extremas de vulnerabilidades.

No âmbito social, o estudo, poderá oferecer elementos para que a imprensa modifique a forma de representar as notícias relacionadas à população em situação de rua e colabore para que

¹² Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/rio/hospitais-atenderam-812-casos-de-suspeita-de-tortura-no-ambiente-domestico-em-cinco-anos-16754370>>. Acesso em: 16 out. 2010.

¹³ Optamos por refinar a pesquisa em um público adulto porque envolver crianças e adolescentes implicaria tratar de estatutos diferentes, o que não seria conveniente neste trabalho.

o poder público empenhe esforços em participar da melhoria da qualidade de vida das mulheres em situação de rua que vivem no município do Rio de Janeiro.

1.3 OBJETIVOS

Nosso objetivo principal foi desvendar a comunicação das mulheres adultas em situação de rua e dos profissionais que trabalham com elas acerca das notícias que trazem à tona assuntos relacionados à situação de rua.

Como objetivos específicos, elegemos 1) apresentar as mulheres em situação de rua que residem no município do Rio de Janeiro¹⁴ e os profissionais que trabalham com elas; 2) capturar as vivências dessas mulheres; 3) investigar os preconceitos sofridos por essa clientela no dia a dia; 4) indicar se essas mulheres se consideram cidadãs e por quê; 5) apontar possibilidades de a mídia participar do processo de construção da cidadania das mulheres em situação de rua.

1.4 METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos, realizamos entrevistas semiabertas com mulheres adultas em situação de rua em casas de reinserção social situadas no município do Rio de Janeiro (Casa do Catete¹⁵, Irmã Dulce¹⁶ e Stella Maris¹⁷).

Também entrevistamos profissionais que lidam diretamente com esse público, tais como médicos, promotores de justiça, policiais, assistentes sociais, psicólogos etc. Grande parte desses profissionais foram selecionados, em 2013, após nosso contato no curso de extensão "Cotidiano da população em situação de rua: violação de direitos, políticas e metodologia de atendimento", promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum de População em Situação de Rua. Tivemos o cuidado de apresentá-los, no primeiro capítulo, e separá-los em grupos da mesma profissão. Utilizaremos o cargo mencionado pelo profissional na época em que o depoimento foi coletado.

¹⁴ Vale mencionar que estamos tratando de um grupo heterogêneo e que as mulheres em situação de rua do estudo ("elas") não são todas elas. A amostra de narrativas de mulheres em situação de rua que coletamos em casas de passagem não representa a totalidade desse contingente.

¹⁵ Rua do Catete, 195 – Catete, Rio de Janeiro.

¹⁶ Rua Visconde de Jequitinhonha, 52 - Rio Comprido, Rio de Janeiro.

¹⁷ Estrada dos Maracajás, 973. Galeão, Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

Conforme Triviños (*apud* MANZINI, 2004), o método, conhecido como entrevista semi-estruturada (ou semiaberta), tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Esses questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Além dessas hipóteses, para elaborar o roteiro de perguntas, levamos em consideração nossa experiência com esse público em pesquisas anteriores (o Trabalho de Conclusão de Curso *Droga de Rua* – UFMS/2008 - e a dissertação de mestrado *Ocas” e Hecho en Buenos Aires: um outro tipo de jornalismo na América Latina?* – UFSC/2012), bem como as leituras feitas previamente sobre o assunto e que suscitaram diversas instigações. Os depoimentos foram coletados de janeiro a maio de 2014¹⁸ e, ao lado do levantamento bibliográfico, deram sustentação ao trabalho. Optamos por inserir os teóricos nas análises das entrevistas.

Foram realizadas 15 entrevistas com as mulheres adultas em situação de rua e 20 com os profissionais. As 35 narrativas contemplaram os propósitos do estudo. As falas foram gravadas e posteriormente transcritas (Apêndices A e B) para serem utilizadas nas discussões dos capítulos. A transcrição foi fidedigna ao modo de falar dos entrevistados.

Preferimos realizar uma análise qualitativa das entrevistas, embora tenhamos utilizado algumas porcentagens e dados quantitativos como instrumentos auxiliares de análise. Segundo Oliveira (2008, p.7), “o pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos”.

Como amostra de textos jornalísticos, utilizamos notícias divulgadas nos jornais *online Extra* e *O Globo*, meios que foram citados pelos entrevistados. A Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1970) foi utilizada como referência para o estudo das notícias. Por se tratar de material escrito, a Análise de Conteúdo foi compreendida como a melhor técnica de interpretação dos jornais, por propor um exame minucioso de cada denotativo e conotativo que podem produzir sentidos no texto.

¹⁸ A entrevista com Maria Lucia Santos Pereira, coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), foi feita em 21 de junho de 2013, no Centro de Convivência Monte Alverne, que, até então era um local mantido por recursos de caridade da igreja católica onde a população de rua podia se alimentar, dormir durante o dia e tomar banho. A única mulher em situação de rua que não foi entrevistada dentro de casas de abrigo foi Kátia da Silva Ribeiro. Seu depoimento foi colhido no dia 5 de dezembro de 2013, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no intervalo do Seminário “Direito à cidade da população em situação de rua”.

1.5 AS ENTREVISTAS

As entrevistas com as mulheres em situação de rua usadas na tese foram divididas em duas partes (Apêndice C). Na primeira parte, nossa meta foi extrair dados sobre a vida da pessoa (idade, profissão, escolaridade, estado civil, por que foi viver nas ruas, os laços familiares) e descobrir como ela conseguia comer, dormir e se higienizar sem ter uma moradia fixa. Também as questionamos sobre as rotinas nos abrigos públicos, sobre o uso de entorpecentes, se foram vítimas de estupro e de políticas higienistas, sobre as lembranças da vida antes das ruas, se seguiam alguma religião, se participavam de movimentos sociais, se sofriam preconceito e se se consideravam cidadãs. Essas questões foram feitas para dar conta de apresentar quem são as mulheres em situação de rua, capturar suas vivências no município do Rio de Janeiro, verificar os preconceitos sofridos por essa clientela e indicar a noção de cidadania dessas mulheres. Além disso, buscamos, nesta primeira parte, elementos em comum dessas vivências, que pudessem ser identificados nas notícias jornalísticas citadas.

O segundo bloco de perguntas foi voltado à parte jornalística para responder ao objetivo principal da pesquisa, de desvendar a comunicação das mulheres adultas em situação de rua acerca da mídia. O que essas mulheres entendem por jornalismo? Elas costumam se informar por meio de algum meio de comunicação? Com que frequência? A que se referem às notícias sobre população de rua: elas se sentiam representadas nessas notícias? Sim, não, por quê? Também indagamos o que elas acrescentariam ou retirariam dessas notícias.

Elas tiveram a opção de utilizar o nome real ou um fictício. Apenas uma entrevistada pediu que seu nome verdadeiro fosse ocultado e ela escolheu o nome que gostaria de ter neste trabalho.

As entrevistas feitas com os profissionais também foram divididas em duas partes (Apêndice D). A primeira consistiu em verificar de que forma e há quanto tempo eles trabalhavam com a população de rua, a opinião deles sobre as políticas de atenção a essas pessoas que existem no município de atenção a essas pessoas, se o tratamento dispensado aos homens e mulheres era o mesmo, os problemas e as gratificações de se trabalhar com esse público, as principais queixas das mulheres em situação de rua. Para as profissionais mulheres, perguntamos, ainda, como elas imaginavam que seria a vida delas se estivessem morando nas

ruas. Essas questões foram necessárias para apresentar quem são os profissionais que trabalham com as mulheres em situação de rua.

O segundo bloco de perguntas também foi voltado à parte jornalística. Perguntamos qual a compreensão desses profissionais sobre o papel do jornalismo; investigamos se eles acompanhavam as notícias sobre população em situação de rua, em qual veículo e há quanto tempo. Verificamos se eles notaram alguma diferença na cobertura jornalística desse tema nos últimos anos ou em veículos de comunicação diferentes. Questionamos sobre alguma notícia que haviam consumido recentemente cujo foco era a mulher em situação de rua, se concordaram ou discordaram com a forma como o assunto foi tratado. Para aqueles que se mostraram descontentes, o que poderia ser melhorado. Quais eram os acertos e os erros em relação às notícias sobre população em situação de rua e, especificamente, sobre as mulheres. Averiguamos se esses profissionais já haviam sido entrevistados em função de seu trabalho e se haviam gostado da notícia final. Indagamos, ainda, a opinião deles sobre a relação entre a mídia, a população de rua e os profissionais que trabalham com a população de rua. Por fim, perguntamos o que eles gostariam de ver como pauta jornalística e que ainda não haviam visto. Todos eles autorizaram o uso do nome real.

Importante destacar que todos os entrevistados dessa pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO I), concordando em participar, como voluntário, do estudo.

2 AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS HISTÓRIAS

Neste primeiro capítulo, faremos uma apresentação das 15 mulheres adultas em situação de rua que entrevistamos, pelo caráter itinerante desse público, em Casas de Reinserção Social do município do Rio de Janeiro. Mostraremos, em termos quantitativos, algumas características em comum das entrevistadas, discutiremos assuntos relacionados à rua e às peculiaridades da mulher. Também falaremos sobre o preconceito que as entrevistadas sofrem ou já sofreram devido a sua condição social.

2.1 HISTÓRIAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Kátia da Silva Ribeiro, negra, 49 anos, nascida em Niterói/RJ, terminou o ensino médio. Sem filhos, em situação de rua há cinco anos, é “amigada” com Josué. “Eu estou na terceira união, mas eu nunca fui casada no papel. A primeira união durou cinco anos, da segunda união eu sou viúva, agora eu estou em outra união há seis anos” (informação verbal).

Ela faz questão de ter todos os documentos em dia: “Eu preciso ter porque eu estou sempre estudando, me capacitando” (informação verbal). Explica que foi adotada ainda bebê e que é a segunda geração da família de origem que vive nessas condições:

A minha mãe biológica também era população em situação de rua. E ela queria o melhor para os filhos. Então, ela pensou: se eu conseguir encaixar pelo menos as meninas dentro de um seio familiar, elas vão poder ter uma criação, estudos. E, aí, eu fui criada por uma família, minha irmã por outra e os meninos ficaram com ela. Só provou para ela que ela estava errada, porque todos estudaram, inclusive os que ficaram com ela (informação verbal).

A mulher relata que não tem muito contato com os irmãos biológicos e que foi parar em situação de rua devido à perseguição de milicianos. Ela nos conta com detalhes:

Quando eu me juntei ao Josué, nós viemos do segmento dos sem-teto, nós fazíamos ocupação na luta pela moradia porque não tinha um programa habitacional consistente para a população de baixa renda. Aqui no Rio, teve uma fase que foi uma febre fazer ocupação. Eu comecei atuando no Movimento Social num decreto de desapropriação que o antigo prefeito implantou para a minha comunidade, no Morro da Mineira, com 250 famílias. Aí, nós fundamentamos uma associação de moradores, a Associação dos Moradores da Chácara do Chuchu, que é uma parte do Morro da Mineira, para ficar na luta política para que não se retirassem, não se removessem essas famílias para jogar nas ruas. Depois que você começa a participar de movimento social, parece que “entra no sangue” e você sente necessidade de ajudar outras pessoas, além da sua comunidade. Aí, eu ajudei a fundamentar a União Nacional por Moradia Popular no Estado do Rio de Janeiro. Depois, eu fui convidada pelo Josué a reorganizar o Movimento dos trabalhadores sem-teto, porque era assim: eu trabalho aqui, mas eu levo três horas para chegar no meu local de trabalho, depois mais três para chegar na minha residência. Eu não posso simplesmente morar em cima e trabalhar embaixo? Olha o tempo que se economizaria, né? Então, começamos a trabalhar num projeto que tivesse mais ou menos essa característica, com a proposta “unindo o campo à cidade”.

Fizemos a ocupação Carlos Marighella, na rua do Riachuelo, perto da Lapa, com cem famílias, e no ano seguinte, fizemos a ocupação Serra do Sol, em Santa Cruz, com mil famílias. E foi exatamente essa ocupação que nos trouxe à situação de rua. Não só a mim, como muitos companheiros militantes. Nós organizamos a ocupação, fizemos a ocupação e demos o encaminhamento necessário para que o governo construísse moradia para essa população. Na trajetória das discussões políticas para se elaborar um projeto para essas famílias, um grupo organizado e a milícia veio e tomou a ocupação. Houve várias mortes, inclusive morreram dois coordenadores da ocupação Serra do Sol. Nós fomos embora da ocupação antes que acontecesse o pior, porém, a perseguição continuou em nossa residência. Nessa época, nós morávamos em Campo Grande. E como muitos companheiros foram mortos na defesa de seus direitos, nós fugimos. Fugimos, ué? Estavam perseguindo a gente, nós fugimos. Aí, fomos para Grumari, ficamos 2 anos e meio em Grumari. Já estávamos trabalhando, o Josué direcionando dois quiosques, eu vendia as coisas do quiosque na praia. Depois, a milícia nos localizou lá. E nós tivemos que, mais uma vez, fugir (informação verbal).

Devido a essa perseguição, a educadora ambiental e seu companheiro precisam dormir debaixo da marquise de uma agência bancária do centro da cidade. “Boto um papelão, a coberta anda dentro da bolsa porque eu não consigo dormir descoberta, pode estar o calor que for” (informação verbal). Desde que passou a dormir em “cama de cimento”, seu problema de hérnia de disco piorou: “Nessa altura do campeonato, já devo ter uns três discos avariados” (informação verbal). Para ela, tomar um banho é uma luta:

Tomo banho no CREAS-Pop¹⁹, do Rio Comprido. A pé, eu levo umas duas horas andando para chegar lá. Muitas das vezes não dá para tomar banho todo dia porque para quem se localiza perto do CRAS, é mais fácil tomar banho todo dia, mas, infelizmente, é só isso que o CRAS Pop pode oferecer. Um lanchinho, um bolinho e banho. Roupa você tem que sair buscando doação nas igrejas ou batalhar através de bicos, biscates e comprar suas próprias roupas e calçados (informação verbal).

Kátia e Josué ainda possuem uma residência, herança do pai dele, no bairro de Campo Grande. Seus pertences ainda estão lá: “como o pai deixou esse terreno como usos e frutos, então

¹⁹ Trata-se do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua (Creas POP), que existe em municípios com mais de 250 mil habitantes. O Creas POP faz parte dos serviços do Sistema Único de Assistência Social e do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas do Governo Federal. Disponível em: < <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/vigilancia-social/vigilancia-de-riscos-e-vulnerabilidades/registro-de-atendimentos-cras-creas-centro-pop> >. Acesso em: 16 out. 2015.

não dá para vender, senão a gente já teria dado um jeito de arrumar outro local para morar” (informação verbal). Apesar de nunca mais ter voltado para casa depois do ocorrido, ela já foi até o bairro visitar a mãe do marido, que estava doente: “mas é muito ruim porque eu sinto que estou sendo vigiada o tempo todo pela milícia” (informação verbal).

Questionada se não haveria a possibilidade de ficar no mesmo local com a milícia, Kátia diz que não: “Ela cobra segurança, te obriga a adquirir TV a cabo, cuida do transporte alternativo, usa pessoas como “laranja”. Quem não aceita a imposição deles, eles exterminam. Isso que a milícia faz” (informação verbal). Alguns parentes do casal poderiam abrigá-los, porém, todos eles moram em regiões onde Kátia e Josué não têm “permissão” para estar.

A mulher ganha a vida como educadora ambiental desde que concluiu o curso pelo Instituto do Meio Ambiente, é assistida pelo Bolsa Família²⁰ e, para complementar a renda, é catadora de materiais recicláveis. “Eu prefiro as pet porque as pet ninguém quer e ela não paga tão pouco assim. Tá R\$ 1,10 o quilo. E o que mais você vê jogado por aí é pet. Depois vou vender para o ferro-velho”(informação verbal). Antes, já havia trabalhado com carteira assinada como zeladora, balconista de loja, em relojoaria e em empresas de limpeza. Sobre o benefício que recebe do governo, critica que o valor não é suficiente para se manter:

O que eu ganho é suficiente para eu me alimentar. Eu faço um intera com o Bolsa Família. Eu ganho Bolsa Família, mas o que você faz com 70 reais por mês? Eu penso que esse Bolsa Família é muito pouco para quem vive em situação de rua. Então, queira ou não queira, você tem que fazer um bico aqui, um bico ali para complementar, né? (informação verbal).

Em relação à alimentação, ela menciona que não toma café da manhã, almoço, lancha e janta com regularidade. Em geral, precisa buscar doações de comida: “Esses *self service* mesmo não podem doar diretamente, mas eles podem colocar em sacos plásticos e por para o lado de fora, então, eles não misturam a comida com o lixo. Então, fica muito mais fácil da população de rua se alimentar” (informação verbal). Ela não reclama disso, dizendo que muitas vezes a pessoa

²⁰ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 1. Nov. 2014.

consegue comer melhor que se tivesse pagando. Em tempos anteriores, era mais fácil ganhar doações de alimentos ou almoçar no restaurante popular²¹:

[Sobre as doações de “quentinhas”] Atualmente, nosso prefeito proibiu. Então está acontecendo menos por causa da proibição do município. Tem dia que passa, tem dia que não passa. A distribuição de comida é uma coisa boa porque tem gente que não tem mesmo condições de arrumar o dinheiro do restaurante popular. Inclusive fecharam o restaurante popular aqui do centro. Dizem que fecharam para obra, mas ele nunca mais voltou a funcionar. Não é difícil você arrumar um real para se alimentar. Mas o que adianta você ter 1 real para almoçar, se você precisa de mais 2,75 de passagem para chegar ao restaurante popular mais próximo? Na realidade, você precisa arrumar 7 reais: 1 real da alimentação e 5,50 da passagem (informação verbal).

Apesar de não ter uma casa para cuidar, a rotina desta mulher nas ruas é agitada: Militância, banho, catar material reciclável, vender no ferro-velho, procurar algum local para se alimentar. Uma das fundadoras da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Rio de Janeiro, ela busca locais onde possa usar Internet grátis para divulgar a Associação: “Nossa proposta é o Centro de reabilitação e reinclusão social através do trabalho e renda. Nós temos que sair em busca de parceiros” (informação verbal). Ela conta com bom humor: “Na sede do PT [Partido dos Trabalhadores] eu uso Internet, telefone, porque meu celular é pai de santo, eu não tenho dinheiro para ficar botando crédito, mas eu preciso entrar em contato com as pessoas” (informação verbal).

Seu objetivo é pressionar o poder público para criar um espaço apropriado para a Associação de Catadores da População em Situação de Rua, que conta com 85 cadastrados: “Está na lei que o município tem que designar um espaço para nós, para poder armazenar nosso material e vender em maior quantidade, mas ainda não temos” (informação verbal).

Kátia diz que não é usuária de drogas, seu único vício é o cigarro, mesmo assim, acredita que muitas pessoas pensam que ela seja “drogada”. Segundo a mulher, essa é uma das principais dificuldades em se viver nas ruas do município do Rio de Janeiro:

²¹ Também conhecido como Restaurante Cidadão, esses restaurantes oferecem comida balanceada a um pequeno custo: café da manhã a R\$0,35 e almoço por R\$1. São geridos pela Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=922982>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

Em primeiro lugar, é você se tornar visível porque quem mora na rua, ninguém enxerga, ninguém se compadece com o problema. Quando enxerga, você é sempre o bandido ou usuário de álcool ou drogas. Não te veem como uma pessoa que caiu em determinada dificuldade e foi parar nas ruas. Agora, existem muitas dificuldades na rua, como, por exemplo, arrumar um trabalho por falta de endereço. Banho, alimentação, cuidar da saúde, cuidar da educação, tudo é dificultoso. Você não consegue estudar estando na rua porque você não tem um endereço (informação verbal).

Os momentos íntimos com o esposo acontecem em locais privados: “Arrecada um dinheiro daqui, um dinheiro dali, cada um coloca uma parte e vai para o hotel, né? Apesar que tem gente que tem relação na rua. Na minha criação, isso não encaixa muito na minha cabeça” (informação verbal).

Sobre a diferença entre ser mulher e homem em situação de rua, ela revela que a vida na rua é mais difícil para a mulher se ela estiver sozinha. “Eu, quando cai em situação de rua, já estava com o Josué. Se a mulher cair em situação de rua sozinha, tem muitos casos de violência, como estupro, drogadição, alcoolismo” (informação verbal). E complementa: “no final das contas, termina vindo a deficiência mental por conta da utilização dessas drogas” (informação verbal).

Jane Aparecida de Campos, 46 anos, branca, estudou até a sexta série. Natural de Barueri/SP, mãe de quatro filhos, trabalhava como auxiliar de limpeza e copeira. Não possui documentos: “Assim que eu cheguei aqui no Rio, roubaram a minha bolsa com meus documentos e tudo” (informação verbal). No Rio de Janeiro há cinco meses, veio a pé e de carona da cidade de São Paulo. O percurso demorou três dias. “Lá eu morava com um rapaz, ele usava crack, ele me batia, tentou me matar três vezes. Na terceira vez, eu comecei a andar sem destino e vim parar aqui” (informação verbal). Desde que está na capital fluminense, perdeu o contato com os filhos:

Quando eu tava em São Paulo, eu tinha contato com duas filhas minha, a Renata e a Rafaela, mas depois que eu vim pra cá, eu perdi o contato com elas porque eu não tenho o número do celular. [Os meninos] Um viaja demais, porque ele é do Exército. E o outro, a gente não se dá muito bem porque ele usa droga também (informação verbal).

Sua única fonte de renda é a venda de materiais recicláveis. “Olha, dá para tirar uns 30 ou 40 reais, dependendo o dia que está bom” (informação verbal). Sua história de vida é atravessada pelo alcoolismo.

Eu comecei a beber com nove anos de idade. Meu pai e minha mãe bebia. [...] Com 20 anos, eu casei. Quando eu casei, eu parei de beber. Até antes do meu pai falecer, meu casamento era uma maravilha. Depois que meu pai faleceu, meu ex-marido começou a beber e me bater também. Aí você imagina o que eu fiz, né? Voltei de novo para a mesma porcaria do álcool. Eu fui casada com ele 17 anos. Quando a minha caçula tava com três anos, eu não aguentei mais. Larguei dele. Eu trabalhava, né? Fui pagar aluguel, daí fui morar sozinha com meus quatro filhos. Criei os quatro sozinha, sem precisar do dinheiro dele. Quando eles tava criado, cada um seguiu seu rumo. Eu fiquei desempregava, a mulher pediu a casa e eu fui pra rua. E eu estava com o meu pé semi-operado, com um parafuso no pé esquerdo. Não podia ficar muito de pé e não conseguia arrumar serviço. Os meus filho como não pode me ajudar, né? Fiquei na rua (informação verbal).

Nas ruas, Jane teve recaída e voltou a consumir álcool de forma abusiva: “porque a rua, pra gente que é mulher... se você não tomar pelo menos uma bebida forte para você dormir, você não dorme”. As desavenças com o companheiro também foram motivos apontados para o consumo de bebida: “Depois que esse rapaz começou a usar droga e me batia, eu ficava revoltada, saía e bebia. [Ele] chegava embaixo da ponte, quando ele chegava, era um inferno. Começava a me bater, falava que eu tava com macho” (informação verbal).

O vício lhe deixou fraca e anêmica: “Fiquei 15 dias internada. Tomei muito soro, tomei sangue” (informação verbal). Na época da entrevista, a mulher garantiu que desde que foi para o abrigo Irmã Dulce não usava mais o dinheiro da reciclagem para comprar cachaça. “A única coisa que eu tomo é café de manhã” (informação verbal).

Em relação às agressões que sofria tanto do ex-marido quanto do companheiro de rua, Jane afirma que não conseguiu amparo da Delegacia da Mulher: “Minha filha, vou te falar uma coisa, essa delegacia da mulher, falam tanto, né? Mas só ajuda você depois que o marido mata. Eu cansei de ir na delegacia, dei parte e não fizeram nada. Continuou a mesma porcaria” (informação verbal). Para se alimentar, Jane, na parte da manhã, ia a um supermercado que oferecia café, no almoço pedia comida nos restaurantes e, de noite, ganhava uma refeição de grupos religiosos que, sistematicamente, saem nas ruas para fazer a distribuição de alimentos aos

pobres. Para tomar banho, ela precisava ir ao CREAS do bairro Santa Cruz, por onde circulava sozinha. Ela se orgulha de seu asseio: “Eu nunca andei suja, mesmo morando na rua” (informação verbal).

Jane fez amizade com funcionários do comércio que prestavam solidariedade a ela:

Onde eu dormia, era perto de uma ótica e de um cabeleireiro. Quando era seis e meia, eu já tinha que levantar, arrumar minhas coisas. Lá tinha um cantinho onde eu guardava as minhas coisas, meu cobertor, minhas roupa tudo. Tinha uma menina que tinha uma farmácia em frente, e quando eu saía para fazer reciclagem, ela ficava olhando as minhas coisas pra mim. Eu saía, fazia minha reciclagem, tomava café, na hora do almoço comia mais alguma coisa e terminava a reciclagem lá por 5 hora da tarde, que é a hora que fecha o ferro-velho. Daí eu voltava para o lugar onde eu dormia e ficava ali, arrumava as minhas coisa e ia dormir. Era assim, todo dia. A bebida tinha que ter, senão eu não dormia (informação verbal).

Apesar de receber apoio dos comerciantes, Jane relata que sofria humilhações. Para ela, as principais dificuldades eram conseguir um emprego e conversar com os outros: “porque as pessoas têm preconceito, ignora a gente como se a gente não fosse ninguém. Isso dói, machuca bastante, mas, fazer o quê? A gente tá nessa situação...” (informação verbal). Ser mulher nas ruas também era um fator que dificultava a vida: “Homem é difícil outras pessoa mexer. Mulher não mexe com homem que tá dormindo na rua, mas a gente que é mulher, já é mais perigoso. Às vezes você tá dormindo, você acorda com o cara mexendo em você” (informação verbal).

A narração de *Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva*, de 18 anos, merece uma consideração. Sua história é muito parecida com a de Esmeralda Ortiz, jornalista da *Rede Globo*, que fez sua autobiografia no livro “Esmeralda: por que não dancei”. Nessa obra, a escritora conta a sua infância paupérrima em São Paulo, a desestruturação familiar, a morte dos irmãos, a mendicância, o pai desconhecido, a mãe alcoólatra e torturadora, as surras que levou, o sonho de ver sua mãe chegando em casa com um saquinho de leite, pão e mortadela (o que nunca aconteceu), o encanto pelo chafariz da Praça da Sé, a ida para as ruas aos oito anos de idade, os abusos sexuais, o tráfico, os roubos, as mais de 50 fugas da FEBEM²², o consumo de drogas, os

²² Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), que atualmente chama Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo (Brasil) vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Sua função é executar as medidas

namoros com meninos e meninas de rua, a sobrevivência ao crack e a volta por cima. A diferença é que no caso de Núbia, até o momento da entrevista, o capítulo da mudança de vida ainda não estava concretizado.

A menina, de cor parda, nascida no Rio de Janeiro, nunca teve um trabalho formal, mas quando era mais nova, disse que ajudava a empacotar compras no supermercado *Guanabara* e a levar sacolas dos clientes nos carros para conseguir um trocado: “na época, eu usava droga e o dinheiro todo que eu arrumava, assim, dinheiro da comida eu dava pra minha mãe. Só que depois eu comecei a ir pra rua de novo e a usar crack e usar todos os tipos de droga” (informação verbal). Ela conta como foi sua inserção no mundo das drogas, aos dez anos:

Assim, eu comecei com maconha; aí depois eu fiquei passando mal. Depois foi o pó. Aí o pó foi comendo meu nariz todo, todo, cocaína, né? Aí foi comendo meu nariz e eu larguei também da cocaína, daí eu fiquei no loló. Loló é um negócio de droga. Aí eu larguei também porque comecei a passar muito, muito mal. Todas as coisas que eu comia eu jogava fora, vomitava. Depois, eu comecei no tiner. Aí o tiner me deixava muito louca, muito louca, assim chapada. Eu via em você com quatro olho, cinco olho, eu ficava muito louca. Aí depois eu parei também com o tiner e comecei a experimentar o crack pra vê como é ...e foi me viciando. Com a pedra eu fazia uns cigarros e botava num copo de Guaravita ou num cachimbo, furava e fumava e ficava totalmente... e quando acaba eu queria mais, queria mais, queria mais, queria mais...(informação verbal).

Havia três meses que Núbia estava fazendo tratamento para a doença: “Tô limpa. Só tô tomando remédio, às vezes me dá um pouco de ansiedade, mas eu seguro” (informação verbal). Entretanto, no auge da compulsão, a jovem também colocava sua vida em risco para alimentar o vício: passava até seis dias sem dormir e sem comer. Para conseguir dinheiro para comprar a droga, em suas palavras, “fazia programas”, mas sabemos que o termo mais correto seria “exploração sexual infantil”, pois isso aconteceu antes de ela completar a maioridade. Além disso, Núbia foi apreendida duas vezes por roubo: “A segunda eu rodei 157²³, à mão armada com faca” (informação verbal).

socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes autores de atos infracionais com idade de 12 a 21 anos incompletos. Disponível em:< <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

²³ Artigo 157 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Disponível em:<

Apesar de ter feito “programas” com homens, quando perguntamos sobre seu estado civil, a jovem responde: “Namorando. Eu só gosto de mulher. Eu comecei a namorar com mulher eu tinha 12 anos”.

Sem saber ler nem escrever, Núbia estava começando a primeira série. Disse que passou por inúmeros abrigos, onde sofria agressões físicas dos funcionários das instituições e quando isso acontecia, fugia. Por isso, nunca frequentou a escola. A motivação da vivência de Núbia nas ruas foi a falta de amparo familiar. Segundo ela, o pai expulsou a mãe e os três filhos de casa quando ela tinha apenas três anos. As crianças cresceram entre abrigos e rua. Porém, o raciocínio de Núbia é meio confuso ao explicar sua relação com a mãe:

Eu nunca se dei bem com ela, porque assim, na época que eu usava droga, fugia pra rua, depois ia prá casa, então eu agredia a minha família, fazia essas coisa por causa da droga. Então, ela me mandava pra rua. Mas, pelo outro lado, eu fazia muito merda né, eu era criança perturbada por causa dos problema, então eu fui bastante complicada. Eu não tenho o telefone dela, eu vou lá na casa dela, é um pouco complicado pra ir. Ela casou agora, é o segundo casamento, com um cara que eu não lembro o nome dele, ele é padrasto dos meus irmão. A última vez que eu vi ela foi no Carnaval (informação verbal).

Em outra ocasião, ela conta que a mãe tentou interná-la em um hospital psiquiátrico:

Eu me trato no CAPS. Mas uma vez a minha mãe me pegou e falou que eu ia ganhar presente, pegou... nem preciso falar... com ambulância e me amarrou e me levou. Eu tentei fugir porque eu não era maluca, porque eu não era maluca mesmo! Daí a minha mãe disse “finge que tu não é nada, pô, porque se tu for, tu vai ficar aí internada”. E eu chorando... “me solta mãe, me solta mãe, me solta mãe” e nada e nada. Daí quando chegou lá, o cara olhou pra mim e falou: “você não vai ser internada, não” (informação verbal).

Embora sua história tenha sido marcada por falta de vínculos afetivos, ela expõe na pele em uma tatuagem caseira o apego pela mãe e os irmãos: “É M de Marcelo, meu irmão mais velho. N de Naiara e Núbia e S de Selma, minha mãe” (informação verbal).

A garota conta que pagava um real para tomar banho na praia de Copacabana: “eu pagava e tomava banho com sabonete. Pra comer, eu pedia. Eu dormia em lugar que era bem escurinho.

Qualquer lugar que não chovia. Banheiro, eu entrava no bar, essa era uma dificuldade... cagava, às vezes, na rua ” (informação verbal).

Para ela, não existe diferença entre ser homem ou mulher em situação de rua: “Na rua é ruim os dois” (informação verbal). Em sua avaliação, morar nas ruas não proporciona nenhuma experiência proveitosa. Embora pedindo esmolas nas ruas, Núbia procura se distinguir dos “mendigos”.

Você não tem carinho de mãe, você não tem carinho de ninguém, você parece um mendigo jogado no lixo, ninguém te dá carinho, ninguém te dá nada. A rua só vai te mostrar droga, destruição, boca de fumo, o que vai te mostrar é isso. Então, desde que eu entrei aqui dentro [abrigo Irmã Dulce], eu tô conseguindo a minha vitória, e tô conseguindo ir pra escola, tô conseguindo estudar, acabar de tirar meus documento todo (informação verbal).

Maria Cristina Souza de Castro, de 53 anos, negra, trabalhou a vida toda como empregada doméstica e fez uns “bicos” como cozinheira na escola de samba da Mangueira. Nascida em Porciúncula, município do Rio de Janeiro, veio para a capital ainda bebê acompanhar a mãe que também trabalhava em casa de família. A mulher estudou até a quinta série do ensino fundamental. Mãe de três filhos de pais diferentes, o mais novo falecido aos 15 anos em decorrência de um assalto que ele cometeu, ela diz que não tem contato com as outras filhas, sua conversa é por telefone e apenas com a mãe, de mais de oitenta anos:

Assim... devido os problemas, né? Problemas que eu causei com a minha vida, né? E nos separamos, que até então eu morava com a minha mãe e eu saí de casa, minha filha mais velha continua com a minha mãe – graças a Deus, casada – e a minha outra filha mora na mesma comunidade, e ela casadinha direitinho, tem o esposo dela, os filhos. Inclusive, agora, a minha filha mais velha teve neném, teve um menina, mas eu não tenho contato eles, lá eu não vou (informação verbal).

Os problemas aos quais ela se refere são relacionados ao álcool e às drogas.

Bem, esse caminho do álcool foi assim: foi pela minha avó. A minha avó ela era alcoólatra. Da minha vó pra lá todos foram alcoólatra. Minha mãe não. Ela tem pavor de álcool, devido a isso né, da mãe né, a avó, o pai os tios... pra lá tudo foram alcoólatras. Bom, que eu me lembre [eu comecei a beber] bem jovem, bem jovem. A minha vó me dava né, pra provar...

assim com oito anos e até menos, que ela dava na minha boquinha pra mim provar, né? (informação verbal).

Os padrões da mãe de Cristina a matricularam em um colégio de freiras e sua história com o alcoolismo se agravou na adolescência. “comecei a ganhar o mundo... amigas, sair, discoteca, barzinho, fui saindo do controle da minha mãe” (informação verbal). Além de álcool, Cristina passou a usar maconha aos 17 anos e, depois, cocaína. Na época da entrevista, a mulher estava fazendo tratamento para o vício no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apesar de inúmeras recaídas, ela estava otimista: “Parei com certeza, totalmente. No começo eu ficava ‘meia’ zonzinha por causa do meu organismo, né? Que foi limpando o meu organismo, aquelas coisas, aquelas bactérias horríveis foram tudo embora, graças a Deus, hoje estou limpa!” (informação verbal).

Pela quarta vez no abrigo Irmã Dulce, ela revela que suas recaídas sempre aconteciam quando ela tinha permissão para sair. De acordo com as regras, depois de um mês enclausurado, o abrigado recebe o aval para passear. Eram nessas ocasiões que ela recolhia materiais recicláveis para vender e conseguia dinheiro para comprar álcool e outras drogas: “até que fui desligada da casa, porque eu cheguei com álcool e não deu pra esconder, né?. Fui desligada da casa, fui pra rua, fui embora” (informação verbal).

Ela explica que a primeira vez que ficou na rua foi à procura de seu filho mais novo: “Ele era usuário de drogas, passou a roubar. Eu saí de casa assim... Surtei. Eu saí e vim pra Tijuca, vim atrás do meu filho porque ele tinha saído de casa, ele era muito rebelde, tanto que foi embora e eu nem me despedi. Só sei que ele foi assassinado” (informação verbal).

Nas ruas, circulava pelos bairros Tijuca e Maracanã, tomava banho em postos de gasolina e em praças com fontes de água. Ela dormia com um grupo de pessoas e comia no restaurante popular do bairro Maracanã. “Fazia amizades com pessoas que eu nunca tinha visto na minha vida, né? Dormia ao lado delas, passava a ser amigas. Nossa! Eu fui muito louca” (informação verbal). Suas tardes eram ociosas: “ficava com a tarde livre, fazia fiado, me davam cachaça e à noite eu ia reciclar de novo” (informação verbal). Ela conta que viu uma de suas amigas morrer em decorrência do álcool: uma senhora que tinha uma casa no Morro do Macaco, recebia uma pensão, visitava os filhos e os netos de vez em quando, mas preferia ficar na rua por conta do alcoolismo.

Seu maior medo no período em que viveu nas ruas era sofrer violência sexual. Para ela, a única vantagem de ter passado por todas essas situações foi aprender a reclamar menos da vida.

Cecília Celi da Silva Correa, solteira, sem filhos, parda, 52 anos, carioca, segundo grau completo, órfã de pai e mãe, traz-nos relatos instigantes. Foi criada em colégio interno desde os quatro anos:

Antes eu não me lembro. Antes eu devia estar com alguém né, ou com o pai, porque meu pai era casado e minha mãe não era casada com ele, minha mãe era a segunda mulher, era tipo uma amante dele, né?. E eu não fiquei com a minha mãe ou com meu pai, mas olhando nos documentos, assim histórico, quem me internou foi o meu pai (informação verbal).

Depois que acabou o colégio interno, morou em um pensionato com o apoio da Funabem, antiga Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, que lhe deu roupas pessoais e de cama, além de financiar três meses de seu aluguel. Cecília saiu do pensionato e passou a morar com uma amiga, mas precisou desocupar a casa assim que essa amiga se casou. Desde então, vivia sozinha em cômodos alugados. Ela trabalhou como operadora de caixa, balconista, recepcionista e auxiliar de crédito, mas, em 2001, ficou sem emprego e renda:

Olha, eu perdi meu emprego, fiquei desempregada e não pude pagar o aluguel e a senhorinha não quis nem me dar um prazo maior pra mim arrumar um outro emprego e continuar pagando aluguel que era um quarto. Era ali no Parque Royal, na Ilha do Governador, aí eu fui despejada, despejada. Aí, eu fui pra rua pela primeira vez. Eu fiquei desorientada porque eu tinha muitos amigos, pedi ajuda dos amigos e não puderam me ajudar em moradia, me ajudavam em outras coisa, assim, como por exemplo, um prato de comida, um banho, lavar a minha roupa, mas moradia mesmo não quiseram me dar, aí eu fiquei nas ruas, fiquei nas ruas quatro anos e sete meses (informação verbal).

Cecília conta que recebe 72 reais do Bolsa Família e utiliza esse dinheiro para pagar o tratamento dentário. Ela também luta para conseguir uma pensão de um salário mínimo do pai falecido. “Já era um dinheirinho, já dava pra se cuidar, cuidar do cabelo, cuidar das unhas, comprar uma roupinha melhor, alugar um quartinho, mas a perícia disse que eu não tenho nada” (informação verbal). Ela revela que a primeira vez que foi para um abrigo, entrou em pânico e precisou ser internada durante dois meses em um hospital psiquiátrico:

Briguei com a diretora aqui dentro porque eu não queria dividir quarto com ninguém, por isso que me internaram e colocaram eu no CAPS, que faz tratamento psiquiátrico. Eu não tinha nada, nem na rua, eu não tinha nada. Quando eu cheguei aqui, eu estranhei, aí eu surtei, eu surtei, fiquei desorientada, eu não queria ficar presa em abrigo, eu só queria um quarto pra mim morar ou tá morando com meus amigos, né? Morar com um deles provisoriamente até eu arrumar um emprego e continuar pagando meu aluguel. Aí, quando eu cheguei aqui eu surtei. Tinha muita gente, muita gente, muita gente que fala palavrão, que xinga, que surta, aí dividia o quarto com outra pessoa, uma pessoa relaxada, não sabe limpar o quarto, é porca, aí eu surtei e eu fui internada (informação verbal).

Depois dessa internação, ela passou a fazer tratamento para esquizofrenia:

Olha, segundo a psiquiatra, eu tenho esquizofrenia. Porque ela conversando comigo, ela entendeu que eu sou esquizofrênica. Eu acho que eu não sou esquizofrênica. Nunca ouvi vozes, nunca sofri perseguição, mas segundo ela, eu sou esquizofrênica. Então, eu tomo uma injeção muito forte que ela disse que é pra mim organizar a minha mente. E eu fiquei esquizofrênica aqui dentro, antes eu não tinha nada. Antes da rua, eu me virava em tudo, fiquei quatro anos e sete meses nas ruas e me virava em tudo, nunca tive crise, nunca tive nada (informação verbal).

Mesmo exposta em espaços públicos, ela demonstra que sente falta de sua individualidade:

Suzana, vou dizer uma coisa pra você, no princípio quando eu vim pra cá, eu queria voltar pra rua, eu não aguentava tanta gente ao meu redor, tanta informação, gente que não era bonita, gente feia! Eu não queria ficar aqui dentro, eu achava que na rua eu era mais feliz, agora eu penso diferente, eu penso que aqui eu sou mais feliz, eu tô mais segura, não feliz totalmente, mas estou mais segura porque eu tenho uma cama pra dormir, tenho uma comidinha pra comer, posso ver televisão, apesar de ter as regras, eu tô dentro das regras, quer dizer, aqui eu tô mais segura, sair daqui agora, só com segurança, pra sempre (informação verbal).

Nunca fez uso de álcool ou outras drogas e nunca passou fome enquanto esteve nas ruas. Ela circulava sozinha pela Ilha do Governador e como estratégia de segurança, não dormia no mesmo ponto “pra não ficar manjada” (informação verbal). Todos os dias, de certa forma, dependia dos colegas para sobreviver:

Eu acordava. Eu dormia toda coberta pra ninguém vim me incomodar. Acordava cedo e depois perturbava os amigos pra tomar café da manhã, cada dia um amigo diferente, que eu tinha... que foi pessoas que eu conheci, que eu mantive contato sempre, porque amigos mesmo eu não tive na hora ali que eu precisava que era de uma moradia. Mas, eu falo amigos porque no que puderam me ajudar, me ajudaram. Aí eu deixava as minhas coisa na casa de um... os pertences, eu só tinha uma bolsa, uns documentos, algumas roupa e uns sapatos e eu deixava lá, tomava banho, me penteava pra ver se eu conseguia um trabalho e deixava o endereços dos meus amigos e assim era, assim foi e voltava pra rua.

Eu ia dormir tarde, que a rua é muito barulhenta. Eu escolhia os lugar mais silencioso que não passasse ônibus pra mim ficar sossegada, eu gostava do silencio. Então, eu ia dormir muito tarde, porque dez hora tem muita gente na rua ainda (informação verbal).

Cristina Maria da Silva Costa, de 50 anos, é parda, completou o ensino fundamental e trabalhou como empregada doméstica. Sem filhos, sem nenhuma fonte de renda, sua única referência familiar é o pai, com quem não tem contato: “porque nós estamos brigados há mais de dois anos” (informação verbal). A motivação da desavença é que o pai não quis acolhê-la quando ela pediu abrigo, porque a outra filha não queria Cristina dentro de casa:

Como é ela que faz tudo pro meu pai, ela recebe, meu pai tem derrame na vista porque bebia cachaça e bebia remédio, então deu problema na vista dele, então ele ficou submisso a ela. Ela maltrata ele e essas coisas toda e ele ficou igual um cachorro, tem que dizer assim. Aí ele falou pra mim no portão mesmo, nunca vi isso de um pai, eu sempre tratei ele bem, eu sei que eu respondi a ele, mas porque ele era grosseirão mesmo, é baiano, pessoas baiano são assim. Então, eu nunca vou procurar saber, eu sei notícia dele através dos meus vizinhos... mas eu procurar ele? Mais pra nada! Infelizmente (informação verbal).

A mulher foi amasiada com um homem por dez anos e sofria agressão física do companheiro. “Eu dei parte [na polícia] uma vez, mas ele me pediu, se joelhou pra mim não entregar ele né, porque ele ia preso com certeza, infelizmente né?” (informação verbal). Toda vez que brigavam, ele expulsava Cristina de casa: “a casa era dele, mas a rua era minha, né?” (informação verbal). A última briga foi definitiva e, nas ruas, ela passou a fazer uso de álcool:

Ah... eu gostava demais dele né, aí eu comecei a beber cachaça, álcool puro, tanto que eu emagreci mais de 15 quilo, por isso que eu to

magrinha, meu corpo não é esse. Deu problema nas minha perna, porque o álcool por dentro ele queimou minhas pernas, parece queimadura de fogo, má não é não, é queimadura de álcool por dentro, daí meu corpo fraco, um mês sem se alimentar...meu corpo fraco o álcool coisou minha pele. Entendeu? Eu consegui parar por vontade minha própria, os médico onde eu fiquei internada lá no Padre Anchieta falando pra mim que não era pra mim ligar pra esse negocio de homem, me amar mais. Moça, eu acordava e não tomava café, era cachaça pura... E quase que eu morri, porque eu tive cirrose, porque se eu não parasse de beber eu ia morrer mesmo porque eu fiquei um palito. Eu não conseguia mais comer a comida, a comida não entrava mais no meu estômago, só conseguia beber água. Eu fiquei muito mal mesmo, eu fiquei três dias internada tomando soro e tomando vitamina a ponto de meu corpo recuperar, né? Eu perdi muito potássio, muito mesmo (informação verbal).

A mulher viveu mais de um ano em situação de rua. Ela preferia andar em grupos. Dormia debaixo de marquises de supermercado ou hospitais, tomava banho em instituições religiosas que ofereciam toalete e se alimentava pedindo doações nos restaurantes ou quando distribuíam comida nas ruas: “Eu acordava de manhã, tinha o café né, que o pessoal dava, eu catava latinha pra comprar o cigarro, pra comprar desodorante. E depois ficava sentada conversando e procurava esses lugar que tem assistente social” (informação verbal).

Para ela, higiene, segurança e preconceito foram as principais dificuldades pelas quais passou:

Na hora que você vai fazer a higiene pessoal, tomar um banho, porque tem que procurar lugar e nem todo mundo dá; e na hora de dormir porque você não dorme na rua, você tira um cochilo, porque na rua você está sujeito a tudo, a ser estropada, entendeu? Tem várias coisas. As pessoas passam e debocham de você e ficam rindo, pensa que você não quer trabalhar, porque vê você com saúde assim, né? Ah, porque tá na rua é porque quer, porque não quer trabalhar, essas coisas assim. É horrível, é uma coisa triste. Quando você tá dormindo, chega homem pra fazer xixi perto de você e aí já te chama porque pensa que porque você tá na rua, tem que transar (informação verbal).

Desde que se separou do companheiro, ela não quis mais se envolver em outro relacionamento: “Você já tá em uma situação horrível e você ainda vai arrumar doenças pra você? Doenças como a Aids, a sífilis, aquela hepatite. Deus me livre, não tenho onde morar, não tenho onde comer, não tenho onde tomar um banho... sexo pra mim, sexo por sexo pra mim não existe” (informação verbal).

Greicikely Silva Santos, negra, carioca, solteira, 25 anos, estudou até a oitava série, nunca havia trabalhado formalmente e, naquele momento não tinha fonte de renda, mas estava otimista: “vou começar em nome de Jesus a fazer um curso de camareira” (informação verbal). Sua vida desandou depois que sua mãe faleceu quando ela tinha quatro anos. “Na época eu morei com meu pai, não deu certo, a mulher dele nunca me aceitou, daí eu morei com uma colega minha, um belo dia, ela virou pra mim e falou: hoje você vai sair da minha casa” (informação verbal). Ela conta que tem duas irmãs, mas que não tem contato com elas, não sabe nem onde residem.

A jovem se juntou a um grupo de pessoas viciadas em crack no bairro de Bonsucesso: “dormia num daqueles barraco que o Choque de Ordem²⁴ costumava derrubar”. Apesar do ambiente, ela relatou que não era viciada em drogas e nem fazia uso de álcool.

Um grupo dormia; outro ficava tomando conta do outro que ia dormir, e era assim, entendeu? Aí o moço do restaurante dava comida, entendeu? Aí eles arrumava o “biquinho” deles, ia lá no restaurante do Garotinho, almoçava e os pessoal da igreja se reunia, dava comida, dava preservativo, fome ali eu nunca passei. Mas ali rolava prostituição... (informação verbal).

Greicikely tomava banho em postos de gasolinas ou no Conselho Regional de Assistência Social. Foi nesse local que ela pediu ajuda para ir para um abrigo: “E eu virei pra assistente social e falei: Eu tô aqui na rua e num tenho vício. Foi imediato, ela me ajudou, ela me abraçou nessa causa” (informação verbal). Antes, ela lembra que não sabia como resolver a situação sozinha: “Ficava tentando imaginar como sair dali, olhava pra tela do meu celular, mas não conseguia...” (informação verbal).

Sobre as principais dificuldades pelas quais passou no período em que morou em Bonsucesso, ela destaca:

Eu já escutei gente que tava morando na rua do Recreio e eu não sei se é verdade por que não vi, é até uma usuária de crack, diz que ela acordou e tavam botando fogo na cabeça dela. Esses perigo que a gente vê no

²⁴ Choque de Ordem é o nome das operações realizadas pela Secretaria de Ordem Pública, a fim de devolver à ordem à cidade. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

jornal, entendeu? De pessoas tacarem fogo no mendigo, espancar, estuprar. Passar fome, às vezes não ter o que comer (informação verbal).

Em se tratando da diferença de sexo nas ruas, ela reflete:

Homem não precisa se esconder, entendeu? Homem vive de qualquer jeito lá, acho que assim na rua ele dá um jeito, ele sabe se defender. A mulher, a violência e o estupro na rua é frequente. Mulher é sensível, entendeu? Mas eu imagino que vai passando o tempo e você vai ficando mais arisca, sagaz. Se eu tivesse ficado mais tempo na rua e o Choque de Ordem passasse, eu não ia correr, eu não ia atravessar a Brasil como a gente vê na televisão, na ocupação Jacaré, de Manguinhos, aquela montoeira atravessando a avenida Brasil. Eu não faria isso, eu acho. Ia ser pega rápido também, entendeu? E aí você vai aprendendo, você vai cometendo delitos, arruma uma faca e um canivete e vai se protegendo do jeito que pode. Salve-se quem puder (informação verbal).

Apesar dessa declaração, ela diz que nunca cometeu nenhum delito, porém, o teria feito se tivesse ficado mais tempo lá: “É inevitável, não adianta... você chega lá como a Chapeuzinho vermelho e depois vira Lobo mau, é automático” (informação verbal).

Uma das coisas que aprendeu diante da falta de uma moradia foi a não subestimar todos os desabrigados:

Quando eu tava no ponto de ônibus, eu tinha como voltar pra minha casa,- vamos abreviar aí: casa é morando com alguém-, e que eu tava no ponto de ônibus e vinha alguém pedindo dinheiro, eu sempre tinha aquela ideia “Ah que tá sujo, que vai me roubar”. Mas, na prática, não foi assim, mas tem muito, sim, ruins que roubam e estropam, mas eu tive uma visão diferente do que eu pensava antes (informação verbal).

Maria de Lourdes, 42 anos, negra, solteira, sem filhos, é nascida em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. Antes de ir para as ruas, trabalhou como empregada doméstica e morava junto com a família dos patrões próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas. Depois, trocou de emprego, alugou um apartamento em Copacabana, “então o dinheiro acabou e aí eu fui pra rua” (informação verbal). No total, foram cinco anos vivendo nas ruas até ir para a Unidade de Reinserção Social Stella Maris. A mulher tem irmãos no município de origem, mas não se dá bem com eles. Ela estudou só até a quinta série e recebe aposentadoria. Todo o dinheiro fica investido na poupança bancária.

Banho, ela tomava um dia sim um dia não, na praia. Dormia debaixo de qualquer marquise e “catava latinha pra comprar um biscoito, às vezes comprava um biscoito, um suco” (informação verbal). Mesmo assim, conta que passou fome. Conseguir alimentos era seu principal problema: “Dificuldade de ter uma coisa assim pra comer, na hora que a gente tá com fome” (informação verbal). Além disso, reclama dos dias em que chovia e ela ficava molhada. De uma coisa ela sente saudade: “de quando eu encontrava bastante latinha pra encher o saco plástico” (informação verbal).

Já foi vítima de estupro certa vez que estava no Aterro do Flamengo. O rapaz estava armado e ela não teve reação:

A senhora procurou uma delegacia?
 Não, não procurei delegacia, não procurei nada.
Não ficou com medo de ele voltar?
 Não, não fiquei, não. Ele só fez o negócio e foi embora!
Depois a senhora fez exame de saúde?
 Não, não fiz exame, não.
Não ficou com medo de ter sido contaminada por alguma doença?
 Não, ele era bem vestido (informação verbal).

Ana Lucia Alves da Silva, 34 anos, parda, carioca, solteira, explica que nunca necessitou dormir nas ruas, mas se não fosse o abrigo municipal, precisaria. Possui curso técnico de enfermagem, mas trabalhou também como vigilante e nas lojas *Americanas*. Criada no bairro da Penha, disse que não tinha mais nenhum elo familiar: “Eu me casei, me separei e não tive condições mais de pagar as contas porque eu perdi meu trabalho. Ninguém quis dar apoio ou ajudar. Quando precisei, que eu fui procurar, não quiseram ajudar, aí eu vim pra cá e vou tentar minha vida sozinha, eu e Deus” (informação verbal). Certo dia, “surtou”, fez tratamento em um Centro de Atendimento Psicossocial e a assistente social do CAPS conseguiu uma vaga para ela no abrigo.

Sua fonte de renda é um salário mínimo que recebe do auxílio-doença do Plano de Previdência Complementar, do governo, porque é bipolar e faz tratamento psiquiátrico com antidepressivos e estabilizadores de humor. Todo o dinheiro está sendo investido na caderneta de poupança com o objetivo de alugar uma casa para morar.

*Índia Silva*²⁵, 44 anos, parda, solteira, empregada doméstica desde os 12 anos, é natural de Teresina, no Piauí. Estudou até a segunda série. Perdeu a mãe aos 11 anos de idade e foi criada por outra família. Antes de ir para as ruas, morava na favela da Rocinha. Ela é mãe de três filhos, cada um de um pai, mas não criou nenhum deles: “A minha filha foi criada pela madrinha, que eu não tinha condições de criar ela. O meu filho, primeiro dos homens, hoje em dia é casado e foi embora pro Ceará com a vó dele. O outro também foi criado pela vó, que o pai faleceu” (informação verbal). Disse que o último contato que teve com um dos filhos foi há dois anos.

Sua fonte de renda é o auxílio-doença por ser soropositiva: “graças ao Stella Maris e graças a Deus eu tenho o meu benefício todo mês de R\$ 725,00” (informação verbal). Ela não sabe ao certo de quem contraiu o vírus HIV e há quanto tempo tem a doença porque nunca apresentou sintomas. “Eu vivi cinco anos com um rapaz após a morte do pai dos meus filhos. Eu não sei se foi através dele, entendeu? Eu vim descobrir depois que eu fiz o exame do HIV com a minha doutora, que estava tratando do meu pulmão, ela pediu e realmente acusou” (informação verbal). Em tratamento há três anos, Índia precisou retirar um pulmão devido a uma tuberculose.

A mulher assume que usou drogas durante oito anos. “Eu usei muita cocaína, mas hoje em dia eu não uso mais” (informação verbal). Nas ruas do Rio de Janeiro, viveu cinco anos: “Porque eu sai da casa do pai dos meu filho, discutia muito com minha sogra. Então, eu resolvi deixar as criança com ela e resolvi seguir minha vida pra frente” (informação verbal). Ela circulava pelo bairro da Glória e tomava banho em um posto de saúde pública do Catete: “que lá eu conhecia muitas enfermeiras...” (informação verbal). As roupas ela lavava no Aterro do Flamengo, região que concentra uma grande parcela da população em situação de rua da cidade.

Nunca passou fome nas ruas e conseguia dinheiro vendendo as coisas que ganhava de doações ou que recolhia no lixo. “De manhã, eu ia garimpar... vendia minhas coisas no meio da rua antes dos guarda chegar e arrumava 20 ou 30 reais e ia almoçar e tomar café” (informação verbal).

Para ela, ser mulher nas ruas é muito perigoso: “Muitos homens vê a mulher sozinha e querem abusar, entendeu? Querem fazer coisa que não deve” (informação verbal). Também diz que não existe vantagem nenhuma de morar na rua: “Eu penso que todas as pessoas que moram na rua, está acontecendo alguma coisa grave na vida da pessoa... que na realidade ninguém fala a

²⁵ Nome fictício.

verdade”(informação verbal). E se vitimiza, contando uma outra versão para sua realidade: “Eu, no meu caso, eu perdi família, eu trabalhei na casa da mulher e ela morreu. A filha foi embora, me chamou pra ir com ela e eu não quis ir porque eu achava que em um lugar diferente fora do Rio eu não ia conhecer ninguém” (informação verbal).

A temporada de Índia no abrigo estava chegando ao fim. Após juntar vários meses do auxílio-doença, ela conseguiu comprar móveis e alugar um quarto em um morro da Ilha do Governador. “Eu vou morar do lado da cozinheira daqui, da tia Elza” (informação verbal).

Maria Aparecida Machado Ferreira, branca, 54 anos, prefere ser chamada de Cida. Nascida em Muriaé, Minas Gerais, veio para o Rio de Janeiro ainda na infância. Embora assistida socialmente por uma instituição municipal, tem o ensino superior completo em Assistência Social pela Faculdade Veiga de Almeida. A vida toda teve contato com população de rua e, ironicamente, acabou se tornando uma: “A minha mãe trabalhou na Fundação Leão XIII²⁶ durante 30 anos. Então, eu vivia isso, de vez em quando eu ia lá vê-la e via as pessoas e achava comum e ainda acho” (informação verbal).

Cida tem a mãe e o filho de 30 anos vivendo na cidade, mas a relação com ambos é conturbada:

Minha mãe está lá na Tijuca, ali perto do Maracanã, que ela mora ali e meu filho mora mais adiante. Com a minha mãe eu tenho [contato] sim. Até vou passar a Páscoa lá, se eu puder, é claro, pelo menos nesse feriado, né? Com meu filho [o contato] não é amiúde, de vez em quando eu vejo, mas não nos damos bem, não... (informação verbal).

Antes de ir para o abrigo, ela morava com os pais e o filho na Tijuca. O pai faleceu em 2011 e eles também não se davam. Cida não é muito clara ao dizer por que precisou ficar na rua. Ao que parece, ela não conseguia contribuir nas despesas da casa e isso era um problema: “Porque eu estava causando, de alguma forma, ou me puseram pra causar, um certo constrangimento com a minha presença em casa, então, pra não causar isso, eu me retirei. Eu fiquei na rua, foi melhor assim”. A pista que ela nos dá para os problemas familiares pode ser

²⁶ Vinculada à SEASDH – Secretaria de Estado de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro – a Fundação Leão XIII atua estrategicamente no enfrentamento da pobreza e risco social, coordenando e executando programas e projetos sociais, em consonância com a Política de Assistência Social. Disponível em: <http://www.leao.rj.gov.br/quem_somos.asp>. Acesso em: 31 out. 2014.

identificada nessa fala: “Talvez eu me desse melhor com eles se eu tivesse em um grau normal de situação, se eu tivesse trabalhando. Mas como eu não estava sobre esse grau, então, eu tive que ser mais calma, abaixar mais a cabeça e isso acarretou um comportamento deles que não era igual o de antes”.

Nas horas em que passava na casa dos pais, procurava ser útil para “pagar” pelo pouso e pela comida:

Minha rotina? Eu, de manhã levantava, me arrumava, fazia alguma coisa, geralmente quando tinha alguma coisa pra fazer lá em casa, eu ia pra casa e fazia ou então pra pagar, pra fazer, pra ir ao supermercado, quando eu tinha algum afazer, eu ia pra lá. De noite, eu passava pano na casa. Procurava fazer o máximo de coisas por ali pra não comer o pão dos outros de graça (informação verbal).

Cida não dormia nas ruas, mas durante seis anos, ficava o dia inteiro sentada em uma praça da Tijuca. Só voltava para casa para dormir altas horas da noite. Para passar o tempo, lia livros. Orgulha-se dizendo que chegou a ler oito livros em um único dia. “Eu comia, dormia e tomava banho lá em casa, mas isso só quando tinha alimentação, fora disso eu não comia, dormia pouco e vivia esperando o dia amanhecer, porque eles ficaram muito implicantes e a situação ficou muito ruim” (informação verbal). Ela relata que passava fome e sempre via várias pessoas distribuindo comida para a população de rua, mas que nunca ganhou nada porque não achavam que ela precisava: “Eu estava arrumada. Aquelas roupinhas sempre de brechó” (informação verbal).

A mulher não é aposentada e sua fonte de renda é o benefício de 72 reais do Bolsa Família. Disse que foi internada várias vezes em hospitais psiquiátricos, mas não quis dizer o motivo: “não gosto muito de lembrar porque foi uma coisa horrorosa, destruiu tudo a minha vida” (informação verbal). Fumante há 42 anos, disse que não usava drogas ilícitas, limitou-se apenas a contar que sempre gostou de beber uma “cervejinha”, mas que não podia beber muito por conta do hipotireoidismo.

Para ela, a maior dificuldade era a falta de higiene: “se você tiver uns trocados ou alguém te der, você pode, por exemplo, ir no mercado e até no botequim e comprar a sua alimentação. Agora, por exemplo, a mulher menstrua...” (informação verbal). Sobre a diferença entre ser homem ou mulher na rua, ela brinca: “Há uma diferença muito grande. O homem sempre tem o

seu lugar, ele é sempre mais livre. Até o corpo dele ajuda ele a ser um “gato” e cair sempre de pé. A mulher nem sempre, tem tanto preconceito no meio dela, e dificulta em tudo” (informação verbal).

Da época em que passava o dia na praça, sente saudade da liberdade: “A pessoa vive bastante livre, não tem nenhum problema se levar em consideração os problemas que a pessoa tem em casa. Eu me sentia extasiada de estar ali” (informação verbal).

Assim como Maria Aparecida, *Gleicyane da Conceição Geraldino*, parda, 24 anos, concluiu o ensino superior. Sua formação é de licenciatura em Música pela *Escola Baden Powell*, da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) do Estado do Rio de Janeiro, embora não trabalhe na área devido a uma tendinite que comprometeu os movimentos dos dedos. “Eu fui atendente, trabalhei no *Bob’s*, *Lojas Americanas*, fui auxiliar de loja, operadora de caixa”. Na época da entrevista, a jovem trabalhava como operadora de *telemarketing* na empresa *Atento Brasil*, unidade da Penha.

Solteira, sem filhos, ela tem uma história peculiar. O motivo para o seu histórico de rua foi a violência praticada pelo seu genitor: “ele sempre agrediu a minha mãe antes de morrer, meus irmãos e por último eu, que era a mais nova” (informação verbal). O pai, que era de classe média e sócio de um hotel, batia também na madrasta: “Ela chegou a sair com ossos quebrados e foi ela que deu parte [na polícia] e contou também que a gente apanhava e tudo mais” (informação verbal). Segundo a musicista, a penalidade do homem foi prestar ajuda comunitária, mas isso não fez com que ele parasse com as agressões. Nesses episódios, ela diz que ele expulsou todos os filhos de casa, inclusive ela:

Eu fui dada como desaparecida. Em um desses eventos dele lá, eu fui parar no programa do Wagner Montes²⁷. A Globo me chamou pra dar uma entrevista no Fantástico que tava tendo uma reportagem especial de crianças desaparecidas. A da Globo eu cheguei a me negar, não quis me expor, porque ali eles disseram que teriam que ir lá em casa entrevistar e eu teria que aparecer ou com a voz distorcida ou com a imagem escura. Eu preferi não contar a minha história como desaparecimento, porque, na verdade, não é desaparecimento, eu tinha sido expulsa e ele não contou a verdade de uma situação familiar e acabou chegando ao nível grave da situação (informação verbal).

²⁷ Wagner Montes é apresentador do programa popular *Balanço Geral*, exibido pela *Rede Record* do Rio de Janeiro ao vivo de segunda à sexta-feira.

Depois de expulsá-la, o pai se arrependia e pedia para ela voltar para casa: “Quando é um estranho, rapidinho a gente procura a polícia, agora quando é pai e a gente sabe que só tem essa pessoa em vida, é difícil a gente, mesmo sendo maltratada, desonrar” (informação verbal). Nas primeiras brigas, Gleicyane era acolhida por parentes ou amigos: “Só que no ano passado eu não consegui assim, ninguém. Toda a minha família fechou as portas pra mim” (informação verbal).

Méier, Madureira e Penha foram os bairros pelos quais a jovem percorreu. Geralmente, ficava próximo a postos de gasolina, onde podia usar o banheiro e beber água. “Às vezes, eu ficava andando, eu nunca ficava parada até porque é mulher na rua também não é muito bom, é meio perigoso” (informação verbal). Ela acredita que as dificuldades da vida nas ruas não alteram a índole da pessoa:

Lá no trabalho eu já conhecia os comerciantes que tinham padaria, restaurante e eu pedia mesmo na cara de pau, falava que eu não tinha onde morar, que eu tava trabalhando e que aconteceu isso, isso e isso, explicava a minha história. Eles me ajudavam. Então, é o que eu digo pro pessoal que mora aqui: ser morador de rua ou passar pela rua por um tempo não justifica você se jogar e você se prostituir. Qual é a pessoa que não vai ter um bom coração de te dar um copo d’água, de te dar um prato de comida, uma fruta ou um pedaço de pão? Então, assim, não justifica realmente você fazer coisas ilícitas só porque você tá na rua (informação verbal).

Apesar de ter sido estuprada e de ter passado muita fome, para ela, a principal dificuldade era não ter um local adequado para a sua higiene. Gleicyane comenta que a mulher é mais vulnerável na questão da segurança: “porque quando você é mulher, você tem que ficar perto de um homem na rua, entendeu? Porque se vir outro homem você não consegue medir a força com ele” (informação verbal). Apesar disso, ela não teve nenhum companheiro de rua, mas no último bairro onde permaneceu mais tempo, ganhava a proteção de um casal na hora de dormir. Ela explica outras diferenças que os homens em situação de rua têm em relação às mulheres:

Na parte de trabalho, eu acho que o homem vai ter mais chance de conseguir, a mulher é mais difícil. Tem pessoas aqui na rua que não tem documento. Você vai trabalhar de carteira assinada? Você não vai. Agora um homem pode ser um pedreiro, ele pode capinar, pode consertar alguma coisa, uma mulher já não tem muito esses dons. O que ela vai fazer se ela estiver na rua? Suja? Uma babá vai ser meio difícil ela

conseguir porque ela está suja. Então, muitas dessas mulheres acabam se prostituindo, a verdade é essa (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus, branca, 60 anos, filha de um oficial da Marinha, foi a única entrevistada que encontramos meses depois da entrevista dormindo nas ruas. Estudou até a sexta série e trabalhava como diarista em casa de família. Nascida no Amazonas, casou e teve três filhos em Mato Grosso do Sul, mas optou por tentar uma nova vida no Rio de Janeiro havia cinco anos: “porque era uma brigaiada demais, queria me bater, aí um dia eu peguei, pra não fazer coisas piores, e coisa e tal, eu peguei e sai fora”. Deixou marido e filhos para trás e não tem mais contato com eles, nem demonstrou interesse em procurá-los: “Eles mora com o pai deles e eu acho que eles ficam mais com a vó e no fim de semana o pai deles vai buscar eles lá prá outra cidade” (informação verbal).

Beneficiada pelo Bolsa Família, estava fazendo um tratamento de câncer de pele e disse que não usava álcool ou outras drogas. Antes de ir para as ruas, vivia no Costa Barros, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro: “mas depois houve um problema lá... essas coisas sabe, de tomar lugar, aí eu precisei sair fora, larguei tudo pra lá e vim embora” (informação verbal). Depois, elegeu as ruas do bairro Catete para ser sua nova moradia. Disse que nunca passou fome porque ficava em um lugar onde distribuíam comida todos os dias. Além disso, se oferecia para carregar “as sacolas pras madames em casa” e, com isso, ganhava um trocado para comprar *shampoo* e sabonete.

Ela fala de um “namorado” que teve antes de ir para o abrigo: “Esse rapaz tá até doente. Sofreu um acidente e levou duas facadas na coluna. Era só um companheiro. Companheirismo assim, de um sair e olhar as coisas, entendeu?” (informação verbal).

Em setembro de 2014, Alessandra protagonizou uma postagem da página *Rio Invisível* no *Facebook*. Essa página é dedicada a mostrar fotografia e contar a história de pessoas que moram nas ruas, para, então, torná-las “visíveis” pelo menos na plataforma *online* para outras pessoas. Sua história foi compartilhada por dezenas de seguidores da página e apresenta pontos que convergem com seu depoimento na entrevista, sobretudo no que se refere aos filhos e marido. Vejamos:

“Meu nome é Alessandra, sou do Amazonas e vim parar no Rio pelo destino. Moro na Ilha do Governador há três anos, mas venho pro centro com meu marido catar latinha há um ano e passo três dias sem voltar pra casa. Sempre damos um jeito, não dormimos no meio da praça. O

importante é trabalhar e fazer um dinheirinho. Não tiro muito, o suficiente para comer. Tenho três filhos, um deles está na Bolívia, as outras duas meninas no Mato Grosso, estudando – uma delas vai se formar na Marinha. Sonho em voltar, mas primeiro preciso ficar bem porque não quero que eles saibam da nossa situação aqui. Eu não gosto, mas não dá pra ficar de braços cruzados esperando as coisas caírem do céu. Só com suor e luta que a gente consegue alguma coisa. Agora, eu preciso esperar o governo para pagar meu tratamento de câncer de pele e começar a resolver minha situação. Mas tá tudo indo bem, graças a Deus.” Alessandra se despediu e foi buscar a janta no Corpo de Bombeiros. O marido dela ainda estava catando latinhas²⁸.

Figura 1 - Foto de Alessandra em página de rede social
Fonte: Rio Invisível

Em outubro de 2014, encontramos Alessandra sentada em um banco de praça no Largo do Machado, portando um carrinho de supermercado cheio de sacolas com objetos pessoais e materiais recicláveis. Paramos para uma conversa. Ela disse que havia recebido o benefício do Aluguel Social. Questionamos por que ela estava ali, então. A resposta foi que ela não tinha como comprar comida. “Mas, domingo, eu vou para casa”, disse. O diálogo não fluiu muito bem. A mulher se mostrou incomodada e não se lembrava da nossa entrevista no abrigo meses antes. Resolvemos não insistir na aproximação. Passamos a observá-la diariamente de longe. Volta e meia ela conversava com um rapaz mais novo, que lhe trazia coisas para comer. Alessandra ficou uma semana sentada no mesmo banco de praça. Depois, não a vimos mais.

²⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/rio.invisivel?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

Nossa última entrevistada é *Neuza de Moraes* – ou dona Neuza, como prefere ser chamada-, negra, 68 anos. Quando mais nova, trabalhou como auxiliar de escritório e empregada doméstica. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no Morro do Jacarezinho, e estudou até a segunda série do ensino fundamental. Os pais e os irmãos já faleceram, apenas um ainda é vivo: “mas não quer saber de mim, não sei por onde anda, não sei onde é a casa dele, nunca fui lá, ele nunca me procurou também” (informação verbal).

Depois que a mãe morreu, morou nas casas onde trabalhou, exceto nas duas vezes em que se amasiou: “do primeiro eu sou viúva e do segundo separada porque ele tinha problemas de alcoolismo”. Na última residência em que era empregada, respondeu mal à patroa e foi colocada na rua. Entretanto, não precisou dormir em espaços públicos. Foi direto para a Fazenda Modelo, um dos maiores abrigos que existiu na cidade.

Em relação aos filhos, suas respostas são confusas. Primeiro disse que os dois faleceram. Depois, o diálogo foi o seguinte:

O que aconteceu?

Ela tinha quatro anos, acho. Acho que foi o Juizado que pegou. Foi na época do Carnaval.

Por que pegaram a sua filha?

Eu não sei!

E o segundo filho?

Também pegaram por causa desse problema meu, que eu faço tratamento psiquiátrico. Então, eu não posso ficar com criança.

O que acontece?

Ih, já fui internada oito vezes, levei dez choques no tempo da ditadura.

O Juizado retirou os seus filhos por causa da depressão?

Eu acho que sim, porque eu não tinha condição financeira de cuidar, não tinha casa, não tinha nada. Aí eles pegaram.

A senhora pensa nos seus filhos?

Pensar eu penso, mas, ao mesmo tempo, é uma amargura tão grande porque eu não pude ficar com eles. Um faleceu, Deus levou, o João Marcelo. E a outra, Luciana, deve estar com seus 40 e poucos anos, mas eu não posso ficar com ela porque ela era excepcional, por isso que ficou com o juizado. Se eu pudesse dar o que eles precisam...mas eu não tenho condição, não tenho onde morar, vivo de abrigo em abrigo. Graças a Deus porque aqui eu tenho um teto. Eu saio, mas tenho endereço para voltar. Tenho minha caminha limpinha, que eu também ajudo a conservar porque eu sou muito limpa, graças a Deus, né? Agora vou ganhar minha casinha, fica melhor ainda. E se não ganhar, continuo em abrigo (risos). Não quero morar sozinha, não. Se for pra morar sozinha, eu prefiro ficar no abrigo porque aqui eu tenho minhas colegas. A não ser que eu morasse

com alguma família, aí é diferente. Se eu achasse uma família que me quisesse, eu iria! (informação verbal).

A idosa recebe um salário mínimo por mês de auxílio-doença: “Eu compro minhas coisinhas. Faço meu cabelo, me cuido. Quando precisa comprar remédio, eu compro” (informação verbal). Contou que já foi internada várias vezes em decorrência da depressão: “Eu sofri muito porque eu ficava pelas casas dos outros. Numa dessas internações, eu fiquei sem conseguir fazer nada”(informação verbal).

Certo dia, uma das cozinheiras da Casa do Catete faltou e dona Neuza fez história: “Eu já fiz almoço aqui! Sabia? Fiz arroz enfeitado, maionese, assei dois Chester, fritei frango, fiz farofa. Quando foi uma e meia, a mesa estava posta e a comida tava na mesa. O povo adorou!” (informação verbal). O episódio foi confirmado pelas colegas de alojamento.

2.2 CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Não pretendemos realizar considerações generalistas, tampouco falar em nome de todas as mulheres em situação de rua, pois as narrativas de vida coletadas não dão conta da complexidade desse grupo social. Porém, é interessante notar alguns traços em comum das 15 narradoras, que nos permitem fazer alguns comentários. As mulheres em situação de rua entrevistadas para este trabalho, em sua maioria, autodeclararam-se pardas ou negras, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Cor da pele das entrevistadas
Fonte: elaborado pela autora.

O Censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classifica a soma de pessoas de pele preta ou parda como população negra. Portanto, se levarmos essa classificação do IBGE em conta, 79% de nossas entrevistadas são negras. O mesmo Censo apurou uma população de cerca de 6,3 milhões de pessoas que viviam em domicílios na cidade do Rio de Janeiro, sendo que 51,2% (3,2 milhões) se autodeclararam brancas e 48% disseram ser pretas ou pardas, ou seja, cerca de 3 milhões de pessoas. Percentualmente falando, nosso pequeno universo de pessoas sem domicílio é 31% maior (79% - 48%) se comparado ao mesmo grupo étnico-racial de negros com domicílio.

Muitas destas mulheres envelhecem nas ruas, como é o caso de duas de nossas entrevistadas, com mais de 60 anos. Escorel (1999) indica que o idoso aposentado tem legitimidade de não fazer nada porque já cumpriu o seu dever, mas o idoso morador de rua parece estar ali porque não tem para onde ir, porém, a idade avançada sensibiliza e legitima o pedido de doações, “pois, sendo visíveis a olho nu, os obstáculos e as dificuldades que enfrentariam para conseguir trabalho e rendimentos tendem a aumentar a eficácia do pedido com a obtenção da ajuda solicitada” (ESCOREL, 1999, p.118).

Sob essa perspectiva, Tiene observa: “esse novo modo de viver é mais e mais difícil de ser administrado pelos governantes das grandes cidades, cujas políticas sociais tradicionais pouco alcançam esse segmento ou alteram sua trajetória” (TIENE, 2004, p.150). Apesar das garantias legais de direitos especiais à pessoa idosa, as mulheres em situação de rua não parecem ser contempladas por medidas protetivas.

Gráfico 2 - Idade das mulheres em situação de rua
Fonte: elaborado pela autora.

Suas falas indicam que é complicado conseguir trabalhos formais por não terem endereço fixo, por falta de qualificação e, também, pela idade mais avançada. A perspectiva, segundo Rosa e Brêtas (2011, p.195), não é boa: “depreendemos que esta geração que envelhece na e da rua dificilmente conseguirá viver a velhice fora dela”. Segundo os autores, as políticas públicas de abrigo não oferecem uma “porta de saída” da condição de rua, isso é possível somente em algumas iniciativas da sociedade civil e/ou organizações sociais, que atingem um número muito limitado dessa clientela.

Metade das mulheres não conseguiu completar o ensino fundamental. Duas delas, porém, concluíram o ensino superior.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade das mulheres em situação de rua
Fonte: elaborado pela autora.

Seguindo essa apuração, Arrunátegui Gadf (2008, p.17), aclara que essas mulheres que transformam o espaço público em privado não são “tradicionais mendigos, deficientes físicos ou mentais, dos vagabundos, *hippies*, iletrados como noutros tempos”. São uma parcela qualificada que não conseguiu ser incorporada e foi ejetada do sistema econômico, “valendo-se para sobreviver do apoio financeiro por programas de assistência social mantidos pelo governo e entidades filantrópicas, de cunho não governamental e/ou religioso, além da benemerência ocasional da sociedade civil”.

Praticamente 1/3 das depoentes recebe o benefício do Bolsa Família, mas seus maiores ganhos são provenientes da atividade de reciclagem de latas de alumínio, garrafas pet e papelão, sendo o benefício do governo apenas um complemento para suprir as necessidades mais

imediatas (alimentação e higiene). Giorgetti (2006), Lopes (2009) e Escorel (1999) mencionam o termo marxista lumpemproletariado para designar essas pessoas que não conseguem ter um trabalho lícito regularmente. Escorel (1999, p.262) pondera: “Nas trajetórias que conduziram à moradia nas ruas, embora o desemprego seja um acontecimento recorrente, não pode ser responsabilizado, isolado das demais vulnerabilidades, pelo processo de desvinculação social”.

Uma notícia divulgada pela assessoria de imprensa das Organizações das Nações Unidas (ONU), de dezembro de 2014, informa que 15 milhões de pessoas ganham a vida recuperando material reciclável, sendo quatro milhões de latino-americanos. Infelizmente, três milhões desses latinos, - e provavelmente muitos dos que dormem nas ruas - trabalham de forma insalubre, procurando em montanhas de lixo algo para vender. O especialista em desenvolvimento social do Banco Mundial, Ricardo Schusterman, sugere que pensemos nos catadores não como “lixeiros”, mas como microempresários, pois parte desta atividade tem grande vazão em pequenas cooperativas ²⁹.

Um dado interessante é que a maioria das cooperativas de materiais recicláveis Brasil afora possui mais mulheres associadas. “As estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) indicam o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje, no Brasil, entre os quais 70% seriam mulheres” (AMORIM, 2014, p.3).

Gráfico 4 - Percentual de mulheres que recebem Bolsa Família
Fonte: elaborado pela autora.

²⁹ Disponível em:< <http://nacoesunidas.org/banco-mundial-estima-que-4-milhoes-de-latino-americanos-vivem-do-lixo-reciclado/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

Percebemos que quanto maior o grau de instrução, menor é a quantidade de mulheres que trabalharam como empregada doméstica ou em outros serviços de limpeza, trabalhos de baixa remuneração e que não exigem grandes estudos. Sob esse aspecto, Lopes (2009) recorda que o fenômeno população em situação de rua também é resultante das desigualdades sociais originadas das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. Segundo a autora:

A partir da última década do século passado, particularmente de sua segunda metade, avançou em seu processo de ajuste às políticas neoliberais, tendo a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e a reorientação do papel do Estado como metas. Esses processos combinados ocorreram sob condições subordinadas e implicaram mudanças no mundo do trabalho, que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais, devido ao aumento da concentração de renda, ao aprofundamento do desemprego e à precarização do trabalho e à queda da renda média real dos trabalhadores. A combinação desses elementos promoveu a expansão da superpopulação relativa ou do exército industrial de reserva no País, elevando assim os índices de pobreza e os níveis de vulnerabilidade social da classe trabalhadora (LOPES, 2009, p.81).

Gráfico 5 - Relação entre grau de escolaridade e trabalho
Fonte: elaborado pela autora.

Quando o assunto é álcool e drogas, notamos que a maioria das entrevistadas declarou não fazer uso destas substâncias, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6 - Mulheres em situação de rua e o uso de álcool ou outras drogas
Fonte: elaborado pela autora.

Os dados ratificam o levantamento realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 2013: dos 1.247 entrevistados, 62% (773) não usam drogas e 65% (811) não bebem³⁰. Além disso, das mulheres que assumiram o alcoolismo, a maioria relatou um histórico familiar do problema, como se o envolvimento com o álcool fosse um hábito incutido desde muito antes de viverem nas ruas.

Giorgetti (2006), ao comparar para sua tese de doutorado a situação de rua de São Paulo e de Paris observou que, no Brasil, os médicos mostram o alcoolismo como fator desencadeante do processo que conduz às ruas, responsabilizando, desse modo, o próprio “morador de rua”. “As pessoas que partilham essa ideia encontram explicações endógenas para esse fenômeno urbano. Uma vez que a decisão de se embriagar depende unicamente de uma escolha individual, todas as consequências de tal gesto são de responsabilidade do indivíduo, inclusive sua ida para a rua”. (GIORGETTI, 2006, p.106). Ao passo que na França, os médicos não mencionam o alcoolismo como causa desse processo, mas sim o desemprego e a ruptura familiar. “O desemprego como uma consequência das crises econômicas e a ruptura familiar como um sintoma das transformações ocorridas no núcleo familiar escapam das explicações que enfatizam papel do indivíduo” (GIORGETTI, 2006, p.106).

Alguns países, sabendo da dificuldade de recuperação completa de um dependente de álcool, resolveram oferecer emprego a essa clientela. Na Holanda, por exemplo, existe um projeto, financiado pelo governo, que paga com alimentação e cerveja alcoólatras em situação de rua que coletam material reciclável, como informa a *BBC News* em Amsterdã. A ideia é proporcionar melhor qualidade de vida a essas pessoas e, ao mesmo tempo, estimulá-las a contribuir para a sociedade. Depois que o projeto foi iniciado, a polícia percebeu que diminuiriam as ocorrências de esfaqueamentos e roubos próximo ao *Oosterpark*, em Amsterdã, além disso, as ruas da região estão mais limpas. Outro ponto positivo é que os beneficiados estão sendo menos marginalizados pelos moradores: “Eles antes nos tratavam como lixo, e agora nós estamos recolhendo o lixo deles e, como consequência, não somos mais o lixo”³¹, reconhece um integrante.

³⁰Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio/2013-05-16/censo-mostra-que-maioria-da-populacao-de-rua-nao-bebe-ou-usa-drogas.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

³¹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140106_amsterda_lixeiros_cerveja_fl>. Acesso em: 17 out. 2015.

2.3 DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS COM AS MULHERES

Escorel (1999) define o espaço do lar como um ambiente que envolve domesticidade, intimidade e privacidade. E tudo isso não existe para quem não tem um “teto” para morar. Por outro lado, compreendemos que muitas entrevistadas, embora já tenham vivido no mesmo espaço físico com “carne de suas carnes”, careceram de uma casa e de um lar porque ou sofriam violência física e/ou psicológica ou quando precisaram de auxílio em determinada situação de fragilidade, seus entes não as protegeram. Alguns depoimentos deixam isso claro: “Quando precisei, que eu fui procurar, não quiseram ajudar”; “nunca vi isso de um pai”, “não quer saber de mim”.

Saffioti (2001) diferencia a violência doméstica da violência intrafamiliar: “Enquanto na segunda a violência recai exclusivamente sobre membros da família nuclear ou extensa, não se restringindo, portanto, ao território físico do domicílio, cabem na primeira vítimas não-parentes consanguíneos ou afins” (SAFIOTTI, 2001, p.130-131). Ao ser agredida pelo seu pai biológico, Gleicyane da Conceição Geraldino, portanto, era vítima da violência intrafamiliar (“ele sempre agrediu a minha mãe antes de morrer, meus irmãos e por último eu, que era a mais nova”). No entendimento de Tiene (2004), muitas mulheres abrigam-se na rua como se fosse um exílio, para se defender das agressões domésticas, porque a rua é o lugar de todos. “A rua é cheia de gente, é olhada de todos os lugares, por isso pode ser segura!” (TIENE, 2004, p.21).

As depoentes que assumiram sofrer violência física de seus companheiros ou desistiam de buscar ajuda policial ou buscaram e não foram atendidas, conforme algumas falas: “Minha filha, vou te falar uma coisa, essa delegacia da mulher, falam tanto, né? Mas só ajuda você depois que o marido mata”; “Eu dei parte [na polícia] uma vez, mas ele me pediu, se joelhou pra mim não entregar ele né, porque ele ia preso com certeza, infelizmente né?”.

O depoimento das agressões físicas que Cristina Maria da Silva Costa sofria (“ele me batia, mas a casa era dele”) volta-se ao que sublinha Saffioti (2001, p.120): “A rigor, não é fácil, para uma mulher, romper com a relação amorosa sem auxílio externo”. Ainda segundo a autora, geralmente, as mulheres reagem contra a agressão de diversas maneiras, mesmo essas reações não sendo adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros. Percebemos também que, ao voltar para casa várias vezes, mesmo depois de apanhar, e sabendo que na próxima briga seria agredida novamente, a mulher se assume como vítima: “Na posição vitimista não há espaço para

se resignificarem as relações de poder. Isto revela um conceito rígido de gênero. Em outros termos, a postura vitimista é também essencialista social, uma vez que o gênero é o destino” (SAFFIOTI, 2001, p.125). Assumir uma postura vitimista, não significa que Cristina aceitava a violência: “Parece que a questão é de falta de alternativa numa sociedade machista. A ‘aceitação da violência’ derivaria justamente da ordem patriarcal de gênero, da primazia masculina” (SAFFIOTI, 2001, p.132).

A descrença na Lei Maria da Penha também foi observada em outros estudos sobre mulheres em situação de rua. Rosa e Brêtas (2015) criticam que as mulheres precisam de proteção efetiva para se encorajarem em denunciar o agressor: “Para tal, a resposta do Estado e da justiça precisa ser mais ágil na punição do agressor, e a mulher ter, à disposição, alternativas para se livrar da violência doméstica, na ausência de apoio familiar e autonomia de renda”(ROSA; BRÊTAS, 2015, p.282).

Ainda sobre as declarações de violência dos parceiros, coube a essas mulheres a escolha de uma nova trajetória (“ele me batia, tentou me matar três vezes. Na terceira vez, eu comecei a andar sem destino e vim parar aqui”).

A história de Maria Aparecida Machado Ferreira mostra que ao longo do processo de afastamento de sua família, embora vivendo situações conflituosas, utilizava a casa para suprir as necessidades mais básicas: “Nesse caso, a família recebe uma referência afetiva negativa, porém se mantém como recurso de sobrevivência, numa relação instrumental com tendência à ruptura do vínculo” (ESCOREL, 1999, p.146).

Se a violência ocorrida dentro do espaço doméstico é um fator para justificar a ida para as ruas, no espaço público, aparecem outras formas de perversidade. Um estudo realizado por Rosa e Brêtas (2015) com mulheres em situação de rua da cidade de São Paulo aponta quatro formas distintas de violência vividas nas noites em que elas pernотaram nas ruas: a violência praticada por pessoas ou grupos intolerantes com a situação de pobreza; a violência praticada entre as próprias pessoas que se encontravam na rua (brigas por dívidas de drogas, disputa de espaço, furtos, desavenças e infidelidade conjugal); a terceira é a violência planejada, cometida por policiais contratados por comerciantes ou moradores que se sentem prejudicados pela presença dos sem-teto próximos de seu comércio ou de sua residência; por fim, a violência sexual praticada por homens, em situação de rua ou não, “com potencial de causar danos físicos e mentais irreparáveis na mulher” (ROSA; BRÊTAS, 2015, p.279).

Nos depoimentos das 15 entrevistadas, identificamos o temor ou a experiência dessas formas de violência. O receio de ataques com fogo, por exemplo, foi externado na fala de umas das entrevistadas (“Esses perigo que a gente vê no jornal, entendeu? De pessoas tacarem fogo no mendigo, espancar, estuprar”). Esse medo é recorrente. De acordo com Frangella (2004), o dormir na rua exprime o mais alto grau de vulnerabilidade corporal desse segmento e o atear fogo nos habitantes de rua, com seu efeito rápido, irreversível, doloroso e extensivo ao corpo todo, é a tentativa de destituir a única coisa que resta a quem vive nas ruas: o corpo (FRANGELLA, 2004).

As mulheres que declararam o medo de sofrer estupro enquanto dormiam, também mencionaram a necessidade de um “companheiro” como “escudo”. Tais declarações vão de compasso ao que postula Tiene (2004): as mulheres nas ruas precisam ter um parceiro para além de suprimento de carências afetivas, como forma de troca de proteção “por ser alvo de disputa pelos homens, que se constituem em sua maioria na rua” (TIENE, 2004, p.153) . Arrunátegui Gadf (2008) acrescenta:

O sexo como moeda de troca permeia a relação entre homens e mulheres. Os papéis sociais são construídos a partir de diferenças de gênero no seguinte sentido: cabe às mulheres o papel tradicional de cuidadora do lar, calcado na tradição patriarcal, ou seja, aquela que cozinha, lava, passa, mantém o equilíbrio das relações. Como pagamento pela proteção dada à mulher, esta passa a pertencer sexualmente a um homem. Há, nesse caso, a perda da autonomia individual, do direito de escolha pelo ganho de permanecer viva e “protegida” da violência de estranhos e de outros homens. O que, de nenhuma maneira garante proteção contra violência do próprio parceiro. Ainda ressaltamos que além das tarefas domésticas, os relatos permitem observar o que homens esperam das mulheres, as quais são cobradas também como colaboradoras ou provedoras dos ganhos dos companheiros, geralmente fazendo “bicos” de rua (ARRUNÁTEGUI GADF, 2008, p.145).

Algumas entrevistadas, porém, disseram que não precisavam ter um companheiro de rua. Nesse caso, preferiam andar sozinhas ou pediam a proteção de casais para vigiar o sono. Seguindo o raciocínio de Escorel (1999, p. 165), o isolamento, como foi o caso de Cecília Celi da Silva Correa, por exemplo, não emerge como uma contraposição aos agrupamentos: “o ‘bloco do eu sozinho’, prevalece entre os moradores de rua como recurso para amenizar conflitos e como estratégia para diminuir a visibilidade e, portanto, a repressão”.

Na falta de proteção dos familiares ou de laços sociais fortes e permanentes, reproduzem nos desconhecidos de rua – cujos vínculos são superficiais e transitórios - a família que gostariam de ter. (“Eu ficava perto de um casal”; “Fazia amizades com pessoas que eu nunca tinha visto na minha vida, né? Dormia ao lado delas, passava a ser amigos”).

A história de algumas mulheres, como a de Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva, que passou a infância nas vias públicas, remete-nos ao pensamento de Carloto e Garcia (2009) para quem a questão econômica não é o único fator presente na vida de meninos e meninas de rua: “Notar-se-á que as relações familiares também têm peso preponderante, porém estas famílias encontram-se também fragilizadas e vulneráveis e seus componentes acabam por repetir a mesma história de pobreza, violência e rompimento de vínculos existentes por vezes há muitas gerações” (CARLOTO; GARCIA, 2009, p.14).

Casos como o de Greicikely Silva Santos, cuja morte da mãe foi o principal fator que desencadeou sua ida para as vias públicas, foram tratados na pesquisa de Escorel (1999):

A desintegração familiar por morte é uma “fonte” de população de rua desde a época medieval. As descrições e análises desse período nunca omitem a presença de órfãos e viúvas entre os pedintes isolados ou mesmo profissionalizados nos “pátios dos milagres”. Quando os pais morrem, a dispersão dos irmãos pode ser uma estratégia de sobrevivência (ESCOREL, 1999, p.106).

O depoimento de Kátia da Silva Ribeiro indica um dos motivos de habitar as ruas, que é peculiar ao município do Rio de Janeiro ou de outras grandes cidades: a perseguição da milícia (“Estavam perseguindo a gente, nós fugimos”). Essa motivação já havia sido identificada por Escorel em 1999:

No Rio de Janeiro, a crise econômica, a especulação imobiliária e a precariedade de condições de vida nas favelas foram acrescidas, nos últimos anos, por processos de violência protagonizados por traficantes de drogas e policiais, aumentando a vulnerabilidade habitacional e criando novas vulnerabilidades à violência das famílias trabalhadoras pobres (ESCOREL, 1999, p.124).

Sabemos que ao longo da história, a mulher foi “construída” para o espaço privado: mãe, filha, esposa, zeladora do lar. “A rua, como espaço público, é de todos. A mulher, construída

socialmente para a vida doméstica, ao ser jogada na rua, no espaço público, refere-se ainda com frequência à família, aos filhos, embora pareça não conseguir ficar com eles (TIENE, 2004, p.20). Isso pode ser comprovado em algumas falas (“porque eu não tenho o número do celular deles”; “minha filha mais velha continua com a minha mãe”, “minha filha foi criada pela madrinha”, “mas eu não posso ficar com ela porque ela era excepcional”, “eu discutia muito com minha sogra, então, eu resolvi deixar as criança com ela e resolvi seguir minha vida pra frente”, “eu acho que eles ficam mais com a vó”, “o outro também foi criado pela vó, que o pai faleceu”). É difícil concluir se essas mulheres não puderam ou se não desejaram ficar com seus filhos.

Identificamos que as entrevistadas eram, em sua grande maioria, solteiras, viúvas ou divorciadas. Essa observação segue a tendência de outros países bem distantes do Brasil. No Japão, por exemplo, estatísticas divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística Japonês mostram que uma em cada três mulheres solteiras vive em situação de pobreza, correndo, muitas delas, o risco de se tornarem sem-abrigo. Isso porque o sistema de segurança social do País assenta-se num modelo de família muito tradicional em que o pai é que sustenta a família e a mãe cuida das crianças. “Apesar das mudanças visíveis na sociedade japonesa, que registrou um aumento crescente do número de mulheres divorciadas e solteiras, o regime de subsídios não foi alterado” (CAIS, 2013, p.53). Uma das alternativas para essas possíveis sem-teto é conseguir renda através da venda da revista *The Big Issue Japan*, uma das poucas organizações do país a dar apoio a mulheres sem-teto.

Percebemos que as entrevistadas não carregam consigo muitos itens (“Aí eu deixava as minhas coisa na casa de um... os pertences, eu só tinha uma bolsa, uns documentos, algumas roupa e uns sapatos e eu deixava lá”). Além da dificuldade de carregar peso, Escorel (1999) adverte que o acúmulo de pertences daqueles que se instalam nas ruas aumenta a visibilidade, “portanto, a repressão tanto dos órgãos públicos quanto dos moradores com teto na localidade” (ESCOREL, 1999, 223).

Nessa discussão sobre as entrevistas, vale enfatizar as semelhanças de histórias de vidas da jornalista Esmeralda Ortiz e da entrevistada Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva. Bem como Núbia narra as suas alucinações ao iniciar o uso de drogas aos dez anos, Esmeralda Ortiz descreve situações semelhantes em seu livro:

Eu cheirava e depois sentia os bichos correndo atrás de mim. Ficava batendo o maior papo com a grama. Na Praça Patriarca, do lado da Rua Direita, tem um monumento, um homem bem grandão. Eu ficava cheirando cola e olhando para ele. Dali a pouco ele vinha andando atrás de mim. Eu saía daquele lugar e ele correndo atrás de mim. Na hora que ele ia me pegar, passava o efeito da cola. Então, eu cheirava mais. Eu ficava olhando para as nuvens e via os anjinhos. Não sentia fome, não sentia frio. Não sentia medo. Com a cola, eu tinha coragem. Por isso que gostava (ORTIZ, 2001, p.65-6).

Assim como Núbia conta que o crack a levou para o “fundo do poço”, a jornalista relata que quando se viciou nessa droga, vivia num triângulo de obsessão, compulsão e uso:

Cada vez que eu usava, mais eu queria. Eu vivia pra usar e usava pra viver, e assim eu mergulhava na monotonia. Às vezes ficava uns dois meses sem tomar banho. Perdi o amor-próprio e pelas pessoas, e o pior: perdi a dignidade. O crack pra mim era tudo. Eu colocava a droga em primeiro lugar, e tudo que eu fazia não era por mim, mas sim para sustentar o meu vício: roubava, vendia droga, mentia. No começo até que era bom, pois o pessoal me dava droga direto, mas depois eu tinha que pagar se quisesse mais. Então comecei a cometer várias insanidades, nem eu mesma acreditava. Colocava a minha vida em risco por causa de 100 gramas de crack (ORTIZ, 2001, p.99).

As histórias de Núbia e da escritora Esmeralda estão em harmonia com a constatação de Tiene (2004): as mulheres mais novas geralmente tiveram família de origem desestruturada ou são órfãs, foram educadas em instituições e cumpriram medidas socioeducativas na infância ou adolescência. Essa realidade pode ser o caminho para a autodestruição, que culmina com o uso de substâncias psicoativas. Estar nas ruas por fatos dos quais essas meninas não tiveram, inicialmente, responsabilidade, segundo a autora, pode “desencadear um processo de enfrentamento à opressão com muita brutalidade, oferecendo poucas possibilidades de volta a uma vida considerada de padrões normais por outros segmentos da sociedade, superando os traumas da vida na rua” (TIENE, 2004, p.122).

Esmeralda e Núbia disseram que namoravam meninas. Segundo Garcia (2013), o uso de substâncias psicoativas, não raro, aparece também associado ao estigma da homoafetividade, seja para mitigar o sofrimento pela discriminação sofrida ou para diminuir a autocensura pela própria orientação sexual.

Percebemos que a homoafetividade é recorrente nos abrigos onde realizamos as entrevistas. Para além de questões biológicas, em seu livro, Esmeralda Ortiz aponta algumas características da vida nas ruas que fazem com que muitas mulheres namorem outras mulheres por “opção”: os frequentes casos de estupro – como aconteceu com Núbia, – resultam com que as mulheres sintam trauma de homem, e a passagem por diversas instituições (de acolhimento, abrigamento, reinserção social, socioeducativa) em que a convivência é apenas com mulheres. A escritora destaca:

Eu tinha medo, muito medo. Eu achava todos os homens escrotos, começando pelo meu padrasto, que tinha me estuprado até pouco tempo antes de ele morrer. Eu não me envolvia mais com ninguém. Dos dez até meus 19 anos escolhi não ter relação com nenhum homem. Tive envolvimento com mulheres, mas não deixava as mulheres tocarem em mim. Era uma espécie de namoro. Às vezes eu dava um beijo nas meninas, as meninas se apaixonavam por mim na Febem, mas eu não queria muito (ORTIZ, 2001, p.79).

A outra constatação de Ortiz é a necessidade de se portar como homem nas ruas para evitar violências diversas:

Um dia comecei a andar como homem na rua. Eu me vestia como homem porque era um meio de eu me proteger, pra que os homens, quando eu estivesse dormindo, se confundissem. Pra me parecer com um homem, eu cortava o cabelo curto, usava calça larga, jaqueta, tentava imitar o jeito. Eu não falava que era mulher. Então todo mundo achava que eu era homem (ORTIZ, 2001, p.100).

Na mesma linha de pensamento, Lopes, Borda e Reis (2003) indicam que alguns comportamentos dessas mulheres considerados sintomáticos de uma condição de “loucura” podem ser um mecanismo de proteção contra a violência sexual e física, como declarou a entrevistada Cecília Celi da Silva Correa sobre quando circulava pelas ruas: “Coloquei uma faixa na testa, parecia o Rambo” (informação verbal).

Observamos que as mulheres entrevistadas sentem benevolência pelas instituições de caridade que distribuem sopa e até mesmo pelos donos de restaurantes que separam a comida do lixo, facilitando o acesso ao alimento dispensado. Em todas as narrativas, notamos como elas assumem uma postura inferiorizada. Pessoas que precisam de doações de alimentos existem até

mesmo nos países mais ricos do mundo, mas a recepção dos mantimentos nem sempre acontece de forma tão verticalizada. Na Alemanha, por exemplo, existe o projeto *Food sharing* de doação de comida para os mais pobres. Sabendo que mais de 80 quilos de comida por pessoa eram desperdiçados todos os anos no país, a frente foi criada para diminuir esse desperdício e facilitar o contato entre pessoas necessitadas. Um *site* permite aos utilizadores registrados doarem a comida da qual já não precisam a outras pessoas (CAIS, 2013, p.53).

Algumas entrevistadas declararam uso abusivo de álcool, citando o problema como anterior a ida para as ruas, como se fosse uma herança familiar (“A minha vó me dava né, pra provar... assim com oito anos e até menos, que ela dava na minha boquinha pra mim provar, né?”; “meu pai tem derrame na vista porque bebia cachaça e bebia remédio”; “Eu comecei a beber com nove anos de idade. Meu pai e minha mãe bebia”). Já nas ruas, disseram que a tendência ao consumo de bebida, comprada com o dinheiro da venda de materiais recicláveis, aumentava devido às diversas situações de vulnerabilidade, conforme Jane Aparecida de Campos: “porque a rua, pra gente que é mulher... se você não tomar pelo menos uma bebida forte para você dormir, você não dorme” (informação verbal).

Brognoli (1996) cita que o álcool vai além de um vício: atua como suporte de vida cotidiana desenrolada em público, serve para reduzir a inibição na hora de pedir dinheiro, “anestesia” o frio, a fome, as dores físicas e as lembranças ruins, além de ser um reforçador dos laços interpessoais flutuantes.

Algumas doenças são comuns entre a população de rua: problemas nos pés (por passarem muitas horas por dia em pé nas ruas ou andando); infestações (pela dificuldade de acesso a locais para higiene pessoal); Doenças Sexualmente Transmissíveis (como sífilis e herpes e HIV), tuberculose e doenças crônicas, como hipertensão e diabetes (BRASIL, 2012). Em relação a DST, Índia Silva foi a única entrevistada que declarou ser soropositiva. Ela não sabia há quanto tempo estava infectada com o vírus HIV, nem quem transmitiu a doença para ela (“Eu vivi cinco anos com um rapaz após a morte do pai dos meus filhos. Eu não sei se foi através dele, entendeu?”). Segundo Garcia (2013), a situação de rua está relacionada direta ou indiretamente responsável pela infecção e o aparecimento da Aids, e a descoberta da doença, diversas vezes, aparece como fator predisponente a se continuar em situação de rua, o que não foi o caso de Índia, que guardou dinheiro para poder alugar um quarto. Entretanto, o fato de estar doente foi

apontado por ela como um elemento a mais de preconceito nas ruas, até mesmo pelos seus colegas de vivência.

Estar ou ficar doente é um fator recorrente na vida de quem não tem domicílio fixo. Rosa e Brêtas (2015) mencionam um estudo realizado em Toronto, no Canadá, sobre o risco de morte entre mulheres em situação de rua: “essas mulheres, entre 18 e 44 anos de idade, têm entre oito e trinta vezes mais chances de morrer do que as mulheres da mesma faixa etária da população em geral” (ROSA, BRÊTAS, 2015, p.276). As mortes estão relacionadas a doenças mentais, overdose, infecção por HIV, tuberculose, traumas e dificuldade no acesso a tratamento de saúde.

O preconceito, também, foi um tópico muito mencionado pelas entrevistadas, por isso, para esse assunto, dispensamos uma discussão maior.

2.4 PRECONCEITO COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

No esforço de introduzir de forma poética o assunto do preconceito, vem-nos à memória, antes de qualquer apreciação, a música “Eu não sou da sua Rua”, de autoria de Arnaldo Antunes (2007) e gravação de Marisa Monte. A letra diz: “Eu não sou da sua rua/ Não sou o seu vizinho/ Eu moro muito longe, sozinho/ Estou aqui de passagem/ Eu não sou da sua rua/ Eu não falo a sua língua/ Minha vida é diferente da sua/ Estou aqui de passagem/ Esse mundo não é meu/ E esse mundo não é seu”. Tal canção, se bem refletida, serve como pontapé para explicar uma cena de *apartheid*³² social que observamos na zona sul do município do Rio de Janeiro.

A situação foi a seguinte: era uma quarta-feira, meio dia, uma mulher negra e franzina estava sentada na calçada da rua Dois de Dezembro, no bairro Catete, onde predominam prédios residenciais e estabelecimentos comerciais. Encostada em uma árvore, deixara em sua volta seus pertences armazenados em várias sacolas plásticas. Não aparentava estar alcoolizada nem sob efeito de outras drogas.

Eis que chega um morador de um dos prédios e se incomoda com a presença dela ali em “seu” território. Com biotipo diferente da “vizinha indesejada”, o homem alto, forte, branco,

³²Buarque (1998) explica que a origem do conceito de *apartheid* vem da Grécia, quando gregos antigos acreditavam que a espécie humana estava dividida em duas espécies: eles, os gregos, e os “bárbaros”, os outros, que nasciam para trabalhar como escravos. Porém, o *apartheid* foi mundialmente conhecido pela separação entre negros e brancos da África do Sul, quando, em 1951, uma lei estabeleceu uma organização política para os habitantes negros diferente da dos brancos. Os negros tornaram-se estrangeiros dentro do próprio país e os brancos foram privilegiados politicamente.

trajando uma camiseta de lutador de artes marciais, abordou-a de forma grosseira. Aos berros, dizia, com arrogância, frases humilhantes, ameaçando agredi-la, caso ela não “vazasse” dali imediatamente.

Mesmo acuada, a mulher tentou argumentar: “Mas você está me expulsando da minha casa? Aqui é a minha casa!”, disse. O rapaz irritou-se ainda mais, prosseguiu com as ofensas, apressando-a para sair o quanto antes do local. Chorosa e cabisbaixa, ela apanhou suas sacolas e se retirou dali. A cena foi uma evidente manifestação de preconceito sobre o modo de morar.

Heller (1985) conceitua preconceito como: “um tipo particular de juízo provisório (...) são produtos da vida e do pensamento cotidianos” (HELLER, 1985, p.47), provocado pelas integrações nas quais vivem os homens. A autora afirma que nenhum juízo de valor acerca da sociedade existe isoladamente, mas faz parte de uma concepção de mundo. A socióloga salienta que existem duas formas de preconceito: o social - que corresponde à maioria - ou o individual, sendo que costumamos assimilar os preconceitos de nosso ambiente (social) e, depois, aplicá-los em casos concretos (individual). Heller relata ainda que grande parte dos preconceitos é produto das classes dominantes: “O desprezo pelo ‘outro’, a antipatia pelo diferente, são tão antigos quanto à própria humanidade” (HELLER, 1985, p.55).

Determinados preconceitos, portanto, têm origem histórica, e, segundo a socióloga, não podem ser totalmente eliminados do desenvolvimento social. Entretanto, há um caminho alternativo: “é possível, em troca, eliminar a organização dos preconceitos em sistema, sua rigidez e – o que é mais essencial – a discriminação efetivada pelos preconceitos” (HELLER, 1985, p.59).

Alguns preconceitos, entretanto, permanecem arraigados. O jornalista e escritor João do Rio, em 1917, já se referia à clientela que mendigava no Rio de Janeiro com discriminação. Dizia ele que o mendigo tem a felicidade de não ter que ter honestidade:

O mendigo é zero. (...) Entretanto, tenho encontrado mendigos com esse preconceito necessário à boa mesa, à boa e honesta canalhice inteligente. O absurdo da honestidade em alguns mendigos é acompanhado do medo. Quem não tem o que perder tem sempre o que ganhar (RIO, 1917, p.156-7).

Manifestações de preconceito foram citadas por quase todas as entrevistadas desta pesquisa. As que declaram que nunca sofreram atitudes preconceituosas, o fizeram porque as pessoas não desconfiavam que elas estivessem em situação de rua. “Quando eu dizia que era da

rua, ninguém acreditava”, afirma Greicikely Silva Santos. Já Gleicyane da Conceição Geraldino comenta:

Geralmente ninguém pensava que eu era da rua, porque assim, eu tinha coisas comigo, então a minha roupa não era aquela roupa rasgada ou suja, porque eu sempre procurava tomar banho. Achavam que eu estava sentada esperando alguma coisa. Eu fui ter esse preconceito no trabalho, quando eu tive que expor que eu estava passando por essa situação, depois tive que expor que eu estava no abrigo. Não era aquele preconceito agressivo, mas um olhar que você sabe que é de preconceito, um comentário pelas suas costas que você sabe que é um comentário de preconceito (informação verbal).

Se antes a jovem era tida pelos colegas de trabalho como uma “moça de família” e trabalhadora, depois de descobrirem que ela não tinha onde morar, ela passou a ser vista como uma sem-teto, como se sua identidade fosse modificada pela sua condição social. Hall (2006) define que a identidade do homem não é um produto biológico, mas é produzida historicamente. E não existe apenas uma identidade, mas várias, e, por vezes, contraditórias, que são empurradas em diferentes direções, de modo que essas identificações vão sendo continuamente deslocadas. “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p.39).

Foucault (2005) teria outra explicação para tal fenômeno identitário. Para o referido autor, as identidades são conferidas a partir de características do corpo, sendo, portanto, biológicas. Para ele, a bioidentidade estaria vinculada, no caso das mulheres em situação de rua, àquilo que é historicamente construído sobre esta população, agregado com o fenótipo estereotipado daqueles que vivem nas ruas. Talvez, por isso mesmo, boa parte da população encare as pessoas que vivem nas ruas com asco, como se fosse um risco biológico, como se a parte mais degradada delas fosse seu corpo. A explicação de Foucault serve, ainda, como esclarecimento plausível para as medidas de higienização empenhadas pelo Estado contra esse público. Mais uma vez a noção biológica integra as ações dirigidas aos objetos de gestão pública, neste caso, denominado pelo autor como Biopolítica³³.

³³ Bioidentidade e biopolítica são termos que se referem a estratificações políticas, econômicas e sociais, capitaneadas pelo Estado, ciência e mercado, com vistas a facilitar a gestão de populações. Cada um destes grupos bioidentitários é objeto de produção de saberes específicos, leis específicas, políticas públicas específicas, produtos específicos, dentre tantas outras especialidades. São exemplos destes grupos de gestão os velhos, as crianças, os

Algumas formas de preconceito mencionadas pelas outras entrevistadas foram tão intensas que levaram a comportamentos hostis por parte daqueles que se sentiram incomodados com as mulheres em situação de rua. Cecília Celi da Silva Correa, por exemplo, passou por situações delicadas: “me xingavam quando passava. Tinha rapazes ou grupo de jovens que quando eu passava, jogavam pedra em mim. Uma vez jogaram um garfo, que quase furou meu olho”(informação verbal). Maria de Lourdes afirmou que sofreu grosserias até mesmo de infantes: “Ah, na rua eles não me deixava sossegada, não. Às vezes era criança né, ficava incomodando né, jogava pedra” (informação verbal).

Jane Aparecida de Campos percebia indiferença pelo olhar dos transeuntes:

A pessoa tem nojo de olhar prá você. Você vai falar com a pessoa e ela faz cara de nojo ou corre de medo. Parece que você é um bicho, não é gente. Tem pessoas que não chega nem perto da gente, sabe? Com medo da gente roubar eles ou fazer alguma coisa. Já passei um mau bocado aqui no Rio (informação verbal).

A fala de Jane nos remete a Arendt (1991) *apud* Dantas (2007). A autora expressa a extrema solidão dos que vivem “a experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter” (ARENDT, 1991, p.15) .

Neuza de Moraes conta que percebe estranhamento dos comerciantes quando descobrem que ela mora em uma instituição municipal:

Se as pessoas souber que a gente mora em abrigo, elas olha a gente meio assim...sabe? Até nas lojas. Uma vez fui comprar meu remédio, aí o rapaz pediu o endereço daqui e eu tive que dar, né? Aí ele me olhava de cima a baixo, porque eu sempre fui arrumadinha, né? O rapaz não acreditou que eu morava em abrigo! (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus, apesar da tentativa de se manter limpa todos os dias, lembra que as pessoas não gostavam de chegar perto dela. Já Cristina Maria da Silva Costa menciona que o preconceito é maior com as mulheres. E ainda é mais intenso quando ocorrem episódios de mendicância:

Ah, a pessoa te humilha né, pensa que você é ladrona, que você é drogada, principalmente com mulher é pior ainda, pensa que você é piranha, os homem quer abusar de você. É uma situação muito horrível, eu não quero isso nem pro meu inimigo. Acho que a pior coisa da vida é você chegar a morar em uma rua....Você chegar em um lugar pra pedir um real pra tomar um café, tem pessoas que davam né, mas tem pessoas que com dinheiro não dava. Ficavam te olhando como se você tivesse até uma doença contagiosa, ah é morador de rua, vai roubar, é assim, essas coisa toda (informação verbal).

Sennett (2003), em “Carne e Pedra” já afirmava que a cidade é um *locus* de poder, de agrupamentos de pessoas diferentes, que se apresentam “estranhas” umas às outras. Jane, Alessandra e Cristina sentiram esse “estranhamento” e eram vistas pelos outros como uma patologia social.

Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva sentia o preconceito manifestado não apenas por viver em vias públicas, mas também por ser usuária de drogas e homoafetiva: “Muito! Cracuda! Rouba de todo mundo. Também me chamava de sapatona também. Ah, ‘vai trabalhá, porra!’ ‘Vai se sustentar’, começavam a falar...”(informação verbal).

Kátia da Silva Ribeiro acredita que sofreu preconceito por parte de um médico que se recusou a atendê-la em um equipamento municipal de saúde voltado à população de rua porque ela tinha cadastro no posto desde quando vivia em uma casa:

Eu disse: “mas o que tem uma coisa a ver com a outra? Agora eu sou população de rua, tanto é que eu não moro mais no endereço que consta no meu cadastro”. Para algumas coisas você é população de rua, para outras você não é. Quando é para você receber os seus direitos, você não é população de rua, mas quando é para cumprir com suas obrigações, você é população de rua (informação verbal).

Maria Cristina de Souza de Castro assumiu que sofria preconceito todos os dias, mas em sua opinião, algumas atitudes eram legítimas, tendo em vista que roubos e assaltos é uma realidade diária no município do Rio de Janeiro. Em seus próprios dizeres:

Vamos supor que você está na fila de mercado ou você está andando na calçada, às vezes as pessoas ficam apavoradas, né? Já anda, já põe a bolsa pra cá, ainda mais se vê assim uma pessoa muito humilde. De preferência negra... já dá aquela olhada, né? Principalmente mulheres idosas, elas é que ficam mais com medo, aí dá aquela olhadinha, já põe a bolsa para frente, porque elas é que costumam sofrer mais violências nas

ruas. Eu me sentia até natural porque é isso que acontece. Na vida é isso que acontece também, entendeu? (informação verbal).

O pensamento de Cristina vai ao encontro do que postulam Soares, Miranda e Borges (2006): a violência faz parte do cotidiano do Rio de Janeiro. De tão presente, pode ser, inclusive, banalizada. De forma generalizada, dizem os autores, os habitantes vivem com medo: de assalto, de roubo, de atropelamento, de tiroteio. Em suma, medo de se transformarem em vítimas:

O Rio de Janeiro é um palco em que beleza e crueldade revezam suas gramáticas contraditórias para recriar um mito de cidade não apenas sonhada, mas também temida. Em poucos lugares do mundo a questão das vítimas indiretas da violência poderia ter maior interesse. Eivada por altas taxas de acidentes e, principalmente, por dramáticas taxas de homicídios, a região metropolitana do Rio de Janeiro pode ser considerada, tristemente, uma enorme usina de trauma e dor associados a mortes violentas. Fenômenos tão brutais como o desaparecimento forçado de pessoas, tradicionalmente associados às ditaduras latino-americanas de décadas passadas, podem ser encontrados hoje no Rio de Janeiro (SOARES, MIRANDA, BORGES, 2006, p.11).

Os autores explicam que é possível sentir medo mesmo sem nunca ter sido vitimado. Isso acontece por dois motivos diferentes: pela sensação de insegurança ou pela violência fundamentada em componentes psicológicos construídos a partir do que se ouve sobre a violência, seja pela mídia, seja pelas conversas de amigos e parentes.

Índia Silva percebia o preconceito das pessoas de fora e dos próprios companheiros de rua, que sabiam que ela tinha Aids: “Muita piadinha, diziam que eu era tuberculosa, que as pessoas não podiam se aproximar de mim que iria pegar”(informação verbal).

O depoimento de Índia identifica-se com a constatação de Gadf (2008). Com o objetivo de compreender a experiência de a mulher morar na rua pelo olhar das mesmas, assim como pelos olhares do Outro Próximo - homens em situação de rua - e do Outro Distante - constituído por um grupo diversificado de não moradores de rua, Gisele Arrunátegui Gadf (2008) constatou que a mulher é discriminada pelos dois últimos grupos. Os homens (Outro Próximo) acreditam que elas estão nesta condição por opção, por acomodação, por facilidades devido à suposta fragilidade feminina, sendo mais vulneráveis à “degeneração”, pela prostituição e uso de drogas. Já os entrevistados do Outro Distante percebem a rua como espaço de degradação da mulher.

Outra manifestação de preconceito constatada nas entrevistas foi o impedimento de entrar em determinados locais ou a indiferença das pessoas em relação a essas mulheres quando entravam. Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva era proibida de frequentar *shoppings* e supermercados porque ia nesses locais apenas mendigar: “Estavam me seguindo, me seguindo e via que eu tava pedindo e me tirava” (informação verbal).

Cecília Celi da Silva Correa conta que também não podia entrar em supermercados porque andava mal vestida, cheia de sacolas e porque não queria comprar nada. Assume que seu objetivo era apenas pegar frutas para comer: “Eles sabiam que eu não ia comprar nada, não. Eu ia no supermercado, aí eu via as bananas, eu pegava uma banana e comia, eu via uma maçã, eu pegava a maçã e comia. Aí já tava focalizado na câmera já que era eu que fazia isso, daí não deixaram eu entrar” (informação verbal). Ela conta com bom humor que encontrava maneiras de transgredir outras regras quando não a deixavam entrar nos supermercados:

Aí eu fui no banheiro, fui no banheiro lá de fora do mercado, é dentro mas não é onde se compra. Aí eu pensei, sabe de uma coisa? Vou tomar um banho aqui mesmo!!! Olha a situação que eu tava já, mas não podia tomar no banheiro do Extra, não podia. Fui, peguei um balde que tinha lá, enchi um balde água, aí comecei a jogar em mim, passar sabonete e aí foram chamar o segurança porque eu tava tomando banho, joguei água e molhei o banheiro toooodo e, aí, eu vesti minha roupa rapidinho e chegou a segurança falando que tinha alguém tomando banho no banheiro e não podia. E era eu! Aí me botaram pra fora (informação verbal).

Em outra situação, entrou em um restaurante para pedir o almoço e foi expulsa de lá: “Aí eu entrei e fui ignorada porque era um restaurante chique e eu não tava chique, eu tava com uma bermuda e com chinelo de dedo, na verdade eu estava limpa, não estava fedendo, né? Mas tava de bolsa [sacola] e aí me ignoraram, me colocaram pra fora” (informação verbal).

Cecília, pelo seu depoimento, assume ser uma pessoa paupérrima, que precisa pedir ou surrupiar comida para “matar” sua fome. E isso a torna uma mulher apartada da sociedade. Buarque (1998) acredita que mesmo compartilhando do mesmo espaço, pobres e ricos estão separados fisicamente, como em um *apartheid* social: “A invasão das cidades pelos pobres, as ameaças decorrentes dessas invasões, as consequências da degradação da ecologia humana nos centros das cidades forçam as elites a se afastar do povo excluído” (BUARQUE, 1998, p.41). O autor explica que a apartação faz criar uma linguagem própria, que define fronteiras e

significados do vocabulário cotidiano: criança pobre é “menor”, criança rica é “criança”; quem nasce em família abastada é de “boa família”, quem nasce em família pobre é “marginal”, que também serve para designar “bandido”. Essa linguagem, de acordo com o autor, é tolerada no Brasil, pois já se formou uma cultura e uma ética da apartação no país.

Índia Silva passou por uma situação semelhante à de Cecília no supermercado, com a diferença que tinha o dinheiro para adquirir as mercadorias: “uma vez no supermercado lá na Glória, aí o segurança achou que nós ia roubar, mas eu estava com dinheiro pra comprar”(informação verbal).

Gleicyane da Conceição Geraldino foi discriminada em um banco: “Porque mesmo estando nas ruas, eu tenho conta bancária. Então, já teve dia em que eu não estava tão bonitinha e realmente não mandaram sair, mas me ignoraram” (informação verbal).

Maria Aparecida Machado Ferreira escutou no elevador de um *shopping* que “gente desse tipo não devia estar ali” (informação verbal). E relativiza o sofrimento depois de ouvir a ofensa: “Se você supervalorizar certos acontecimentos, você fica doente e, apegada a eles, e talvez você termine em ruína, então, se você não se apegar a isso, até consegue sair numa boa, entendeu?” (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus era impedida de entrar em certos estabelecimentos comerciais quando queria apenas usar o banheiro

Eu não desejo o mal pra ninguém. Agora, eu não vou chegar e botar ela mais pra baixo que a pessoa já tá. Se você precisa de ir no banheiro e chegava assim: “ah, não pode entrar, não sei o quê”. Aí eu falei: “pois é! Um dia a casa cai. Só quem pode é só quem está gastando? Eu pago imposto”. Pra você tomar uma água, você já tá pagando imposto, se vai tomar um café já tá pagando imposto, não deixa de pagar imposto. Tudo aqui a gente paga imposto, entendeu? (informação verbal).

Todas essas mulheres que foram impedidas de entrar em determinados lugares ou expulsas de estabelecimentos comerciais são consideradas “consumidoras falhas”. Segundo Bauman (1998), “pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de serem indivíduos livres conforme o senso de ‘liberdade’ definido em função do poder de escolha ao consumidor” (BAUMAN, 1998, p.24).

O mesmo autor lembra que o planeta está cheio demais. Esse “cheio” não se refere à superpopulação da Terra, mas aos meios de subsistência dos habitantes dela. Como consequência disso, cita a produção de “refugo humano”, também chamado de seres humanos refugados ou “excessivos” e “redundantes”, produto exclusivo da modernidade. São pessoas que ou não puderam ou não quiseram ficar em determinado lugar. Em seus próprios dizeres:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso-qualquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão autoevidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável - tal como a garrafa de plástico vazia e não - retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugo (BAUMAN, 2005, p.20).

Nômades, lumpemproletariado, arrivistas, consumidoras falhas, “refugo humano”, excessivas ou redundantes: são várias nomeações possíveis para explicar a situação dessas mulheres, que sofrem preconceitos diariamente, velados ou explícitos. Embora muitos testemunhos tenham sido fortes, percebemos que as entrevistadas falavam com certa naturalidade, como se já estivessem “calejadas” de sofrer discriminação e não se afetassem tanto psicologicamente ao comentar sobre o assunto.

As pessoas que trabalham com esse público, por outro lado, apesar de escutarem, com frequência, experiências de vidas assombrosas, não conseguem enxergar o preconceito e a discriminação em relação aos quem vivem nas ruas com naturalidade, como veremos no próximo tópico.

3 APRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, ORDEM E ABRIGAMENTO

Neste capítulo, apresentamos quem são os profissionais que lidam diretamente com as pessoas em situação de rua. Indagamos qual a percepção que eles têm sobre as mulheres que vivem nessa condição e se eles sentem medo dessa clientela. Os outros dois tópicos referem-se a assuntos que foram bastante mencionados pelos profissionais: as abordagens pelas equipes de ordenamento urbano na cidade do Rio de Janeiro e a vida nos abrigos públicos aos quais essas pessoas são destinadas, após serem retiradas das ruas. Para tanto, voltamos também às falas das entrevistadas em situação de rua para que elas pudessem narrar suas próprias experiências sobre esses dois temas. Como material de apoio, utilizamos notícias do acervo do jornal impresso *O Globo* a fim de ilustrar situações mencionadas pelos profissionais e pelas mulheres.

3.1 OS PROFISSIONAS QUE TRABALHAM COM POPULAÇÃO DE RUA

Maria Lucia Santos Pereira, coordenadora do Movimento Nacional da População em Situação de Rua³⁴ (MNPR), tem uma vasta experiência com as pessoas em situação de rua. Ela própria viveu 16 anos em vias públicas de Salvador. Seus pais faleceram quando ela era bebê. Sua avó não conseguiu ficar com os cinco irmãos e saiu “distribuindo” as crianças. “Dois foram pra São Paulo, um pra Amargosa, uma irmã minha foi trabalhar em Salvador como empregada doméstica e eu fiquei na casa de vizinhos” (informação verbal). Os vizinhos não estavam cuidando bem de Maria Lucia por falta de condições financeiras, então, ela foi adotada por duas idosas descendentes de italianos. “Eu brinco dizendo que da minha idade de três anos até a minha idade de quinze, eu tive uma vida de Cinderela. Estudei nos melhores colégios. Eu não tinha brinquedos de presente de Natal, eu tinha livros” (informação verbal). Mas quando ela completou quinze anos, essas senhoras morreram e ela foi encaminhada ao Juizado de Menores.

No primeiro dia institucionalizada, quase foi abusada sexualmente por uma mulher. As monitoras do abrigo levaram a jovem para a contenção porque ela “quebrou a cabeça da dita cuja com a cadeira” (informação verbal). “Dormi uma noite toda de calcinha e sutiã porque eu tinha

³⁴ O MNPR surgiu em 2004, após a barbárie conhecida como chacina da Praça da Sé, em São Paulo. O episódio vitimou fatalmente sete pessoas e foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País. O MNPR tem como objetivo repudiar o preconceito, a discriminação e as violações dos direitos humanos (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2010).

brigado com essa mulher” (informação verbal). A menina tinha esperança de ser resgatada por sua irmã mais velha. “Todo domingo eu me arrumava bem direitinho pensando que ela vinha me visitar e eu levei um ano pra descobrir que ela não viria porque o meu cunhado não deixava, não permitia. E, aí, eu conheci as ruas” (informação verbal).

Ela diz que as motivações para ter se tornado coordenadora do MNPR foram antagônicas: foi o ódio e foi a gratidão. O ódio de sua realidade: “minha família não me queria, Deus tinha tirado o meu pai, a minha mãe” (informação verbal). E a gratidão pelo carinho e pela proteção que recebeu dos colegas de rua. “A galera da rua me protegeu de uma tal forma, me acolheu de um jeito, me transformou na mulher que eu sou hoje em dia. Eles foram meus pais, minhas mães e meus irmãos” (informação verbal). Ela diz que nunca foi violentada, mesmo sendo “carne fresca na rua, novinha, bonitinha, ajeitadinha, os gaviões tudo querendo pegar” (informação verbal).

A mulher conta que se não fosse o amparo de seus colegas, provavelmente teria morrido. “Mas eu tive que aprender a lavar carro, eu tive que aprender a vender cafezinho, eu tive que lavar a roupa deles pra ganhar dinheiro. Então, eles me mostraram um outro jeito de ganhar dinheiro que não fosse roubando nem fazendo o uso do meu corpo”(informação verbal).

Ela revela que buscava comida no lixão ou nas oferendas (despacho, bozó) que encontrava. Maria Lucia brinca: “Bozó de hoje em dia que não presta mais. Tá horrível! Ah, era muito bom de antigamente, tinha dinheiro, tinha bebida, a gente bagunçava. Hoje em dia ainda querem que os santos façam trabalho por uma coisa tão merreca. A galinha virou caldo Knorr!”(informação verbal). Uma passagem de sua vida, em 1996, merece destaque:

E a gente subiu num mutirão e aquele dia o lixo realmente tava bom. Tinha fruta, tinha Danone, tinha iogurte, tinha comida pra dedéu. Pra você ter uma ideia, a gente sabia, depois que a gente pegou tudo, que a gente ia ter alimentação pra uma semana tranquilamente, tinha muita coisa. Eu sei que esse dia foi dia de farra, literalmente. Pensa um Natal, foi esse dia pra gente. A gente comeu, logo apareceu dinheiro pra comprar cachaça, a gente bebeu, caiu matando. Quando a gente dorme, de madrugada, duas horas da manhã, mais ou menos, chega o caminhão do arrastão. E aí eles acordaram a gente a base de tapa, cacetete, pegaram toda a nossa comida e jogaram fora, a gente tinha deixado uma boa quantidade de comida feita pro café da manhã e eles jogaram fora, eles chutaram. Eles fizeram uma fogueira com os nossos abacaxis, com as nossas frutas. Aquilo me deu um ódio tão grande. E aí eles pegaram a gente, botaram a gente dentro da Kombi e levaram a gente quase saindo

da cidade de Salvador. A gente teve que voltar andando (informação verbal).

Dias depois do ocorrido, ela soube de um encontro no Conselho de Psicologia que iria discutir população de rua e resolveu comparecer. Aproveitou a presença de uma defensora pública e de uma juíza no evento para contar sobre a agressão dos policiais e questionar se aquilo poderia ter acontecido. Os palestrantes perceberam que Maria Lucia tinha eloquência e que se dava bem com os vários grupos que existiam nas ruas de Salvador. Ela foi escolhida, então, como uma porta-voz dos poderes para o contato com esse público. Entretanto, nessa época, ela estava viciada em álcool e em crack: “Eu fazia três marés por dia. Acordava pra beber e bebia pra dormir, literalmente” (informação verbal).

Quatro anos mais tarde, com ajuda de uma amiga psicóloga, pediu que fosse internada numa clínica de recuperação. Queria se curar para poder ajudar seus colegas. Até o final de seu tratamento, muitos conseguiram sair das ruas, outros faleceram. “Então, cada morador em situação de rua que chega na sede do Movimento, que, de uma forma ou de outra, a gente consegue tá ajudando eles, é um daqueles que lá atrás fez com que eu fosse hoje o que eu sou” (informação verbal).

Ela afirma com veemência que existe toda a diferença entre ser homem ou mulher em situação de rua:

Porque a mulher é um sexo mais frágil. E ela precisa, muitas vezes, estar do lado de algum companheiro, até sem querer, pra poder evitar violências. Parece que as instituições não conseguem perceber a diferença das mulheres. Por exemplo, com coisas muito simples: medicamento para cólica, absorvente, um pré-natal, uma alimentação mais digna pra elas, a própria violência que existe nas ruas por parte de algumas pessoas que nem estejam em situação de rua. Então, o homem quando sai de dentro de casa, ele não leva nada. Mas a mulher quando sai de dentro de casa, ela leva toda a sua história, toda a sua família, a sensação de que não deu certo, de que não cuidou da sua família, então ela se destrói muito mais internamente. E o processo de reconstrução interna das mulheres é muito mais difícil que o dos homens porque tem toda a carga feminina. A mulher é muito mais sensível e aí ela se destrói muito mais rapidamente. É muito mais difícil o processo de reconstrução dela porque ela leva toda a sua casa para a rua. E o homem, não, o homem nem olha pra trás. Então, a mulher se culpa demais. Porque uma mulher quando está em situação de rua, pra ela o filho que ela não cuidou, a culpa é dela. Se a criança morreu, a culpa é dela. E a mulher

nunca é mulher, apenas. Ela é mãe, ela é amiga, ela é cientista, ela é provedora, menos mulher (informação verbal).

Maria Lucia assegura que a rua é machista, é a mulher na rua “que lava, que cuida, que zela do espaço” (informação verbal). E as instituições que acolhem esse público também: “se você tá usando determinada roupa é porque você tá querendo ser violentada” (informação verbal). Ela acredita que deveriam existir políticas públicas específicas para as mulheres em situação de rua:

As mulheres conseguem acessar os postos de saúde pra fazer um pré-natal? Sem documento não conseguem. A própria prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. As pessoas imaginam que isso é apenas dar preservativo. E elas se admiram porque as mulheres em situação de rua têm relação sexual. A relação pras mulheres em situação de rua é a única coisa que elas têm. Precisa de ter políticas públicas diferenciadas porque as mulheres precisam justamente fazer exames de Papanicolau, de prevenção, câncer de mama. Então, precisa, sim, dentro da própria política, de ter um olhar melhor direcionado para essas mulheres (informação verbal).

Emília Mendonça de Castro, 56 anos, é diretora da Unidade de Reinserção Social Irmã Dulce e trabalha com a população em situação de rua desde a década de 1980. Para ela, o segredo de trabalhar com essas pessoas é não vitimá-las “e gostar do que faz, porque se não tiver isso, não tem como” (informação verbal). Dirigindo um abrigo só de mulheres, conheceu mais de dois mil casos diferentes e costuma ouvir que elas estão nessa condição por culpa de outras pessoas. “Com dois dias você percebe que – ‘não, eu tô nessa porque fui eu que me permiti’” (informação verbal). Ela admite que não sente piedade das abrigadas quando escuta histórias de vitimização.

Filha de pai alcoólatra, Emília foi abandonada pela mãe e criada por vizinhos. “Quando criança, eu fui violentada. A minha história não é muito diferente das histórias que elas contam. O que eu quero ver é a disposição que eu tive, não usei drogas, não usei bebida, não usei nada disso e sobrevivi” (informação verbal).

Ela se refere à lentidão da justiça como a principal dificuldade de seu trabalho. “É lentidão para você tirar uma certidão. Toda a burocracia que existe no sistema no geral” (informação verbal).

Rodrigo Acioli Moura tem 32 anos e é psicólogo. O primeiro contato de trabalho com a população em situação de rua foi em 2005, no Ambulatório da Providência, voltado para grupos de risco, onde atendia como voluntário e, depois de se formar, como contratado. Em 2011, começou a fazer parte do grupo *Casa Espírita Cristã*, que distribui comida à noite. “O trabalho em si não é um trabalho religioso, é, basicamente, distribuição, compartilhar alimentos e conversa. É conversar, é alimentar o corpo e alimentar a alma” (informação verbal). A abordagem se dá da seguinte maneira:

A gente se apresenta, vai com uma colher na mão para mostrar que estamos distribuindo quentinha. Reconheceu? Reconheceu. Aceita? Aceito. Entrega e oferece uma água e, aí, eles mesmos começam a permitir a aproximação, conversar mais um pouquinho, uns pedem abraço, outro pedem aperto de mão e vai de acordo com o momento (informação verbal).

O psicólogo atua como colaborador do Conselho Regional de Psicologia (CRP), dentro da comissão dos direitos humanos, e depois de concluir o Curso de Extensão "Cotidiano da população em situação de rua: violação de direitos, políticas e metodologia de atendimento"³⁵, tornou-se representante do CRP no Fórum da população de rua. Sua luta dentro do CRP é orientar e fiscalizar, não só pelos direitos da sociedade, mas para também garantir que essas pessoas tenham atendimento de qualidade.

Questionado sobre a dependência e o comodismo que essa distribuição de alimentos pode causar aos desabrigados, ele afirma que isso varia de acordo como o trabalho é feito. Conta que certa vez, estava distribuindo as marmitas para cerca de 50 pessoas na Rua Uruguaiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e depois de fazer as contas, viu que outros cinco grupos diferentes já haviam levado comida para aquelas mesmas pessoas. Isso ocorre porque as instituições não se comunicam e não existe um mapeamento para a distribuição de mantimentos. Ele diz que na região central é comum identificar pessoas que apenas ficam nas ruas: “são

³⁵ O Curso de Extensão "Cotidiano da população em situação de rua: violação de direitos, políticas e metodologia de atendimento" foi promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Fórum de população em situação de rua. O curso, que aconteceu de 26 de abril a 5 de julho de 2013, às sextas-feiras, das 8h às 12h, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, Campus Praia Vermelha, foi direcionado a profissionais de formação superior e média que atuavam com a população em situação de rua. Outros entrevistados citarão esse mesmo curso.

peessoas que moram muito longe que não têm tempo de voltar para a casa, como elas levam três ou quatro horas para chegarem em casa, elas já amanhecem ali” (informação verbal).

Após anos de contato com esse público, Rodrigo passou a ter uma visão política diferente do assunto: “a gente fazia as indicações normalmente para os abrigos, para os hotéis populares, né? A gente passou a conhecer a parte de burocracia disso também e começou a entender o quanto era difícil para eles [ir para instituições de abrigamento]” (informação verbal).

Apesar do trabalho de caridade, Rodrigo afirma que ele é quem acaba sendo ajudado ao entrar em contato com tantas histórias emocionantes de vida. Uma das passagens mais comoventes foi auxiliar uma menina que era muda, que estava com fome e ferida:

E o pessoal fez o curativo nela e tudo mais, e na hora em que a gente foi embora, eu digo para você que se ela falasse, ia estragar a cena, o olhar que ela teve de gratidão, sabe? Que ela olhou para a gente com aquele olharzinho... Ela olhou pra gente assim, botou a mão no coração e fez assim [um símbolo de coração] para a gente, cara! Fez muita gente ficar emocionado no dia (informação verbal).

Rodrigo diz que muitas mulheres não querem aproximação porque pensam que o grupo pode querer levar seus filhos. “Existem pessoas que, de fato, chegam ali e oferecem dinheiro e levam a criança” (informação verbal). Outra situação marcante foi quando os religiosos foram fazer o trabalho no meio de uma Cracolândia. O “chefe” da Cracolândia gritou:

“Atenção! Chegou a comida, respeita ele, respeita ele! Apaguem tudo” e as pessoas iam obedecendo. E aí a gente começou a fazer o trabalho e as pessoas estavam fumando ainda crack. Uma visão que me chamou muito a atenção foi uma mulher grávida fumando, barrigão. E a gente queria dar uma atenção maior a ela, mas também não podia porque a consciência dela estava alterada naquele momento (informação verbal).

O psicólogo também aponta algumas dificuldades: “Tem alguns grupos que são muito receosos. Eles não aceitam a sua aproximação por causa da violência que eles já sofreram na rua, eles são muito desconfiados” (informação verbal). Em relação a esse trabalho de caridade, ele fala que existe uma forma diferenciada de atender as mulheres. Junto do *kit* de primeiros socorros, levam produtos para a higiene pessoal feminina, como absorvente, por exemplo. Quando estão sozinhas, são atendidas por mulheres para não se sentirem ameaçadas.

Julia Horta Nasser, 32 anos, é psicóloga e, assim como o esposo Rodrigo, também começou seu contato com população em situação de rua como voluntária no ambulatório da Providência, em 2005. Atualmente, faz o mesmo trabalho de distribuição de comida com o grupo espírita. Para ela, os desafios de lidar com essas pessoas são as restrições do trabalho voluntário. “Como é um trabalho em que eles confiam e que a gente consegue chegar até eles de outra forma que não seja vinculada aos serviços públicos da prefeitura, eles dão uma enxurrada de demandas que a gente não consegue atender” (informação verbal).

Ela cita que muitos pedem atendimento psicológico, dinheiro, passagem para voltar para casa, tratamento para o vício em drogas. Para a psicóloga, não conseguir atender todos os pedidos é uma grande frustração e que, nesses casos, a solução é indicar onde essas pessoas podem conseguir o que querem. Nunca passou por nenhuma situação de risco, mas relatou que viu inúmeras discussões entre as pessoas em situação de rua. Julia cita que sempre é mais procurada por outras mulheres, que se identificam com ela. “Estou menstruada, toda suja, tem uma muda de roupa pra eu me trocar? (informação verbal)” são demandas frequentes.

Outros apontamentos referentes às mulheres em situação de rua são os abusos sexuais e os casos de gravidez:

Tem a questão dos abusos sexuais em que elas falavam que ser mulher na rua é difícil, ser mulher na rua é ser mulher de todos, então, se você não consegue se fixar onde aquele grupo te respeite, você é obrigada... é estuprada, sim! Você passa por situações sérias, né? Então isso eu já ouvi, a questão da gravidez, ser mãe na rua, daí você pega aquelas moradoras que não são usuárias de drogas e se preocupam com essas questões. Você encontra umas que querem enxoval, que te pedem roupinhas de bebê, que estão querendo montar um enxoval, que discute com você o nome da criança, sabe? (informação verbal).

Julia nunca se imaginou em situação de rua:

Nossa senhora! Nunca tinha pensado nessa possibilidade, apesar de saber que isso pode acontecer com qualquer um. Eu acho que a primeira coisa que eu ia fazer se eu fosse, eu ia procurar os veículos que eu sei que funcionam, né?! Assim, ia bater lá no Paulo Estevão³⁶ para tomar um

³⁶ Instituição religiosa espírita que fornece alimentos, roupa e banho para pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

banho (risos), sabe? Para conversar com alguém, com alguma assistente social que me ajudasse, talvez...(informação verbal).

Virgínia Lima dos Santos Levy, 28 anos, é psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas do bairro Botafogo e tem contato com a população em situação de rua há quatro anos. Sua função é fazer consultas individuais ou de acompanhamento: “ela pode precisar da nossa ajuda para fazer algum curso, algum contato, para entrar no mercado” (informação verbal). Ela relata que não recebeu treinamento específico para lidar com esse público e que, no início, ficava mais apreensiva quando tinha que fazer atendimento de população de rua:

Então, a partir do momento que eu passei a conviver mais em grupos, eu tive mais notícias de que, às vezes, entrar na sala do psicólogo é ir contar uma historinha pra ele pra conseguir o que eu quer: tomar banho, almoçar aqui, um encaminhamento para algum lugar. Então, o medo inicial era um pouco isso, será que eles não estão me enrolando um pouco? (informação verbal).

Dentro de sua linha de atendimento, não existe nenhuma diferença na forma de lidar com as mulheres em situação de rua, sua preocupação é o modo de tratar cada um. Uma frustração profissional é ver seus pacientes fazendo escolhas erradas de vida: “Você não tem que definir o que a pessoa vai fazer da vida, você vai ajudar no que é o sofrimento dela, mas, às vezes, é difícil ver a pessoa levando muito tempo, se afundando, se afundando” (informação verbal).

Outras situações também a afligem: “eu termino de atender o cara, eu queria que ele estivesse ou com a família dele ou num abrigo ou ter outra escolha. Eu saio, tá chovendo e ele tá com risco de tuberculose e ele está lá na chuva sentado. Como é que isso não vai mexer comigo?” (informação verbal).

Dos pacientes em situação de rua que atendeu, examinou que as mulheres conseguem sair dessa condição mais rapidamente que os homens por persistirem no trabalho quando surge uma oportunidade. Em relação às que fazem uso de álcool e outras drogas, Virgínia percebe que são mais jovens e fala sobre um perfil diferente que atende e tem mais idade:

Ela é muito culta, o pai dela era uma pessoa importante de partido político, ela fala muitos idiomas. Só que ela não faz um esforço pessoal porque ela se acostumou com as coisas vindo pra ela. As outras, de modo geral, são mulheres mais jovens que têm envolvimento com prostituição,

estão relacionadas com uso de drogas. Vejo mais pessoas que não tem segundo grau (informação verbal).

A psicóloga também se lembra de uma paciente usuária de crack que fazia questão de ficar em situação de rua na calçada do prédio da avó, mas não queria ir para casa porque não aceitava as regras, “de algum modo, ela queria ser olhada e ser cuidada por essa avó” (informação verbal).

Virgínia já pensou como seria sua vida se ela fosse uma de suas pacientes: “até porque tem um pouquinho de escolha ou a outra opção, às vezes, também é muito ruim” (informação verbal). Indica um caso trivial: “a pessoa mora com alguém que quer que ela desligue a luz e a televisão às dez horas [da noite] e a alternativa que a pessoa tem é ficar na rua. Parece que não sobra uma terceira alternativa, que seria de ela estar dentro de casa e poder conversar outras regras” (informação verbal).

Assim como Virgínia, *Márcio Santos Tavela Ramos* tem 28 anos, e trabalha como psicólogo com pacientes dependentes de drogas, no Observatório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro, situado no bairro de São Cristóvão. “A gente faz acolhimentos, atendemos demanda espontânea, encaminhamos para a rede de serviço da saúde” (informação verbal). Nesse equipamento, pessoas sem documento ou endereço fixo recebem atendimento de forma igualitária.

As principais queixas que escuta de seus pacientes é a falta de acesso a abrigos ou a falta de funcionamento do serviço de albergagem, da lotação e da convivência com outros usuários de drogas dentro desses locais, o que dificulta o tratamento. As mulheres, especificamente, relatam nas consultas que “estão com uma ligação muito forte com a droga e em situação de rua, daí se prostituem em busca de acesso ao uso” (informação verbal).

Márcio não recebeu treinamento para atender essa clientela, mas acha que deveria existir alguma capacitação “porque é um público muito específico e o aparelho do Estado não está programado para atender, não está preparado, programado para atender, né? Não tem uma abertura para isso, parece que é feito para não atender, né?” (informação verbal).

O profissional diz que não tem medo de seus pacientes em situação de rua, mas já se sentiu vulnerável quando os encontrou na rua. Ele se frustra quando não consegue estabelecer um vínculo com esse público devido ao nomadismo de praxe. Acredita que, por se tratar de um

perfil que se movimenta, sua instituição não deveria ser fechada e poderia ir para as ruas também:

A gente se pega frustrado diante dessas coisas que escapam, dessas dificuldades das instituições, da sociedade em lidar com essa população e a instituição está dentro desse esquema social. Então, ela acaba que não consegue lidar com o nomadismo, com essa coisa volátil, com essa coisa líquida também. Mas têm casos que se adequam a isso e são um sucesso, digamos assim. Sucesso de acompanhamento (informação verbal).

Ele conta que quando chega uma paciente mulher, os colegas de equipe já entendem que é um problema maior:

São pessoas que têm os vínculos rompidos, são pessoas que podem estar se prostituindo, que estão em uso muito abusivos e têm situações de morte, situações de quase morte, situações de abuso. São relatos muito fortes assim. Então, já existe certa “putz, chegou uma mulher em situação de rua”, sabe? (informação verbal).

Márcio observa que existe uma banalização da vulnerabilidade e das diversas violências. “Às vezes, elas estão falando um relato horripilante, histórias horrorosas e não estão apresentando afeto em relação aquilo” (informação verbal). Uma diferença de comportamento que nota entre homens e mulheres é quando o assunto é filhos: “O homem fala: ‘ah, sei lá, deve ter uns seis por aí’, agora, a mulher já não... Ela pode não ter os filhos com ela, mas ela fala com uma carga emocional maior naquele assunto” (informação verbal).

Raphael Varotto Ferrari, 31 anos, é escrivão da Polícia Civil. Seu contato com a população de rua é quando eles são conduzidos à delegacia pela Polícia Militar, pela Força Nacional ou pela Guarda Municipal. Professor de Direitos Humanos da Academia de Polícia, na época, estava tentando inserir pelo menos duas horas no curso de formação de novos policiais sobre a temática da rua para ensiná-los “dar o encaminhamento adequado e não apenas o trato criminal, que é o que a gente faz atualmente. Chega, vai para a cela, espera ser recolhido para o sistema prisional, tchau e benção” (informação verbal).

Segundo ele, as principais ocorrências envolvendo esse público são de furto, subtração de metal de cabos públicos, arruaça, bebedeira, confusão e prática de sexo. Na delegacia, não existe nenhuma diferença na forma de tratar homens e mulheres em situação de rua: “Na cela da

esquerda ficam os homens e na da direita as mulheres. O clube do Bolinha e o clube da Luluzinha”(informação verbal).

O escrivão não sente medo deles, mas diz que são inconvenientes: “eu acho que eles são meio desagradáveis porque eles vêm com umas abordagens assim... me dá aí 2 reais, me dá seu prato de comida” (informação verbal). Para ele, o principal desafio é saber entendê-los: “Vem gente aqui inteligente, articulada. Eu me recordo que todas as vezes que houve caso de furtos, eles tinham pra quem ligar pelo menos para dizer: estou preso” (informação verbal).

Selma Maria de Souza Ferreira, 53 anos, também é da Policial Civil e atua no cargo de comissária de polícia. Além de lidar com a população de rua na delegacia, faz voluntariado há 18 anos através de um grupo espírita. “Uma vez por mês, ia médico, enfermeiro, assistentes sociais, várias pessoas, de várias áreas, para dar assistência a essas pessoas” (informação verbal). Sua experiência como voluntária com essa clientela lhe fez entender muitos casos em que atendeu como policial. “Elas engravidam porque não há uma política de anticoncepcional, de uma distribuição, de um preventivo, de uma ligadura de trompas. A mãe fica desesperada para prover aquela criança, para dar o leite, a comida e ela comete delitos. Ela perde a noção” (informação verbal). Outra constatação é a violência que sofrem dos maridos: “Elas não tinham apoio da família. Como não tinham onde cair morta, iam para a rua” (informação verbal).

Selma nunca se imaginou em situação de rua: “Eu sempre fui muito batalhadora. Eu não me vejo nisso porque a minha família é muito lutadora. A gente não senta na porta para chorar. Infelizmente, existem as pessoas mais fracas que não têm essa força” (informação verbal).

Renata Verônica Côrtes de Lira, 37 anos, é advogada e desde 2011 tem contato com a população em situação de rua por meio do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Rio de Janeiro - MEPCT/RJ. “É o órgão responsável por fazer a interlocução com as autoridades. É responsável por correr atrás de cumprir as recomendações que são feitas. O Mecanismo é o órgão operacional, ele vai fazer o monitoramento de mais unidades de privação de liberdade”.

O MEPCT pertence administrativamente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, mas não é subordinado a ela. Uma das frentes de atuação é quando as pessoas são recolhidas compulsoriamente e levadas a locais com características análogas a espaços de privação de liberdade, como se fossem prisões. Ela acredita que as contagens que o poder público faz da população de rua no município do Rio de Janeiro servem não só para mapear esse

público para poder ajudá-lo, mas também para saber por onde ele circula, para saber em quais regiões agir:

Nos locais por onde nós passamos, e que se vê, por exemplo, muitas pessoas usando crack, dali um tempo você percebe que uma operação é designada para aquele local. As operações, elas não são aleatórias, as operações, elas têm uma previsão, elas são elaboradas, elas são pensadas e elas precisam contar com o mapeamento (informação verbal).

Renata diz que não sente medo nenhum da população de rua. E seu desafio é trabalhar com um público estigmatizado: “conseguir convencer os outros de que essa não é uma população invisível e que ela tem possibilidade de dialogar e colocar seus interesses também” (informação verbal). Ela relata que não existe diferença no atendimento de homens e mulheres e nos abrigos que visitou, não recebeu queixas específicas de mulheres.

Patrícia de Oliveira da Silva tem 39 anos e é uma das componentes da equipe do MEPCT/RJ. Ela é irmã de Vagner dos Santos, um sobrevivente da Chacina da Candelária³⁷, que aconteceu no centro do município do Rio de Janeiro, em 1993. “Dizem que foi por causa de assalto né, e os policiais resolveram dar um susto nos meninos e o susto foi matar os meninos, né? Mas não ficou muito esclarecido. Alguns policiais foram condenados, outros não” (informação verbal). Na ocasião, o irmão levou quatro tiros no dia da Candelária e, depois de testemunhar contra os policiais, um ano depois, levou mais quatro, por isso, precisou sair do Brasil. “Como ele testemunhou e sofreu um segundo atentado, então o governo na época resolveu criar o Programa de proteção à testemunha” (informação verbal).

Depois do ocorrido, Patrícia passou a participar de reuniões, atividades, manifestações de assuntos relacionados à situação de rua. Recorda-se de uma menina que conheceu em uma visita de monitoramento ao abrigo de Paciência: “todos os dias ela chorava porque ela queria falar com a mãe dela e a direção não permitia porque era celular e não pode ligar para celular” (informação verbal). Para ela, o principal desafio de se trabalhar com esse público é a falta de vontade política, embora a população de rua tenha aumentado depois das remoções das favelas e “com as

³⁷ A chacina da Candelária aconteceu em 23 de julho de 1993, próximo à igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Ocupantes de dois carros atiraram contra as pessoas que dormiam próximo à igreja. Após investigações, descobriu-se que os atiradores eram policiais. Seis crianças e dois adultos morreram nessa chacina e várias pessoas ficaram feridas. O episódio teve repercussão midiática nacional e internacional.

obras das Olimpíadas para a cidade olímpica, então muita gente acabou perdendo a casa, porque a prefeitura do Rio, ela vai desapropriar porque tem que desapropriar e acaba não indenizando algumas pessoas” (informação verbal).

Carla Beatriz Nunes Maia tem 50 anos e é subcoordenadora do núcleo de Direitos Humanos da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro. A função desse núcleo é monitorar os locais de abrigo da população de rua e realizar uma pesquisa de campo para poder sugerir novas políticas públicas para o segmento. Para isso foi criado um *software* específico para coletar o perfil dessas pessoas. “Tem digital, até registra se tiver alguma cicatriz, para que não tenha como se confundir porque muitos deles não têm documento, então a gente teve esse cuidado de fazer essa identificação bem específica para que esse trabalho tenha peso” (informação verbal).

Além disso, atende o público na sede do Núcleo: “pode ser uma demanda de documentação e aí a gente manda para o outro procedimento e providencia o que for necessário. Às vezes, é um encaminhamento para abrigo, uma denúncia” (informação verbal). Ela teme um aumento dessa população nos próximos anos e seu principal desafio é “viabilizar o exercício dos direitos que já estão à disposição deles”, como conseguir um registro para receber o benefício do Bolsa Família, por exemplo”. Eles não têm onde guardar o documento. A eles, falta mais que o mínimo existencial, até para ajudá-los é difícil” (informação verbal). Porém, confirma que, muitas vezes, é difícil romper com a barreira da desconfiança: “Eles são muito desconfiados. Várias vezes eu pergunto: você usa drogas? Aí eles ficam com medo de internação compulsória e eles perguntam: doutora, pra quê a senhora quer saber isso? Não vão me internar não, né?” (informação verbal).

Ela conta que trata homens e mulheres de forma diferente: “Eu tenho mais pena da mulher. Eu sou mais solidária à mulher. É horrível falar isso, parece até um machismo meu às avessas, mas eu sou mais solidária, eu dou mais atenção, sim” (informação verbal). Carla já se imaginou moradora de rua: “Inclusive se eu tiver com a minha barriga roncando, eu vou fazer alguma coisa. Talvez eu não vá usar da violência porque não é da minha natureza até onde eu sei, mas eu vou fazer alguma coisa para suprir a minha fome” (informação verbal). Segundo a defensora pública, algumas atitudes são compreensíveis diante das necessidades.

Clara Rafaela Prazeres Bragança tem 27 anos e é coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher Vítimas de Violência. “A gente trabalha com mulheres vítimas de violência doméstica,

qualquer tipo de violência, violência física, violência psicológica e tudo esse âmbito doméstico e o círculo de violência que se desenvolve dentro do âmbito doméstico nas relações afetivas mais próximas” (informação verbal). Segundo a advogada, melhor seria se esse Núcleo não existisse, porque a necessidade desse equipamento protetivo é: “fruto de uma sociedade culturalmente ‘involuída’, que ainda não entendeu que a mulher tem que ser colocada em um mesmo patamar” (informação verbal).

Como vimos na primeira parte de apresentação das mulheres que vivem nas ruas, todas essas situações descritas pela advogada são corriqueiras. Nas palavras da defensora:

A ideia do Núcleo é o atendimento integral da mulher. Muitas vezes, esses episódios de violência advêm de uma subordinação financeira. Então, eu não só peço uma medida para que o juiz retire o agressor do lar, ou afaste-se do lar, ou mantenha-se distante cem, duzentos, cinquenta metros da vítima, não só faço isso, que é uma medida de urgência para resolver o problema naquele momento, como também faço as medidas próximas e que podem gerar, por exemplo, a ação de alimentos. Muitas vezes, ela quer sair de casa, mas ela não pode, porque se ele sair ou ela sair de casa não terá pra onde ir, ou ainda que tenha não terá como se sustentar. Além disso, eu ainda tento reinserir a mulher na sociedade de forma a ela conseguir se reestruturar, então eu tenho o encaminhamento para organismos para ela encontrar trabalho, para apoio psicológico para ela e para os filhos (informação verbal).

Clara nos revela que desde que começou a atuar no Núcleo, nunca fez nenhum atendimento à mulher desabrigada, mesmo a rua sendo mais vulnerável que o ambiente doméstico. Indagada sobre os possíveis motivos disso, ela reflete: “Isso é até uma pergunta que eu me questiono, não só não chegam aqui como também não chegam em outros Núcleos. A gente não vê um morador de rua, por exemplo, entrando com uma ação de consumidor, embora ele possa ter celular, né?” (informação verbal).

Outro ponto que mencionamos é que para entrar no Núcleo, que fica em um prédio comercial de luxo no centro do Rio de Janeiro, precisamos deixar nossa identificação na portaria e, no caso das mulheres que vivem nas ruas, muitas não têm documentos. A defensora assume que esse é o primeiro bloqueio de acesso: “se chega uma pessoa, às vezes, mal cheirosa, mal vestida, rasgada, será que ela vai se sentir bem? Quando ela chegar aqui em cima ela vai se sentir bem, mas lá embaixo como será que ela vai ser olhada, sabe?” (informação verbal). Além disso,

o que pode haver é uma falta de conhecimento desse organismo estatal, já que a divulgação é feita em escolas, hospitais, centros de referência.

Rogério Pacheco Alves, 42 anos, é promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania. Trabalha com população de rua desde 2009, quando começou a acompanhar os impactos do Choque de Ordem. Não sente medo das pessoas que vivem em situação de rua, mesmo sabendo que se trata de um público heterogêneo, em que há gente com passagem pela polícia ou que cometeram crime, como há na sociedade de modo geral. Para ele, é equivocado fazer uma associação direta entre os assuntos:

Esse sempre foi um argumento utilizado pelo então secretário de assistência, o Rodrigo Bethlem, "há muitos criminosos nas ruas". Não há nenhum levantamento ou estudo que demonstre que há nas ruas mais criminosos do que há no poder judiciário ou na administração pública ou no Congresso Nacional ou na sociedade de modo geral. De fato não há. Eles começaram a fazer um trabalho de levantamento dos antecedentes criminais. Fizeram uma grande operação de recolhimento, de condução de usuários de crack da Maré para o Batalhão da Maré. Foram, inicialmente, levadas 120 pessoas, depois disseram 60, enfim, um número complicado de confirmar. Mas o fato é que uma pessoa tinha um mandado de prisão e ficou presa. De todas aquelas, 120 ou 60, uma tinha mandado de prisão. Quer dizer que não dá para então fazer esse link tão direto e frequente que se faz entre o fato de estar na rua e o fato de cometer crime. Mas, evidentemente, o fato de estar na rua também não significa nenhum benefício, nenhuma prerrogativa que livre essa pessoa de ser punida no caso de um cometimento de um crime (informação verbal).

Segundo o promotor, o desafio de seu trabalho decorre do caráter heterogêneo e da invisibilidade dessa população:

Ainda há muito preconceito e desinteresse por parte da sociedade, porque parte significativa das pessoas, principalmente parte da zona sul do Rio de Janeiro, quer que o mendigo seja tirado da vista dela, sem se importar muito em saber qual será a destinação dessas pessoas quando elas são retiradas. Qual a destinação? Elas foram para abrigos? Mas como esses abrigos são? Essas pessoas têm uma história de vida? Elas têm potencialidades? Enfim, a sociedade não está muito preocupada com isso. Os moradores de rua, eles ainda são associados a uma degradação urbana. Há um olhar urbanístico, estético para os moradores de rua e não um olhar a partir da dignidade da pessoa humana e dos princípios constitucionais de direitos humanos. Aquele sujeito geralmente sujo, pé rapado, maltrapilho, alguns nitidamente têm problemas mentais, então é

um problema estético, urbanístico, enfim, é uma presença incômoda (informação verbal).

Sílvia Medeiros França, 55 anos, é técnica de enfermagem no CAPS Mané Garrincha, em Vila Isabel, há quatro anos. Ironiza: “Eu sou assim uma funcionária “Bombril” (informação verbal). Além de fazer acolhimento, encaminhamento, medicalização, ministra oficinas de pipas, de bijuterias, de fuxico e de leitura. Ela explica que faz, em média, 25 atendimentos por dia, sendo que 10 deles fazem parte da população de rua. Para cada dez homens que aparecem, há uma mulher. Por já ter bastante experiência com esse público, Sílvia não se sente intimidade diante daqueles que chegam agressivos. Esclarece que desenvolveu todo um jeito de abordar os pacientes que estão muito sujos:

Eu chego até eles, geralmente a gente tem um kit de higiene. E eu: “Olha só, hoje não vai dar para você entrar dessa forma, a gente quer muito te ajudar, mas primeiro você terá que tomar um banho”. Aí eu olho no olho, que é um coisa fundamental você mostrar que você realmente está ali para ajudar aquela pessoa, que você não está com nojo daquela pessoa ou eu já abordo dando um bom dia e dando a mão mesmo ele estando sujo. Lógico que depois eu vou ter que lavar a minha mão quinhentas vezes, mas eu vou abordando assim. Tem uns que vêm assim com dedos imundos da fuligem, do lixo mesmo. Eles me veem muito como mãezona mesmo e eu abraço, abraço literalmente. O afeto faz muita diferença (informação verbal).

Além do banho, o CAPS fornece roupas que recebem de doações. Ela indica que a tuberculose é uma doença muito frequente entre seus pacientes e que eles buscam seus medicamentos no próprio CAPS porque nos postos de saúde são hostilizados. “Quando eles vão, ficam no último lugar na fila... As pessoas ficam com nojo, ficam medo, todo mundo tem medo deles. Essa é a grande verdade” (informação verbal). Porém, ela teme ser contagiada com a doença: “a pessoa fica cof cof na sua cara... Tuberculoso quando tosse em um ambiente fechado, já fico desesperada” (informação verbal). Em compensação, se sente gratificada quando seus pacientes seguem o tratamento e as orientações e conseguem arrumar um trabalho, uma casa e se livrar das drogas.

A profissional acredita que todos os funcionários dos CAPS deveriam receber treinamento para lidar com esse público, porque, às vezes, um simples aborrecimento pode “detonar” um trabalho que estava bem encaminhado.

Todos, inclusive, as pessoas da cozinha, da limpeza, porque, muitas vezes, a gente faz toda uma construção de um trabalho e uma coisa que a pessoa que está dando a comida fala, acaba, desmorona tudo. Olha, eu fico arrasada, você não queira saber. Porque é um trabalho de formiguinha e vem uma pessoa que não conhece do paciente e do caso e “vai para casa comer, o que você está fazendo aqui? Isso é safadeza”, entendeu? Ah, eu quero ter um troço (informação verbal).

Sobre lidar com diferenças de gêneros, ela diz que é mais carinhosa com as mulheres: “Eu vejo a mulher um pouco mais frágil e, além de tudo, as mulheres sempre estão em uma postura subjugada a um homem” (informação verbal). Esses homens, geralmente, são ligados ao mundo do crime:

Nós temos umas dez pacientes mais ou menos nessa situação que são de rua e que são espancadas, que chegam aqui igual molambo vivo com doenças venéreas, sujas, imundas, porque eles obrigam elas a usar a droga, e elas usam e dizem que amam ou é pelo sexo, eu acho até que tem uma dependência do sexo, uma dependência doentia (informação verbal).

Uma situação marcante foi a de uma paciente, mulher de um traficante no nordeste, que chegou ao Rio de Janeiro fugida, com tuberculose e outras doenças, devido ao intenso uso de drogas. Ela se tratou no CAPS e conseguiu uma casa do projeto “Minha casa, minha vida”, do governo federal. “Fui até na posse da entrega das chaves” (informação verbal). Mas a casa era situada no meio de uma comunidade cercada pelo tráfico de drogas. Sua filha se envolveu com um bandido e passou a consumir entorpecentes também. “Tudo o que a gente fez por ela foi para o lixo!” (informação verbal). Para pagar as dívidas, a mulher, indevidamente, vendeu a casa que ganhou e estava dormindo no abrigo Stella Maris, na Ilha do Governador. “Ela me ligou desesperada querendo ajuda” (informação verbal).

Laila Oliveira Louzada é enfermeira e tem 30 anos. Seu contato com mulheres em situação de rua existe desde a faculdade, quando participou de um projeto de extensão com as internas de um abrigo da prefeitura de Belo Horizonte. Em setembro de 2010, iniciou um

trabalho que se chamava Estratégia de Saúde da Família para a população em situação de rua do Rio de Janeiro. Depois, em 2012, o programa passou a ser chamado de Consultório na Rua³⁸.

O primeiro contato com os pacientes acontece com as agentes de saúde, que traçam um perfil de atendimento e apresentam o serviço como uma possibilidade dessas pessoas terem acesso à saúde. Depois, recebem a visita de médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatra e assistente social, a partir desse planejamento. Se há alguma necessidade mais urgente, o atendimento é feito na própria rua.

Ela conta que dos pacientes que procuram o serviço, 90% têm algum envolvimento com álcool ou outras drogas, mas somente 40% deles enxergam isso como um problema e pedem tratamento para o vício. Além disso, Laila afirma que muitos sofrem de doenças respiratórias, sobretudo a tuberculose; doenças sexualmente transmissíveis, problemas de pele e ortopédicos: “tinham muitas situações de curativos, mas não de curativos crônicos, agudos mesmo, e por conta de espancamentos, atropelamentos, briga na rua, então tinham muitas situações em função da violência” (informação verbal).

Seu maior desafio é justamente conseguir a adesão dos pacientes à saúde ou fazer com que eles não desistam do tratamento mesmo vivendo em situações adversas. Cita como exemplo um homem diabético que não tinha como se alimentar com regularidade, dormia um sono “picado”, não possuía um lugar refrigerado para armazenar a insulina e nem conseguia fazer a aplicação do medicamento dele sozinho.

Após um ano de Consultório, a população de rua já via o serviço como uma referência: “não tem nenhuma barreira estabelecida, nem documento, nem moradia, nem nada para dificultar esse acesso” (informação verbal). Outra estratégia para a adesão é o atendimento imediato: “Nunca marcamos uma consulta daqui uma semana, é sempre imediato, porque é nessa resposta rápida que ele [o paciente] vai ter confiança em você” (informação verbal). O acolhimento atravessa a área da saúde: “a gente foi atuando de várias formas, tanto facilitando o vínculo dele

³⁸ Equipes de saúde móveis que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas com a estratégia de redução de danos. Essas equipes possuem profissionais de várias formações que atuam de forma itinerante nas ruas desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

e o acesso dele na unidade, tanto com parcerias no território cuidando dele por colegas, pela família, com a rede também” (informação verbal).

O serviço também prevê o acompanhamento das mulheres gestantes: logo de início, tentam criar um vínculo para realizar o pré-natal. “Mas, a adesão ao pré-natal era muito difícil porque se tinha uma ideia de que se elas fossem para o serviço, elas perderiam o filho, elas se sentiam ameaçadas na verdade com a presença do serviço de saúde” (informação verbal).

Valendo-se disso, a enfermeira e sua equipe fizeram um grande esforço de aproximação para acompanhar essas mulheres desde a suspeita da gravidez, levando testes para fazer na própria rua, os exames de rotina, fornecendo os medicamentos necessários, as consultas de pré-natal, o encaminhamento para a maternidade, até o nascimento do bebê. Ela conta que muitas das atendidas já têm histórico de perder outros filhos, seja por abortamento ou para a adoção.

Sempre que aparecem no Consultório, estão acompanhadas de um homem, que pode ser o pai da criança ou apenas o parceiro que a protege na rua. “É uma estratégia de ela se proteger na rua, então ela acaba tendo sempre alguém que ali... Uma relação, às vezes, de muita violência, medo, submissão” (informação verbal).

E mesmo grávida, muitos homens utilizam a mulher como mercadoria para se manter na rua e obrigam que elas se prostituam. Embora cientes desses problemas, a equipe do Consultório não pode interferir para não romper o vínculo com a paciente:

Teve alguns casos que a gente conseguiu chamar o parceiro e falar dessas questões de riscos e de pensar outra forma, outro plano, algum projeto que pode se construir a partir dessa gravidez. Algumas saíam da situação de rua, procuravam junto com o parceiro um quarto, por um tempo saíam do trabalho da prostituição. Claro, tem caso com uma ou outra que não desejava o filho, ela sumia e abandonava o pré-natal, mas várias começaram a se organizar a partir do contato com a equipe e começaram a sair da rua (informação verbal).

Laila descreve que das 20 gestantes que acompanhou em 2013, duas perderam seus filhos para a justiça: “as assistentes sociais da maternidade têm convocado a vara da infância, mesmo que a mulher apresente documento” (informação verbal). A juíza dessa vara determina se a mulher em situação de rua ou/e usuária de drogas tem condição de ficar com o bebê ou não.

Questionada como é possível identificar se a mulher está nessa categoria, a enfermeira diz que é pela aparência, pela inconsistência de informações ou pela falta de um comprovante de

residência. “A mulher chega suja, negra, enfim” (informação verbal). As crianças não vão para a adoção imediatamente. Se a mãe conseguir se organizar e arrumar um local para morar, é possível que consiga resgatar o filho do abrigo depois. Porém, “é difícil também você acreditar que ela não vai voltar com o bebê para a rua” (informação verbal).

Laila confessa que sozinha, nas ruas, já sentiu medo, “mas no trabalho, a sensação maior é de aproximação, de ir atrás, de estabelecer o contato e não de se distanciar” (informação verbal).

Uma situação marcante envolvendo mulher em situação de rua foi a de uma paciente com tuberculose que era espancada diariamente pelo seu parceiro e vivia com um grupo de pessoas usuárias de crack dentro de um buraco em um viaduto próximo à rodoviária:

Até que um dia ela estava com um olho roxo e um edema enorme na cabeça, braço quebrado, estava toda acabada mesmo e foi junto com ele. Daí, a gente chamou ela para a sala com toda a equipe e falou: “olha, como é que a gente pode fazer, você consegue perceber que precisa de ajuda?”. E ela chorou muito, falou que precisava e a gente pensou em uma estratégia de ela ir para um abrigo (informação verbal).

Horas depois de a equipe tentar convencê-la a “escapar” da violência do companheiro, a menina recuou: “Não tem jeito, essa é minha escolha e eu não quero a ajuda de vocês e eu prefiro morrer do lado dele”. Sobre o episódio, conclui a enfermeira: “Eu saí desgastada daquilo. Nesse caso da Suelen, ela mostrou pra gente o quanto que a gente não tem muito recurso” (informação verbal).

Apesar de episódios como esses, Laila não pensa que a solução é tirar as pessoas das ruas: “a rua pode ser sim uma possibilidade de vida, porque existe vida, existem pessoas vivendo ali” (informação verbal).

*Sebastian Conceição*³⁹ tem 38 anos e também é enfermeiro do Consultório na Rua do Centro. Tem contato com essa população desde 2010. Ele relata que existe todo um trabalho de convencimento para os pacientes começarem o tratamento de saúde, “mas, já tivemos caso de o paciente estar inconsciente, de a gente ter que assumir aquele caso e tomar medidas cabíveis para ajudar para que ele não viesse a morrer” (informação verbal).

³⁹ O entrevistado se chama Sebastião, mas prefere ser chamado de Sebastian.

Em 2014, o enfermeiro ocupou a coordenação de acompanhamento das mulheres grávidas. Elas se reuniam toda primeira quarta-feira do mês no Consultório para serem orientadas sobre os cuidados delas e com os bebês, alimentação saudável e prática de exercícios físicos. Das 14 pacientes, oito usavam algum tipo de droga. “Os riscos durante a gestação são muitos, né? Má formação, pré-eclampsia. Já tivemos várias gestantes que tiveram aborto no finalzinho da gravidez” (informação verbal).

Nesses casos, o trabalho da equipe não é fazer a mãe cessar o uso de substâncias psicoativas: “Ela vai, dentro do limite dela, abrir mão da droga ou não. Se, de repente, ela abre mão das drogas que são piores né, como o crack, e começar a usar drogas que são menos piores como a maconha, já é um grande avanço” (informação verbal). As que manifestam desejo de interromper o uso são atendidas por vários profissionais de diversas áreas ao mesmo tempo ou podem seguir para a internação, se desejarem.

As mulheres que não demonstram afeto ao bebê que está sendo gerado, o enfermeiro costuma presentear-las com alguma peça de roupa ou sapatinho: “elas olham aquela roupinha e parece que elas já começam a ver o bebê ali dentro, elas começam a guardar aquela roupinha, elas começam a trabalhar melhor a higiene delas, autoestima delas” (informação verbal).

Ele menciona uma atividade que não tem a ver com a saúde física das pacientes, mas com a saúde mental. Trata-se do dia da beleza. “É um dia que elas vêm pra cá, em que a equipe cuida do cabelo dela, cuida da unha e ela sai daqui poderosa, valorosa” (informação verbal). Os funcionários criaram, inclusive, o desfile de moda *Pop Rua*: “o público que estava presente era o pessoal de rua, então, eles aplaudiam essas mulheres, essas mulheres se sentiam poderosas no tapete vermelho, então foi muito legal, muito gratificante. Elas ficaram lindas, maravilhosas...” (informação verbal).

O Consultório fixo funciona de segunda à sexta, mas Sebastian diz que os pacientes que já criaram um vínculo, têm os telefones dos funcionários e ligam se precisarem ser atendidos nos finais de semana e/ou de madrugada. “Esse trabalho é um trabalho que ele acaba te contaminando. Tem que ter muita paixão. A gente vive ele o tempo todo” (informação verbal).

Mas nem sempre foi assim. Antes desse serviço, ele conta que tinha medo e preconceito com esse público e pensou, inclusive, em abandonar o cargo. Depois de muito tempo “eu consegui apertar a mão dos usuários. Tive que me despir de várias coisas que eu acreditava. Eu

achava que essas mulheres não deveriam ter filhos, que a justiça deveria pegar todos os filhos delas” (informação verbal).

Mais que um treinamento inicial, ele acredita que é necessário ter boa vontade do profissional para compreender e trabalhar com esse público. Hoje em dia, ele acha uma crueldade quando a justiça determina que as mulheres não fiquem com seus filhos: “tem mulheres que nem podem olhar para o bebê. Contato nenhum. O bebê já é retirado” (informação verbal). Sebastian só abre exceção em relação a retirada dos filhos quando a mãe apresenta transtornos mentais e não têm condições de cuidar bem da criança.

Dessa dedicação de anos de trabalho, surgiram algumas amizades. O enfermeiro relata que, como forma de gratidão, costuma ganhar frutas de suas pacientes. Uma delas, que estava na oitava gestação, descobriu um câncer no meio do processo. A mulher foi atendida por vários equipamentos de saúde, restabeleceu o vínculo com a família, conseguiu ter um parto seguro e elegeu o enfermeiro como padrinho de seu filho.

Essa história teve um final feliz, mas Sebastian, com lágrimas nos olhos, também contra outra que não teve um bom desfecho. Era de uma paciente que começou pré-natal com cinco meses de gestação. Antes, já havia perdido gêmeos quando, grávida, levou um tiro. Mesmo com uma barriga saliente, ela não acreditava que pudesse ser mãe de novo. Ele dizia: “mas, Anastácia, olha a tua barriga, é uma barriga imensa, uma barriga de gestante, o bebê já deve estar mexendo” (informação verbal).

Na primeira vez em que ele colocou o aparelho para escutar os batimentos cardíacos do bebê, a mulher “desabou a chorar”. “E eu fiquei muito emocionado, comecei a amar o pré-natal a partir dali... Ali ela começou acreditar que ela pudesse gerar novamente uma vida” (informação verbal). A mulher passou a ir todos os dias no Consultório só para ouvir o coração do bebê. Mas Anastácia, que tinha 24 anos, usava todas as drogas as quais tinha acesso e mesmo tentando reduzir o consumo, sofreu uma pré-eclampsia e morreu. Os médicos conseguiram salvar o bebê, que foi entregue para a avó. “É uma menina linda, está bonita, está grande, está forte, é a carinha da mãe...” (informação verbal).

Em comparação às mulheres que não vivem em situação de rua, Sebastian constata que suas pacientes não se queixam muito sobre a vida:

Uma minoria reclama que o marido está agredindo, né? Uma maioria é agredida, mas se cala. Elas já perderam filhos para a justiça e gostariam de ter aqueles filhos mais próximos. Elas sofrem bastante, muito. Sofrem demais. Por aquilo que elas passam, elas reclamam muito pouco. Reclamam de dormir pouco, de dormir muito tarde, reclamam de andar muito atrás do marido, né? Que eles não param né, são flutuantes em um território, então elas andam demais. Às vezes, você vê que a gestante está com um edema nas pernas e você fala para que ela tenha repouso e ela fala: “ah não posso ter repouso porque meu marido anda demais, eu tenho que andar atrás de alimentação, andar atrás de uma sombra, andar atrás de uma água” (informação verbal).

Jorge Vicente Muñoz, argentino, tem 84 anos, mora no Brasil há 46, e é pós-graduado em Filosofia da Educação. O aposentado criou a ONG *Nova Pesquisa e Assessoramento em Educação* para trabalhar a educação de base com as camadas populares. Há trinta anos, descobriu um trabalho de religiosas com população de rua na baixada do Glicério, no município de São Paulo: em uma casa alugada, as freiras abriram espaço para a população de rua, de modo que o local fosse organizado pelos próprios beneficiários: “Havia plantão da limpeza, mas tudo de forma muito lenta” (informação verbal). Jorge começou a se aprofundar na temática e passou a publicar os “Cadernos de Educação Popular” e “Os Valores da População de Rua”, com depoimentos de viventes nas ruas.

Durante dois anos, também acompanhou uma equipe da organização humanitária internacional *Médicos Sem Fronteiras* nas abordagens de rua do Rio de Janeiro. Nessa época, percebeu que os diversos trabalhos (sociais e religiosos) que já existiam com população de rua aconteciam de forma independente, mas enfrentavam problemas comuns. O educador resolveu reunir todos esses grupos: “Aí que nasce, primeiramente, a rede, que depois passou a ser o *Fórum Estadual de População de Rua*⁴⁰. Hoje em dia sou membro” (informação verbal). Uma das preocupações desse Fórum é melhorar a qualidade dos trabalhos que estão sendo feitos com esse público.

Ele diz que não é contra as frentes assistencialistas: “O assistencialismo, na verdade, para na hora da comida” (informação verbal). Ele visa oportunidades que resgatem a cidadania das

⁴⁰ O Fórum é uma instância de debates, reflexões, formulações de propostas sobre as políticas direcionadas à população em situação de rua. Participam deste Fórum representantes de organizações da sociedade civil, técnicos e educadores sociais, pesquisadores e pessoas com trajetória de vida nas ruas, que se reúnem uma vez ao mês.

pessoas. A assistência imediata “tenta devolver uma certa dignidade, mas, por exemplo, lutar por habitação, políticas públicas, emprego, educação, isso não faz muito parte do assistencialismo” (informação verbal). Sua experiência com essa camada popular lhe permite inferir que a maior instigação de se tratar com essas pessoas é saber ouvi-las. “O diálogo é sentar, trocar ideias e encontrar caminhos juntos. Eu não estou colocando meu pensamento como superior ao seu. Tem que ouvir, dialogar, escutar de coração aberto. O que interessa é que o morador de rua possa sair beneficiado desse intercâmbio”(informação verbal).

Sobre a situação específica das mulheres, notou a reprodução piorada do machismo: “essa dominação existente na sociedade, dessa relação homem *versus* mulher, na rua isso era muito mais cruel” (informação verbal).

Jociane de Souza da Silva, 39 anos, é doutora em Serviço Social e diretora da unidade de reinserção social *Casa do Catete*, uma unidade que conjuga idosas e adolescentes em vulnerabilidade e que tem como foco reinseri-las na comunidade ou em suas famílias. “É o único abrigo que existe no Brasil que tem essa modalidade intergeracional. Os dormitórios são separados, o refeitório é um espaço coletivo e na área da quadra elas convivem o tempo inteiro juntas” (informação verbal).

As idosas que gozam de boa saúde mental e as adolescentes que não estão sob medidas protetivas têm liberdade para sair para passear, mas isso dentro das regras de horário. Existem restrições: “Baile funk, por exemplo, Jô, você as deixa irem ao baile funk? Eu sei que isso é super polêmico, mas assim, eu não deixo, eu sou sincera. Eu não vou deixar uma menina sair da casa dez e pouco da noite para chegar aqui de madrugada” (informação verbal).

Há dez anos trabalhando com população de rua, fala de Maria das Graças, abrigada que trabalhou com o Chacrinha como chacrete: “ela era uma idosa que participava de tudo, ela tinha uma situação maravilhosa, tinha referência familiar, só que por conta do uso abusivo de drogas, ela passou a viver em situação de rua e aí nós acolhemos ela” (informação verbal). Como não conseguiu se livrar do vício, Maria das Graças precisou ser desligada da Casa do Catete. Jociane, também, relata situações difíceis em que as usuárias do abrigo “chegam com quatro pedras na mão, te xingam, que te mandam para aquele lugar” (informação verbal).

Seus maiores desafios nessa profissão são, primeiro, “poder mostrar para a sociedade que essas pessoas merecem ter um lugar” e, segundo, atuar com dois públicos que chegam das ruas cheios de vícios:

Você não pode chegar e falar assim “Fulano, vai tomar banho”, não é isso que aquela pessoa que estava na rua tem que ouvir. Aquela pessoa não tomava banho, não escovava os dentes e eu vou chegar aqui em uma instituição “Vão tomar banho, escovar os dentes”, isso é acolhimento? Não. Tem que reconquistar, reconstruir é convencer. Mostrar que aquilo é importante de novo, “olha como você fica melhor, olha como um banho vai te mudando, né?”. E aquela pessoa ter essa vontade, né? (informação verbal).

Uma história que ficou na lembrança de Jociane foi a de uma moça que foi criada pela mãe nas ruas e que teve dois bebês nas ruas. Após perder a guarda das crianças, voltou a engravidar:

Quando você vê um caso desses, você observa bem as falhas, né? Essa menina ela é uma vítima do sistema, entendeu? Porque é assim, mesmo ela estando institucionalizada, você via nos gestos dela dentro do quarto onde ela ficava, ela queria reproduzir naquele espaço a mesma estrutura em que ela tinha na rua. Ela gostava de colocar papelão [no chão para dormir]... Não é fácil para essa moça que viveu desde quando era bebê na rua. Aí você vê o círculo vicioso, porque então que não foi determinado para que ela fizesse uma laqueadura? (informação verbal).

Marcelo Antonio Cunha, 51 anos, é médico sanitarista e psiquiatra. Seu contato com população em situação de rua deu-se ainda na infância pobre em que viveu em Recife:

Quando os pedintes batiam na porta de minha casa em Recife pedindo esmola e era ensinado para gente dizer "perdoe", porque pobre não tinha o que oferecer. Então, eles perdoavam e batiam na casa do vizinho, que, às vezes, tinha alguma coisa. Esse contato, desde a infância, já me fez ficar interessado. Eu ficava no terraço esperando que eles passassem (informação verbal).

Em 1999, foi convidado a dirigir a Fazenda Modelo, uma instituição criada em 1947 e transformada em abrigo em 1984, que chegou a acolher 2.500 pessoas na Zona Oeste do Rio de Janeiro, quando iniciou um contato profissional com esse público. Foi diretor desse abrigo até 2003. Colecionou tantas situações e histórias de vida, que acabou escrevendo um livro (“No olho da rua”) após ser surpreendido com sua exoneração no Diário Oficial da União por ter relatado na mídia a situação caótica do abrigo: “a gente que vai trabalhar com essas pessoas, acaba sendo tratado por

algumas pessoas do mesmo jeito. O sistema público começa a nos olhar meio parecido como olham eles, com as mesmas discriminações e preconceitos. E desse modo diferente, o máximo de discriminação foi me exonerar” (informação verbal).

As vivências de sofrimento, de dor, de alegrias, elas foram se acumulando e o médico decidiu contá-las no livro:

Eu precisava comunicar ao mundo todo aquele outro lado da vida. Eu tinha o compromisso de contar esse outro lado da vida, o que o mundo inteiro não sabe que acontece a tão poucos metros daqui. Ou eu comunicava, ou eu morria, eu acho. Depois de demitido, eu estava muito deprimido, chorando o tempo todo, não conseguia retomar a minha vida. Eu vi que eu precisava parir aquela comunicação. Embora eu não seja escritor, eu comecei a escrever, escrever, escrever compulsivamente e aí foi me aliviando a dor, como um desafogo (informação verbal).

A priori, não sentia medo dos abrigados, exceto quando foi ameaçado: “quando disseram que sabiam onde era a escola dos meus filhos. Mas não era a situação de rua que estava em jogo, eram bandidos, traficantes que estavam na intenção de me amedrontar, né?” (informação verbal).

Para ele, não existia diferença na forma de lidar com as mulheres:

Quem eram as mulheres que estavam ali? Geralmente, eram as mulheres solteironas, que não casaram. Muitas casaram, mas trabalharam na função de empregada doméstica, que dedicaram a sua vida na criação do lar do outro, sabe? Depois o outro não reconhece ela como membro da família e ela acaba indo para a rua, ela viveu aquela ilusão de que pertencia àquele lar. Ela dormia na casa, cuidou dos filhos, cuidou dos netos, depois os filhos crescem, ela fica desnecessária e vai para a rua. Eu via nelas esse sofrimento. Ela não se dedicou à família dela. Os filhos próprios, por sua vez, não reconheciam ela como mãe (informação verbal).

Após anos de experiência como gestor de um equipamento público municipal, o médico chegou a algumas conclusões. A primeira delas é que não havia um método eficiente que desse conta de uma heterogeneidade tão grande de histórias, biografias, desejos e vontades: “Os programas eram todos criados para um bloco” (informação verbal). Outra dificuldade era conseguir o encontro com a pessoa. Das 1500 pessoas que se abrigavam ali, conseguia atingir, no máximo, 300 através do teatro, da dança ou da geração de renda: “É como se a gente tivesse que vencer um pouco essa dimensão.

Até atravessar essa capa e chegar no âmago da questão. Era trabalhosa a criação de uma confiança até o ponto de ele aderir aquela proposta”(informação verbal).

O psiquiatra declara que se adequar ao modelo de atenção proposto, com normas era mais difícil para esse público. Uma dessas regras institucionais era o horário fixo para as refeições. Ele se lembra de uma situação marcante de transgressão da norma: “Foi uma mulher que tirou a roupa. Havia acabado o horário do almoço e ela pedindo para almoçar, não queriam dar e, no meio daquela indignação, ela ficou nua e tirou a roupa. Foi um recurso dela. Por ser mulher, a falta de pudor me marcou” (informação verbal).

Ele cita o projeto *Meio-Fio*, dos *Médicos Sem Fronteiras*, do qual fez parte, como uma iniciativa mais eficiente. Esse projeto oferecia atendimento médico e psicossocial de forma diferenciada: “Ali, no próprio habitat dele, no próprio nicho dele, na própria dinâmica dele, eles eram mais receptivos e nós éramos mais respeitosos” (informação verbal). Dos encontros com a população de rua, na rua, infere que as mulheres se queixavam muito da falta de privacidade: “Era como se elas ficassem embrutecidas mesmo no dia a dia, mas quando elas ficavam em situações femininas, você percebia uma fragilidade. Grávidas ou com criança pequena, elas reclamavam a falta de uma melhor estrutura” (informação verbal).

Suzy Monteiro Quintella, 48 anos, é musicista e trabalhou com música e teatro de 2000 a 2002 na Fazenda Modelo. Narra que antes de ter contato com esse público, costumava enxergá-los com um olhar religioso de dó: “Depois que eu fui trabalhar na Fazenda, eu parei de ter pena e de ter medo. São seres humanos ali, numa condição um pouco diferente da minha” (informação verbal).

Mas diz que não repetiria a experiência: “Baixa remuneração, dificuldade para chegar lá. Às vezes eu saía de lá cinco horas da tarde e chegava em casa às nove da noite, de van, aquele perrengue” (informação verbal). Ela disse que nunca se imaginou em situação de rua. “É da vida, você acaba se adaptando. Eu acho que comigo não ia ser diferente” (informação verbal).

No abrigo, descobriu casos especiais de pessoas que tinham “veia artística”. “No coral tinha gente sem perna, sem braço, sem dente eram todos. Aí eu carregava a pessoa de Kombi, levava a pessoa sem perna lá para a salinha para ensaiar. Era uma pedreira, entendeu?” (informação verbal).

Na época, sentia-se gratificada quando seu trabalho dava certo. “Aquele coral bonito, não tinha nada que pagasse” (informação verbal). Suzy se lembra de uma idosa que construiu uma parede em volta da cama: “E naquele alojamento enorme, cheio de camas, você via que a cama era

tudo: cama, armário, estante de livro, fruteira”. Esse fato foi contado no capítulo “Dona Ana e seu dossel”, do livro “No olho da rua” (2008), de Marcelo Antonio da Cunha, o entrevistado anterior.

Dona Ana era uma senhora diabética e deficiente visual, que havia cercado seu leito com lençóis brancos para manter uma fronteira de seu espaço naquele alojamento compartilhado por pessoas de todas as ordens (idosos, crianças, adolescentes, viciados, doentes psíquicos, ex-presidiários, foragidos da justiça, estupradores). Passava a maior parte do tempo quieta, reservada em seu dossel. Certa vez, explicou Marcelo Antonio da Cunha, criaram uma regra no abrigo que impedia que qualquer morador ficasse rodeado por lençóis na cama. Por causa disso, dona Ana chorava sem parar e ficava em posição fetal. “Pedi-me, pelo amor de Deus, a reinstalação de sua barraca. Não suportava a sensação de estar ali tão exposta”, contou o médico. Mesmo depois da reinstalação de suas cobertas, a idosa foi acometida por uma grande tristeza, parou de se alimentar, foi internada e morreu pouco tempo depois. “Pus-me a refletir em quanto os regulamentos do abrigo desrespeitavam as peculiaridades de cada morador” (CUNHA, 2008, p.46).

Depois de ouvirmos os 20 profissionais, percebemos que dois assuntos, em especial, foram citados por muitos deles e mereciam ser contados, até mesmo por serem temas com grande alcance midiático: de que forma as pessoas são “recolhidas” das ruas? Como são as instituições de abrigamento as quais essas pessoas são destinadas? Optamos então, por inserir as falas que narram as experiências das próprias mulheres em situação de rua e dos profissionais no assunto referente a ordenamento urbano, juntamente com uma reflexão teórica sobre esses dois tópicos.

3.2 ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO

A Modernidade foi entendida como um período de revoluções, transformações intensas, principalmente no espaço urbano e também de exclusão dos “anormais”. Uma das principais estratégias de gestão de Estado moderno foi isolar e afastar os riscos sociais, assim como banir os “estranhos” dos limites do mundo ordeiro citadino, impedindo toda comunicação dos excluídos com o mundo externo. Havia a noção de contaminação que levava ao isolamento dos anormais, doentes, inválidos, vadios, etc, em instituições fechadas e apartadas do espaço urbano.

José Murilo de Carvalho, em “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi” revisita o Rio de Janeiro em suas primeiras encenações como Capital Federal. Pouco antes da República, o autor relembra que o embaixador português declarou: “Está a cidade do Rio de

Janeiro cheia de gatunos e malfeitores de todas as espécies” (CARVALHO, 1987, p.18). Os gatunos e malfeitores eram os ladrões, as prostitutas, os malandros, os ciganos, os ambulantes e os pivetes, que moravam e agiam pelas ruas centrais e protagonizavam contravenções penais do tipo desordem e vadiagem.

No projeto de embelezamento da cidade, um médico sanitaria tratou das medidas de higiene pública para preparar a cidade para as reformas: o centro da capital foi remodelado, jardins, grandes edifícios e porto foram construídos, os bondes ganharam tração elétrica. “Ao visitar a cidade pouco depois, uma poetisa francesa [Jane Catulle Mendès], entusiasmada, escrevia um livro de poemas com o título *La Ville Merveilleuse*” (CARVALHO, 1987, p.40), de onde surgiu o apelido “Cidade Maravilhosa”. Mas, o que aconteceu com os que trabalhavam e circulavam pelo centro do município? Na operação do então prefeito Pereira Passos, chamada de “Bota-Abaixo”, essas pessoas tiveram que “subir o morro” ou se deslocar para o subúrbio.

Na Pós-Modernidade, as transformações ocorrem em tempo vertiginoso e as estratégias de exclusão aparecem com outros nomes. Em março de 1984, por exemplo, surge a “Operação Cata-Mendigo”, por ordem do governador Leonel Brizola. Havia 10 mil pessoas dormindo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sendo que 9 mil eram empregados que não tinham dinheiro para pagar o transporte de volta para casa e, por isso, dormiam na rua durante a semana, conforme mostra o título da notícia publicada no jornal impresso *O Globo* em 12 de agosto de 1984:

DEZ MIL CONTINUAM 'MORANDO' NAS RUAS. MAS A MAIORIA NÃO PODE SER RECOLHIDA: SÃO TRABALHADORES SEM DINHEIRO PARA VOLTAR PARA CASA

IMPASSE NA 'OPERAÇÃO CATA-MENDIGOS'

Cinco meses depois de iniciada, a "Operação Cata-Mendigos", oficialmente batizada de Projeto de Atendimento à População de Rua, caminha a passos lentos, encontrando uma dificuldade principal para cumprir o objetivo de tirar de suas "residências" improvisadas os que não têm onde morar: das estimadas dez mil pessoas que vivem pelas ruas do Rio, a maioria, segundo o Secretário estadual de Promoção Social, José Gouveia Filho, é de trabalhadores que não têm dinheiro para a passagem de volta à casa.

O projeto tem enfrentado ainda outras dificuldades. Por divergir da orientação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na Fazenda Modelo, em Santa Cruz — onde estão 215 internos —, é impossível controlar os deslocamentos de apenas dois meses de trabalho. E a Secretaria passou a se ocupar exclusivamente da favela, transferindo à Secretaria estadual de Promoção Social a incumbência de recolhimento, triagem e alojamento dos mendigos.

A Secretaria estadual faz o que pode, com suas próprias unidades de albergamento — os Centros de Recuperação Social de Itaipu e Póssuem em Niterói —, de Campo Grande, Bonitópolis e da Praça da Harmonia, no Centro —, que abrigam atualmente 1.750 pessoas, cada uma das quais custa ao Estado Cr\$ 180 mil por mês. Semanalmente, as equipes da Fundação Lelo XIII fazem dois recolhimentos, que resultam no encaminhamento de 150 pessoas, em média, à triagem. Nesta, entretanto, constata-se que cerca de 90 por cento das recolhidas não empregadas que, sem condições de pagar o transporte diário, são obrigadas a dormir na rua.

— Por isso, a situação dos albergues não está pior — comenta o Secretário José Gouveia. — Recolhem-se

para hospitais e depois que estiverem encaminhados a empregos ou, ainda, no caso dos migrantes, se quiserem voltar para suas cidades de origem.

Cerca de 40 pessoas, entre funcionários da Fundação Lelo XIII e policiais, atuam no recolhimento semanal dos mendigos, encaminhados à Casa Amarela, na Cidade Nova, para triagem, que inclui exames médicos e socioeconômico, além da busca pessoal de cada caso individual.

— Quem comprovar vínculo empregatício é liberado. Os desempregados são encaminhados aos Centros de Recuperação Social ou à Fazenda Modelo. A distribuição é feita de acordo com a disponibilidade das vagas, mas sempre com vistas à ressocialização dos internos — capta o Secretário.

FAZENDAS

Resocializar os internos, segundo a filosofia da Secretaria de Promoção Social, significa sobretudo integrá-los ao trabalho, o que depende da criação de fazendas agrícolas. O Secretário destaca a "experiência piloto" da Fazenda Modelo.

— Estamos elaborando um convênio com a Secretaria estadual de Agricultura para iniciar um levantamento preciso das áreas disponíveis da Fundação Lelo XIII que podem ser usadas no projeto. O convênio também possibilitará o acompanhamento técnico dos especialistas da Secretaria de Agricultura nos cursos profissionalizantes que pretendemos criar — disse o Secretário.

A Fundação Lelo XIII possui terras em Nova Iguaçu, Caxias, Itaboraí, Itaipu, São João da Barra e em Campos, onde poderão ser implantadas as fazendas agrícolas. A curto prazo, para melhorar as condições dos albergues, o Secretário estadual de Promoção Social espera a assinatura de um convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que vai repassar Cr\$ 16 milhões para a compra de equipamentos

Em leitos improvisados debaixo de marquises dormem os que não podem voltar para casa

No Fernando Medeiros

Técnicos discordam e se afastam

O Projeto de Atendimento à População de Rua foi anunciado pelo Prefeito Marcelo Azevedo para fevereiro e antecipado para janeiro, por ordem do Governador Leonel Brizola. Em janeiro, iniciou-se o recolhimento, até então sob a responsabilidade do Município, mas o surto de conjuntiva no verão obrigou os planos: as atividades na Fazenda Modelo só começaram em março, e até junho o recolhimento esteve suspenso.

Em março, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social convocou 11 profissionais — entre médicos, psicólogos, assistentes sociais, arquitetos, artistas, auxiliares de enfermagem e enfermeiros — para atuarem na Fazenda Modelo, dando assistência aos 215 internos que havia naquela época. Eles afirmam que eram, ao todo, 60 técnicos, o que a Secretaria contesta.

Dividiram-se em equipes e elabo-

— Eles não aceitaram a coordenação da Secretaria, e exigiram a mudança do projeto e o afastamento do Chico (Francisco Mendes Soares, coordenador das atividades na Fazenda Modelo). Disse a eles que o projeto continuaria como estava, e que eu ia reduzir a equipe porque houve excesso de contratações. Meu objetivo era discutir com eles como fazer a redução sem afetar os trabalhos, mas eles optaram por abandonar o projeto sem qualquer comunicação — disse a Secretária.

ACUSAÇÕES

Para os profissionais, liderados pelo médico Lauro Diniz, a alegação de Dória Terra sobre falhas na previsão orçamentária "é falta de competência ou coisa prematizada". A Secretária assegura que a dotação orçamentária para o projeto não sofreu redução, acrescentando que "a-

lhar. Enquanto estavam os técnicos, aguçado Dória Terra, apenas 16 dos 216 internos optaram pelo trabalho agrícola.

— Numa simples reflexão econômica há um conflito para repetir o almoço. Não havia como contrair, os funcionários não sabiam quem já havia comido ou não e tudo era muito confuso. Chico sugeriu adoção de tickets para controlar a refeição, mas os profissionais achavam que era repressão e condenaram. Depois que eles abandonaram a fazenda, instituímos o regime e, as brigas terminaram — disse a Secretária.

Um convênio que está para ser assinado entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria Estadual de Promoção Social — pelo qual a primeira vai repassar Cr\$ 16 milhões à segunda — também é questionado pelos técnicos que se distanciam do projeto. O

Figura 2 - Reportagem sobre a "Operação Cata-Mendigo"

Fonte: Jornal O Globo

Na virada do século XXI, aparece a Operação de Controle Urbano, o "Catatralhas", realizada pela Subprefeitura do Centro, em parceria com a Guarda Municipal, Polícia Militar e Comlurb, que atuava de forma violenta "sob a alegação de limpar o lixo da cidade, recolhendo objetos pessoais, documentos e até medicamentos da população de rua" (DANTAS, 2007, p.67).

Atualmente, o nome da Operação de ordenamento urbano é denominada "Choque de Ordem". A medida foi criada pela Secretaria de Ordem Pública (SEOP), em 2009, para combater os pequenos delitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A nota oficial da Operação "Choque de Ordem" consta no site da secretaria desde 16 de setembro de 2009 com os seguintes dizeres:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração,

desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. Com o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores, contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade, foi criada a Operação Choque de Ordem. São operações realizadas pela recém criada Secretaria de Ordem Pública, que em um ano de existência vem conseguindo devolver à ordem à cidade⁴¹(texto *online*).

Os objetivos dessa Operação são: coibição de venda de produtos ilegais; recolhimento da população em situação de rua, que é levada a abrigos municipais; fiscalização de estacionamento irregular nas calçadas e demolição de construções em local de proteção ambiental ou sem alvará municipal para funcionamento (PEREIRA, 2011).

A abordagem pelas forças do Estado, muitas vezes, se dá de forma coercitiva, independentemente da índole do cidadão. Velho (2007), em “Metrópole, cultura e conflito”, confirma:

As incursões diárias de bandidos em bairros de classe média, com assaltos a residências, ataques no trânsito, ao comércio e a instituições públicas as mais diversas criam um clima permanente de medo e insegurança no Rio de Janeiro. Isso é agravado pela desconfiança e experiências traumáticas com as chamadas forças da ordem, que com frequência, utilizam métodos arbitrários, brutais, quando não criminosos, ao lidar com a população em geral, particularmente com os mais pobres (VELHO, 2007, p.24).

De acordo com Silva (2013), há muita semelhança entre os velhos métodos utilizados na década de 1960 e o que está acontecendo na Cidade do Rio de Janeiro nos dias de hoje. “Lá e aqui a vida dos moradores de rua, desprezada, invisível, quando não atormenta, pode ser eliminada sem culpas ou dores” (SILVA, 2013, p.349).

As mulheres em situação de rua e os profissionais que lidam com elas têm considerações a fazer a respeito da medida de ordenamento urbano em vigor no município.

Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva, por exemplo, diz que já foi abordada pela Guarda Municipal diversas vezes: “Você dormia ali e te acordavam e se você não saísse, eles te pegava. Aí, a gente entrava na van, esperava eles distrair enquanto que eles ia pegar as outra pessoas, abria a porta e ia embora”(informação verbal).

⁴¹ Disponível em:< <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Maria de Lourdes, 42 anos, que viveu cinco anos dormindo nas ruas, afirma que nesse período, embora não soubesse o nome da Operação, foi “recolhida por uns polícia aqui” (informação verbal).

India Silva, 44 anos, narra como foi sua experiência:

Eu estava debaixo do viaduto em Laranjeiras, eles passaram 20 para meia noite, eu tinha acabado de fazer um lanche pra dormir, eu tava com um carrinho de supermercado lotado de coisa de brechó, que eu ia pra Praça XV. Eles passaram e me chamaram e disseram que eu tinha que acompanhar eles, que era proibido ficar na rua. Eu fui por espontânea vontade (informação verbal).

Kátia da Silva Ribeiro nunca foi levada a nenhum abrigo municipal, mas ao ser questionada sobre a pior coisa que presenciou na rua, afirma: “A Polícia Militar disfarçada de Guarda Municipal levando as pessoas obrigadas para o abrigo, quem não quisesse ir, eles enchiam de porrada” (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus disse que perdeu o contato com os filhos em Mato Grosso do Sul por conta de uma abordagem: “Com esse negócio da guarda municipal, eu perdi os papel com as foto dos meus filho. Jogaram tudo em cima do caminhão e lá se foi tudo. Número de telefone, tudo” (informação verbal).

O psicólogo Rodrigo Acioli Moura relata ter visto inúmeros recolhimentos e ouvido muitas histórias sobre essa prática:

Estar de madrugada fazendo um atendimento com esse trabalho social, de ver essa equipe do governo passando, moradores de rua correndo, fugindo, todos escondidos e perguntando se eles já teriam ido embora. Então, eles contam que tem gente que é legal, tem gente que não é. Às vezes, eles são obrigados a entrar [na van], [o abrigo] é longe pra caramba e têm que voltar sozinhos. Tem as pessoas que gostam, que tem histórias boas, mas, infelizmente, eu conversando com eles ali na rua, as histórias não são boas não. Tanto que eles fogem quando eles parecem, né? (informação verbal).

Para ele, levar a pessoa para um equipamento público que não oferece serviço de boa qualidade, não é o mais apropriado: “A forma do acolhimento, de acolher, tem que ser de uma forma muito mais afetiva do que profissional, não repressora, não agressiva, se está levando para

algum lugar, esse local deve ser um local adequado, e a pessoa que está sendo acolhida, ela tem que ter direito de escolha” (informação verbal).

A advogada Renata Verônica Côrtes de Lira é contra o recolhimento compulsório das pessoas que ficam nas ruas. “Sei que existem alguns casos necessários, em casos de surto, e talvez a pessoa precise passar alguns poucos dias tendo acesso a um medicamento, uma proximidade maior com os profissionais, com os técnicos” (informação verbal). Ela critica as medidas de higienização da cidade: “Esquecem do que já aconteceu, apagam o passado, apagam as consequências e repetem. Para além do absurdo de você internar compulsoriamente é a repetição, a ideologia que traz de volta esse tipo de política, né?” (informação verbal).

A psicóloga Virgínia Lima dos Santos Levy também é contra o recolhimento compulsório da população em situação de rua:

Pelo aspecto teórico, recolher não pode funcionar porque se a pessoa tá numa situação de perda de autonomia, não vai ser você obrigando ela a alguma coisa que ela vai recuperar sua autonomia. Quando ela não tá escolhendo se ela vai para algum lugar, se ela vai parar de usar droga, se ela vai tentar um abrigo, ela está sendo humilhada também. Então, ela deixa de ser escrava da droga para ser escrava de alguma outra coisa. Por outro lado, não vejo muita gente que foi recolhida e depois teve um segmento de tratamento (informação verbal).

O psicólogo Márcio Santos Tavela Ramos também é radicalmente contra o recolhimento compulsório:

É um absurdo, uma violência. Não é acolhimento, não é busca de vínculo, não é busca de acompanhamento, não é respeito à pessoa humana, é a falta tudo, é uma captura, muitas vezes um sequestro. Tem relatos desse recolhimento compulsório, recolhe-se alguém, um ser humano da rua, pessoa em situação de vulnerabilidade, leva-se em uma van para um lugar muito afastado do município e, muitas vezes, não é levado nem para um abrigo ou outro serviço. Há relato de pessoas que desapareceram, então assim, sequestro, às vezes, cabe, né? É revoltoso, é higienista, é higienizar a cidade, é tirar as pessoas que na verdade são uma crítica da cultura, uma crítica da sociedade. Claro que existem as situações de uso abusivo que a pessoa pode entrar em um estado de surto ou algo assim, mas coisas pontuais e que são muito difíceis de serem contornadas não podem ser resolvidas por uma política pública que vai passar a régua nas pessoas daquele território, forçosamente, na captura (informação verbal).

Jociane de Souza da Silva, apesar de ser funcionária pública, é contra o modo de atuação do município, mas mostra como poderia ser melhor:

Olha só, se eu chegar lá na rua e pegar uma pessoa “vamos agora” isso não vai trazer resultados porque aquela pessoa ela não é um ser irracional, ela não pode ser tirada dali simplesmente porque ela não pode ficar ali, até porque o direito a cidade é de todos, né? Agora, assim, se eu consegui fazer um trabalho que eu acho que é muito possível através da abordagem buscativa, a gente tem equipes que fazem isso e algumas equipes eu acho até que fazem muito bem. Você tem que fazer um trabalho com aquela pessoa. De onde você veio? Eu tenho uma oportunidade em tal lugar, te interessa? Aí a pessoa vai dizer sim ou não, mas qual é a proposta? Você tem que mostrar que proposta é essa que vai ser melhor do que aquele lugar ali que você está. Tem que ter um convencimento que existe um outro espaço melhor. E, realmente, quando essa pessoa estiver nesse lugar, fazer com que aquele lugar seja melhor para aquela pessoa, que ela se veja realmente como cidadã. Se o elo dela for maior com a rua, ela vai voltar para a situação de rua (informação verbal).

Dantas, em 2007, sobre a tendência ao exercício de práticas punitivas e de isolamento da população de rua mencionara a persistência das ações de caráter paliativo e higienista, com a retirada forçada da população para abrigos e albergues.

Como vimos, por meio dos depoimentos dos profissionais, a prática de “recolhimento” não é adequada, exceto em casos extremos, como, por exemplo, um surto, quando a pessoa não tem condições de responder por si só. As mulheres que vivem em situação de rua que já experienciaram a abordagem feita pela operação de ordenamento urbano da cidade do Rio de Janeiro não melhoraram sua condição de vida.

Vale mencionar que, atualmente, durante o dia, podemos observar funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Social tentando estabelecer diálogos com os viventes de rua, com o intuito de convencê-los a ir ao abrigo. Porém, de nada adianta um trabalho adequado de abordagem, se o destino é confinar o sujeito em um ambiente que não oferece possibilidades de mudança de vida, como veremos no próximo tópico.

3.3 ABRIGAMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Caldeira (2000) explica que as grandes metrópoles tornaram-se “cidades de muros”. Esses muros não são apenas simbólicos, mas também físicos, resultantes do medo de ameaça de

alguns grupos que compõem a população, tais como os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. Isso, aliado à descrença da eficácia do poder público em garantir a segurança de todos. A vida na cidade, marcada pela tensão, discriminação e apartação, segundo Teresa Caldeira, afasta a possibilidade de relações de pessoas “normais” com aquelas com as quais elas consideram “diferentes” ou perigosas, apesar da proximidade espacial entre grupos heterogêneos que estão cada vez mais separados socialmente. Cada habitante vive isolado e convive apenas com seus iguais.

Os desiguais são agrupados em instituições públicas, consideradas pelo governo como serviços de alta complexidade. Teoricamente, esses serviços referem-se a acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. São quatro frentes: Serviço de Acolhimento Institucional (desenvolvido nas modalidades de abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem ou residência inclusiva); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência⁴².

Marcelo Antonio da Cunha, em seu livro “No olho da rua” (2008), descreve com detalhes uma dessas instituições, da qual foi diretor até 2003. Trata-se da Fazenda Modelo, abrigo destinado à população de rua, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que chegou a ter 2500 moradores. A ideia de uma fazenda desse tipo surgiu em 1930, no mandato do presidente Getúlio Vargas, que pretendia que ali se desenvolvessem técnicas agrícolas a fim de produzir alimentos para a exportação.

O espaço de 53 mil hectares, que equivale a 40 estádios do Maracanã, foi reinaugurado em 1984 para funcionar como uma fazenda, com criação de animais e terras para os moradores em situação de rua plantarem e colherem alimentos para o autosustento e também para a venda. Marcelo descreve sua primeira impressão do local:

Na minha experiência de médico, já testemunhara cenas dolorosas nas favelas do Rio, na Amazônia e no sertão nordestino. (...) No entanto, nunca tinha visto nada que se comparasse àquilo: uma cidadela de miseráveis incrustada nos limites da Cidade Maravilhosa, não muito longe do centro administrativo do Rio de Janeiro. Criada em 1947 pelo governo federal, as intenções que levaram à transformação da Fazenda

⁴² Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade> >. Acesso em: 15 maio 2015.

Modelo em um abrigo, pelo governo municipal, em 1984, não eram ruins: deveria funcionar como um centro de ressocialização para gente desgarrada, excluída da sociedade formal, que ali disporia de lugar onde morar, hortas comunitárias e oficinas de aprendizagem que viabilizassem seu reingresso no mercado de trabalho e a recuperação da cidadania perdida. Só que a realidade que encontrei era muito diferente do projeto original. Resultado de políticas públicas equivocadas, havia aproximadamente vinte anos que a instituição se transformara num imenso repositório de vidas naufragadas, reunindo uma estranha e multiforme massa humana formada por todo tipo de gente e procedência: criminosos, pacientes psiquiátricos, portadores de deficiências, crianças de todas as idades e adolescentes, idosos moribundos e doentes crônicos acamados, que se distribuíam pelos alojamentos e pelos demais espaços da Fazenda em total promiscuidade. Constituíam um mundo à parte, uma verdadeira “cidade dos mortos” (CUNHA, 2008, p.11).

Em 1987, os jornais começam a denunciar a falência do projeto. Os trabalhadores da construção civil que não conseguiam pagar aluguel e dependiam do abrigo para dormir se rebelavam por serem denominados mendigos. Eles diziam que não recebiam atendimento médico, que a infraestrutura era péssima e que ganhavam comida estragada no café da manhã. Se a ideia era ressocializar as pessoas e fazê-las produzir em troca de um salário, o modelo faliu porque o salário, que já era baixo, nunca chegava ou chegava com muito atraso, o que acarretava grande número de abandono de posto e, por isso, a produção de alimento foi se tornando insignificante. Há registros da época que, dos 480 internos, 384 sofriam de alcoolismo, não recebiam atendimento médico e psicológico e, em decorrência disso, eles brigavam entre eles a todo instante. Essas informações foram obtidas da notícia do jornal *O Globo*: “Um modelo de fazenda só no papel”, de 20 de abril de 1987. A legenda da foto diz que no início, por alguns meses, a granja chegou a funcionar. Depois os animais foram dizimados pelo descaso.

Um modelo de fazenda (só no papel)

O projeto da Fazenda Modelo tinha grandes objetivos: ressocializar mendigos e desempregados que dormiam nas ruas e praças da cidade. Sessenta dias após sua ocupação com as pessoas recolhidas pela Operação Cata-Mendigos, desenvolvido pelo Governo Leonel Brizola, deveria estar produzindo hortigranjeiros suficientes para abastecer a população local e, mais, algum excedente para ser vendido e reverter em salários para quem trabalhasse.

Planejada em janeiro de 1984 para abrigar até 1.200 desocupados, quase um ano após a posse do antigo Governo esta lotação estava reduzida a 240 mendigos e a produção agrícola, que chegou a alimentar os habitantes da Fazenda e a sobrar para a população carente vizinha ao projeto, foi também reduzida a níveis insignificantes. Segundo a Vereadora Dilza Terra (PDT), ex-Secretária de Desenvolvimento Social, o programa, "que tinha tudo para render muito, morreu". Sua avaliação é de que faltou prioridade política, pois a idéia era disseminar a experiência por municípios que poderiam criar projetos semelhantes em terras devolutas.

E o começo foi bem de acordo com os sonhos. Logo no primeiro dia de ocupação, 28 de janeiro de 1984, 47 mendigos recolhidos nas ruas passaram tranquilamente as horas arrumando suas acomodações, limpando áreas e sendo separados de acordo com suas experiências profissionais anteriores. José Rego, naquela época diretor da Fazenda, explicava que, dois dias depois, todos já estariam designados para trabalhos de carpintaria, pedreiro, capina e horta em troca de um salário mínimo mensal.

No início, por alguns meses, a granja chegou a funcionar. Depois, os animais foram dizimados pelo descaso

Só não quero ficar sem fazer nada, como já estou há muito tempo. O salário mínimo está bom, porque sou sozinho, e por mim começaria no batente hoje mesmo — disse Jorge Alves da Cunha, 35 anos, servente de obras, desempregado há mais de um ano, naquela época, e recolhido nas imediações da Praça 11.

Aquele grupo inicial era, em sua maioria, composta de desempregados da construção civil, que se rebelavam contra a denominação de mendigos.

Dois meses depois, março de 1984, a população da Fazenda Modelo chegava a 216 pessoas, incluídas mulheres. Os planos iniciais continuavam de pé. Ressocializar o homem e fazê-lo produzir em troca de um salário. Mas as insatisfações começaram a

afiorar. O trabalho — é, obviamente, o pagamento — demorava para quem lá chegara 50 dias antes. Além disso, os quatro alojamentos disponíveis, dois com capacidade para 600 pessoas, estavam em péssimas condições, colchões no chão, goteiras de chuva e, no dia-a-dia, falta de água nos banheiros, café que "dava dor de barriga" e falta de atendimento médico.

Junho de 1984. O ex-Secretário de Agricultura do Estado Elias Camilo Jorge ainda estava otimista em relação ao aproveitamento da área de 850 mil metros quadrados em Guatubá, sendo 300 mil de área cultivável e 20 mil de área coberta. Mas a animação era compartilhada apenas pelos integrantes do Governo. Internamente a Fazenda Modelo apresentava os sintomas da crise que paralisaria definitivamente o projeto, deixando-a no rol dos planos irrealizados pelo Governo Leonel Brizola. Um ano depois, em janeiro de 1985, o pessoal recolhido na rua foi conduzido para a Fazenda e o primeiro protesto público. Diante do Palácio Guanabara reclamavam do afastamento do administrador Francisco Mendes.

Os grandes objetivos começavam a desmoronar. A produção não saía do nível insignificante, a promessa de trabalho para os desempregados não se consumava e o salário prometido, que despertou esperança entre os internos, já estava atrasado há muito tempo. O abandono rondava a Fazenda e o alcoolismo passou a ser o maior problema para a equipe de médicos e psicólogos que ainda resistia.

Figura 3 - Reportagem sobre a Fazenda Modelo

Fonte: Jornal *O Globo*

Durante a direção do médico psiquiatra e sanitarista Marcelo Antônio da Cunha, na Fazenda, os usuários recebiam bolsas para atuarem em pequenas tarefas institucionais e também no projeto "Faxina Modelo", de limpeza de ruas e praças. "Uma contradição: eram retirados como sujeira e retornavam para limpar a cidade" (CUNHA, 2008, p.15).

Estruturalmente, o espaço era composto por grandes galpões mal iluminados e sem ventilação, que originalmente seriam galinheiros. "Podiam ser apropriados para engorda das criações, mas não, seguramente, para alojar seres humanos. O ambiente, a bem da verdade, era sim propício à disseminação de doenças como tuberculose e lepra" (CUNHA, 2008, p.26).

A maioria dos moradores permanecia o dia todo dentro desses galpões. "Ficavam deitados ou encolhidos em posição fetal, como se quisessem retornar ao lugar aquoso e confortável de onde talvez preferissem não ter saído" (CUNHA, 2008, p.28). O autor cita, inclusive, que alguns abrigados que sofriam doenças eram espancados por funcionários despreparados que não entendiam determinadas reações patológicas e as enxergavam como indisciplina.

Um episódio trágico marcou a história da Fazenda Modelo: uma criança morrera queimada em um incêndio em um dos galpões, sem que ninguém pudesse socorrê-la, devido a falta de janelas: “O fogo teria sido causado por um curto-circuito próximo à entrada, e se alastrou rapidamente por toda a parte da frente do alojamento, justamente onde estava a criança” (CUNHA, 2008, p.31). Na hora do incidente, a mãe do bebê estava no refeitório jantando, pois não era permitido levar comida para o alojamento. A moça, de 22 anos, desesperada, foi impedida pelos colegas de entrar no meio das chamas para resgatar o filho Diego, de oito meses, como mostra a notícia de 9 de março de 1999 do jornal *O Globo*.

Incêndio mata bebê e provoca protestos na Fazenda Modelo

Internos apagam o fogo antes da chegada dos bombeiros

• Um incêndio no pavilhão C da Fazenda Modelo, em Pedra de Guaratiba, matou ontem à noite, por volta das 19h, um bebê de 8 meses, identificado apenas como Diego. Segundo moradores de rua que estavam alojados no lugar, o incêndio teria começado com um curto-circuito na fiação velha do imóvel, que não é trocada há mais de dez anos. A Fazenda Modelo, subordinada à Secretaria municipal de Desenvolvimento Social, é o maior dos três abrigos para famílias de sem-teto na cidade. Com 53 mil metros quadrados, o lugar tem capacidade para receber 1.600 pessoas.

O incêndio durou cerca de uma hora e os próprios internos combateram o fogo. De acordo com os moradores da Fazenda Modelo, quando as unidades do Corpo de Bombeiros chegaram, o fogo já havia sido totalmente apagado por eles com seis baldes d'água.

Mãe estava jantando na hora em que pavilhão pegou fogo

Após debelarem as chamas, revoltados, os internos levaram o corpo carbonizado do menino para o meio da Estrada da Matriz, onde fica a Fazenda Modelo, e começaram a fazer um protesto contra as condições precárias em que vivem ali.

Durante o incêndio, os moradores tentaram entrar no pavilhão para ver se havia ficado alguém lá dentro, mas foram impedidos pelas seguranças da Fazenda Modelo. A mãe da criança, Lídia de Andrade, de 22 anos, havia deixado o filho dormindo e fora jantar, já que o regulamento interno não permite o ingresso no alojamento com alimentos, decisão tomada há três semanas pela administração. Ela estava no refeitório, jantando, quando o incêndio começou. Lídia, que mora há dois anos na Fazenda Modelo, não teve tempo para salvar Diego. A tragédia ainda poderia ter sido pior pois as portas dos alojamentos são trancadas às 22h.

Traumatizada com a morte do filho, ela teve que ser medicada com sedativos e precisou ficar internada na enfermaria da Fazenda Modelo.

— Se a comida pudesse ser levada para o alojamento, a mãe estaria presente e o menino estaria vivo — afirmou, indignada, Marisa de Moraes Silva, de 20 anos, mãe de dois filhos e moradora do Pavilhão D.

Pavilhão é interditado para a realização de perícia

O pavilhão C foi interditado. A perícia esteve no local mas deixou o exame para hoje. Com o que sobrou do incêndio, moradores esperavam do lado de fora se perguntando onde passariam a noite e os próximos dias. ■

Fernando Quevedo

O QUARTO, que era ocupado pela família de Diego, fica totalmente destruído

Figura 4 - Matéria sobre a morte de um bebê na Fazenda Modelo
Fonte: Jornal *O Globo*

Outras atrocidades são narradas no livro: quando algum morador falecia, o movimento nos alojamentos permanecia o mesmo, as pessoas dormiam do lado do morto até a chegada do rabeção. O médico relata ter visto crimes passionais, estupro, zoofilia, contaminação e disseminação proposital de HIV, prostituição, e até mesmo o espancamento de um morador para extração de seus dois dentes de ouro com alicate. Por outro lado, ele conta como era gratificante ver as pessoas executando atividades artísticas oferecidas na Fazenda Modelo: o teatro, a dança e as artes plásticas facilitavam a aproximação entre os abrigados. Mas, exausto das mazelas cotidianas, Marcelo Antonio da Cunha percebeu que o abrigo tinha se tornado uma instituição inadministrável e narrou isso em seu livro:

Passei a vê-la como um navio velho e encalhado, cujo destino não podia ser outro senão o lento e inevitável naufrágio. Se uns saíam, outros chegavam; se alguns morriam, outros nasciam, e tudo continuava na mesma. Apesar de todo nosso empenho, aquele modelo falido estava fadado, de forma inexorável, a crescer, reproduzir-se, e piorar cada vez mais. Será que as autoridades já tinham decidido que não valia a pena investir em gente de tão “baixa qualidade”? Num momento de crise de desesperança, achei que os resultados obtidos através do estímulo às artes, por exemplo, não passavam de puro verniz. Davam uma idéia fantasiosa de êxito que podia iludir o público e até nós mesmos, os próprios gestores. Enfim, com o passar do tempo, comecei a desconfiar de que o nosso caminho pela fazenda havia, sem que percebêssemos, feito uma imensa curva (CUNHA, 2008, p.224).

Como estratégia, abriu as portas para a imprensa mostrar tudo o que havia de errado na instituição. Fiscais da Vigilância Sanitária do Estado apareceram e constataram a precariedade das instalações. Tempos depois, Marcelo foi exonerado do cargo.

Em 2010, outro “depósito de seres humanos” foi criado na zona oeste do Rio de Janeiro: o *Abrigo de Paciência* ou *Centro de Recepção e Acolhimento de Paciência*. A imprensa noticiava o novo modelo de atendimento com entusiasmo: “com 84 mil metros quadrados, conta com salas de aula, de informática, de jogos, biblioteca, enfermaria, refeitório, piscina e quadra poliesportiva”, conforme a notícia do jornal *O Globo* de 7 de novembro de 2011. O texto informa ainda que a Comlurb, empresa de limpeza urbana, havia despejado toneladas de entulhos debaixo de viadutos para impedir que o local se tornasse dormitório, o que de nada adiantou, pois as pessoas passaram a dormir em cima das pedras. Mesmo tentando tornar os abrigos mais atraentes, 90% das pessoas “recolhidas”, na época, voltavam para a calçada

Figura 5 - Reportagem sobre a retirada de pessoas das ruas e o centro de acolhimento

Fonte: Jornal *O Globo*

No entanto, ao longo dos anos de existência e nos dias de hoje, a instituição coleciona uma série de denúncias graves, de todas as espécies: insalubridade, prostituição, abuso de poder por parte dos funcionários, colchões infestados por percevejos, entre outras. Sabemos dessas denúncias através dos grandes meios de comunicação do Rio de Janeiro que as divulgam apenas quando agentes do Ministério Público vão até lá fazer fiscalização.

Rogério Pacheco Alves, promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania, comenta que em uma inspeção ao abrigo, coletou depoimentos de pessoas que estavam lá porque foram recolhidas das ruas compulsoriamente. E no local onde deveriam ter 50 homens, 50 mulheres e 50 idosos divididos por alas, ele encontrou 430 pessoas. Isso depois de ter instaurado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Na ocasião em que foi entrevistado para esta pesquisa, o promotor entregou-nos uma cópia do TAC completo. Esse termo foi assinado em 25 de maio de 2012 por dois promotores de

justiça, Wagner Sambugaro e o próprio Rogério, pelo prefeito Eduardo Paes, pelo secretário municipal de assistência social, Rodrigo Bethlem, pelo secretário municipal de saúde e defesa civil, Hans Dohmann, pelo o secretário municipal de trabalho e renda, Augusto Lopes de Almeida Ribeiro, pelo secretário Municipal de Habitação Jorge Bittar e pelo secretário de Ordem Pública, Alexander Vieira Costa.

Valendo-se da criação de programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua, o TAC exige que os Serviços de Acolhimento Institucional devem funcionar em unidades inseridas na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

Estes Serviços também devem ter estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar de natureza provisória. A exceção abre-se aos idosos, situação em que a permanência pode ser de longo prazo, quando estes não puderem mais se sustentar ou conviver com seus familiares.

Visando a intersetorialidade, o TAC menciona que a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego deve se comprometer a criar programas de educação para o trabalho e de qualificação profissional (voltado para a população em situação de rua). A Secretaria Municipal de Habitação deve criar programa específico de moradia à população em situação de rua, concedendo auxílios-moradia ou o benefício do aluguel social, quando a Secretaria Municipal de Assistência Social identificar que o usuário está apto a se submeter ao programa habitacional. O documento, também, pede a formação e capacitação de profissionais da guarda municipal para o atendimento adequado da população em situação de rua, abstendo-se de qualquer tipo de arma ou equipamento de segurança, respeitando a integridade dos pertences pessoais e documentos da população em situação de rua por ocasião das operações de abordagem e acolhimento. O TAC também exige a presença de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social em todas as operações de abordagem e acolhimento da população em situação de rua.

Ao constatar irregularidades no cumprimento do TAC, o promotor Rogério Pacheco Alves propôs uma ação contra o município pedindo uma indenização às pessoas que foram recolhidas de forma compulsória ou que foram vítimas de qualquer tipo de violência e a outra por improbidade administrativa contra o prefeito Eduardo Paes e o então secretário de assistência, Rodrigo Bethlem. Curiosamente, a ação de responsabilização contra o prefeito e o secretário foi rejeitada e extinta pelo juiz três meses depois, pois o magistrado entendeu que não

havia como responsabilizá-los individualmente por abusos cometidos coletivamente por servidores do município. “É um recorde de velocidade!”, ironiza Rogério.

Vimos que as instituições de atendimento a essa clientela, no passado, não tiveram êxito na ressocialização dos que fizeram uso do serviço. Mas, e nos dias de hoje, o que as entrevistadas deste estudo têm a dizer sobre os abrigos pelos quais passaram? Merece destaque que as mulheres foram ouvidas em Unidades de Reinserção Social (URS) municipais, onde são consideradas tuteladas pelo Estado e, portanto, observamos que elas não tinham a mesma liberdade de se expressar como se tivessem nas ruas, sobretudo quando queriam criticar as falhas do serviço público.

Kátia da Silva Ribeiro conhece o funcionamento dos locais de abrigamento da cidade do Rio de Janeiro, mas não fica em abrigo público por dois motivos: essas instituições ficam em regiões dominadas pela milícia, território onde ela não pode “pisar”. Além disso, ela diz que, nesses estabelecimentos, as pessoas são tratadas como “debiloides”:

Eu já fui fazer pesquisas nesses abrigos, é muito ruim. O abrigo de Paciência, por exemplo, são duas vertentes: de um lado o tráfico, do outro a milícia. O que ocorre? A pessoa já é usuária de droga. Eu vou te colocar num abrigo aonde, por cima do muro, você pode estar comprando a sua droga? Aí você sai da porta do abrigo para fora, você se depara com a milícia, que some com você se te pegar usando qualquer droga (informação verbal).

Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva vive em instituições públicas desde criança. Passou por sete abrigos na infância e quando atingiu a maioridade, foi levada ao Centro de Recepção e Acolhimento de Paciência: “é horrível, é do lado da boca de fumo. Tu vindo pra cá, já é do lado da boca, indo mais pro cantinho também é outra boca, indo mais lá prá frente é outra boca. Sem condições” (informação verbal).

A queixa da jovem foi noticiada em 31 de dezembro de 2012 no jornal *O Globo*, mas até hoje o problema persiste:

Figura 6 - Reportagem sobre a venda de droga próximo ao abrigo
Fonte: Jornal *O Globo*

Jane Aparecida de Campos, ao revés, prefere mil vezes ficar na Unidade de Reinserção Social Irmã Dulce, uma instituição que abriga poucas pessoas, que nas ruas. A mulher demorou meses para conseguir uma vaga lá. “Aqui eu tô na paz. Aqui eu tenho paz, alegria. Uma paz que eu não sentia na rua. Aqui, as meninas são muito legais, as funcionárias também. Aqui é como se fosse uma família, praticamente” (informação verbal). Nas horas vagas, coleta materiais recicláveis nas ruas próximas para ter alguma renda.

Maria Cristina Lucas de Castro, que viveu cinco anos nas ruas sem saber que existiam locais de abrigamento, também só faz elogios à URS Irmã Dulce: “Nossa! A qualidade do serviço aqui é 10, nem tem como descrever, é 10. A Emília, nossa, ela como diretora, como ser humano, ela é maravilhosa, não tem palavras” (informação verbal).

Cecília Celi da Silva evitou abrigo por quase cinco anos. Tinha esperança de conseguir um emprego e alugar uma casa, mas isso não aconteceu. “Eu não queria ficar no meio de tanta gente desconhecida, cheio de regras aqui dentro, não queria. Eu fui obrigada a vir pra cá, porque passou uma Kombi da prefeitura, me viu nas ruas e me entrevistou. Aí foi quando me levaram pra triagem e da triagem eu vim pra cá” (informação verbal).

Ela comenta sobre as regras do Stella Maris que não gosta, mas teve que se adaptar:

Por exemplo, o almoço onze horas da manhã pra mim é muito cedo, ainda é manhã, nem é tarde ainda, é manha, né? Eu era acostumada almoçar meio dia, meio dia e meia, uma hora, eu tinha minha vida independente. Às vezes nem almoçava, lanchava. Tem que chegar às dez hora no abrigo. DEZ HORA! Eu não tinha hora pra chegar! Eu não tinha hora, eu podia chegar a hora que eu quisesse, se eu quisesse bater um papo com um amigo meu, conversar até mais tarde, dormir na casa dele até mais tarde, ficar até mais tarde, eu podia ficar. Aqui tem que chegar até dez hora, se não chegar até dez hora não entra, né? E outra coisa também é a televisão. Tem hora pra ver televisão. Só liga a televisão a partir do meio dia. Ah, eu gosto de ver o jornal da manhã, o Bom Dia Brasil, ta entendendo? Eu gosto de vê! Eu gosto de vê Jô Soares, que passa até mais tarde... Quer dizer, a minha vida independente eu não tenho, eu não tenho! Tenho que viver de acordo com as regra do abrigo (informação verbal).

Cecília elogia, com ressalvas, a alimentação oferecida diariamente: “A comida é fresquinha, não é lá grandes coisa a comida, Nunca é aquele ‘saboor’, às vez falta alho, falta cebola, às vez é só com alho, mas é gostosinha a comida, dá pra sobreviver” (informação verbal). Das coisas boas de lá, cita que, de vez em quando, os monitores a levam para passear em museus e praias.

Cristina Maria da Silva Costa gostou da temporada que passou na URS Irmã Dulce, mas saiu de lá porque teve problemas de convivência com adolescentes. Depois, foi acolhida por um abrigo ligado à igreja evangélica, onde não tinha permissão de sair e onde, no café da manhã, recebia pão sem manteiga: “eu até gostava de lá, mas outro problema também que era muito jovem, era só jovem e eu era a coroa” (informação verbal). Sobre o Stella Maris, conta:

Aqui é bom, são seis refeições, a comida é boa, entendeu? Não vou dizer que é a comida como se fosse a da sua casa né? Porque você tem tempero, tem horário pra você comer. A única coisa que eu acho ruim é que se você faz a refeição, você não pode repetir. Isso é muito triste,

porque você come e se você tá com fome, não pode repetir. Eu acho o cúmulo você tá com fome e você não ter o direito de você repetir uma refeição. E não é só aqui não, nos outros também (informação verbal).

A entrevistada queria falar mais sobre o assunto, mas sinaliza gestualmente que não pode nos dizer mais nada:

Por que não pode comentar as coisas?

Ah, porque não pode comentar, vou comentar uma coisa daqui pra me desligarem daqui? Porque se você comentar alguma coisa séria daqui e cair no ouvido de um educador ou técnico ou diretoria e eles me tiram daqui, eu vou morar onde? Eu não tenho onde morar. Entendeu? E todo mundo tem que guardar segredo, você escuta, mas você é surda, muda e cega (informação verbal).

Para ela, o abrigo deveria ser um lugar para chegar, arrumar a documentação, conseguir um trabalho e sair para viver a vida independente. “abrigo é bom, sim, mas é por certo tempo da sua vida, não pra você morar, fazer moradia. Entendeu?” (informação verbal).

Greicikely Silva Santos acredita que está vivendo no abrigo por vontade de Deus. “A minha rotina aqui é normal, faço todas as refeições, durmo, já fui encaminhada para um curso” (informação verbal). Na instituição, conseguiu uma vaga para aprendiz de camareira, mas não estava conseguindo ir para as aulas por falta de dinheiro para pagar o transporte: “Minha deficiência no momento é o dinheiro, porque a assistente social explicou pra mim que aqui eles até levam, mas ir buscar não, entendeu? Por exemplo, eu fui lá vê um emprego um dia, eu fui e vim a pé. Eu tenho que ter um dinheiro pra me locomover” (informação verbal).

Maria de Lourdes passou cinco anos dormindo debaixo de marquises, sem saber que existia abrigo público. Reside no Stella Maris há sete anos e gosta de lá: “Aqui é ótimo, aqui é bom, as pessoas tratam a gente bem... Tem refeições nos horários certos” (informação verbal). Maria Aparecida Machado Ferreira, há mais de três anos no mesmo abrigo, também não tem reclamações. Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus diz que só fica no abrigo porque precisa. Já Ana Lucia Alves da Silva não gosta de ficar abrigada na mesma instituição. Sobre o Stella Maris, diz: “Isso aqui não é nada bom. Eu vou dizer que é a pior da espécie que eu possa redigir pra senhora” (informação verbal). Ela critica o descaso do poder público com as pessoas que precisam ficar ali:

Pelo o que eu leio no jornal, na revista, que eu vejo em televisão, que eu conheço o meu governador, eu sei quem é, sei quem é a minha presidente, eu sei quem é o meu prefeito, eu sei quem é todas essas pessoas por esse meios né, então, eu acho que eles deveria contribuir mais pra certas coisa aqui dentro. Eu pensava que um abrigo fosse uma necessidade que a pessoa tinha na vida e que existiria, sim, psicólogo, assistente social, uma diretora, uma presidente (informação verbal).

Na verdade, todos esses cargos existem, mas o que ela quis dizer é que os profissionais não executam eficazmente seus ofícios. Ao contrário das colegas, ela critica a alimentação: “Era até boa, hoje em dia não. Foi trocada a nutricionista, não sei se foi por causa disso, porque passou a ser péssima, muito ruim” (informação verbal). A mulher desaprova também a lentidão de atendimento. “Tem gente que tá aqui dentro há meses e ainda não tem a identidade” (informação verbal). No seu tempo li, lê jornais ou sai para se alimentar fora da instituição.

Índia Silva, depois de seis anos no Stella Maris, estava prestes a conseguir alugar uma casa. Ela aprecia o trabalho dos funcionários: “quanto a gente está doente, eles levam a gente pro hospital. Eles conseguiram tirar meus documentos que eu não tinha, entendeu? A minha técnica conseguiu me aposentar. Eu recebo o Bolsa-família e a aposentaria” (informação verbal). Nas horas vagas, faz artesanato.

Gleicyane da Conceição Geraldino diz que entre a rua e o abrigo, prefere o abrigo, que usa apenas para dormir, porque passa o dia todo no trabalho.

Eu acho que é assim: “cavalo dado não se olha os dentes”. Mas, tem situações que se eu tivesse o poder para consertar ou para mudar, eu mudaria. Por exemplo, pessoas lúcidas com pessoas com problemas psicológicos dormindo bem próximas. Pessoas com tuberculose dormindo com pessoas que trabalham, entendeu? Você acaba prejudicando um pequeno número porque você está querendo ajudar um grande número de pessoas. Tem questão de higiene da parte da abrigagem que eu mudaria. Algumas situações na própria refeição: comida estragada e com cabelo. Mas eu não vou reclamar, porque eu tenho que agradecer porque eu tenho onde dormir (informação verbal).

Neuza de Moraes passou boa parte da vida em instituições de abrigamento. Ficou oito anos na Fazenda Modelo, depois foi para o Irmã Dulce, onde permaneceu por quatro anos, depois para o Stella Maris, onde ficou por mais de cinco anos, e, desde 2010 está na Casa do Catete. Ela conta sua experiência na Fazenda Modelo:

Quando eu cheguei, eu falei assim: “Ih, meu Deus, onde eu fui parar!”. Tinha pessoas bêbadas, pessoas drogadas, mas eu consegui viver lá. Graças a Deus nunca levei um puxão de orelha dos seguranças. No primeiro dia que eu cheguei lá, eu fui dormir no chão. Botaram um colchão e eu dormi no chão por, mais ou menos, uma semana. Depois, eles me deram cama. Eu trabalhei lá, na cozinha. Fazia até comida para os funcionários. Sério! Ajudava, passava manteiga no pão, ia pra lá 5h da manhã. A gente ganhava uma ajuda de custo. Eu gostava, lá eu tinha alguma coisa pra fazer, ainda mais que eu trabalhava na cozinha. Me diziam assim: “Dona Neuza, faz alguma coisa diferente pra gente hoje”. Aí eu fazia. Todo tempo que eu fiquei lá, eu trabalhei na cozinha, oito anos (informação verbal).

Dormia no alojamento do pavilhão D2, dividindo o espaço com mais de 20 pessoas. Era monitora das idosas, limpava o refeitório e o banheiro. Ao lado de sua cama, possuía um móvel que servia de apoio para sua televisão de 14 polegadas e cafeteira, e para armazenar potes de biscoito. De lá, sente saudades dos educadores e das festas juninas: “Nunca teve igual! Oba!” (informação verbal).

Quando foi publicada a notícia sobre o fim da Fazenda Modelo, em 8 de novembro de 2011, por determinação do então prefeito César Maia, Neuza aparece em uma foto da matéria ao fundo, com lenço na cabeça, ao lado de seu aparelho televisor. A legenda da foto diz “No alojamento feminino, idosas dividem o espaço entre camas e objetos pessoais”. A matéria informava, ainda, que cada morador custava 500 reais ao município.

Figura 7 - Foto que ilustrou a notícia sobre o fim da Fazenda Modelo
Fonte: *O Globo*

De todas as instituições, Neuza prefere a Casa do Catete porque fica na zona sul e porque tem condução fácil e lanchonetes próximas ao abrigo. “Se você tá com fome e quiser comer alguma coisa, você vai lá fora, entendeu?” (informação verbal). Sobre a ocupação do tempo, Neuza conta que tem dias quase sempre iguais:

Aqui, o café da gente é 7h30. Eu acabo de tomar café e deito um pouquinho, porque eu tenho um radinho, aí eu fico ouvindo rádio até umas 8h30, 9h. Depois eu vou varrer a horta, falo que é horta, mas é um espaço de terra. Aí, eu vou ver aquelas pranta lá na frente, aí eu tiro os matinho. Depois eu sempre leio alguma coisa. Tem o horário do almoço, a gente almoça, aí eu deito um pouquinho, depois eu levanto e fico vendo televisão. Três horas tem o café, a janta é 6 horas e depois tem a ceia 9 horas. Eu gosto de ver a novela, né? Mas depois da novela do Manoel Carlos, a gente tem que desligar a televisão. Não pode ver televisão até tarde, não. Às vezes, eu vou comprar alguma coisa na rua. Eu gosto muito de suco, né? Suco de laranja, suco de melancia. Eu vou na lanchonete, tomo um suco (informação verbal).

Apesar de receber aposentadoria, não quer morar sozinha em um quarto, pois tem medo de que façam maldade enquanto ela está dormindo. “Se eu to lá sozinha, aí entram, me matam. Eu tenho pavor de morar sozinha” (informação verbal). A mulher estava perto de conseguir o benefício do aluguel social e dividir uma república com outra colega da instituição.

Diverte-se ao contar sobre um travesti que dividiu quarto com ela certa vez: “eu ficava constrangida porque ele tinha pênis e com medo também. Eu era curiosa, sempre que ele saía do banheiro, a tampa da privada estava levantada e ele dormia no meio da gente” (informação verbal). Reclama da convivência com algumas mulheres que não deixam o banheiro limpo, de ter que esperar o horário das refeições para matar a fome, da qualidade da comida, da falta de privacidade. “Mas, eu tenho liberdade de ir e vir, só não posso chegar aqui dez horas da noite” (informação verbal).

Após conhecer a rotina das entrevistadas nos abrigos e como elas se sentem nessas instituições, verificamos que as medidas contidas no Termo de Ajustamento de Conduta instaurado pelo Ministério Público, muitas vezes, não são seguidas, sobretudo no que se refere à intersectorialidade entre Assistência Social, Trabalho e Habitação. A consequência é que essas pessoas permanecem por muito tempo nesses locais, carentes de ocupação e lazer.

O promotor Rogério Pacheco Alves acredita que é preciso adequar esses abrigos, começando pela redução de abrigados para que seja mais fácil o atendimento aos usuários. Essa saída pode ser um novo emprego, uma qualificação profissional, a volta para o município de origem, casa própria, aluguel social. Porém, “encontrar a porta de saída” é difícil quando as instituições públicas não “dialogam”. Ele cita um exemplo.

Eu fiz uma indagação formal [ao Secretário Municipal de Trabalho] sobre quantos moradores de rua, em cumprimento do TAC, haviam sido encaminhados para o programa de qualificação de trabalho e renda. E ele não teve condições de me dizer o nome de um morador de rua sequer que ele tenha encaminhado para um programa de qualificação de trabalho e renda porque a secretaria de assistência social não informa a ele quais são os abrigados em condições de serem encaminhados. Ele me trouxe a prova disso com ofícios que ele encaminha para o secretário de assistência pedindo que encaminhem para os abrigos com movimentação mínima, uma carteira de identidade, de trabalho ou uma certidão de nascimento para que sejam encaminhados para o programa. E há muitas vagas de qualificação. E não há um morador de rua até hoje que tenha sido encaminhado para a Secretaria de Trabalho para qualificação. Hoje, nesse instante, o que mais me choca é isso, é porque há nessa população muitos profissionais qualificados, muita gente experiente (informação verbal).

Quando encaminhadas para qualificação profissional, precisam dar conta das adversidades que surgem no meio do caminho, a exemplo da entrevistada Greicikely, que

conseguiu uma vaga no curso de camareira longe da instituição, mas não podia frequentar as aulas porque não tinha recursos para pagar a passagem de ônibus.

Rosa e Brêtas (2015) também acreditam que os equipamentos destinados às pessoas em situação de rua devem ser menores, como a URS Irmã Dulce, instituição que foi elogiada por muitas entrevistadas como a mais parecida ao ambiente de uma “casa”. Segundo os autores, “grandes instituições possuem o risco de massificar suas ações, tendendo à terceirização e a impessoalidade” (ROSA; BRÊTAS, 2015, p.283), características que ouvimos das entrevistadas do Stella Maris, uma das maiores instituições de abrigamento da população em situação de rua do Rio de Janeiro.

Outra alternativa, que respeita mais a privacidade de quem necessita de ajuda, são “unidades integrativas”, existentes em Lisboa, Portugal. São espaços individuais, com camas de casal e berço, onde não há separação de alojamento para homens, mulheres e crianças: os membros da família podem permanecer juntos e levar, inclusive, seus animais de estimação, pois o local conta com canil e gatil. Essa unidade especializada na reabilitação social e psicológica de pessoas em situação de carência econômica possui também uma equipe técnica médica, psicológica e de encaminhamento ao trabalho, empenhada, 24 horas, para trabalhar em conjunto com cada usuário, de modo que a instituição seja, de fato, apenas um local de passagem e não de moradia⁴³.

Já em Merton, Londres, desabrigados estão conseguindo adquirir a baixo custo um teto com o projeto de casas-cubo de madeira, pré-fabricadas, compostas por quarto, banheiro e cozinha e pintadas com cores vibrantes. Tudo já vem instalado de fábrica e a produção segue um padrão rígido de qualidade para evitar vazamentos.

⁴³ Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/unidade-integrativa-para-os-sem-abrigo-abre-portas>>. Acesso em: 19 out. 2015.

Figura 8 - Casas para pessoas em situação de rua em Merton

Fonte: Disponível em: <<http://www.theguardian.com/artanddesign/architecture-design-blog/2015/sep/08/inside-richard-rogers-ycube-homes-for-homeless-people>>. Acesso em 20 mar. 2016.

Figura 9 - Casas para pessoas em situação de rua em Merton

Fonte: Disponível em: <<http://www.theguardian.com/artanddesign/architecture-design-blog/2015/sep/08/inside-richard-rogers-ycube-homes-for-homeless-people>>. Acesso em 20 mar. 2016.

Medidas dessa natureza respeitam não apenas a privacidade, mas também a cidadania e os direitos humanos. A propósito, o que as mulheres em situação de rua compreendem por cidadania? Será que elas se consideram cidadãs? Esse é o assunto de interesse do próximo capítulo.

4 CIDADANIA E JORNALISMO

Este capítulo investiga o que as mulheres em situação de rua compreendem por cidadania e se elas se autoconsideram cidadãs, partindo de algumas referências teóricas acerca da cidadania. Posteriormente, sabendo que uma das obrigações do jornalismo é a de valorização da cidadania, elaboramos um subcapítulo exclusivamente teórico para explicação sobre o que é notícia, o papel do jornalismo e a importância do profissional na elaboração de relatos jornalísticos. Esse percurso abre caminho para, depois, analisarmos se, de fato, o jornalismo vem cumprindo ou não seus papéis quando o assunto é a clientela em questão. Posteriormente, voltamos às falas dos dois grupos de entrevistados para saber a opinião deles sobre a função do jornalismo na sociedade atual.

4.1 VOCÊ SE CONSIDERA UMA CIDADÃ?

Dias depois de o vereador José Paulo de Carvalho Oliveira, do PT do B do município de Barra do Piraí, no Sul Fluminense, declarar em sessão ordinária da Câmara Municipal que "mendigo não tem que votar. Mendigo não faz nada na vida. Ele não tem que tomar atitude nenhuma. [Que mendigo] deveria até virar ração para peixe", em outubro de 2013, a vereadora do Rio, Leila do Flamengo, do PMDB, em uma entrevista à Rádio CBN pronunciou-se: "Não estamos falando aqui em discursos hipócritas, de querer dizer que o mendigo tem o mesmo direito que o cidadão" ⁴⁴.

As palavras dos políticos repercutiram no país todo e geraram protestos por parte de entidades de suporte e dos desabrigados, que se reuniram na frente da Câmara de Vereadores com cartazes escritos "Sou morador de rua e não mereço virar ração para peixe". A notícia, na época, foi divulgada nos principais *sites* de notícias e no *Jornal Hoje*, da *Rede Globo*.

José Murilo de Carvalho (1987) explica que essa discriminação política no Rio de Janeiro vem do período Imperial. Segundo o autor, tanto no Império como na República, os pobres, os analfabetos, os mendigos, as crianças e os membros de ordem religiosa não podiam votar e eleger seus governantes. "Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população" (CARVALHO, 1987, p.44). Estrangeiros, mulheres, crianças e escravos não eram considerados cidadãos na civilização grega e também não podiam votar (BONAMIGO, 2000).

⁴⁴Disponível em:<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/vereadora-do-rio-diz-que-mendigo-nao-tem-o-mesmo-direito-que-cidadao.html>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

Com o passar dos anos, o direito de voto foi estendido aos excluídos, com exceção dos menores de idade. No Brasil atual, é comum associar a cidadania ao direito de votar e de eleger os governantes. Ademais, o termo cidadania, não raro, é vinculado às atitudes de “bem” em contraposição ao “mal”, estando, quase sempre, agregado a valores e a imagens imaculadas.

Para aclarar, citemos um acontecimento real que retratou bem esta realidade. No segundo semestre de 2013, em uma aula do curso de extensão “Mídia, Violência e Direitos Humanos” (que cursamos na Universidade Federal do Rio de Janeiro), durante um debate, um policial que estava presente fez a seguinte indagação aos colegas da turma: - “Respondam com sinceridade, vocês acham que o militar está a serviço de quem: do bandido ou do cidadão?” Ao que um dos participantes do curso, indignado, respondeu-lhe com outra questão: - “Então, para você, bandido e cidadão pertencem a categorias diferentes?”.

Neste confronto de linhas de raciocínio distintas sobre o conceito de cidadania, fica evidente que o senso comum a define de uma maneira mais “fetichizada”. Ao longo deste capítulo, poderemos verificar que o termo “cidadania” nos permite falar em várias interpretações.

Voltando ao passado para tentar compreender o presente, em Roma, a cidadania foi reforçada por leis que deliberavam sobre os direitos e os deveres dos cidadãos. Surge, então, o Direito Romano. A noção de cidadania estava vinculada à capacidade de exercer os direitos políticos e civis, mas apenas alguns “homens livres” podiam exercê-los. Os escravos não eram considerados cidadãos. “Os indivíduos tornam-se cidadãos pela lei, e há o reconhecimento da cidadania como uma questão de igualdade formal no domínio público” (GUARINELLO, 2010, p. 19).

A Modernidade retoma as noções de cidadania, de democracia e de soberania popular: o conceito passa a “ser definido “como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social” (COUTINHO, 1999, p.42).

A Revolução Francesa de 1789 foi um dos marcos na história da cidadania e da participação social. Como aponta Peter Demant (2003), além de abolir as divisões societárias baseadas em privilégios feudais, a Revolução, pela primeira vez, introduziu uma sociedade de cidadãos juridicamente iguais na cena pública. Em agosto de 1789, nascia o discurso liberal de cidadania com a proclamação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que primava por respeito e pela dignidade das pessoas, liberdade e igualdade dos cidadãos, direito à

propriedade individual, direito de resistência à opressão e liberdade de expressão (BONAMIGO, 2000).

Partindo para uma análise mais atual, percebe-se uma alteração radical nos sentidos vinculados aos termos “cidadania” e “cidadão”. Hoje em dia, a cidadania refere-se mais a sujeitos passivos e gerenciados por políticas de Estado de forma não-participativa. Conforme Dagnino (2004):

A cidadania é identificada com e reduzida à solidariedade para com os pobres, por sua vez, entendida no mais das vezes como mera caridade: numa propaganda na televisão, num modelo exaustivamente repetido hoje no Brasil, uma conhecida atriz brasileira, convidando o público a doar o equivalente a cinco dólares americanos por mês para um programa de assistência à criança, termina enfaticamente sua fala dizendo: “Isto é cidadania!” (DAGNINO, 2004, p. 107).

A autora critica que uma das consequências da noção de cidadania estar vinculada à gestão da pobreza é o deslocamento dessas questões para órgãos técnicos ou filantrópicos, quando, na verdade, deveriam pertencer à arena política. Em outras palavras, o Terceiro Setor assume responsabilidades que deveriam ser do Estado. Em relação às políticas sociais, Dagnino observa que os alvos não são enxergados como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como pessoas “carentes”, que devem ser atendidas por instituições de caridade.

No mesmo sentido, Tuzzo (2014) critica que a mídia se apropria de determinados termos de cidadania e lhes dá novo significado. Segundo a autora, muitas vezes, o que é apresentado como cidadania nos jornais e na TV, nada mais é do que subcidadania, aquilo que está abaixo da cidadania, o que falta para ser cidadão.

Escorel (1999) reflete que vivendo em público, mas sem participar do espaço público, as mulheres em situação de rua permanecem à margem da cidadania. Embora tendo “direito a ter direitos”, a autora, valendo-se dos estudos de Arendt, diz que esses direitos passam a ser inexistentes quando não há nenhuma autoridade legal para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los. “E apenas como transgressores da lei, como criminosos, poderiam voltar a ser cidadãos completos, ou seja, pessoas consideradas (e protegidas) pela lei” (ESCOREL, 1999, p. 255).

Será que é essa mesma visão que as mulheres em situação de rua têm sobre a cidadania? Será que elas se consideram cidadãs, mesmo necessitando de atendimento por instituições públicas e de caridade?

Importante destacar que, neste trabalho, consideramos a cidadania baseada nos direitos do cidadão. Para Pinsky e Pinsky (2008) ser cidadão é:

(...) ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei : é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direito civis, políticos e sociais (PINSKY; PINSKY, 2008, p.9).

Kátia da Silva Ribeiro, ao ser questionada se se considerava uma cidadã, respondeu: “Com certeza. Eu voto! Eu exerço os meus direitos, então, eu também quero exigí-los. Se eu tenho deveres, eu também tenho que ter direitos. Eu sou obrigada a votar” (informação verbal).

Para Kátia, portanto, a cidadania está diretamente relacionada às suas obrigações, sobretudo a de escolha de seus governantes. Sobre isso, Martins (2000) menciona a cidadania com valor gnosiológico “que se refere ao cidadão como conhecedor de direitos e deveres. O autor critica: “Restringir o cidadão àquele que simplesmente conhece direitos e deveres é vê-lo enquanto um indivíduo passivo, que os recebe e tem de cumpri-los passivamente, isto é, abdicando da possibilidade de ser sujeito no processo de elaboração deles” (MARTINS, 2000, p.9).

Tal crítica, porém, não parece caber em Kátia, que, de todas as entrevistadas, era a única que fazia parte do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Em outra ocasião, ela mencionou que para ser cidadão era necessário portar documentos e que, enquanto moradora em situação de rua, o Estado “virava as costas” para ela.

Eu passo alguns dias na rua. Na minha militância do movimento, eu vivo circulando para fazer a capacitação. Eu já morei três anos direto nas ruas e, nesses três anos, meus documentos viviam desaparecendo, ora pela guarda municipal, ora furtado até pelo próprio morador de rua. Mesmo quando meus documentos eram extraviados, eu ia na Defensoria Pública, pegava isenção e retirava tudo de novo porque *um cidadão tem que ter*

seus documentos. O Estado, em si, não auxilia o cidadão nesse sentido porque você já está numa situação de rua. Você não tem um endereço, então, a coisa mais difícil é você arrumar um trabalho formal. No trabalho informal, o seu trabalho é sempre desvalorizado (informação verbal, grifo nosso).

A queixa de Kátia vai ao encontro do que diz Barbalet (1999, p.166): “o papel do Estado no desenvolvimento da cidadania é fundamental; e qualquer teoria de participação e de direitos políticos e sociais tem de reconhecer o fato e contar com ele”. A fala da entrevistada também nos faz lembrar de Dagnino (2004), para quem uma das dificuldades da efetividade da cidadania é a atuação da justiça como garantidora dos direitos dos cidadãos.

Assim como Kátia, Jane Aparecida de Campos considera-se uma cidadã porque possui Registro Geral: “Desde quando a gente tenha uma identidade, um documento, você é uma cidadã em qualquer lugar onde você vá. Não é verdade?” (informação verbal). Ana Lucia Alves da Silva e Cristina Maria da Silva Costa lançaram suas respostas na mesma direção. Ana afirmou: “Sim, com certeza, eu tenho carteira de trabalho, eu tenho CPF, eu tenho identidade, eu tenho título de eleitor” (informação verbal). E Cristina Maria da Silva Costa declarou: “Considero, né?. Tenho que tirar meus documento porque você sem documento você não é ninguém, né?” (informação verbal). Ao ser instigada pela pesquisadora o fato de ela se considerar uma cidadã por estar recuperando seus documentos, ela complementa: “Não. Eu me considero uma cidadã porque eu sou um ser humano, né?. Eu ando, eu falo, eu penso. Tenho as minhas opiniões, tenho meus defeitos e as minhas qualidade, sei ler e sei escrever, né?”(informação verbal).

Portar um documento faz toda a diferença na vida de uma pessoa. E não portá-lo pode fazer diferença até mesmo na sua morte. Se enquanto vivos as pessoas em situação de rua não são contadas pelo IBGE, o autor Marcelo Antônio da Cunha destaca que quando morrem, muitas vezes elas são enterradas sem nome. Definitivamente, perdem a condição de cidadão para se tornarem um número.

Várias entrevistadas relacionaram a cidadania com a atividade do trabalho. Foi o caso de Índia Silva: “Eu me considero, porque eu sou independente, eu trabalho, eu faço artesanato, então, eu não me sinto diferente das outras pessoa” (informação verbal). E de Maria Cristina Lucas de Castro: “Me considero uma cidadã, uma cidadã impossibilitada de trabalhar devido aos problemas psicológicos, ainda não estou preparada psicologicamente por causa da minha cabeça e, às vezes, dá um branco” (informação verbal).

A relação mais direta entre cidadania e trabalho foi feita por Greicikely Silva Santos:

Porque eu trabalhava, tinha uma vida ativa. Aqui eu tenho meus próprios projetos, meus planos de vida, entendeu? Vou seguir minha vida, vou trabalhar. Contribuir com meu espaço que eu ocupo, eu não sou uma ameba! (informação verbal).

Também podemos identificar entrevistadas que associaram a cidadania com vários fatores ao mesmo tempo. Vejamos o que disse Gleicyane da Conceição Geraldino:

Com certeza, eu voto. Não só pelo fato de votar. Até porque eu tenho direito por ser cidadã a todas as assistências governamentais como segurança pública e a saúde, até porque a clínica da família vem aqui e tudo mais. Então, assim, a partir do momento que eu tenho documentação e sou registrada aqui, eu acho que eu sou cidadã desse país. Até porque eu pago imposto (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus foi a única que relacionou a cidadania com o direito de ir e vir, que consta no Artigo XIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (“Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”). Ela afirmou: “Ah, sim! Que sai, que pode sair à vontade, ir tranquilamente e voltar, né?” (informação verbal).

Também encontramos mulheres que não souberam emitir opinião sobre o assunto, como foi o caso de Maria de Lourdes:

A senhora se considera uma cidadã?

- Eu me considero uma cidadã normal, né...

Por quê?

- Porque sim...

O que faz da senhora uma cidadã?

- Aí agora você me pegou...(informação verbal)

Também foi o caso de Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva: “Eu consegui sobreviver nessa vida, o que eu passei e tô passando até hoje, entendeu? Eu sou uma cidadã que eu tô correndo atrás das coisas que eu sonho” (informação verbal). Aos 18 anos, sem saber ler nem

escrever, Núbia estava retomando os estudos para, em suas palavras, se formar “cidadã”. Martins (2000) comenta que os paradigmas educacionais que embasam os projetos pedagógicos sempre utilizam o termo “cidadão”: “Desde as teorias tradicionais, passando pelas tendências modernas e até mesmo aquelas que emergiram na contemporaneidade, hoje, todas, consensualmente, afirmam a necessidade de a formação escolar ter como um de seus escopos a formação do cidadão” (MARTINS, 2000, p.3).

Duas mulheres refletiram mais criticamente sobre a questão. A assistente social Maria Aparecida Machado Ferreira é enfática:

O que seria uma cidadã? É um ser cumpridor dos seus deveres em todos os aspectos físicos, como pessoa física? Eu acho que fui reprovada. Minha filha, o que eu faço todos os dias para ser cidadão? Nada! Como eu seria uma pessoa com porte e postura para ser uma cidadã? Eu acho que não tenho essa condição. Eu acho que não tenho uma condição pra me portar em atos assim, que exige uma situação para ser uma cidadã. Eu me vejo sem condição. Pronto, eu me vejo assim (informação verbal).

Maria Aparecida, desvinculada de seus familiares, sem emprego e sem nenhuma fonte de renda, direcionou sua reflexão para o artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual constam os seguintes dizeres:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle⁴⁵.

Cida, como prefere ser chamada, não se considera cidadã por não estar gerando renda. Martins (2000, p.6) compreenderia a entrevistada como uma cidadã-cliente, “isto é, um simples consumidor individual dos serviços oferecidos pelo Estado”. O autor postula que isso reduz toda a riqueza das facetas humanas à sua simples dimensão econômica do consumo.

Cecília Celi da Silva Correa demonstrou conhecimento do primeiro artigo da DUDH: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Em suas palavras:

⁴⁵ Disponível em: <www.dudh.org.r>. Acesso em: 23 out. 2015.

Cidadã é quem tem direitos né? De acordo com a lei né? Uma cidadã. Não, porque eu não tenho voz ativa, eu não me considero uma cidadã. Nas ruas, eu não consegui emprego. Nos Estados Unidos, nos Estados Unidos ...dizem que lá morador de rua consegue emprego, consegue tudo. Eu passei 4 anos e 7 meses na rua e não consegui nada. É muito triste, eu não consegui nada (informação verbal).

Para Barbalet (1999), seria insensato acreditar que os diversos direitos que compõem a cidadania moderna são garantidos de igual maneira pelo Estado. “Um sistema político com igualdade de cidadania é na verdade menos do que igualitário se faz parte de uma sociedade dividida por condições de desigualdade” (BARBALET, 1999, p.11). Já Pinsky e Pinsky (2008) afirmam que é muito diferente ser cidadão nos Estados Unidos ou no Brasil, como mencionou Cecília, não apenas pelas regras que definem quem é ou não cidadão, “mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados nacionais contemporâneos” (PINSKY; PINSKY, 2008, p. 10).

Observamos que, a cidadania mostra-se de forma diferente nos discursos das mulheres em situação de rua. Em geral, as entrevistadas reduziram suas ideias de cidadania a voto, documentação e trabalho. Elas demonstraram falta de conhecimento ao conteúdo divulgado na “Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua”, até mesmo por não serem engajadas no Movimento (com exceção de Kátia) e não terem acesso ao material, que com linguagem simples, foi produzida para contribuir com a formação política das pessoas que estão nas ruas. Alguns trechos da cartilha merecem destaque:

Toda pessoa que está em situação de rua é um cidadão! (...) Portanto, seus direitos e obrigações estão estabelecidos na Constituição Federal de 1988, independente da cor, raça, religião ou condição social e econômica. A Constituição em seu Artigo 5º diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, não podendo ser violado o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (MNPR, 2010, p.11).

O texto traz, ainda, as principais violações de direitos nas ruas: espancamentos, retirada dos pertences, jatos de água, coação, agressão verbal, detenção por vadiagem, impedimento de acessar serviços e espaços públicos, violência física ou moral nos serviços sociais, discriminação pela pobreza ou cor ou escolha sexual e religiosa, expulsão das regiões centrais da cidade, impedimento de entrar nas cidades, apreensão de documentos, recusa de atendimento do Serviço

de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) entre outras. A cartilha explica, também, o que fazer diante de uma dessas situações: registrar um Boletim de Ocorrência, procurar entidades para que encaminhem a denúncia ao Ministério Público, organizar manifestações, atos públicos e audiências públicas, utilizar serviços telefônicos de denúncia.

Observamos, então, que nem a cartilha elaborada pelo MNPR nem as respostas das entrevistadas fazem alusão à cidadania como direito à informação, “o direito àquelas informações necessárias e imprescindíveis para uma vida numa sociedade de massas, aí incluído o exercício pleno do conjunto de direitos civis, políticos e sociais” (GENTILLI, 1995, p.160). A única menção relacionada à mídia inserida no livreto é a seguinte: “Para piorar, a cultura e a ideologia dominantes reproduzem e multiplicam esta divisão e desigualdade. É o preconceito que reforça a imagem negativa de quem vive na rua. Os meios de comunicação disseminam o termo “mendigo” e reforçam o isolamento” (MNPR, 2010, p.9).

Um dos caminhos possíveis a seguir diante de uma violação de direitos, que poderia constar na cartilha do MNPR, mas não consta, é a divulgação de denúncias na imprensa. É tentar se proteger com ajuda do Jornalismo apontado por Gentilli (1995). O autor defende um trabalho midiático ético e comprometido, produzido e pensado, conscientemente, para oferecer o mínimo de cognoscibilidade ao mundo contemporâneo, com repasse de informações que o cidadão tem o direito de receber para que possa exercer plenamente todos os seus direitos de cidadão.

Sabendo que uma das obrigações da imprensa é a de valorizar a cidadania plena (TEMER, 2014), interessa-nos, antes de uma discussão mais aprofundada, compreender o que são as notícias, como é que funciona o jornalismo e se funciona no caso de personagens em situação de rua.

4.2 O JORNALISMO, AS NOTÍCIAS E O JORNALISTA

James Gleick (2011), no livro *The information: a history, a theory, a flood*, demonstra que a base de tudo é a informação: a invenção do *bit*, a criação do alfabeto, da escrita cuneiforme, dos mapas, do código Morse, do telégrafo, das linhas telefônicas etc. Dentro da área da Comunicação Social, a informação, transformada em notícia, é a matéria prima do jornalismo, temas que nos interessam discutir neste tópico.

Tobias Peucer foi o primeiro a pesquisar sobre o assunto, nos idos de 1690, na Alemanha. *De relationibus novellis*, título de sua tese composta por 29 parágrafos, apresenta uma comparação entre Jornalismo e História. Na leitura dessa obra, podemos compreender as origens das teorias de jornalismo hoje em voga nos centros de estudos avançados de Comunicação. Peucer afirma que as causas de aparição dos periódicos impressos, em parte estavam relacionadas a suprir a curiosidade humana e em parte buscavam o lucro, tanto para quem confeccionava os periódicos, como para aqueles que os vendiam.

O progenitor da Teoria do Jornalismo defende que alguns fatos mereciam ser recordados ou conhecidos, como, por exemplo, o nascimento ou a morte dos príncipes, e deveriam ser narrados com uma linguagem pura, clara e concisa. No entanto, acontecimentos de pouco peso, atos privados dos príncipes ou notícias que poderiam causar pânico na população não deveriam ser noticiados nos periódicos⁴⁶.

Tempos mais tarde, outro alemão contribuiria para os estudos da informação: Otto Groth definiu quatro características essenciais do jornalismo, quais sejam periodicidade, universalidade, atualidade e difusão. Ele delineou universalidade como uma tarefa dos jornais de comunicar o conhecimento de todas as questões em todos os ramos da cultura e da vida ao indivíduo, a toda sociedade. Atualidade como a meta de um jornal que está submetido ao princípio de todo o atual. Essa característica faz parte da universalidade e tem o desejo de simultaneidade. A difusão, junto com a periodicidade, caracteriza-se pela acessibilidade geral do objeto (FAUS BELAU, 1966).

Outro estudioso contemporâneo da história do jornalismo no Ocidente é Jorge Pedro de Sousa. O autor português diz que o jornalismo, enquanto processo de difusão e processamento de informações noticiosas, teve sua forma embrionária nos moldes da Antiga Grécia e Antiga Roma. O professor da Universidade Fernando Pessoa remonta à época dos fenômenos pré-jornalísticos (até o século XVII), destacando as cópias manuscritas de Atas Diurnas Romanas, as folhas volantes, cartas e crônicas medievais, que objetivavam exaltar a vida e os feitos dos reis e nobres para que fossem lembrados no futuro (SOUSA, 2008).

⁴⁶ A título de curiosidade, o estudo de Peucer chegou a conclusão de que o relato histórico tem por finalidade a conservação do registro dos fatos acontecidos, enquanto a finalidade dos noticiários é o conhecimento das coisas novas acompanhadas de certa utilidade.

O jornal com o formato que se conhece hoje, com separação de notícias, títulos, colunas e fotografia, surgiu no século XIX (LAGE, 2005). O jornalismo moderno, que passou a seguir os mesmos métodos e processos de uma fábrica, adotou características da lógica capitalista: sistemas de seleção, hierarquização, distinções (MEDINA, 1988, 2008).

Traquina (2005) conta que em meados do século XIX, um comentarista britânico referiu-se ao jornalismo como “um poder do reino, mais poderoso que qualquer um dos poderes”. “Então denominado como o ‘Quarto Poder’, no início do século XXI, diversas vozes do mundo social, político e acadêmico não hesitaram em considerar o jornalismo como o ‘primeiro poder’ entre os múltiplos poderes nas sociedades contemporâneas” (TRAQUINA, 2005, p.187)⁴⁷.

Sabedor do poder da imprensa, Walter Lippmann (2008), a partir dos anos 1920, foi um dos principais estudiosos sobre opinião pública. Segundo o autor, os homens se baseiam em certos conhecimentos e em relatos oferecidos a eles, e agem, portanto, de acordo com a forma com que imaginam o mundo. Para Lippmann, opiniões públicas são as imagens que circulam dentro das cabeças dos seres humanos, e essas imagens são criadas indiretamente pela ação da mídia.

Na mesma linha de raciocínio, Sánchez (2001), Mendonça e Temer (2015) advogam que a mídia tem força de pressão na elaboração de imagens coletivas que podem ser absorvidas nas representações de indivíduos e grupos. “Tem também poder para construir ou destruir a identidade de atores individuais ou coletivos” (SÁNCHEZ, 2001, p.36). Sánchez diz ainda que em seu papel de mediadora entre cidades e cidadãos, a mídia é utilizada de modo estratégico pelos governos, pois consegue retratar e transformar as cidades, produzir signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, além de celebrar os novos lugares.

Para Josaphat (2006), o jornalismo atual responde a uma função social de suma importância, “pois sem uma boa informação sobre os graves problemas humanos, nada funciona com acerto, com justeza e com justiça no País e no mundo” (JOSAPHAT, 2006, p.17).

⁴⁷ A ideia de “quarto poder”, formulada na Inglaterra por Tomas Macaulay, em 1828, encaixa-se no contexto das revoluções liberais de fins do século anterior, que consagram o princípio da divisão de poderes concebido por Montesquieu: a imprensa seria esse elemento capaz de fiscalizá-lo, para defender a sociedade de eventuais abusos do Estado (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

A Revista de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), considerando somente as *hard news*⁴⁸, tratou da essencialidade da profissão jornalística que exerce um papel insubstituível na sociedade. “O jornalismo expõe a corrupção, chama a atenção para a injustiça, cobra políticos e empresas por promessas e obrigações assumidas, ajuda a organizar a opinião pública, explica temas complexos e esclarece divergências de fatos. Já Meditsch (1992) enxerga o jornalismo como uma forma de comunicação que serve para integrar e adaptar o homem ao seu papel social. Kovach (2004), Rosenstiel (2004) e Karam (2014) identificam outras funções: construir a comunidade, a cidadania e a democracia, mostrar tudo aquilo que “humaniza” quanto aquilo que “desumaniza” o homem.

Baseado nos referidos teóricos e em nossa experiência na prática jornalística, em nosso entendimento, os papéis do jornalismo são: expor e esclarecer problemas; produzir e difundir conhecimento sobre a realidade contemporânea para os cidadãos; mediar a realidade social, saberes e relatos da memória coletiva; educar; prestar serviços comunitários; formar opinião pública, moderar políticas públicas; ajudar na construção de cidadania; dar voz a personagens diversificados e contar boas histórias de vida, denunciar problemas sociais e buscar possíveis soluções.

Para dar conta de um bom trabalho, o primeiro ponto que ressaltamos é que o jornalista deve conhecer e seguir o Código de Ética que rege a profissão. Porém, Karam (2014) demonstra incertezas sobre isso:

Que imagem o jornalista tem de si mesmo? Os jornalistas sabem que existem códigos? Sabem que os códigos falam em responsabilidade, liberdade de imprensa, independência, verdade e exatidão, imparcialidade e honestidade no jornalismo? E sabem que significam os conceitos que trafegam com essas palavras? E eles são iguais para todos? Revelam apreensão parcial da realidade? Possuem valores preliminares para seu entendimento? (KARAM, 2014, p.56).

Os princípios internacionais da ética profissional dos jornalistas também são referências importantes para a discussão da prática jornalística. Interessa-nos, para este trabalho, destacar o

⁴⁸ Sousa (2002) divide as notícias em *hard news* (notícias “duras” com vocações factuais) e *soft news* (notícias “brandas”, referentes a ocorrências sem grande importância). As *hot news*, notícias “quentes”, são as *hard news* que se reportam a acontecimentos muito recentes. As *spot news* são as notícias que dizem respeito a acontecimentos imprevistos. Finalmente, as *running stories* são notícias em desenvolvimento.

Princípio III, sobre a responsabilidade social do jornalista: ele deve compreender a informação como bem social e não como mercadoria; ele deve ter ciência de sua responsabilidade pela informação divulgada não apenas diante do veículo no qual trabalha, mas também diante do público em geral e seus diversos interesses sociais (KARAM, 2014).

Walter Lippmann (2008, p.274), já na década de 1920, dizia que “Todos os jornalistas [...] têm uma responsabilidade de dar voz, bem alta, a sua consciência e permitir que outros ao seu redor façam a mesma coisa”. Do mesmo modo, Kovach e Rosenstiel (2004) destacam que os profissionais devem ser guiados por uma “bússola moral”, calcada na ética e na responsabilidade.

Karam (2014) dá nome a essa “bússola moral”, alegando que, em vários países, no código de ética jornalística existe uma “cláusula de consciência”, que, em resumo, significa que os jornalistas podem se recusar a fazer determinadas matérias ou coberturas por questões contrárias às suas convicções, inclusive fatos de grande relevância social. O autor menciona o artigo 13 do Código de Ética Jornalística Brasileiro:

A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridem as suas convicções.
Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas (KARAM, 2014, p.124).

Karam exemplifica situações reais que podem se tornar ambíguas com essa cláusula: “[O jornalista] Poderá, por exemplo, omitir uma tortura policial, por considerá-la necessária à correção dos descaminhos sociais de um indivíduo e, com isso, argumentar que está contribuindo para o desenvolvimento do país” (KARAM, 2014, p.127).

Deuze e Witsche (2015) traçam um caminho para fora dos limites rígidos das conceituações tradicionais do jornalismo afirmando que a prática do jornalismo sempre foi algo diferente daquilo que é exposto nas teorias, nos princípios e nos códigos de ética. Os autores dizem que a maioria dos repórteres trabalha de forma atípica: são contratados como *freelance*, modalidade de empreendedorismo de baixo rendimento financeiro que predomina entre os jovens repórteres:

Nesse cenário precário – onde as redações não fornecem um necessário ambiente de trabalho seguro, as organizações de notícias estão cada vez mais com o imperativo da “agilidade”, o acesso à profissão é altamente limitado e os jornalistas individuais são responsáveis pelo sucesso econômico do campo – ser um profissional jornalista atuante significa, para a maioria, ter que executar um além do jornalismo. Trabalhar nesse ambiente hoje exige jornalistas muito mais engajados do que qualquer profissão poderia pedir – sem a maior parte das seguranças, confortos e benefícios usufruídos pelo pertencimento a uma profissão. Normalmente, toda profissão pede certo tipo de compromisso, mas os jornalistas da era digital têm que estar comprometidos para além disso, posto que o seu trabalho é inseguro, o seu salário é limitado, a confiança da audiência é precária e o seu tempo se estende para além dos limites de um prazo de impressão ou de um horário de transmissão (DEUZE; WITSCHGE, 2015, p.22).

Além de baixos salários e da quantidade de pautas a serem transformadas em matéria em um curto intervalo de tempo, Karam (2014) apresenta outros pontos que se refletem em uma crise ética no jornalismo: os monopólios e oligopólios expressos pela propriedade dos meios; a preguiça e a incompetência na apuração precisa dos fatos e em sua formulação no texto; no fascínio pelo poder, fama e prestígio, sem levar em conta a responsabilidade que deve integrar a atividade; no impedimento do direito de resposta quando há evidentes equívocos ou má-fé na informação; na ausência da pluralidade das fontes, que reflita diversidade de acontecimentos e interpretações; na sonegação de informações de interesse geral por organismos públicos ou privados; na ausência de informações em geral.

Independentemente das condições adversas, com a responsabilidade de ser o porta-voz e intérprete da verdade, Allan (2013, trad. nossa), considera que o repórter imparcial possui a capacidade de separar fatos de valores. É essa característica que distingue o verdadeiro profissional do amador⁴⁹. Por outro lado, no entendimento de Ijuim (2012), o jornalista, durante o seu trabalho de apuração, deve buscar versões verdadeiras “e não, necessariamente, produz[ir] a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto de conhecimento, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo” (IJUIM, 2012, p.133).

Medina (2001) lembra, ainda, que o preparo do entrevistador é que encaminha a pauta. “Se ele não tiver um repertório generalista acumulado – uma visão do social, do político, do

⁴⁹Texto original: *The dispassionate reporter possesses an unique capacity to separate facts from values, a defining characteristic widely held to distinguish the true profesional from the amateur pretender.*

econômico, sensibilidade e conhecimentos acerca dos fatos culturais –, terá de fazer um esforço imediato para se atualizar” (MEDINA, 2001, p.95). Na compreensão da autora, alguns traços revelam entrevistadores mais sensíveis aos fatos cotidianos: “Um repórter que se debruça sobre o entrevistado para sentir quem o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito, curiosidade” (MEDINA, 2001, p.30-31).

Já sabemos para que serve o jornalismo e a importância do profissional na produção de narrativas jornalísticas. Mas, afinal, tecnicamente falando, o que é a notícia? Por que alguns fatos são transformados em notícia e outros não?

Conforme Chaparro (2007, p.148), “Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses”. Ou “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante” (LAGE, 2001, p.36). Ao ser fabricada, a notícia deve obedecer a critérios, tais como objetividade, imparcialidade, verdade e precisão, o respeito à privacidade, independência em relação aos anunciantes etc.

O que faz com que alguns fatos se tornem notícias e outros não são os denominados valores-notícia: situações novas, trágicas, violentas, curiosas, conflitantes, de suspense ou emoção, acontecimentos atuais, imprevisíveis, de grande peso social, próximos geograficamente da população a qual se destina, de grande impacto sobre o público consumidor e que envolvam grande quantidade de pessoas (SODRÉ, 2009; CHAPARRO, 2007; LAGE, 2001).

Sobre a imparcialidade, exigida pelo estatuto profissional do jornalista, Sodré afirma que é apenas uma presunção, tendo em vista que o relato jornalístico é uma “construção”, feita por uma subjetividade a partir de outros relatos (provindos das fontes). Sobre a objetividade, Patrick Champagne (1997) adverte que a investigação jornalística deve ser como a investigação judiciária: “dar a palavra a todas as partes envolvidas, os jornalistas buscando explicitamente, em cada caso, representantes da defesa e da acusação, o ‘pró’ e o ‘contra’, a versão oficial de um incidente e a das testemunhas” (CHAMPAGNE, 1997, p.97). Medina critica que a objetividade, muitas vezes, serve como frágil escudo na defesa das práticas jornalistas reducionistas que, quase sempre, “ocultam a cena cotidiana e anônima de gente miúda - cidadãos, subcidadãos e deserdados” (MEDINA, 2003, p.92).

Sendo as pessoas em situação de rua consideradas subcidadãs por grande parte da população em geral, por alguns políticos e até por algumas delas mesmas, Frazão (2010), em sua tese de doutorado, investigou a visibilidade dos sem-teto no discurso midiático e constatou

que os fatos narrados pela imprensa sobre as pessoas que vivem nas ruas estão restritos quase somente às páginas policiais, como suspeito de crime ou vítima de violência. Segundo a autora, nas notícias jornalísticas, a imagem dessas pessoas é quase sempre negativa. Além disso, elas não são ouvidas, já que o repórter pede que outros falem por elas.

Antes de demonstrar que, seis anos depois de a pesquisa de Frazão ser concluída, a situação permanece a mesma, interessa-nos saber o que as mulheres em situação de rua e os profissionais que lidam com elas pensam sobre o assunto. O que pensam sobre o jornalismo e as notícias que se divulgam sobre quem não tem onde morar? Isso é o que veremos no próximo tópico.

4.3 O QUE É JORNALISMO PARA AS MULHERES E OS PROFISSIONAIS

Em nossa visita às casas de reinserção social, percebemos que as mulheres não têm muito contato com mídia, de modo geral. As regras do abrigo definem o que e quando assistir à TV e só têm acesso a jornais e revistas aquelas mulheres com condições para comprá-los. Diante disso, poucas entrevistadas souberam ou quiseram emitir uma opinião a respeito do que pensavam sobre o jornalismo. Porém, percebemos que a maioria das mulheres em situação de rua que emitiu alguma opinião relaciona o jornalismo com o recebimento de informações necessárias para o conhecimento de fatos atuais.

A fala de Maria de Lourdes reduz o jornalismo a uma só palavra: “É notícia” (informação verbal). Já Maria Aparecida Machado não soube encontrar nenhuma definição do jornalismo “é tão amplo que ele restrito fica ruim” (informação verbal).

Segundo Kátia da Silva Ribeiro, jornalismo é “algo que deveria nos informar sobre o que está acontecendo a nossa volta, ao nosso redor, na nossa cidade, no nosso Estado, no nosso país e no mundo” (informação verbal). Jane Aparecida de Campos compartilha da mesma opinião: “Serve pra gente ficar informado, saber o que acontece no mundo” (informação verbal).

Cecília Celi da Silva Correa também têm a mesma opinião: “Ah, o jornalismo ele passa informação para o público, ele dá mais informação, ele deixa as pessoas com a mente aberta, né?” (informação verbal). Greicikely Silva Santos declara que é a forma como ela se mantém atualizada: “Uma pessoa que não tem acesso a computador, como eu, se não vê um jornal fica por fora, né? Tem que tá interagindo com a notícia, entendeu?” (informação verbal).

Cristina Maria da Silva Costa põe em xeque a credibilidade jornalística: “Jornalismo é um meio de comunicação que, às vezes é bom e às vezes não é, né? Às vezes dá notícia verdadeira e às vezes não, né? Tem isso também” (informação verbal).

Já os profissionais que trabalham com população de rua apontaram diversas outras funções para o jornalismo. A psicóloga Julia Horta Nasser e o enfermeiro Sebastian Conceição, assim como as mulheres em situação de rua, consideram que o papel do jornalismo é levar informações ao público. “Divulgar, esclarecer, orientar a população de forma geral”, explica Sebastian.

O policial civil Raphael Ferrari acrescenta: “Informar corretamente a população. Não o que esses grandes veículos de mídia fazem, né? [Eles] manipulam. Quem fez a revolta na França são jovens, aqui são vândalos” (informação verbal). Essa cisma tem a ver com uma particularidade apontada por Abramo (2003):

Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade (ABRAMO, 2003, p.23).

Um caso emblemático de manipulação da informação pelo jornalismo, ou de enquadramento da pauta, que vai ao encontro do que diz Abramo, aconteceu em 11 de maio de 2015. Amanda Oliveira, uma estudante de medicina e aluna intercambista do programa Ciência sem Fronteiras, foi entrevistada pela emissora *Rede Globo* em reportagem sobre os alunos que estavam nos exterior, mas decidiram voltar ao Brasil por problemas na liberação de verbas pelo governo federal.

A jovem havia passado nove meses nos Estados Unidos custeada pelo programa e disse que só retornou para Palmas, no Tocantins, porque um novo semestre na universidade brasileira estava prestes a começar. No entanto, ela foi apresentada pelo jornalista como uma aluna que

voltou porque estava sem o dinheiro da bolsa de estudos⁵⁰. Indignada, a jovem fez uso das redes sociais para se pronunciar: "Gostaria de dizer que tudo o que foi dito a meu respeito naquela reportagem é MENTIRA! (...) A Globo, além de sensacionalista, ainda não é capaz de pesquisar as coisas direito antes de falar... A minha experiência com o 'Ciência sem Fronteiras' não poderia ter sido melhor"⁵¹.

O *post* da estudante foi altamente compartilhado e, depois de toda repercussão no *Facebook*, no dia 15 de maio de 2015, ao vivo, Chico Pinheiro, apresentador do *Bom Dia Brasil*, desculpou-se pela informação distorcida, mostrando um trecho da fala da entrevistada sobre a volta para o início das aulas.

A psicóloga Virgínia Lima dos Santos Levy fez uma relação com a parte comercial das empresas de comunicação: “É difícil saber, assim, porque tem essa coisa de informar, de levar a informação, mas me passa ainda coisa negativa de que jornalismo é ser passado aquilo que está sendo financiado”. A preocupação de Virgínia é compartilhada por teóricos da área, tais como Kovach e Rosenstiel (2004): [...] neste começo do século 21 a profissão terá pela frente a maior ameaça de sua história. Vemos pela primeira vez o surgimento de um jornalismo baseado no mercado, mais e mais divorciado da ideia de responsabilidade cívica (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 49).

Bucci (2004) também é explícito ao falar sobre esse tema no Brasil. Segundo o autor, o jornalismo perdeu a sua autonomia tendo em vista que regimes oligopolistas ou monopolistas dominam a mídia. “Atualmente, falar na existência de um veículo jornalístico de grande vulto que seja independente em termos empresariais é falar de um cenário fictício” (BUCCI, 2004, p.242).

Maria Lucia Santos Pereira, coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), faz uma crítica mais direta à imprensa de forma geral:

A imprensa é uma desgraça! A nossa mídia é muito vendida. Ela não apresenta o que realmente é fato, o que tá acontecendo. Ela diz que a população de rua é isso, é aquilo, é aquilo outro. Que é um bocado de

⁵⁰ A notícia foi divulgada no jornal Bom dia Brasil e no portal de notícias da Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/05/instituto-pede-jeitinho-brasileiro-para-alunos-do-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/180803/Estudante-critica-mat%C3%A9ria-da-Globo-%E2%80%99Ctudo-mentira%E2%80%99D.htm>>. Acesso em: 23 out. 2015.

marginal. (...) Sabe, eu fico muito p. da vida com isso porque isso me irrita muito. Eles não procuram ouvir os dois lados da história. Eles só olham um lado. E a sociedade termina sendo manipulada pela mídia. A mídia é manipulada e manipula e a sociedade vai na onda. Então se a mídia diz que na população de rua tudo não presta e merece morrer, a sociedade toda vai dizer isso também. E quem é que compra a mídia? São os ricos empresários, que não querem ver a pobreza nas ruas. Então, isso me preocupa (informação verbal).

Essa preocupação está fundamentada no artigo “Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais”, de Jorge Ijuim (2013). O autor condena este tipo de conduta que, além de esbarrar em códigos éticos da profissão, reforça a criação de estereótipos e a discriminação. Tal prática, segundo ele, não propicia a inclusão social. Pelo contrário, reforça a linha imaginária que separa “o empresário que quer produzir riquezas e o indígena vadio e cachaceiro; os adeptos da tradição, da família e dos bons costumes da prostituta imoral; as pessoas de bem das pessoas em situação de rua; brasileiros de paraguaios” (IJUIM, 2013, p.9).

Em geral, quando encontramos notícias sobre grupos que pertencem a uma pequena parcela da população e que está, de certa forma, em desvantagem econômica e social, o que vemos é o fortalecimento da “inferioridade” desses estratos sociais. Como aponta Champagne (1997, p. 67), os mal-estares sociais passam a ter uma existência visível apenas quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas, porém, “quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar” (CHAMPAGNE, 1997, p.67).

Divulgar o “outro” de modo excludente e desqualificado, no entendimento de Sánchez (2001), pode ser uma ferramenta para a construção de sentido e qualificação do “nós”. “As múltiplas identidades e diferentes formas de vida social, que coexistem na cidade, são simplificadas, depuradas numa única identidade que se pretende sintética” (SÁNCHEZ, 2001, p.37). Ademais, em se tratando do Rio de Janeiro, Soares, Miranda e Borges (2006) destacam que o medo da violência é uma parte do nosso cotidiano que é agravada pelo destaque que recebe na mídia.

Para a assistente social Jociane de Souza da Silva, a função primordial do jornalismo é a produção de conhecimento: “capacitar aquele sujeito no seu processo de conhecimento, de

construção de conhecimento. Se eu leio uma coisa, quero ler aquilo e o jornalismo te dá a informação para construir o conhecimento” (informação verbal). Assim como outros profissionais, Jociane reprova o jornalismo veiculado nos grandes meios de comunicação:

Olha, hoje a grande mídia está totalmente corrompida. Absurda! Eu acho abominável a visão que a grande mídia passa para a sociedade dos movimentos sociais, da população em situação de rua, entendeu? É uma visão totalmente funcional ao sistema capitalista, às políticas neoliberais. Eu não vejo ali uma preocupação com a grande mídia de passar realmente o que está por trás daquilo, o que está acontecendo, parece que é mais um processo de construção da alienação daquele povo do que um processo de informação. Você me desculpa, eu sei que você é jornalista (risos), mas eu estou referenciando à grande mídia, né? Eles jogam o dado assim e não fazem a pessoa pensar, não fazem a pessoa raciocinar, sabe? As informações vêm sem um conteúdo por trás, é uma coisa assim, eu acho que está muito ruim (informação verbal).

Ao afirmar que “As informações vêm sem um conteúdo por trás”, a assistente social se mostra incomodada com a falta de contextualização das notícias veiculadas e que, de certo modo, não geram nenhuma reverberação. Em geral, os noticiários mostram apenas o factual, sem complexificar as relações causais envolvidas. Na contramão do posicionamento da assistente social, para a enfermeira Laila Oliveira Louzada, o jornalismo é justamente um instrumento para promover o debate: “Eu acredito que é uma ferramenta constante de informação, de veiculação de informação, de promover o debate, de estimular a discussão sobre algumas práticas, acontecimentos. Fazer com que a sociedade construa novas ideias, novas formas de pensar as relações” (informação verbal).

O promotor de justiça Rogério Pacheco Alves segue o mesmo pensamento: “A imprensa tem como principal papel permitir um debate público democrático livre e enriquecer esse debate, possibilitar que a sociedade, através da informação possa qualificar e ampliar o espaço público”. (informação verbal).

Outros profissionais que lidam com população em situação de rua ligaram a missão do jornalismo a denúncias. A técnica em enfermagem Sílvia Medeiros França, por exemplo, acredita que o jornalismo serve para “mostrar as coisas escondidas por de baixo dos panos” (informação verbal). A investigadora de polícia Selma Maria de Souza relata que as informações de algumas matérias servem para guiar o seu trabalho: “Eu acho que é um serviço de utilidade

pública porque as pessoas têm que saber dos fatos, é muito importante. Até para nós, em cima disso, fazemos um trabalho” (informação verbal).

A defensora pública Carla Beatriz Nunes Maia acredita que a função primordial do jornalismo é: “divulgar com a maior veracidade possível os fatos que ocorrem na sociedade para, a partir das informações corretas, as autoridades, a população, agir em ou não agir de determinada forma” (informação verbal).

Diferentemente de todos os outros entrevistados, o psicólogo Rodrigo Acioli Moura comparou a sua profissão com a de jornalista:

Eu acho que o psicólogo e o jornalista eles têm a capacidade de ouvir histórias, de conhecer pessoas, de conhecer situação e, agora, o que a gente faz com essas informações? O psicólogo, quando adquire essas informações no consultório, tem o dever de segurar essas informações e utilizá-las a favor de quem procura atendimento. A gente não pode compartilhar essas histórias até mesmo por respeito a quem procura, são situações delicadas, pessoais e íntimas, a gente tem que reter as informações. O jornalista tem uma oportunidade de compartilhar essas informações e de alguma maneira informar a sociedade. E agora... É aí que tá, eu não sou da área e não sei se eu vou falar da maneira correta, mas como a pessoa compartilha isso, né? Eu sei que também existe uma visão de mercado, notícias que vendem e notícias que não vendem. De repente, a notícia que você vai dar, ninguém vai se interessar, então, da maneira com que a notícia vem, às vezes, eu acredito que vem para poder chamar a atenção, é a mesma coisa sensacionalista, né? No fundo, no fundo a gente não gosta de notícia sensacionalista, mas às vezes a gente tem. Infelizmente, é a maneira de as pessoas verem a notícia. Eu acho uma profissão super delicada, acho que tem que ter um respeito muito grande de saber o que eu vou fazer com essa informação, às vezes eu posso ajudar muito com essa informação e às vezes eu posso atrapalhar. Às vezes, a gente vê pessoas que compartilham a notícia e sofrem consequências (informação verbal).

Após alguns minutos de reflexão, o psicólogo volta à resposta anterior e complementa seu pensamento, mostrando inquietude sobre outro ponto que ele não sabe ao certo se é a função do jornalismo:

Eu imagino assim, é função da mídia informar, agora não sei se é função da mídia formar opinião, fazendo com que as pessoas formem opinião. Eu acho que as informações chegam através da mídia sob ferramentas, que são informações que a pessoa, pegando essas informações junto com outras informações, ela forma uma opinião. Então, talvez as informações

venham para ajudar a formar opinião, e o que me preocupa é quando já vem uma opinião formada vindo da mídia, entendeu? Ai, sim, você entrevista pessoas que tem opiniões formadas. Então, eu acho que ela tem que ter esse poder de peneirar as informações, se ela se interessa pelo assunto, ela deve ouvir isso, mas também ouvir outras partes e se ela não se importa com esse assunto ela deve ir lá e repetir? Não, então é melhor não falar nada. Ela não está dizendo o que ela acha, ela só está reproduzindo uma informação e aqui vem a questão dos posicionamentos pessoais (informação verbal).

A respeito do sensacionalismo, característica apontada pelo psicólogo como chamariz para o consumo da notícia, Jeana Santos (2011) afirma que o espetáculo faz parte do cotidiano: “O sensacionalismo, promovendo a singularização extrema dos fatos e a sua espetacularização, aplaca o mal-estar, distrai a consciência e dilui a ação ou reação na superfície do sensível, atuando como um narcótico” (SANTOS, 2011, p.159). Segundo a autora, o meio televisivo leva ao extremo esta espetacularização pelas mediações do poder spectral da imagem, da dramatização do narrador das notícias e do imediatismo da ação. Ela constata que uma pseudo-realidade – a notícia sensacionalista apontada por Rodrigo Acioli Moura - torna-se mais vendável do que a pretensa realidade dos fatos do telejornal.

A advogada Renata Verônica Côrtes de Lira é mais taxativa ao abordar o assunto e deposita uma parcela de sua crítica no profissional jornalista:

Gente, advogado, jornalista e médico não valem nada! Pelo amor de Deus, que isso?. Eu fico brincando aqui dizendo isso – e olha que eu sou advogada, mas imagina, né?. Mas enfim, eu acredito que o jornalismo serve para nos informar, para trabalhar na busca pela informação real, a fonte primária, né? Eu acho que o jornalista, ele pode ser crítico, eu acho que não é problema em discordar de alguém, então, por isso, não acho que o jornalismo deve deixar de ser crítico, mas eu acho que as notícias elas precisam ser dadas exatamente como aconteceram, né? Para daí então cada um possa construir a sua crítica a partir das informações reais. Então, eu imagino que o jornalismo deveria servir pra isso. Quando se diz que parece clichê, mas é verdade, informação é poder, né? Informação é poder, então o jornalismo tem em suas mãos muito poder. Agora, é isso, como se utiliza né, a partir de posse dessa informação, como que ela vai ser utilizada que tem sido esse questionamento (informação verbal).

Patricia de Oliveira da Silva lembra que o jornalismo, como muitas profissões, precisa seguir um código de ética:

Jornalista tem código de ética e nunca é utilizado o código de ética do jornalismo. Vou citar um exemplo: normalmente, quando uma pessoa moradora de comunidade é assassinada pela polícia, vem sempre aquela notícia: “Polícia mata vários bandidos”. Ele não procurou a família, ele não procurou ninguém para saber, mas ele já diz que é bandido. Ele já julga, o pré-conceito dele julga (informação verbal).

Com foco em tais questões, Loures (2008) adverte que devido à lógica de mercado da imprensa brasileira, muitos preceitos éticos são deixados de lado. “Ainda que exista um Código de Ética aprovado no congresso nacional da categoria, que fixa as normas para a atuação do profissional, muitos não sabem de sua existência ou veem apenas como elemento decorativo” (LOURES, 2008, p.159).

O médico Marcelo Antonio Cunha classifica o jornalismo como “uma faca de dois gumes”:

Ao mesmo tempo em que pode servir para muita coisa, também pode servir para aumentar o estigma, culpabilizar a vítima. Eu vejo dois enfoques. A televisionada, que eu observo que é mais de massa, era sempre culpabiliza e relaciona a população de rua à violência. “Morador de rua assaltou, matou uma pessoa”. “Morreu um cara na Lapa, é possível que quem tenha matado tenha sido um morador de rua”. Sim, pode ser um bandido, antes de tudo, em situação de rua, mas não um morador de rua. Essa é uma ação muito danosa, que aumenta o estigma e o preconceito, ao meu ver. Se você colocar na balança, é muito mais danosa do que favorecedora às pessoas em situação de rua (informação verbal).

Sob a ótica de Champagne (1997), esse dano causado pela mídia é comum; nem todos os mal-estares são midiaticizados da mesma forma. Porém, o mesmo autor pondera dizendo que essa estigmatização é involuntária e “resulta do próprio funcionamento do campo jornalístico” (CHAMPAGNE, 1997, p.74).

Diante dos depoimentos dos entrevistados que trabalham diretamente com a população em situação de rua, percebemos que existem muitos descontentamentos e incômodos com o que eles entendem por jornalismo. Essas inquietações vão ao encontro do que postula Loures (2008): “Ciente de que não há democracia possível sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informações livres, a sociedade suspeita de que algo não vai bem no sistema informacional e

que este deve se requalificar para poder cumprir seu papel junto à sociedade” (LOURES, 2008, p.157).

Se algo não vai bem na mídia em geral, o que nos importa verificar agora é, especificamente, sobre as informações divulgadas sobre a população em situação de rua, em especial sobre as mulheres. Para tanto, ouvimos o posicionamento das mulheres e dos profissionais entrevistados nesta pesquisa.

5 O QUE DIZEM E O QUE MAIS PODERIAM DIZER

Neste capítulo, empenhamo-nos em verificar quais os posicionamentos das mulheres e dos profissionais em relação às notícias sobre população de rua e, a partir de tais colocações, intercalamos algumas reflexões teóricas. Posteriormente, coletamos notícias de 2007 a 2015 nos jornais *online Extra* e *O Globo*, que foram veículos noticiosos citados pelos entrevistados e serviram de amparo para confrontar as falas com o material jornalístico.

Conhecendo as notícias, o ponto seguinte do capítulo consistiu em extrair as percepções dos entrevistados sobre uma cobertura midiática mais adequada. Por fim, no intuito de conhecer as perspectivas de vida das mulheres em situação de rua, buscamos verificar algumas vivências do passado, bem como quais eram seus sonhos e objetivos de vida.

5.1 POSICIONAMENTO DAS MULHERES E DOS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO ÀS NOTÍCIAS SOBRE POPULAÇÃO DE RUA

Kátia da Silva Ribeiro afirma que quando morava em uma residência costumava informar-se assistindo aos telejornais. Nas ruas, obtêm informações todos os dias em *sites* da Internet (quando tem condições de pagar para usar o computador em uma *lan house*) ou lê jornal impresso. Sobre as notícias que tratam da população de rua, a militante tem um posicionamento crítico, diz que não se sente representada nessas notícias:

(...) tem umas que criminalizam a população de rua, porque quando aparece alguma notícia no telejornal, por exemplo, porque só mostra aquela população de rua que está furtando, que está indo para a boca de fumo para usar droga, então só mostra o lado ruim da população de rua. Só mostra que a população de rua é o lixo da sociedade, que tem que ser exterminada. Quer dizer, não falam com essas palavras, mas da forma como mostram, a pessoa subetende dessa forma. Não mostra, por exemplo, aquele catador, que está catando o seu material para poder se alimentar, comprar roupa, muitas das vezes até comprar um remédio (informação verbal).

A reclamação de Kátia tem a ver com o estudo de Elfriede Fürsich, professora da Freie Universidade Livre de Berlim, que aborda o problema da mídia em representar o Outro. Fürsich (2016) alerta sobre a importância dos meios de comunicação no processo público de construir, contestar ou manter o discurso cívico sobre coesão social, integração e tolerância. Muitas vezes,

porém, segundo a autora, as próprias mídias definem os limites de uma comunidade considerada parte de uma nação e excluem minorias como “Outros”, situando, desse modo, os “outros” entre “nós”. “O teor esmagador das pesquisas sobre representações mediadas dos Outros é pessimista sobre as habilidades da mídia contemporânea para retratar adequadamente a diversidade cultural” (FÜRSICH, 2016, p.52). A pesquisadora afirma que, com bastante frequência, as imagens veiculadas por meio de mídias noticiosas e de entretenimento retratam minorias como “diferentes, exóticas, especiais, essencializadas ou até anormais” (FÜRSICH, 2016, p.53).

A objeção da referida entrevistada também tem ligação com a pesquisa de Delano Almeida (2011), que, usando a análise do discurso na linha de Patrick Charaudeau, analisou a imagem do sem domicílio – instituída pela sociedade – em matérias publicadas, em 2009, no portal de notícias *Diário Online*. O que o pesquisador encontrou foram notícias parciais, com as representações sociais do bêbado, criminoso, sub-humano, doente mental, sujo e drogado, sendo reforçados pela imprensa. Denize Silva (2007) complementa afirmando que essas práticas jornalísticas contribuem para naturalizar representações sociais com relação às identidades de pessoas que vivem em situação de rua, e isso reflete posições ideológicas em consonância com o poder local vigente.

Ferreira e Pinheiro (2015), usando a teoria de representação social proposta por Sèrge Moscovici, fizeram o mesmo trabalho de Almeida, mas a coleta de notícias foi feita no jornal *Correio Braziliense*. Elas chegaram, em palavras mais rebuscadas, à mesma conclusão de Kátia:

Os meios de comunicação sustentam a psicologia social, difundem vastamente tais representações de desvalidação que afastam moralmente um coletivo campo de valores aceitáveis. Assim, são explicados o desprezo e o medo que os demais podem sentir desses indivíduos, logo, autorizadas a violência e as seções que lhes são infligidas (FERREIRA; PINHEIRO, 2015, p.111).

Se Kátia fosse jornalista de algum meio de comunicação, faria diferente: mostraria que dentro do grupo de população de rua existem trabalhadores, falaria sobre as estatísticas de pessoas qualificadas que estão indo morar em vias públicas: “Por que essa pessoa está fazendo isso? O que a levou a fazer isso? A cada ano cai uma camada de gente nas ruas” (informação verbal). Como fonte, já deu entrevistas para mídias independentes sobre assuntos relacionados a movimentos sociais. Seu desejo era que fossem noticiados caminhos concretos para aqueles que

sonham com uma casa e um trabalho: “eles terem várias opções para saírem das ruas; uns através do trabalho, outros através do assistencialismo, mas eu gostaria de ver que todas as pessoas eu moram nas ruas, querem sair das ruas e que existe uma forma para que elas saiam com dignidade” (informação verbal).

Cecília Celi da Silva Correa costuma assistir ao *Jornal Hoje*, da *Rede Globo*, quando dá, e, às vezes, lê o jornal impresso *Extra* quando algum colega do abrigo compra e lhe empresta. Ela afirma que, muitas vezes, está interessadíssima em alguma notícia, quando chega algum funcionário da instituição e, em cumprimento da regra de horário, puxa o fio da TV da tomada e ela fica sem saber o final da história.

Em relação às notícias sobre população de rua, reclama que estão sempre ligadas às drogas, sobretudo ao crack, ou são sobre as operações do Choque de Ordem. “Eu acho isso um absurdo, tem gente que vive na rua porque perdeu o aluguel, o emprego, tem gente que vive na rua, mas não se droga, tá lá porque tá sem moradia mesmo” (informação verbal). Desse modo, Cecília não se sente representada nessas notícias: “porque passa a informação assim com drogas e isso não tem nada a ver comigo” (informação verbal). A mulher acredita que, se fosse diferente, a imprensa poderia melhorar a vida das pessoas desabrigadas:

O jornalismo quando ataca, ele ataca mesmo, né? Até a gente vê na televisão quando os mendigo, os moradores de rua são pegos né, são pego à força, são colocado dentro do carro pra ser levado pra uma instituição. Eu não sei, mas, às vezes, também o jornalismo quer sensacionalismo né? E só passa aquilo, mas não é feito nada. Só passa aquela bomba, mas não é feito nada, só que tirou fulano de tal da rua, veio guarda municipal, aí pega, coloca dentro do carro e só fica nisso e quando chega na instituição só ganha um prato de comida, uma comida e uma banho e não é feito nada (informação verbal).

Em sua opinião, é dever da imprensa dar continuidade e investigar o que fazem com as pessoas dentro dos abrigos. “Já deu o sensacionalismo? Agora o que foi feito com essa gente? Se realmente tão sendo tratado com dignidade, se buscaram a família deles, se ficam com a família e essas coisas assim, devia dar continuidade porque só passe aquilo nas ruas, não passa mais nada” (informação verbal).

Uma pauta que gostaria de ver no noticiário é sobre as mulheres que vivem em situação de rua e que têm filhos ou que estão grávidas:

(...) essas mulheres, quando vêm pro abrigo, elas perdem a guarda dos filhos e os filhos são adotados. Eu acho isso muito triste. (...) perdem a guarda e depois a mulher fica no abrigo comendo e bebendo e só isso. Mas, por que não fazem alguma coisa pra ela, pra mulher, pra mãe ficar com os filhos? Fazer alguma coisa, não sei tem “minha casa, minha vida”, negócio de sorteio de casa, tem tanto lugar pra se construírem uma casa pra dar pra muita gente, eu gostaria que as mães ficassem com seus filhos, que são retirados das mães e vão pra adoção, entendeu? Como tem uma aqui que divide quarto comigo, ela tem seis filhos e ela está sem ver os filhos há muitos ano, nem sabe pra onde foram os filhos (informação verbal).

Jane Aparecida de Campos diz que assiste ao *Jornal Nacional*, na *Globo*, todos os dias desde que chegou ao abrigo, mas que não se recorda de notícias sobre população de rua. Questionada sobre como ela gostaria de ser representada se fosse personagem de uma matéria, ela se anima: “Bem vestida, arrumada. Queria mostrar a minha casa. Que eu venci, que a gente pode vencer, é só a gente querer” (informação verbal). Na sua opinião, a imprensa faz um trabalho excelente:

A imprensa já faz demais, que é mostrar os morador de rua, a situação. Quem tem que cair na consciência, é os político e quem manda no País, né? Porque eles não tá nem aí com quem mora na rua. Se não for o presidente, os prefeito ou os deputado, quem vai fazer? Os jornalista não pode fazer nada. Eles já fazem a parte deles, agora os político têm que fazer a deles também (informação verbal).

Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva relata que, às vezes, vê o *Jornal Nacional* quando está no abrigo, mas prefere mesmo é assistir a desenhos animados. Disse que já foi entrevistada duas vezes, quando fazia tratamento em clínicas de recuperação para viciados em drogas. Após se ver na matéria, disse que gostou do resultado.

Maria Cristina Lucas de Castro dá audiência para o jornal local *RJTV*, *Jornal Nacional* e *Globo Repórter*. “Gosto muito de vê, mas aqui a gente quase não vê” (informação verbal). Conforme nossa observação durante as entrevistas, no abrigo Irmã Dulce há uma sala com uma televisão, uma mesa de centro e dois sofás de três lugares, que não acomodam todas as mulheres abrigadas, e esse é o principal motivo para que as mulheres não vejam o referido programa. Quando se depara com notícias que tratam sobre a população de rua, sente-se privilegiada por ter

conseguido uma vaga no abrigo. Primeiro, disse que todas as matérias correspondem à realidade, inclusive a que ela deu entrevista para o *RJTV*, como interna da Casa Irmã Dulce.

Você gostou do resultado?

Amei. Amei...

Você mudaria alguma coisa na notícia?

Não mudaria nada...

Depois, pensando melhor, voltou atrás. Se fosse jornalista por um dia, faria uma matéria sobre o Stella Maris, abrigo onde realizamos parte das entrevistas, pois escuta suas colegas do Irmã Dulce dizendo coisas horríveis que acontecem lá:

(...) então elas falam que eles recolhem das ruas e levam pra lá e é um abrigo muito grande, lá rola tudo quanto é tipo de coisa. Se rola drogas, se rola sexo entre homens com mulheres e mulheres com mulheres, entendeu? Acho que isso deveria ser pesquisado, mais mostrado a verdade que acontece, porque as reportagens que passa não mostra realmente o que acontece lá dentro. Porque as coisas que as meninas contam... acontecem coisas muito feias, muito ruins (informação verbal).

Cristina Maria da Silva Costa é leitora dos jornais impressos *Meia Hora*, *O Dia* e *O Globo*, mas só os compra quando tem dinheiro. A mulher deixa claro sua preferência de canal televisivo: “A Globo, assim, ela dá a notícia pela metade, agora a Band não, a Band ela dá aquela notícia inteira” (informação verbal). Na primeira, assiste ao *Jornal Nacional* e na segunda, ao programa popular *Wagner Montes*, mas a frequência não é regular: “quando dá pra mim vê, eu tento ali, porque às vez fica muito tumulto, porque a televisão fica aqui no pátio, aí eu sento lá pra vê” (informação verbal). No Stella Maris, observamos que existia apenas uma televisão de 29 polegadas para atender a todos. Mas, percebemos que as cadeiras de plástico disponíveis no pátio não eram suficientes para comportar muitos internos.

Sobre as notícias que retratam a população em situação de rua, ela acha triste: “Principalmente das pessoas que são viciadas em droga, principalmente sobre o crack” (informação verbal). Mesmo assim, sobre as notícias que viu, ela se sentia representada nos relatos jornalísticos: “Me sentia né, porque eu já morei né, então a gente se sente. Como se tivesse vivendo aquele fato ali, naquele momento” (informação verbal). Apesar disso, preferiria que não existissem notícias assim. E confabula: “seria tão bonito só ter matérias boas né, as

peessoas assim mostrando felizes, todo mundo comendo, todo mundo podendo chegar e comprar um pão, comprar uma carne e não comer só ovo, seria tão bom assim” (informação verbal).

Sobre os jornalistas, ela opina que alguns são bons e outros ruins, mas acredita que eles não têm compromisso de mostrar a situação de rua de outra forma:

Eu acho que eles não têm muito a fazer, não, porque eles tão ali é só pra mostrar as notícia. Quem poderia fazer mesmo é os deputado né, a presidente, eles lá os superior de Brasília. Porque o jornalista é uma profissão que escolheram, o objetivo é mostrar a matéria, que tem jornalista bons e tem aqueles também gostam de invadir a privacidade dos outros, gostam de distorcer a matéria (informação verbal).

Se pudesse ser jornalista por um dia, faria uma matéria sobre o assistencialismo: “Aquele mutirão que leva comida pra dar pros moradores de rua, coisa mais linda! Eu acho! Coisas de ser humano, ainda têm poucos que ainda ajudam, aqueles que têm muito, nada fazem, infelizmente, né?” (informação verbal).

Maria de Lourdes menciona que enjoou de ver TV, mas antes, gostava de assistir ao *Jornal Nacional*. Sem muita opinião sobre o assunto, imagina que as notícias sobre população de rua sejam ruins.

Ana Lucia Alves da Silva é leitora dos jornais *Extra*, *Meia Hora* e *O Dia*. Como tem renda própria, ela é uma das poucas abrigadas que compram jornal impresso todos os dias. Depois, compartilha com os colegas. A mulher manifestou descontentamento com o abrigo diversas vezes ao longo da entrevista e disse que sente falta de ver as condições do Stella Maris expostas nas páginas dos jornais que compra:

Como eu disse pra psicóloga, eu agradeço muito, muito, muito, muito, muito o Rio, pro governador, porque foi um acolhimento que eu tive, entendeu?. Mas isso aqui, a administração disso aqui, é horrível. Tem um quarto lá atrás que apareceu cheio de percevejo, sabe o que é percevejo? Chupa-sangue, que pode parar dentro do ouvido e da cabeça...Eu leio jornal há muito tempo e eu nunca vi e nem li nada disso sobre esse abrigo (informação verbal).

Ela comenta sobre coisas alarmantes que ouviu de amigas do abrigo, como uma menina que foi estuprada enquanto dormia na rua. Questionada se os meios de comunicação poderiam contribuir para evitar esse tipo de problema, ela nega: “Como? A mídia? Não, eu não cobro isso

em geral dos meios de comunicação, não. Mais uma vez eu bato na tecla do governo” (informação verbal).

Índia Silva, já no começo das perguntas sobre a mídia, demonstra suas preferências: “Eu, por exemplo, adoro a Glória Maria, que é a pretinha da Globo. Gosto muito da Fátima Bernardes, eu assisto muito o programa dela. Da Ana Maria Braga...”(informação verbal). Disse que não lê jornal porque não sabe ler, mas se informa por meio do *Jornal Nacional* e do *RJTV*. Se pudesse fazer uma matéria sobre as mulheres que se encontram na mesma condição que a sua, mostraria como elas podem ocupar a mente por meio de um trabalho, uma terapia.

Greicikely Silva Santos assiste TV com pouca frequência. Diz que acompanhou uma operação do Choque de Ordem em Manguinhos em 2013. Tempos depois, conversando com uma colega que foi pega nessa operação, a menina relatou que houve muita agressão no dia, o que não foi mostrado na TV. Ela acredita que é certo retirar o pessoal da rua, mas depois é necessário dar um destino melhor a elas: “botar um lugar onde tem espaço pra curso, lugar pra trabalho, onde a pessoa fosse tratado igual cidadão, eu acho ótimo” (informação verbal).

A mulher indica que os repórteres faltam com o respeito quando expõem demais as pessoas: “igual essa notícia, a menina lá, grávida, e a repórter falando que ela não sabe nem de quem é pai. Do jeito que a pessoa coloca a informação, não é bom. Podia ser uma irmã minha lá, entendeu?” (informação verbal).

A percepção da jovem sobre a desconsideração da fala do jornalista sobre a imagem de outra pessoa nos remete a Ijuim (2014). O pesquisador fala que para humanizar o jornalismo, o repórter deve respeito ao outro, mas, em geral, o que fazem é privilegiar as “consequências mais que as causas, o fato mais que as circunstâncias, o espetáculo mais que as dores e o sofrimento humano” (IJUIM, 2014, p.20).

Greicikely pensa que a imprensa, em relação a assuntos sobre a situação de rua, poderia ser melhor dando voz a essa população, mas isso não resolveria o problema: “Eu não acho que a mídia, aparecer na televisão, vai me resolver alguma coisa, porque o que tá acontecendo aqui no Rio de Janeiro em relação à droga tá escancarado. Prá mim, tinha que fazer mais abrigo, entendeu?” (informação verbal).

Maria Aparecida Machado Ferreira gosta de ler, de ouvir rádio e de assistir a documentários, mas desde que está abrigada, não pode ter acesso à TV sempre que deseja: “só faço o que posso, de vez em quando eu dou uma olhada em uma coisa ou outra” (informação

verbal). Em compensação, possui um radinho, que fica ligado o dia todo. Em relação às notícias sobre pessoas que não têm onde morar, ela crê que sejam fidedignas: “realmente parece com aquilo que a pessoa está passando” (informação verbal). Ela, inclusive, se sente representada nas notícias. Porém, seu raciocínio é dubio ao mencionar que percebe falta de respeito com o ser humano em algumas narrativas jornalísticas. Maria Aparecida sente-se até mesmo incomodada com os termos que usamos ao longo da entrevista:

Esse slogan “situação de rua” é meio forjado, né? Doado, imposto e até postulado. Mas, eu noto que a pessoa mostrada não é bem como a pessoa gostaria de se ver. Um mendigo, mas, sim, uma pessoa que está ali por detrás. É uma pessoa que observa, sente, mas as pessoas não têm respeito. Eu não estou dizendo que o jornalismo desrespeita, eu tô dizendo que as pessoas costumam fazer rótulo (informação verbal).

Ao mencionar que “uma pessoa está ali por detrás”, Cida nos faz lembrar uma passagem do livro de Cunha (2008):

É muito difícil para o transeunte, incomodado com a roupa e o cheiro de um mendigo, olhá-lo na face e nele perceber as marcas de uma vida anterior, talvez bem parecida com a sua. Muitos dos internos da Fazenda tiveram, no entanto, antes de ir para as ruas, uma existência que, pelos padrões estabelecidos, costumamos considerar “normal” (CUNHA, 2008, p.59).

Gleicyane da Conceição Geraldino tem o hábito de ler jornal, mas não pode comprar o de sua preferência (*O Globo*), porque, “é caro” (informação verbal). Naquele momento, contentava-se com os jornais mais “baratinhos”, que eram compartilhados pelos outros abrigados, o *Extra* e o *Meia Hora*. Ou, no caminho para o trabalho, lia as notícias mais importantes nas bancas, que costumam deixar as primeiras páginas dos jornais coladas do lado de fora. “Porque eu fui dondoquinha, quando eu era mais nova, eu via a *Globo News*, *Band News* e esses, pra mim, são muito diferentes” (informação verbal). Lembra-se de um programa da *Rede Record* que recrutou pessoas que dormiam nas ruas para formar um coral de Natal. Trata-se do “Coral de Rua”.

Uma das moradoras de rua, ela é até bem aparentada e ela e o esposo estavam dormindo no chão. E eu vi ela passando por Ramos depois do fim de programa. Interessante, né? Eu não sei qual é a história do fim do programa porque ali tem muitas pessoas que são dadas como

desaparecidas e que estão aqui dentro ou estão na rua. Pessoas que fugiram por drogas e por outro motivo. Eu achei interessante porque, às vezes, a família não sabe o que tá acontecendo e no programa dá esse acesso aos parentes deles. Tanto que uma delas que tava grávida voltou pra mãe. A mãe viu ela na TV e ela voltou pra mãe. Ela ficou de menor de idade a maior de idade na rua e teve filho. Então, o programa está dando acesso aos familiares saber o que está acontecendo com essas pessoas. Tem pessoas aqui dentro que estão aguardando os parentes voltar. O meu pai, por exemplo, ele me expulsou, mas ele sabe o que eu tô passando? Não. Talvez se ele soubesse, ele me pedia desculpa (informação verbal).

Apesar de achar que as notícias sobre as pessoas que vivem nas ruas são adequadas, sente falta de conteúdos diferenciados, tais como a alta renda de uns e a falta de moradia de outros. Se fosse jornalista, também falaria das mulheres que, como ela, já foram estupradas:

Tem uma que saiu daqui, ela era usuária de drogas e foi acolhida pelo abrigo e foi pra médico e tudo mais pra tentar reverter a situação da droga e não adiantou. Ela saía daqui, usava droga e passava a noite fora e depois voltava. Ela foi desligada. Aqui, para você passar a noite fora, tem que pedir uma autorização. Se você não pedir essa autorização, você está abandonando, então ela passou várias noites fora e aí uma pessoa me contou que viu ela na rua, drogada e cinco homens se aproveitaram dela (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus gosta de assistir ao *Jornal Nacional*. Sem muita vontade de falar sobre mídia, se limitou a dizer que se fosse jornalista, mostraria a remoção de casas das favelas para execução de obras de grandes eventos: “mostrar que tão fazendo melhoria pra melhorar o lugar por causa do negócio da Copa, aí depois diz que vai tirar o pessoal todo da rua, mas os abrigo não dá pra isso tudo, entendeu? Não dá. Aí, depois, quando acabar esse negócio da Copa, aí começa aquela bagunça tudo de novo”(informação verbal).

O psicólogo Rodrigo Acioli Moura relata que seu filtro de informações sobre assuntos relacionados à população de rua são as notícias que sua rede de relacionamentos compartilha no *Facebook*. Em relação ao que acontece no Rio de Janeiro, o psicólogo é assinante do jornal *O Globo* e fica sabendo por lá. Ele também vê, na TV, os canais *Globo*, *Globo News* e *Bandeirantes* e se refere a algumas mudanças que percebeu na cobertura jornalística desse tema nos últimos anos: antes o assunto estava confinado a programas especiais, como o *Globo Repórter*, por exemplo. De uns tempos para cá, tem ouvido falar muito sobre população em

situação de rua no jornalismo diário associada ao recolhimento (ou “acolhimento”) e ao uso de crack.

Instigado sobre a última notícia que viu ou leu sobre a mulher nessa condição de vulnerabilidade, ele responde: “Eu estou fazendo uma força aqui, agora, mas eu não me lembro e foi até interessante você falar isso porque o que a gente já ouviu de casos de violência contra mulher na rua, de abuso sexual na rua, isso eu me lembro de ter ouvido falar” (informação verbal). Rodrigo reflete que as notícias poderiam ampliar a discussão e não entregar uma “verdade” ao consumidor daquelas informações:

Eu acho que ela [a imprensa] erra quando a informação já chega de maneira que é uma forma de julgamento, eles já dão uma resposta fechada, é isso isso isso e acabou, sabe? A culpa é disso. Quando eles já chegam dando um diagnóstico fechado, eu já não gosto. Aí é que está, aí é uma conversa de uma pessoa só. Não existe a troca e a possibilidade da discussão (informação verbal).

Ele exemplifica mostrando o trabalho de dois jornalistas diferentes que tentaram retratar a vida nas ruas. Um, de um programa da *Rede Globo* e outro da *Rede Bandeirantes*. Na primeira emissora, o repórter passou uma noite na rua: “Existia um mecanismo de defesa ali, qualquer coisa, se alguma coisa errada acontecesse, ele tinha algo para ele, talvez tivesse roupa, tinha telefone, a impressão que eu senti é que ele estava muito protegido ali” (informação verbal). Na segunda emissora, o jornalista estava mostrando as vivências nas ruas apenas com uma câmera na mão, o que lhe pareceu ser mais próximo do real: “ele foi pedir dinheiro, ele foi pedir comida, ele foi rejeitado” (informação verbal)⁵².

⁵² Embora o entrevistado não quisesse mencionar o nome do jornalista aos qual ele se referia de forma crítica, tratamos do mesmo assunto no artigo “População de rua e cidadania: deslizos e acertos na cobertura midiática”, de autoria de Suzana Rozendo Bortoli, apresentado na IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, em 2013, em Curitiba. O episódio foi ao ar no *Globo Repórter* do dia 10 de maio de 2013, que explorou o tema “vida nas ruas” na cidade do Rio de Janeiro. O jornalista Pedro Bassan conversou com várias pessoas, comeu a mesma comida que elas, dormiu junto com um grupo na calçada de uma rua central do município do Rio de Janeiro. No *site* do programa, o título enobreceu a iniciativa: “Pedro Bassan dorme sob marquises e experimenta dificuldades de quem não tem quase nada”. O jornalista estava amparado por sua equipe de reportagem, que, de longe, filmava tudo o que acontecia. Outro ponto importante é que o local escolhido para a experiência foi privilegiado: ao lado do Tribunal da Justiça, em uma praça cercada por câmeras, sob a vigilância de um carro da polícia. Devido a todo esse apoio, Bassan não chegou nem perto da subjetividade de quem não tem quase nada – como diz no *site* - porque o medo da violência e a insegurança de dormir ao relento não foram grandes problemas para ele.

Para ele, esse jornalismo do tipo gonzo⁵³, pode contribuir para diminuir a barreira entre aqueles que possuem um teto para dormir e aqueles que não o possuem.

Se você for parar para pensar como a mídia poderia ajudar, poderia se reconhecer nessas pessoas, conseguisse fazer de uma maneira que mostrasse pra quem tivesse vendo o programa ou a matéria de que são pessoas como nós ali, pessoas que, às vezes, estavam na mesma situação que a gente está hoje e por alguma dificuldade, algum motivo qualquer, parou na rua, isso mostra que nós também um belo dia podemos estar naquela posição e que aquelas pessoas ali um dia podem sair daquela situação e podem estar do nosso lado no trabalho, no lazer, não importa (informação verbal).

O psicólogo sugere que a mídia pode tanto ajudar quanto atrapalhar os profissionais que trabalham com a população em situação de rua, com mais tendência para atrapalhar: “Às vezes, pelo menos nas matérias que eu tenho visto, já vivem fechando diagnóstico e muitas pessoas acabam comprando, absorvendo essa ideia, então que acho que aí atrapalha porque, às vezes, dá só uma visão da história” (informação verbal). Além disso, considera razoável que o jornalismo transmita para as pessoas “um olhar mais humano fazendo com que as pessoas não julguem se estão certas ou se estão erradas” (informação verbal).

Se fosse jornalista, levantaria um assunto que sempre discute em reuniões fechadas entre os profissionais que atuam com a população de rua: faria um levantamento e uma compilação das leis que tivessem a ver com essa demanda e mostraria em uma matéria de modo que eles compreendessem seus direitos à cidade, à saúde e à educação.

A preocupação sobre o jornalista entregar uma verdade pronta aos leitores ou telespectadores, apontada pelo psicólogo, foi assunto estudado por Motta (2008). De acordo com o autor, é justamente por não apresentar “a verdade” que a mídia ainda não é um espaço público democrático em harmonia com os direitos e com o desenvolvimento humano. Para ele, existem várias verdades, antagônicas e até contraditórias; e todas as verdades são relativas, nenhuma é absoluta. “A verdade dos fatos é obtida por meio do pluralismo, um valor universal: todos os envolvidos precisam ser ouvidos e quanto mais pontos de vista alternativos, maior o pluralismo da cobertura” (MOTTA, 2008, p.37).

⁵³ O jornalista Hunter S. Thompson é considerado o pioneiro do jornalismo gonzo, narrativa na qual o repórter se insere no ambiente a ser retratado e, para isso, deixa de lado alguns códigos deontológicos da profissão.

A psicóloga Julia Horta Nasser acompanha as matérias sobre o público em estudo pelo *site G1*, do portal de notícias da *Globo* e acha que as notícias são sempre tendenciosas. Desde 2011, nota a divulgação de notícias sobre a epidemia do crack como justificativa para o recolhimento dessa população. “Você vê aquela coisa sendo construída, para poder construir mesmo o imaginário na sociedade que é isso que tem que ser feito” (informação verbal).

Em relação à mídia e seu campo de atuação, opina enfática: “Eu acho que a mídia a-trapa-lha, por reforçar esse imaginário social de quem é o morador de rua” (informação verbal). Para ela, a imprensa precisa se empenhar em formar uma conscientização para a mudança dessa visão que a sociedade tem sobre a população em situação de rua e, para isso, julga ser necessário, apenas, “contar a história verdadeira” (informação verbal). Para ela, a mídia poderia ajudar pautando temas como os horrores que acontecem no Abrigo de Paciência e as “mães do crack”, que perdem a guarda de seus filhos assim que dão à luz. Se fosse jornalista, falaria sobre as dificuldades de ser mãe e mulher na rua.

A coordenadora do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), Maria Lucia Santos Pereira, gostaria de ver os meios de comunicação cobrando uma contagem da população em situação de rua de todo o Brasil, para, com esses dados, poderem ser criadas novas políticas públicas. “A partir do momento que você não é contado dentro do IBGE, você não é reconhecido como uma pessoa que existe. E aí você não tem políticas públicas voltadas pra esse segmento” (informação verbal). A militante tem esse pensamento motivado por uma fala que ouviu em um congresso:

Uma mulher chegou e disse assim: “Ministra, veja se isso tá certo. A gente nasce, passa por tantas instituições de assistência social, por tantos locais, centro pop, CRAS, e no final da nossa vida, a gente é enterrado como indigente. Onde é que ficou esses nomes, onde é que ficaram esses prontuários, só porque você não é contado pelo IBGE no final da sua vida, você tem o carimbo de indigente” (informação verbal).

Cunha (2008), também se incomodava com os “mortos sem nome” que passaram pela Fazenda Modelo:

Isto é, retiravam-lhe, arbitrariamente, a única e última coisa que ainda possuía. Por motivos legais, até justificáveis, todas as vezes que alguma pessoa morre sem certidão de nascimento ou RG, não é permitido que a

sepultem com o nome com que era conhecida em vida. A maior parte dos moradores não dispunha desses documentos. Por isso, eram enterrados só com referência do sexo (homem ou mulher) e da cor (branca, parda ou negra) (CUNHA, 2008, p.90).

O policial civil Raphael Varotto Ferrari é leitor assíduo do jornal *O Globo*. Ele compartilha da opinião da psicóloga Júlia: as notícias são tendenciosas e apresentam sempre o estereótipo de ter que remover essa população das ruas. Não se recorda de nenhuma notícia que tenha lido especificamente sobre mulheres nessas condições, mas acredita que deveria ser noticiado mais sobre as redes de assistência (embora reconheça que sejam falhas) e sobre o aumento gradativo dessa população: “Às vezes, há um êxodo também. Essa constatação é como morador, não como policial, não. Às vezes eles reprimem em Copacabana, eles correm tudo para cá, no Catete. Eu estou desde pequeno aqui e vejo isso. Aí fica muito cheio de mendigo, menino de rua” (informação verbal). Ele aponta que outra contribuição que a mídia poderia fazer é acompanhar as políticas públicas.

Não tem esse acompanhamento, principalmente falando em relação ao Globo, que é o jornal que eu leio. Por exemplo, não tem um acompanhamento, não tem um controle do que é o orçamentário. Denunciaram que há um acampamento no canteiro central, mas também denunciaram as mazelas no sistema de atendimento? Eu não vi isso (informação verbal).

Se fosse jornalista, uma pauta que gostaria de abordar é a da falência dos órgãos que são criados para tratar desse público.

Selma Maria de Souza Ferreira acompanha as notícias da *Globo News* e da *Band*, na TV; no rádio a *Band News* e, na Internet, o portal de notícias *Globo.com*. Acredita que a cobertura jornalística sobre pessoas em situação de rua é satisfatória. “Eles levam os fatos, mostram os ângulos e você forma sua opinião” (informação verbal). Não se recorda de nenhuma notícia nesses canais especificamente sobre mulheres e se mostra surpresa com a pesquisa: “Inclusive, é a primeira vez que eu vejo alguém se preocupar com esse tema” (informação verbal).

Renata Verônica Côrtes de Lira acompanha as notícias sobre recolhimento de população de rua pela Internet. Ela não gosta do que lê e assume ser desfavorável com a linha editorial dos grandes veículos de imprensa em qualquer matéria relacionada a pessoas em situação de risco. “São relatos com esse caráter punitivo, com esse caráter de exclusão, em geral eu não gosto, eu acho que

eles são muito fascistas, não concordo. Assisto às matérias ou leio as matérias e digo ‘nossa’” (informação verbal).

Nesse caso, segundo a advogada, o papel do jornalista é de suma importância: “Eu acho que a imprensa poderia, primeiro, procurar as pessoas, primeiro, conversar. Bem, talvez não consiga efetivamente conversar com alguém em situação de rua por qualquer motivo, mas eu acho conversar com as pessoas que trabalham efetivamente com o tema, entendeu?” (informação verbal). Ela critica, mesmo reconhecendo o tempo acelerado das rotinas de produção da notícia: “o jornalista, me desculpe dizer, ele sequer vai no Google. Ele quer tudo triturado. Falta trabalho de investigação, de averiguação, de aproximação.” (informação verbal).

Renata já foi entrevistada em função do seu trabalho com população de rua, mas poucas vezes gostou do resultado: “Não gosto porque as palavras são manipuladas...Outro dia disseram que o espaço [carcerário] está propício a criação de monstros! Eu falei: ‘Olha, eu não sou desse tipo e nunca falaria uma coisa dessas. Isso é muito absurdo! Não é nada disso’” (Informação verbal).

Se fosse jornalista, escreveria sobre a possibilidade de se viver na rua: “Demonstrar que existem pessoas que vivem, sim, na rua, que é possível viver na rua a partir do momento em que as pessoas não estigmatizem, não discriminem o modo de viver daquele outro” (informação verbal). Justo *et al* (2013) dividem a mesma opinião de Renata:

É preciso admitir o nomadismo, a itinerância, a errância e demais formas de vida, contrastantes com as normas calcadas no sedentarismo, como formas de vida perfeitamente possíveis, legítimas e igualmente dignas e importantes para a diversificação da existência. Urge pensar os direitos humanos, também como direito ao deslocamento, à livre movimentação e à cadência do ritmo da vida. É mister assegurar, como garantia primordial, a livre circulação por distintos espaços-territórios demarcados no plano geográfico, social, político, econômico e psicológico (JUSTO *et al*, 2013, p.118)

Patricia de Oliveira da Silva acompanha notícias dos jornais *O Dia* e *O Globo*, e, de vez em quando, do *Extra*. Em geral, discorda com a forma como os relatos são narrados, acredita que o jornalista não consegue se colocar no lugar do outro, de quem ele fala.

Carla Beatriz Nunes Maia gosta de ler o jornal *O Dia*, mas não se lembra de nenhuma matéria que tenha focado em mulher em situação de rua. Ela pensa que deveria existir uma imprensa mais independente: “A imprensa generaliza muito e aí as pessoas ficam com a ideia

deturpada em função do que ele vê na mídia” (informação verbal). Sente falta de ver a mídia divulgando as condições dos abrigos para onde essa parcela social é destinada quando é recolhida das ruas. Além disso, julga que quase não há informações de serviços: “o que a mídia poderia fazer seria divulgar tratamentos gratuitos de psicologia, de terapia para que as pessoas, antes de saírem de casa, tentassem uma terapia familiar” (informação verbal).

Clara Rafaela Prazeres Bragança também tem um posicionamento desfavorável: “a mídia informativa, ela tem um espaço muito pequeno, então, a gente fica realmente muito prejudicado por ter uma mídia que só se preocupa com interesses patrimoniais e não com interesses existenciais” (informação verbal). Para ela, os veículos de comunicação não se interessam em divulgar notícias relacionadas à população de rua:

É difícil a gente conseguir que uma ação nossa seja veiculada em jornais ou em televisão e divulgada sem que isso entorte para o lado financeiro. O que dá ibope é mostrar a cara dele [do sujeito] e puxar o pescoço e mostrar bem a cara dele na televisão, isso dá ibope... É fazer novelas que discutam a vida no Leblon. Não dá ibope fazer uma novela falando de uma população de rua, discutindo essa causa, sabe... Então, a gente fica realmente muito chateada com a postura de uma mídia absolutamente interesseira e inoperante e ineficaz. Eu nem te digo assim, que a mídia me atrapalha diretamente, mas ela deixa de me ajudar. E se ela deixa de me ajudar, ela deixa de fazer um bem muito grande (informação verbal).

Laila Oliveira Louzada acompanha notícias sobre pessoas em situação de rua pela televisão e pelos jornais impressos diversos, desde 2004, quando pouco se falava sobre o assunto. “Com a situação do crack, veio à tona muito fortemente e sempre associada à ideia de perigo. Aquele sujeito, morador de rua como vagabundo, perigoso. É essa a imagem que passa, que a ideia é de recolher mesmo, de tirar, de diminuir os riscos para a sociedade” (informação verbal).

Acredita que, na televisão, o conteúdo é mais apelativo. Não se recorda de notícias específicas sobre mulheres. “Eu acho que é sempre tratado de uma forma muito estigmatizada, superficial”. Questionada como isso poderia ser melhorado, ela opina: “Eu acho que primeiro é reconhecer que a rua faz parte dessa sociedade e que ela sempre vai existir. A questão é a gente conseguir lidar com ela de uma forma mais inclusiva, de enxergar como parte do nosso todo e não como algo distante” (informação verbal).

A enfermeira já deu várias entrevistas para diversos veículos de comunicação. A pauta, geralmente, era sobre o crack e a população de rua ou sobre o trabalho do Consultório na rua.

Confessa que não se sentia confortável dando entrevistas: “demorava muito para poder fazer a pessoa entender, vinham com essa expectativa de que é isso que tenho quero falar...” (informação verbal). Muitas vezes, precisava omitir informações para garantir a sua permanência no emprego:

Sobre a prefeitura, por exemplo, então, isso direcionava muito, eu não podia falar mal explicitamente do Abrigo de Paciência, mesmo a gente sabendo a violência que é, falava na necessidade de se construir abrigos. Isso era um problema do município, mas não dava pra explicitar as ações de recolhimento de uma forma muito aberta, mas, pelo jornalista, ele queria eu falasse abertamente, escrachasse a prefeitura, mas por ser da prefeitura eu não podia falar disso (informação verbal).

Além de não se sentir confortável nas entrevistas, não gostava de como foram construídas as notícias, depois que lia. “Porque eles nunca conseguiam entender do que se tratava, eles entrevistavam outras pessoas que respondiam o que eles estavam esperando e, aí, o que saía era aquilo” (informação verbal). Se pudesse dar um conselho para esses jornalistas que fizeram as matérias, seria para o jornalista estudar melhor o assunto antes de publicar ou ter o mínimo de contato com a temática, apesar da urgência de publicação. Mudando a formas de abordagem, Laila pensa que a mídia pode ajudar a mostrar esse público como não sendo “alienígenas” de nossa sociedade:

Primeiro, não respondendo a essa coisa da internação, do recolhimento compulsório, não sustentando ainda mais a violação dos direitos e não tratando a população de rua como marginais. Se conseguissem mostrar, por exemplo, que não é um público homogêneo, falar que é super heterogêneo, que tem várias situações, são situações singulares. Se a gente conseguir construir políticas e se conseguissem falar mais das pessoas e não do estereótipo... Não tirar uma foto da Cracolândia e filosofar em cima daquilo... Aquilo ali só da ibope, não produz nada sabe, fazer link com o que está se produzindo, o porquê de estudos, trazer a academia pra ter esse tipo de matéria... Eu acho que problematizar mais do que necessariamente chocar as pessoas, porque chocar por chocar não produz nada nas pessoas, você consegue estigmatizar e chocar mais (informação verbal).

Sebastian Conceição acompanha as notícias em jornal, televisão e rádio. Repreende a divulgação constante de que o maior motivo para as pessoas estarem nas ruas é o uso abusivo de drogas: “Às vezes é violência que a pessoa sofre na casa dela, muitas das vezes é o tráfico de drogas

no local que não quer mais que a pessoa fique naquele local. Então, não é só o uso de drogas que leva o pessoal pra rua, são outros motivos também” (informação verbal). Além disso, alega que a população de rua não tem voz na mídia. Para isso, precisa aparecer de formas alternativas:

A gente vai ter agora no final do mês o bloco Pé na Rua, que é um bloco composto por moradores de rua, que é um bloco que grita a causa na rua, né? Vai desfilar na Lapa, da Cruz Vermelha até a Catedral. O morador de rua, ele compõe samba, ele pega no pandeiro, ele samba. O morador de rua é rainha de bateria, então, tudo eles fazem nesse bloco e esse bloco vai gritar a voz deles, uma voz que muitas das vezes é abafada é esquecida (informação verbal).

Se pudesse idealizar uma matéria jornalística, seria assim:

Eu divulgaria a matéria quealaria que essa população deixou de ser invisível, entendeu? Por que a população de rua hoje é uma população que é invisível. A sociedade passa por elas, as vê na rua suja, maltrapilhas, doentes e não faz nada. Eu queria divulgar uma matéria que falasse que a sociedade olhasse pra essas pessoas enquanto pessoas cidadãs, não enquanto pessoas invisíveis. Eu gostaria que elas tivessem mais visibilidade na sociedade, que elas fossem vistas como cidadãs com direitos e deveres também e que as pessoas as respeitassem como cidadãs e tivessem liberdade de ir e vir pra onde elas quisessem, entendeu? Eu gostaria que isso fosse divulgado, isso tem que acontecer na teoria, mas também na prática, e isso não acontece (informação verbal).

Virgínia Lima dos Santos Levy acompanha as notícias por Internet (*GI*) e televisão. Relatou que assistiu a uma série sobre o crack do programa *Profissão Repórter*, da *Rede Globo*, que é dirigido pelo jornalista Caco Barcelos e desaprovou alguns episódios.

(...) ele [Caco Barcelos] fez oito programas dizendo que era muito bom internar e o nono dizendo que não era. Depois, por exemplo, você é um menino que está na rua, imagina a quantidade de coisas que você já viveu nessa rua, de violência, de tudo. Alguém vai lá, te pega e te joga numa van, te joga num lugar trancado, você não vai gritar? Você não vai esperar? Aí ele vira e fala: "olha o que o crack faz com a pessoa"! Não é o crack! Se eu fosse levada assim, eu também ia gritar, também ia esperar (informação verbal).

Durante a gravação do programa, a psicóloga conta que um de seus pacientes foi abordado na Cracolândia da Avenida Brasil pela equipe do *Profissão Repórter*. “E ele falou: quem disse que eu

uso crack só porque eu estou aqui?". E isso não foi ao ar, ele chegou aqui contando" (informação verbal). Segundo Virgínia, nas mãos de um bom repórter, essa fala tinha virado matéria: "O rapaz trouxe uma coisa super nova. Um bom profissional poderia ter olhado o que ele falou e dizer: 'opa, tem um negócio aqui diferente que eu não planejei, mas pode ter muita informação aqui que a gente nem imaginava'" (informação verbal).

Apesar de desconhecer como funciona o processo de produção da notícia, a psicóloga deduz: "a minha impressão é que eles saem com um roteiro e aí eles buscam o que se encaixa naquela pauta. Talvez se eles tivessem só um tema e fossem recolher o que eles encontram do tema e, depois, montar com o que eles recolheram, talvez fosse mais rico" (informação verbal).

Em sua opinião, o que a mídia veicula sobre população em situação de rua no Brasil atrapalha o seu trabalho como psicóloga: "Se dizem 'tem que internar todo mundo', uma pessoa que não quer ser internada, mas quer fazer tratamento, pode desistir de procurar tratamento" (informação verbal).

Márcio Santos Tavela Ramos é leitor do jornal *O Globo* e telespectador da *Globo News*, mas prefere acompanhar *blogs* da Internet. "Blogs me parecem mais justos do que a grande mídia, sabe? Parecem-me mais cuidadosos, porque dá a impressão que a grande mídia, às vezes, escreve de uma forma preconceituosa mesmo, forçando mesmo um estereótipo, sabe?" (informação verbal). Questionado sobre a última notícia que viu relacionada à mulher em situação de rua, ele se surpreende por nunca ter visto nada específico:

Aí é que está, é uma coisa incrível, quando você falou dessa tese, eu pensei "caraca!", eu acho que eu não tinha parado para pensar nisso, sabe? É o invisível do invisível. Essa invisibilidade estava em mim, nem eu tinha olhado para isso, porque é uma questão de exclusão social, mas também é uma questão de gênero, né? E aí fica duplamente invisível, duplamente violento (informação verbal).

O psicólogo conta que seus pacientes têm contato com a mídia e que têm preferência pela mídia popular, sobretudo o programa *Wagner Montes*. "Às vezes eles querem protestar uma coisa e dizem: 'então, vamos levar para o Wagner Montes'" (informação verbal). Em relação ao que a mídia poderia fazer de diferente do que faz, ele propõe:

Acho que a mídia reflete um olhar preconceituoso para com um grupo heterogêneo, um grupo complexo de pessoas que estão nessa situação de rua. Mas a mídia precisa ser chamada à ética, precisa ser chamada ao olhar mais complexo, um olhar mais crítico, menos sensacionalista. Existe uma Política Pública Nacional para pessoa em situação de rua, e como é que uma Política Nacional não se implementa no município? A mídia poderia apontar essas incongruências (informação verbal).

Rogério Pacheco Alves passou a ter um olhar mais atento às notícias relacionadas à população de rua a partir de 2009. Assinante do jornal *O Globo*, também acompanha o *clipping* do *Dia*, do *Extra* e da *Folha de São Paulo*, que são os principais jornais que lançam notícias do Ministério Público. Em sua perspectiva: “A população de rua é um problema relatado sobre a ótica urbanística, de limpeza e de higienização, sob a ótica estética. Todas as matérias que falam sobre degradação de espaço público da cidade fazem menção, de alguma forma, a moradores de rua” (informação verbal). Segundo ele, é sempre o mais do mesmo: degradação dos espaços públicos, presença de população de rua, prática de crime, necessidade de solução da questão sob o viés criminal.

Especificamente sobre o que o jornal *O Globo* divulga, o promotor verifica que, no Rio de Janeiro, há um projeto de preparação da cidade para os grandes eventos, o que demanda reformas na rede de transporte, saúde, hoteleira, nos estádios.

Há um compromisso do governo federal, do Estado, do município para a preparação da cidade para esses grandes eventos. Quer dizer, há uma parte da imprensa do Rio de Janeiro que apoia esse projeto de reestruturação da cidade. Até aí, ok, não há problema algum se a gente pensar na perspectiva de que isso será bom para a cidade e para a população. O que eu tenho percebido é que esse apoio de parte da imprensa a esse projeto por uma nova cidade do Rio de Janeiro, é um apoio que vem sendo feito de forma um tanto quanto acrítica. Um apoio a qualquer custo. Para que tenhamos uma cidade pronta para os grandes jogos, nós fechamos os olhos para graves violações dos direitos humanos. O que acontece com as remoções, ao meu ver, claramente, muita das arbitrariedades cometidas pelas remoções de pessoas não foram noticiadas pelos grandes jornais. Isso acontece claramente no que diz respeito à população em situação de rua. Os jornais não têm um enfoque na violência que essas pessoas sofrem, na situação dos abrigos precários. As matérias são sempre relacionadas à necessidade de retirada dessas pessoas, mas sem um debate crítico e mais aprofundado sobre as demais políticas de saúde, educação, trabalho, renda, etc (informação verbal).

O promotor indigna-se com essas associações e suposições infundadas e exemplifica citando o assassinato de um jovem que foi esfaqueado no bairro da Lapa. “O que me chamou a atenção, logo de cara, as suspeitas genéricas recaíram sobre moradores de rua da Lapa, usuários de crack”. Tempos depois, descobriu-se que era um homem que tinha passagem pela polícia, que havia violado a condicional, quebrado a tornozeleira eletrônica e estava numa situação de irregularidade perante a justiça. “Não há sequer uma seriedade. Depois que houve esclarecimento, não houve uma matéria dizendo que na verdade ele não era morador de rua nem usuário de crack. Ele era um foragido da justiça que estava transitando pela Lapa, como muitos fazem⁵⁴” (informação verbal).

Rogério, em função de seu trabalho na promotoria, já foi entrevistado diversas vezes e pondera:

O que me parece que entre o que eu gostaria de ver publicado e aquilo que é publicado há uma assimetria natural. (...) O que eu acho é que, de um modo geral, alguns temas eles não conseguem dar conta deles de uma forma muito resumida. Eu sei que é uma exigência da profissão, de concisão. Um assunto dessa magnitude, dessa complexidade acaba sendo tratado de uma forma muito resumida, mas eu entendo que deva ser assim (informação verbal).

Para ele, a imprensa deveria olhar mais de perto se as políticas públicas funcionam ou não para esse segmento, “por exemplo, indo aos abrigos da prefeitura, investigando se há ou não políticas de trabalho e renda, de saúde, acompanhando, por exemplo, o trabalho que os profissionais da área de saúde fazem nos Consultórios de Rua, um trabalho magnífico, mas que não dá conta” (informação verbal). Mas também compreende as dificuldades de acesso, citando, inclusive, que uma jornalista da *Folha de São Paulo* foi impedida de entrar em um abrigo para fazer uma reportagem. O promotor revela que atendeu um caso, que, a seu ver, merecia destaque da grande imprensa, porém, nada foi divulgado. Ele narra com detalhes o ocorrido:

Eu, em 2011, eu recebi, numa segunda-feira, o telefonema de um assistente social da prefeitura dizendo que, na madrugada anterior, cinco

⁵⁴ O jovem Conrado foi morto com uma facada no peito no dia 1º de dezembro, durante uma tentativa de assalto na Lapa. O assassino já havia sido preso por roubo anteriormente e cumpria pena em regime semiaberto, mas conseguiu se livrar da tornozeleira que monitorava seus movimentos. Disponível em: < <http://extra.globo.com/casos-de-policia/suspeito-de-matar-estudante-na-lapa-presos-no-centro-nao-querem-olhar-para-ele-meu-filho-nao-vai-voltar-diz-pai-11174153.html#ixzz3pixohKNZ> >. Acesso em: 26 out.2015.

moradores de rua tinham sido arremessados no viaduto da Avenida Brasil. Eles foram recolhidos no centro da cidade, colocados numa van e no meio do caminho, eles foram arremessados nesse viaduto. Eles foram procurar esse assistente social e, aí, o assistente queria trazê-los aqui. Aí eu comecei a colher os depoimentos... eles com mancha de sangue, de esgoto, porque eles foram jogados desse viaduto e caíram dentro de um valão. Eles pediram socorro, começaram a gritar, tem um condomínio de classe média baixa próximo ao local, um morador viu e chamou o SAMU. Um, inclusive, teve que ficar internado vários dias no hospital. Colhendo o depoimento perguntei nome, nome da mãe, tem alguma profissão? O primeiro falou: artesão. O segundo: padeiro. O terceiro: pedreiro. E aí a partir do terceiro eu mudei a pergunta, eu percebi que minha perguntava estava inadequada, eu tinha que perguntar direito qual era a profissão. Todos eles me apontaram uma profissão. Então, não há dúvidas de que é possível retirar essas pessoas das ruas através do trabalho, mas essa política é negligenciada pela prefeitura (informação verbal).

Sílvia Medeiros França gosta de rádio (*CBN* e *Band News*) e televisão (*Rede Globo* e *Rede Record*). Sobre o que ouve ou vê, ela concorda com a forma com que o assunto é tratado: “É postura muito pessoal do repórter, eu acho que ele influencia um pouco, apesar de eles saberem que eles não podem dar muito a sua opinião pessoal, mas a gente que tem um pouco de experiência, você nota um pouquinho embutindo aquela coisa deles entendeu?” (informação verbal). Em relação aos pacientes que atende no CAPS, diz que eles não se interessam pela mídia, “e aqui a gente não deixa muito a televisão ligada porque a televisão também traz discórdias, bate-boca, então, a televisão fica muito pouco ligada. E eles não têm muito acesso a televisão, né?” (informação verbal). Se fosse repórter por um dia, faria uma matéria contando as histórias de vida das mulheres desde a infância até o dia em que “caíram” em situação de rua.

Jociane de Souza da Silva assiste com frequência ao *Jornal Nacional*, mas também acompanha, há dez anos, as notícias sobre população de rua pela Internet e por jornais impressos. Critica que a grande mídia não se preocupa em mostrar por que existe uma grande quantidade de populares de rua na zona sul, sobretudo em Copacabana e Ipanema. “Ela simplesmente fala, está ali como se a população de rua estivesse só atrapalhando, né?” (informação verbal). Apesar disso, reconhece que só o fato de a mídia mostrar alguma coisa sobre essas pessoas, já é uma grande vantagem: “mesmo que ela não explique da forma que ela deveria, pelo menos ela está mostrando, né?” (informação verbal).

A assistente social ajudou na coleta de dados sobre o Censo da População de Rua 2013 e disse que alguns veículos de comunicação acompanharam esse trabalho, apesar disso, não mostraram o porquê da realização daquele levantamento quantitativo de pessoas nos diversos bairros do município. Além disso, estranhou a falta de interesse dos jornalistas em saber quem eram os que estavam sendo contados: “no censo em que eles me acompanharam, não vi se eles tiveram escuta. Um relacionamento legal não seria saber quem são aquelas pessoas? Que elas pudessem se expressar em algum momento?” (informação verbal).

Frazão (2010) já havia observado esse ofuscamento, a invisibilidade do sujeito sem-teto no discurso jornalístico brasileiro. Ela revela que várias matérias sobre esse público apresentam informes, estatísticas, análises e entrevistas com especialistas, mas não há ou há muito pouca presença de voz do desabrigado. Cremilda Medina nos dá uma explicação maior para isso:

Se o acontecimento social do momento define o discurso da atualidade que se veicula no jornalismo, as fórmulas como se expressam os significados do presente noticiário quase sempre ocultam a cena cotidiana e anônima da gente miúda - cidadãos, subcidadãos e deserdados. O cotidiano na atualidade está, no jornalismo como em outras esferas de conhecimento, aprisionado em paradigmas de crise (MEDINA, 2003, p.92).

Jociane não se lembrava de notícias específicas sobre mulheres em situação de rua, mas se pudesse fazer uma, seria sobre o potencial dessas mulheres. “Eu acho que tem que mostrar o lado positivo dessa população, né? Essas pessoas não são restos, elas têm uma vida, um potencial, elas precisam de um investimento. Precisam de investimento de políticas públicas, de calor humano, de conscientização do povo” (informação verbal).

Emília Mendonça de Castro acompanha notícias televisivas da *Rede Globo* e da *Rede Record*. Em sua opinião, a *Globo* esconde a “verdade”. “Uma coisa é você notar no jornalismo o que eles falam, outra coisa é você vivenciar na prática” (informação verbal). Para ela, a mídia poderia colocar em pauta como o sistema e as políticas públicas são lentos para atender essa população.

Marcelo Antônio da Cunha, desde 1999, acompanha, na TV, as notícias que saem sobre população em situação de rua. Para ele, quando se mostram mulheres nessas condições, as notícias são sempre mais impactantes.

Eu me lembro de uma matéria que falava de uma mulher viciada em crack e que ela estava com um bebê pequeno amamentando. É como se a função sublime de ser mãe se sobrepuhasse, de algum modo, ao vício. A matéria chamava a atenção à função feminina: ser mãe, estar com um bebê pequeno e estar fumando, sabe? Como se, ao estar nessa função, ela não pudesse ou não devesse estar fazendo isso (informação verbal).

O médico, em geral, discorda com a forma com que a mídia trata o assunto sobre população de rua:

Acho que ela é marginalizadora, ela aumenta o estigma, aumenta o preconceito e culpabiliza a vítima. E privilegia a ação inadequada e indevida do poder público, as políticas de pacificação das favelas, as operações do Choque de Ordem. E, na verdade, é o que a população quer. É como se a mídia criasse esse preconceito e, depois, justificasse a ação. Eu digo que é “pau na colmeia”. Imagine aquele monte de abelhas. Então, você vai e bate na colmeia com um pau, as abelhas vão sair daqui e vão para outro lugar, você não vai resolver o problema. Então, essas ações são muito pau na colmeia. Não resolvem o problema, elas só limpam a área, mas esse problema vai se deslocar para outro lugar (informação verbal).

Marcelo, quando era diretor da Fazenda Modelo, já foi entrevistado em várias situações e sempre o fazia com muita cautela: “É...o jornalista de um buraquinho, faz um buracão, né? Eu sempre fui muito honesto na minha fala. Nunca fiquei escondendo ou omitindo as coisas, mas eu tinha um cuidado para saber qual era a intenção, porque a gente tinha um preconceito com o jornalista pelo fato de ele tornar das minhas palavras, outras” (informação verbal). O psiquiatra presume por que a mídia não utiliza o potencial que tem para auxiliar na mudança de imagem da população em situação de rua:

Por que não mostram os talentos das pessoas? Por que não mostram as qualidades das pessoas de rua? E mostra só aquele que matou. Tem uma coisa que eu sempre digo para os meus alunos na universidade: todo dia, pessoas saudáveis matam aos montes, mas no dia que um esquizofrênico mata uma pessoa em Copacabana, isso é notícia para a mídia inteira, o que gera um pânico das pessoas com medo dos loucos. A imprensa não mostra os outros gestos esquizofrênicos, quando eles são carinhosos e cuidadosos com os outros, sabe? Só mostram as falhas. Então a imprensa tem essa coisa que focar nos 10% dos aspectos negativos e esquece dos outros 90% de aspectos positivos (informação verbal).

Suzy Monteiro Quintella, desde 2000, acompanha pela TV as notícias que são divulgadas sobre população de rua. Ela acha que a mídia “poderia fazer alguma coisa para que a sociedade não tenha tanto medo ou tanta dó, porque realmente fica parecendo que é um lixo que o poder público tem que tirar da rua para não incomodar os cidadãos que pagam impostos, né?”(informação verbal). Para a sociedade se envolver mais, o jornalismo tem que cumprir seu papel: “fiscalizar, denunciar, lembrar, não deixar as coisas passarem despercebidas. Fazer só o que tem que fazer mesmo já cumpriria bastante” (informação verbal).

Após verificarmos o posicionamento das mulheres adultas em situação de rua e dos profissionais em relação ao que se noticia nos meios de comunicação sobre quem não tem onde morar, verificamos que apenas três abrigadas são contra o que vêem nos jornais ou na TV, conforme algumas falas: “só mostra o lado ruim da população de rua”/ “o jornalismo quer sensacionalismo né? E só passa aquilo, mas não é feito nada”/ “Do jeito que a pessoa coloca a informação, não é bom”.

Algumas mulheres concordam com as notícias, com restrições, a exemplo das que declararam: “realmente parece com aquilo que a pessoa está passando/ Mas, eu noto que a pessoa mostrada não é bem como a pessoa gostaria de se ver”; “Não, eu não cobro isso em geral dos meios de comunicação, não. Mais uma vez eu bato na tecla do governo/ Eu nunca vi e nem li nada disso sobre esse abrigo”; “Acho que isso deveria ser pesquisado, mais mostrado a verdade que acontece”. A maioria concorda com a forma com que as notícias são apresentadas, e opina que os jornalistas não podem fazer nada por elas, que a culpa de suas condições sociais é do governo. Os discursos que ilustram essa troca de responsabilidade são: “Quem tem que cair na consciência, é os político e quem manda no País, né?”; “Quem poderia fazer mesmo é os deputado né, a presidente, eles lá os superior de Brasília”.

Por outro lado, de todos os entrevistados profissionais, apenas duas mulheres concordaram com a forma e com o conteúdo divulgados na mídia sobre a população em situação de rua. Foram elas que mencionaram: “Eles levam os fatos, mostram os ângulos e você forma sua opinião”. A maioria discorda e critica, avaliando que a imprensa causa um desserviço ao seu trabalho. Entretanto, se a ideia inicial era a de captar o posicionamento de todos eles sobre as notícias relacionadas especificamente sobre as mulheres adultas em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro, isso não foi possível, pois a maior parte sequer se lembrava de relatos jornalísticos que envolviam essas personagens.

A pouca visibilidade da mulher, de diversas situações, nas mensagens veiculadas pelos meios de comunicação foi assunto tratado no artigo *La visibilidad de la mujer en el siglo XXI*, de Victoria Camps (2012). Segundo a autora, na Espanha, a presença da mulher (em situação de rua ou não) como fontes nos telejornais não passa de 20%. Neste mesmo país, quando necessitam de especialistas ou representantes de partido político, 80% dos convidados a falar são homens. O dado mais excludente aparece na editoria de esporte: apenas 1% das notícias se refere a esportes femininos.

Por outro lado, as falas dos entrevistados nos indicam os pontos que eles reprovam da mídia brasileira. Por estarem em contato direto com esse público vulnerável, classificam que a mídia não apresenta aos leitores ou telespectadores de notícia a verdade dos fatos, por falta de escutar todos os lados da história. (“Quando eles já chegam dando um diagnóstico fechado, eu já não gosto”; “Acho que aí atrapalha porque, às vezes, dá só uma visão da história”; “Não gosto porque as palavras são manipuladas”; “Uma coisa é você notar no jornalismo que eles falam, outra coisa é você vivenciar na prática”; “Eles entrevistavam outras pessoas que respondiam o que eles estavam esperando e aí o que saía era aquilo”).

Nesse sentido, algumas declarações dão peso à (falta de) competência do repórter ou preguiça de apuração dos fatos, indicando que os a maioria dos profissionais da imprensa não conhece o assunto suficientemente para publicar algo (“Um bom profissional poderia ter olhado o que ele falou e dizer: ‘opa, tem um negócio aqui diferente’”; “a imprensa poderia, primeiro, procurar as pessoas, primeiro, conversar”; “a minha impressão é que eles saem com um roteiro e aí eles buscam o que se encaixa naquela pauta”; “Não há sequer uma seriedade”).

Algumas asserções apontam que os meios de comunicação estão aliados ao poder público na formação de opinião pública sobre o assunto. (“As matérias são sempre relacionadas à necessidade de retirada dessas pessoas”; “O que eu tenho percebido é esse apoio de parte da imprensa a esse projeto por uma nova cidade do Rio de Janeiro”; “Você vê aquela coisa sendo construída, para poder construir mesmo o imaginário na sociedade que é isso que tem que ser feito”). Os entrevistados, ao mesmo tempo em que acham importante divulgar notícias sobre as pessoas em situação de rua, mesmo não sendo da maneira mais adequada, sentem-se incomodados ao verem essas notícias, notas e reportagens somente com viés criminoso.

Publicar notícias sem problematizá-las apareceu como um grande incômodo nas declarações dos entrevistados. (“A imprensa generaliza muito e aí as pessoas ficam com a ideia

deturpada em função do que ele vê na mídia”; “Mas a mídia precisa ser chamada à ética, precisa ser chamada ao olhar mais complexo, um olhar mais crítico, menos sensacionalista”; “Acho que ela é marginalizadora, ela aumenta o estigma, aumenta o preconceito e culpabiliza a vítima”).

Algumas pessoas declaram que desconheciam as exigências da produção das notícias, outras, porém, compreendiam por que muitos relatos eram rasos (“Eu sei que é uma exigência da profissão, de concisão. Um assunto dessa magnitude, dessa complexidade acaba sendo tratado de uma forma muito resumida”). No entanto, para Medina (2003), é preciso superar a superficialidade das situações, ouvir além das fontes oficiais e romper com as rotinas industriais de produzir notícias: “Torna-se necessário mergulhar no protagonismo anônimo. Da objetividade esquemática e burocrática de uma notícia à complexa e surpreendente subjetividade dos que vivem aqueles conhecimentos” (MEDINA, 2003, p.93).

Em consonância com tantos depoimentos de pessoas que atuam em áreas diferentes das de Comunicação e Jornalismo, a pesquisadora Fürsich (2016) afirma que a repetitividade da mídia parece reforçar a longevidade de representações estereotipadas, conquanto, explica que existem algumas estratégias que podem colaborar para uma possível mudança representacional de grupos minoritários. O primeiro passo é contratar uma força de trabalho mais diversificada na produção de conteúdos midiáticos. Ademais, o ensino sobre a diversidade nos cursos de Jornalismo e de Comunicação é fundamental para mudanças nas rotinas e nas práticas jornalistas. Fürsich (2016) também aconselha aos jornalistas contextualizar as coberturas tanto quanto possível e/ou apresentar o contra-estereótipo: “(...) aproveitar uma minoria anteriormente estereotipada e criar um conteúdo midiático que mostre essa minoria de uma forma positiva” (FÜRSICH, 2016, p.57).

Apesar dos descontentamentos dos entrevistados com o conteúdo divulgado na grande mídia sobre população de rua, temos que mencionar que há alguns jornalistas brasileiros mais sensíveis, que tratam a temática de forma mais cuidadosa, respeitosa e humanizada. Eliane Brum, por exemplo, não se coloca como civilizada em contraposição ao outro. Em vez disso, ressalta as diferenças de um país marcado historicamente pela desigualdade social. A jornalista vê nas pessoas que encontra dormindo nas ruas a inspiração para muitas de suas reportagens.

Outro profissional que demonstra postura cuidadosa com pessoas em situação de rua é Alberto Gaspar, da *Rede Globo*. Na edição do dia 10 de maio de 2013 do *Globo Repórter*, sobre a vida dos desabrigados, o jornalista contou a história de “Toninha”, uma senhora com

“anomalias psíquicas” que vagava pelas ruas da cidade de São Paulo há quatro décadas. A mulher foi tratada de forma respeitosa durante toda a narrativa, apesar do comportamento agressivo diante das câmeras e de não ter estabelecido um diálogo consciente com o jornalista. Gaspar, deixando-se “escapar” propositalmente da imparcialidade jornalística, deu um tom afetuoso à reportagem quando contou que conhecia a personagem lendária há bastante tempo e, sempre que a via, pagava-lhe um café: “Calma, Toninha, calma. Sou amigo seu. Te conheço. Tudo bem com você? (...) Tá tudo bem? Prazer em te ver, Toninha”, essa foi a forma com que o encerrou a narrativa, acenando-lhe a mão.

Mas, a fim de comprovar se o contentamento ou descontentamento dos entrevistados têm fundamento, interessa-nos agora visualizar algumas matérias divulgadas nos jornais *online O Globo* e *Extra* que envolvem assuntos sobre a população em situação de rua.

5.2 O QUE DIZEM OS JORNAIS?

Um levantamento aleatório de notícias que se referem à população de rua nos jornais *Extra* e *O Globo* nos revelou que existe uma nítida associação entre morar na rua e ser usuário de crack. A nota do jornal *O Globo* “Ordem Pública apreende 36 pedras de crack no Aterro do Flamengo” aponta que “de acordo com a polícia, a droga era utilizada por moradores de rua, que deixaram o local após a chegada da equipe de fiscalização”⁵⁵.

Figura 10 - Nota do jornal *online O Globo*
Fonte: Jornal O Globo | Notícias Online

⁵⁵ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ordem-publica-apreende-36-pedras-de-crack-no-aterro-do-flamengo-13096815>>. Acesso em: 27 set. 2015.

Ora, se as pessoas deixaram o local, como os policiais sabiam que elas moravam nas ruas? Afirmaram isso apenas com base na aparência física? Será que não residissem em casas e estavam ali apenas consumindo a droga? Uma pesquisa realizada na rede estadual de acolhimento no Rio de Janeiro mostrou que quase 80% dos usuários dependentes químicos de crack tinham casa e família⁵⁶, entretanto, ficou evidente neste registro jornalístico a associação entre consumo de drogas e os desabrigados. Mesmo um leitor mais atento, dificilmente poderia questionar a veracidade desta informação, pois tal estereótipo já está bastante arraigado na nossa cultura.

Outra característica mapeada é a associação entre viver nas ruas e praticar crimes, como mostra já o primeiro parágrafo desta notícia:

A região da Lapa e Avenida Chile, no Centro do Rio, voltou a ser tomada por moradores de rua e usuários de drogas na manhã desta terça-feira, mesmo após uma operação da prefeitura ter recolhido 53 dependentes químicos durante a madrugada. Durante a ação, 42 adultos e 11 menores foram encaminhados para a 5ª DP. No entanto, somente dois usuários ficaram presos, pois contra eles havia mandados de prisão⁵⁷.

Na última frase, a matéria evidencia até mesmo um sentimento de inconformidade por apenas dois envolvidos terem sido presos. Mais adiante, no mesmo texto, o repórter conduz o leitor a pensar que aquelas pessoas, possivelmente, cometiam assaltos:

Na manhã desta terça-feira, era possível ver grupos de pessoas em situação de rua na Lapa, ao lado da Escola de Música da UFRJ e na Rua Taylor, onde um deles mexia num smartphone. Na escadaria da Rua Visconde de Paranaguá, por onde, segundo relatos, bandidos costumam fugir após praticar assaltos em Santa Teresa, havia um pequeno acampamento de moradores de rua. Entretanto, a equipe de reportagem do Globo não flagrou nenhuma pessoa consumindo drogas no local⁵⁸.

Novamente o parágrafo é fechado externando um sentimento de descontentamento, desta vez, por não ter sido registrado um flagrante de uso de drogas entre os noticiados. O título dessa

⁵⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/pesquisa-diz-que-79-dos-usuarios-de-crack-do-rj-nao-moram-nas-ruas.html>>. Acesso em: 13 out. 2015.

⁵⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/apos-operacao-lapa-volta-ser-tomada-por-moradores-de-rua-10950167#ixzz3gUV4tcCJ>>. Acesso em: 27 set. 2015.

⁵⁸ Idem nota anterior.

outra reportagem do jornal *Extra* é autoexplicativo: “População de rua e aumento de 123% nos assaltos a pedestres preocupa bairro Peixoto”⁵⁹.

Figura 11 - Título da reportagem
Fonte: *Extra Online*

Algumas notícias, conforme o depoimento de um dos entrevistados, vinculam a degradação dos espaços públicos com a existência de pessoas dormindo nesses locais e consumindo drogas:

Figura 12 - População de rua mostrada como degradação urbana
Fonte: *Jornal O Globo* | Notícias Online

⁵⁹Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/rio/populacao-de-rua-aumento-de-123-nos-assaltos-pedestres-preocupa-no-bairro-peixoto-13899739.html>>. Acesso em: 27 set.2015.

O início da matéria já denota o preconceito: “A Praça Virgílio de Melo Franco, no Centro do Rio, está abandonada. Sem conservação, o local passou a ser ponto de parada de moradores de rua e usuários de crack, segundo o leitor Leno Oliveira⁶⁰”. Importante mencionar que as fontes ouvidas para a reportagem foram: um leitor, a Comlurb (empresa de limpeza urbana) e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nenhum representante de Fórum, ONG ou movimento social da população em situação de rua teve “voz” nessa notícia.

Outro ponto que merece destaque é a ideia de ter que recolher e levar quem vive nas ruas para abrigos municipais. De 2010 a 2015, notas com conteúdos similares sobre essa prática foram exaustivamente publicadas: “Choque de Ordem na Zona Sul acolhe 50 moradores de rua na madrugada⁶¹” (26/05/2010); “Choque de Ordem retira 109 moradores de rua na Zona Sul⁶²” (23/06/2010); “Operação Choque de Ordem recolhe moradores de rua na Central do Brasil⁶³” (04/11/2010); “Choque de Ordem apreende mercadorias e recolhe moradores de rua na Glória⁶⁴” (29/08/2010). Nenhuma delas tratou sobre as condições dos abrigos para os quais os sem-teto foram “acolhidos” ou “recolhidos”.

As notícias específicas sobre mulheres em situação de rua, basicamente, estão restritas a assuntos que envolvem algum tipo de violência, a exemplo desta, de 2007, divulgada no jornal *Extra online*⁶⁵.

⁶⁰Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/eu-reporter/praca-no-centro-do-rio-esta-suja-ocupada-por-moradores-de-rua-12129250#ixzz3gUTvd5m7>>. Acesso em: 27 set. 2015.

⁶¹Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-na-zona-sul-acolhe-50-moradores-de-rua-na-madrugada-3003106#ixzz3hzjIxYGH>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁶²Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-retira-109-moradores-de-rua-na-zona-sul-2989914#ixzz3hzjMECuF>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁶³Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/operacao-choque-de-ordem-recolhe-moradores-de-rua-na-central-do-brasil-2930652#ixzz3hzjQ1NdL>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁶⁴Disponível em:< <http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-apreende-mercadorias-recolhe-moradores-de-rua-na-gloria-2959459#ixzz3hzjYnW5V>>. Acesso em: 9 ago. 2015.

⁶⁵Disponível em:< <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradora-de-rua-atingida-por-tiro-em-copacabana-666978.html>>. Acesso em: 26 out. 2015.

Moradora de rua é atingida por tiro em Copacabana

Cláudio Motta - O Globo

Tamanho do texto A A A

RIO - Uma moradora de rua foi atingida por um tiro na perna esquerda ao abordar um motorista na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, há cerca de uma hora. Alessandra Aparecida, de 22 anos, contou à polícia que foi atingida ao se aproximar de um carro na esquina com a Rua Figueiredo de Magalhães. Segundo ela, o motorista ficou com medo achando que era um assalto e reagiu atirando, fugindo em seguida. Ela não soube identificar o carro e nem o autor do disparo. Alessandra foi levada para o Hospital Miguel Couto. O caso foi registrado na 12ª DP (Copacabana).

Figura 13 - Notícia sobre mulher baleada em Copacabana
Fonte: Extra Online

Importante destacar que antes de sabermos que a vítima é Alessandra Aparecida, ela é denominada moradora de rua, como se a condição fosse um “cargo” que devesse anteceder o nome. Sublinhamos, também, que a mulher foi atingida por um tiro porque o motorista ficou com medo achando que era um assalto, e nenhum texto foi adicionado em seguida, como se já fosse natural que uma pessoa com “aparência de rua” fosse cometer um delito.

Esta outra, de 2008, também do *Extra online*, segue os mesmos padrões: condição social antes do nome próprio, com destaque para a menção que a mulher era portadora do vírus HIV, como possível justificativa de sua morte. Não foi informado, no entanto, se a família dela foi informada, nem se ela foi enterrada como Maria Aparecida da Silva ou como indigente.

04/11/08 17:10 ↻ 14/12/10 17:39 Curtir 0 Tweetar 0 G+1 0

Moradora de rua morre no Centro

Ediane Merola

Tamanho do texto A A A

RIO - A moradora de rua Maria Aparecida da Silva, de 40 anos, morreu nesta terça-feira na Rua Senador Dantas, em frente ao número 45. Segundo outras pessoas que vivem na região, ela seria portadora do vírus HIV e estava com a saúde bastante debilitada. Pela manhã, uma ambulância dos bombeiros foi chamada para prestar socorro, mas Maria Aparecida teria se recusado a ir ao hospital. No início da tarde ela morreu. Às 17h seu corpo ainda estava na rua, à espera da perícia. O caso está sendo registrado na 5 DP (Gomes Freixo).

Figura 14 - Notícia sobre a morte de uma mulher
Fonte: *Extra Online*

Em 2009, o mesmo jornal divulgou a notícia “Moradora de rua estaria agredindo pedestres em Copacabana com seringa” sobre uma adolescente que “atacou” uma professora de 25 anos com uma seringa. Destacamos o depoimento da mulher, que estranhou não ter sido assaltada e julgou a condição social dos envolvidos pela aparência:

- Ela estava na calçada junto com outros dois meninos. Todos tinham aparência de moradores de rua. Quando passei, ela enfiou a seringa no meu braço. No início, nem percebi nada, achei que tivesse levado um beliscão. Fiquei chocada porque ela não quis me assaltar. Apenas me agrediu e ficou rindo - disse a professora⁶⁶.

A nota abaixo, de 2010, divulgada pelo jornal *O Globo*, não menciona sequer o nome da pessoa atingida por uma bala perdida de fuzil. Não notamos nenhum acompanhamento posterior do estado de saúde da mulher, após a divulgação do relato.

Figura 25 - Nota sobre mulher baleada
Fonte: *Jornal O Globo* | Notícias Online

Em 2012, o jornal *Extra* divulgou a notícia “Moradora de rua é agredida no Leblon, na Zona Sul⁶⁷”. No bairro de classe média alta do Rio de Janeiro, Paula Jorgina Ferreira Lima foi atacada com socos na cabeça e pontapés na perna por três jovens que saíam de uma boate. O

⁶⁶ Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradora-de-rua-estaria-agredindo-pedestres-em-copacabana-com-seringa-256553.html#ixzz3pjGPFbr5>>. Acesso em: 26 out. 2015.

⁶⁷ Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradora-de-rua-agredida-no-leblon-na-zona-sul-3921990.html#ixzz3pjJ5CcyO>>. Acesso em: 27 out. 2015.

motivo foi que o espelho do retrovisor do carro *Honda Civic*, de propriedade de um dos agressores, um médico, estava quebrado e eles deduziram que Paula e a amiga, que estavam sentadas próximas ao veículo, haviam feito o estrago. A foto que ilustra a notícia mostra a colega da vítima sentada no chão da delegacia, juntamente com uma criança, que as acompanhava.

Figura 36 - Foto que ilustra a notícia sobre mulher agredida
Fonte: *Extra Online*.

Em 2014, o jornal *Extra* divulgou uma nota sobre o parto de Cristiane Carneiro da Silva, feito em uma calçada pelos bombeiros. O relato não informa o destino da criança.

Uma moradora de rua foi socorrida por guardas municipais na noite desta segunda-feira ao entrar em trabalho de parto na Gamboa, na Zona Portuária do Rio. Por volta de 22h30, os agentes foram acionados por uma pessoa que passava pela Rua Sousa e Silva dizendo que uma mulher estava passando mal. Ao irem até o local, constataram que Cristiane Carneiro da Silva, de 22 anos, estava prestes a dar à luz. A equipe de nove guardas chegou a acionar o Corpo de Bombeiros, mas Cristiane não aguentou e teve sua filha na rua mesmo. Logo depois, ela e a criança foram levadas ao Hospital Sousa Aguiar, no Centro⁶⁸.

⁶⁸ Disponível em<: <http://extra.globo.com/noticias/rio/guardas-municipais-realizam-parto-na-rua-na-zona-portuaria-do-rio-12991724.html#ixzz3pjO03lxi>>. Acesso em: 27 out. 2015.

Figura 47 - Notícia sobre um parto realizado na rua
Fonte: *Extra Online*

Esta outra notícia, de 2015, publicada no *site O Globo*, “Agentes da prefeitura derrubam barraco de papelão em calçada da Presidente Vargas⁶⁹”, mostra a ação da Secretaria municipal de Ordem Pública (Seop) destruindo a casa construída em uma calçada movimentada no centro da cidade por Shirley da Conceição Andrade e Silva Barros, de 36 anos.

Sem qualquer repressão, ela ergueu seu barraco na calçada da via, na esquina com a Rua Uruguaiana. E até já havia pintado a "casa" de branco, em pleno coração financeiro do Centro. Durante a ação, que não foi acompanhada por assistentes sociais da prefeitura, Shirley ficou descontrolada. De acordo com os agentes, ela não quis ir para qualquer abrigo. A equipe chegou a chamar o Corpo de Bombeiros para tentar acalmar a moradora de rua⁷⁰.

A mulher ergueu o barraco com papelão e madeira e, no meio da calçada, reproduziu os cômodos de uma casa: “Um pouco afastado do cômodo principal, próximo à pilastra de concreto do prédio de uma grande agência bancária, ficava o banheiro: pequeno e cercado de papelão.

⁶⁹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/agentes-da-prefeitura-derrubam-barraco-de-papelao-em-calçada-da-presidente-vargas-15774071#ixzz3pjTu1bKi>>. Acesso em: 27 out. 2015.

⁷⁰ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/agentes-da-prefeitura-derrubam-barraco-de-papelao-em-calçada-da-presidente-vargas-15774071#ixzz3pjUvvZX8>>. Acesso em: 27 out. 2010.

Dentro, num varal, havia roupas íntimas penduradas⁷¹. Mas sua presença e sua “sujeira” incomodavam os comerciantes da região, as pessoas que passavam pelo local ou que almoçavam nos restaurantes da redondeza. Sem complexificar a contradição, a notícia traz, ainda, informações que Shirley, mesmo a contragosto, foi “recolhida” enquanto vagava pelo Centro e levada para o Centro de Acolhimento Stella Maris, na Ilha do Governador. As únicas fontes ouvidas foram agentes da Secretaria de Ordem Pública.

Apesar de mostrarmos as referidas notícias nos dois jornais selecionados para o estudo, encontramos, também, alguns fatos extraordinários sobre pessoas que superaram a situação de rua e “venceram”, a exemplo da reportagem: “Ex-moradora de rua muda de vida após entrar para o circo⁷²”. O texto conta a história de Aniele Marinho, que precisou viver nas ruas durante 13 anos. A jovem vivia mendigando com a mãe e os irmãos e, durante esse período, conheceu as drogas e sofreu abuso sexual. Seu rumo mudou quando, aos 16 anos, começou a participar do Circo Social Baixada, que tem como foco atender crianças e adolescentes em situação de rua ou risco social. Três anos depois, Aniele recebeu uma proposta para trabalhar como auxiliar no circo. Em 2008, concluiu os cursos de educação social e terapia comunitária.

Figura 18 - Reportagem sobre Aniele
Fonte: *Extra Online*

⁷¹ Idem nota anterior.

⁷²Disponível em:< <http://extra.globo.com/noticias/rio/ex-moradora-de-rua-muda-de-vida-apos-entrar-para-circo-14284867.html#ixzz3pmkjHEcR>>. Acesso em: 27 out.2015.

Outra notícia que foge do comum foi divulgada em 2014: “‘Mendigata’ de Niterói vira atriz em participação na websérie Jeitinho Carioca⁷³”. A narrativa fala de Jéssica Pinto da Luz, que, viciada em drogas, vivia pelas ruas de Niterói e havia perdido a guarda dos filhos. Após virar notícia no jornal *O Globo* pela sua aparência e beleza física, novas oportunidades de vida começaram a surgir para ela: tratamento em clínica particular para tratar a dependência química, ensaios fotográficos e trabalho com dramaturgia. O texto informa que a jovem possuía até mesmo empresário e assessor artístico para contatos profissionais⁷⁴.

Jéssica recebeu tratamento de estrela da equipe do Jeitinho Carioca, o que, desde que foi revelada pelo GLOBO, quando ainda viva nas ruas de Niterói, tem sido comum na vida da moça. Nos programas de televisão e ensaios fotográficos dos quais participou, ela é tratada como celebridade⁷⁵.

Figura 19 - Matéria sobre Jéssica, a “mendigata”
Fonte: *Jornal O Globo* | Notícias Online

⁷³ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/mendigata-de-niteroi-vira-atriz-em-participacao-na-webserie-jeitinho-carioca-14850219#ixzz3pjWw0S00>>. Acesso em: 27 out.2015.

⁷⁴ Tratamos de um caso parecido em outro artigo. Rafael Nunes da Silva ficou conhecido como “mendigo gato” após ter sua foto publicada no *Facebook* por uma turista, em outubro de 2012. Depois de inúmeros compartilhamentos da fotografia, descobriu-se que o ‘mendigo’ havia trabalhado como modelo e vivia nas ruas de Curitiba/PR em consequência do consumo de crack. Em pouco tempo, Rafael tornou-se notícia em vários jornais impressos e *online* do Brasil, e, durante dois anos, foi presença constante na mídia. Mais em: ROZENDO, Suzana. As redes sociais como espaço de acontecimentos noticiáveis: o caso do “mendigo gato”. In: *Rizoma*, v. 2, p. 28-39, 2014.

⁷⁵ Idem nota 73.

Mais um exemplo de matéria jornalística diferenciada foi exposto em 2014 no jornal *O Globo*: “Ações como a página ‘Rio Invisível’, na internet, dão voz e oportunidade a quem vive na rua”⁷⁶. O texto explica do que se trata a página do *Facebook* denominada *Rio Invisível*: criada em 2 de setembro de 2014, os responsáveis pela iniciativa contam que o maior objetivo é mostrar fotos e histórias de vidas de pessoas que vivem nas ruas e são invisíveis pelo resto da sociedade. A iniciativa desmembrou-se para outro viés, a “Rio Invisível Mãos à Obra”, voluntários que desejam ajudar aqueles que aparecem na página do projeto, auxiliam-nos a tirar documentos, reencontrar parentes e fazer entrevistas de emprego.

Inspirada pelo projeto, a equipe do *Globo-Zona Sul* resolveu buscar personagens que quisessem contar suas histórias nos moldes da página da rede social. Nessa procura, encontrou Rodrigo e sua família e com o título “Nossa prole protegida, divulgou o depoimento do homem que vive com a família nas ruas de Copacabana.

Me chamo Rodrigo, tenho 23 anos, e a Gabriela é minha companheira há tanto tempo que já arredondo para ‘uns dez anos’. Saí de casa para escapar das drogas que, infelizmente, roubaram a alma de boa parte da minha família. Eu me recuso a entrar nessa vida de crime, apesar de um montão de ofertas e tentações terem me perseguido. Mas reconheço que a rua pode ser cruel, não dá para confiar nos outros. Numa dessas, fui traído por um amigo, que assaltou um gringo. Quem acabou levando a culpa fui eu, por estar descalço, carregando latinha. É triste: quem mora na rua é automaticamente considerado suspeito. Não corri, não resisti à abordagem da polícia e nada foi encontrado comigo. Mesmo assim, me levaram preso e, por cinco anos, vivi na cadeia engolindo a seco essa acusação. Mas não saí corrompido de lá, não: aqui fora, só quero saber de vender minhas balinhas para sustentar meus três filhos. Antes, eu guardava carro, mas agora não dá mais tempo, porque conseguimos vaga em um abrigo em Niterói e temos que voltar para lá todo dia às 19h. Eu, que já dormi muito em árvore, estou feliz em ter um teto, mas, ali é só uma casa de passagem mesmo. Eu quero é ter a minha própria, nem que seja um barraco de madeira, mas que seja meu, sabe? Estou tentando juntar R\$ 300 para pagar um aluguel. Penso tanto nisso que essa noite até sonhei com o Luciano Huck, mas não quero nada caído do céu. Se eu tivesse um terreno para fazer uma horta, minha vida estava ganha. Sei plantar tanta coisa... Muita gente que passa aqui manda a gente ir trabalhar. Mas me pergunte se já nos ofereceram emprego? Nunca, a não ser uma proposta que a Gabriela recebeu de uma garota de programa, mas a gente não se identifica com esse mundo. Tudo o que pensamos é

⁷⁶Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/acoes-como-pagina-rio-invisivel-na-internet-dao-voz-oportunidade-quem-vive-na-rua-14903612#ixzz3pjVTeEyO>>. Acesso em: 27 out.2015.

no sustento e na proteção dos nossos filhos, queremos um ninho seguro para eles⁷⁷.

Figura 50 - A família de Rodrigo
Fonte: *Jornal O Globo* | Notícias Online

Caiafa (2004) denominaria o conteúdo da *Rio Invisível* “comunicação da diferença”, uma modalidade comunicativa, nos espaços coletivos da cidade, que se apoia menos no reconhecimento e mais na novidade. Segundo a autora, como nos defrontamos constantemente com estranhos, temos que inventar as formas de abordá-los. Sobre a disseminação de conteúdos nas redes sociais, Ramon Salaverría (2015) tem algumas considerações: quando a informação se difunde em mídia social não há alfândega ou monopólio para as notícias; ademais a relação com as audiências torna-se uma interlocução muito mais horizontal, multidirecional e simultânea.

Também identificamos notícias de benevolência, como “Vaticano vai oferecer cortes de cabelo e barba a moradores de rua em Roma⁷⁸” e outra, divulgada no Natal de 2013 pelo jornal *Extra*. Neste caso, um vizinho do bairro tirou a foto de um grupo de desabrigados comemorando a data debaixo de um viaduto da Zona Norte do Rio, após receberem doações de moradores próximos. A notícia foi feita com base nessa foto. “A imagem mostra um grupo de pelo menos

⁷⁷ Idem nota anterior.

⁷⁸ Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/mundo/vaticano-vai-oferecer-cortes-de-cabelo-barba-moradores-de-rua-em-roma-15190187.html> >. Acesso em: 27 out. 2015.

seis moradores de rua celebrando em grande estilo a data especial, com direito a ceia, refrigerante e panetone - isso sem falar na decoração, com sofá, poltrona, mesa de jantar e, claro, árvore de Natal⁷⁹.

Figura 21 - O Natal dos sem-teto
Fonte: *Extra Online*

Após vermos esses relatos jornalísticos, percebemos que notícias diferenciadas são exceções. Ainda assim, esses relatos merecem ser compreendidos com atenção, pois denotam que não é habitual pessoas em situação de rua tornarem-se artistas ou terem uma ceia, como se esses acontecimentos fossem extraordinários na vida de um ser humano, a ponto de merecer cobertura.

Ao reproduzirem notícias apenas com características e termos pejorativos, em relação a homens e mulheres em situação de rua, ou de cunho beneficente, para além de noticiar, os jornalistas só fazem reportar os preconceitos, que têm origem histórica. Essa preocupação é fundamentada no artigo “Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais”, de Jorge Ijuim (2013). O autor condena este tipo de conduta que, além de esbarrar em códigos éticos da profissão, reforça a criação de

⁷⁹Disponível em:< <http://extra.globo.com/noticias/rio/moradores-de-rua-realizam-ceia-de-natal-sob-viaduto-de-ramos-na-zona-norte-do-rio-11153464.html#ixzz3pmlME9a8>>. Acesso em: 27 out.2015.

estereótipos e a discriminação. Tal prática não propicia a inclusão social, pelo contrário, reforça a linha imaginária que separa “o empresário que quer produzir riquezas e o indígena vadio e cachaceiro; os adeptos da tradição, da família e dos bons costumes da prostituta imoral; as pessoas de bem das pessoas em situação de rua; brasileiros de paraguaios” (IJUIM, 2013, p.9).

Para romper com essa prática discriminatória, os entrevistados desta pesquisa apontaram caminhos para uma cobertura jornalística mais adequada quando o sujeito envolvido for uma pessoa em situação de rua.

5.3 O QUE MAIS PODERIAM DIZER? AS PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS

Os entrevistados que externaram descontentamento com o atual cenário midiático no que se refere a notícias relacionadas à população de rua, indicaram ideias de como o jornalismo poderia fazer um melhor trabalho, a exemplo de algumas falas como estas: “Se conseguissem mostrar, por exemplo, que não é um público homogêneo”; “Eu acho que primeiro é reconhecer que a rua faz parte dessa sociedade”; “Eu acho que a imprensa poderia, primeiro, procurar as pessoas, primeiro, conversar”

Para facilitar a compreensão do leitor, agrupamos as falas e algumas percepções fundamentais em categorias, descritas nos tópicos abaixo:

- 1) Existe uma Política Nacional para a População em Situação de Rua (nº 7.053/2009) que ainda não foi implementada no Rio de Janeiro. Os jornalistas deveriam mencionar isso em suas reportagens e cobrar um parecer dos governantes. Também deveriam investigar por qual motivo a população de rua não é contada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 2) As notícias não devem generalizar. Nem todos os desabrigados são usuários de drogas e praticam crimes.
- 3) O repórter não deve fazer deduções com base no que observa de longe. Ele precisa se lembrar que ele é um formador de opinião e, sem um bom trabalho de apuração, ele pode formar opiniões equivocadas. É necessário ouvir esses atores sociais, dar voz a quem está em contato direto com esse público e não apenas fontes oficiais do município ou moradores incomodados com a presença de sem-teto próximos de suas

casas. Independentemente do tempo para publicação, estudar o assunto antes de divulgar também é primordial.

- 4) Trazer a academia para o debate enriquece as notícias, tendo em vista que o assunto “rua” é estudado por profissionais de diferentes áreas, que se debruçam na prática e na teoria durante anos pesquisando o fenômeno.
- 5) Um espaço midiático maior deveria ser dado à mulher em situação de rua, que tem suas peculiaridades e está mais vulnerável a violências. Muitas perdem a guarda dos filhos por não terem uma casa para morar, nem um parente ou amigo que possa acolhê-las.
- 6) Sair da redação com uma pauta é fundamental, mas o profissional da imprensa não deve se prender a isso. Se ele encontrar uma pessoa que não é usuária de drogas no meio de centenas de usuárias, ele acaba de encontrar uma notícia muito importante e interessante.
- 7) A vida nas ruas é possível, levando-se em conta que as pessoas têm o direito à cidade e ao de livre circulação. Naturalizar isso, em vez de sempre “bater na tecla” de retirar as pessoas dos espaços públicos deveria ser mais relevante, tendo em vista que essa é uma realidade histórica. Um lar para todos os habitantes está longe de se efetivar em países em desenvolvimento.
- 8) Ao se noticiar sobre a prática do recolhimento das pessoas – e, muitas vezes, isso ocorre de forma coercitiva – a apuração deveria ir além e acompanhar por que, como e para onde essas pessoas são levadas, investigar quais as condições desses locais, quanto de orçamento público é destinado para esses atendimentos e quais serviços, de fato, são oferecidos.
- 9) Jornalista também precisa ter noção de matemática para conseguir dar sequência às notícias sobre pessoas que são retiradas de seu *habitat* (famílias removidas dos morros para construção de obras ou pessoas “recolhidas” das ruas). Se X cidadãos foram afetados por alguma medida tomada pelos órgãos públicos, é preciso haver X espaços para recolocá-los e, de preferência, espaços melhores que os de origem. Se não há menção do destino ou se existem X-Y novos lugares (alugueis sociais, vagas em abrigos), é sinal que a conta não fecha e é preciso investigar ou denunciar.

- 10) As violações dos direitos humanos deveriam ser mencionadas em constatações de irregularidades nas abordagens, nos abrigos ou locais de passagem. Expor os problemas na mídia e acompanhar as resoluções do poder público é uma forma excelente de pressionar e gerar melhorias.
- 11) Divulgar, de forma inteligível, quais serviços de saúde, trabalho, educação, alimentação e higiene são oferecidos à população de rua, das esferas municipais, religiosas ou da sociedade civil, pode auxiliar tanto quem vive nas ruas e tem contato com a notícia, quanto quem não vive nas ruas, mas deseja repassar essas informações a alguém que precisa.
- 12) A população de rua não deve ser retratada como um problema urbanístico, mas, sim, fruto de desestruturas sociais. Com esse viés, pode-se ajudar a diminuir os estereótipos de quem não tem onde morar.
- 13) O respeito sobre quem se fala é fulcral, mesmo se a mensagem for escrita e lida por quem não experimenta a dificuldade retratada. Se auto-imaginar ou imaginar algum parente querido naquela situação sobre a qual se escreve é um bom exercício. Pedir que algum colega de redação leia o texto jornalístico antes de enviá-lo para a edição também é.

A partir desses itens, percebemos que, no que se refere à prática jornalística relacionada a assuntos de vivências de rua, os anseios dos profissionais que lidam com desabrigados vão ao encontro do que diz o artigo da Declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre os Meios de Comunicação:

Na luta contra a guerra de agressão, o racismo e o apartheid, assim como contra outras violações dos direitos humanos que, entre outras coisas, são o resultado de preconceitos e da ignorância, os meios de comunicação, por meio da difusão da informação relativa aos ideais, aspirações, culturas e exigências dos povos, contribuem para eliminar a ignorância e a incompreensão entre os povos, para sensibilizar os cidadãos de um país sobre as exigências e as aspirações dos outros, para conseguir o respeito dos direitos e a dignidade de todas as nações, de todos os povos e de todos os indivíduos, sem distinção de raça, de sexo, de língua, de religião ou de nacionalidade e para chamar a atenção para os grandes males que afligem a humanidade, tais como a miséria, a desnutrição e as enfermidades. (...). (KARAM, 2014, p.90)

Para que se faça bom uso dos meios de comunicação, Echarri (2015) indica que é necessário investir na formação ética e técnica dos jornalistas do século XXI. Para tanto, a autora propõe empenho nos quatro “C”: *conhecer* (o repórter deve sair da redação, coletar informações além das que recebe pelas telas dos computadores ou pelos telefones); *compreender* (como um jornalista por transmitir uma mensagem com rigor sobre algo do qual ele não entende?); *comprovar* (é preciso acessar as fontes, demonstrar seriedade com as regras do jogo e transmitir credibilidade na notícia divulgada); e, por último, *contar* (o jornalista deve repassar o relato de forma clara e precisa). Outro conselho que a autora dá é que nenhum aspirante a jornalista deve se esquecer que um rumor não é notícia, tampouco uma meia-verdade.

Bons conselhos, boas práticas jornalísticas e bom uso dos meios de comunicação podem, além de tudo o que já foi mencionado no capítulo anterior, ajudar as pessoas a realizarem seus sonhos. E saber o que sonham as mulheres adultas em situação de rua é o que queremos saber, antes de concluir o trabalho.

5.4 LEMBRANÇAS E SONHOS

No intuito de conhecer as perspectivas futuras de vida das mulheres envolvidas na pesquisa, buscamos mapear suas histórias; verificar algumas vivências do passado, bem como se tinham novos sonhos e objetivos.

Partindo dos relatos das entrevistadas, foi possível traçar algumas considerações teóricas sobre elementos que envolvem suas vidas, assim como a cultura contemporânea em geral. Apesar da rotulação midiática e dos estereótipos difundidos sobre a “anormalidade” dessa população, foi possível constatar que as experiências, os anseios e os medos das entrevistadas são os mesmos difundidos na sociedade em geral.

Cantarolando baixinho a música “Gota D’água”, de Chico Buarque, Neuza de Moraes nos expressa sua amargura de viver há anos de abrigo em abrigo:

Já te dei meu corpo, minha alegria. Estanquei meu sangue, quando fervia. A voz que me resta, olha a veia que salta, olha a gota que falta pro desfecho da festa. Por favor, deixa em paz meu coração, ele é um pote até aqui de mágoa, e qualquer desatenção pode ser a gota d’água (informação verbal).

Sua maior frustração é não ter conseguido constituir uma família. Porém, suas melhores lembranças remetem à época em que era empregada doméstica e vivia com os patrões.

As mesas chiques que eu coloquei! Os chás das cinco, muitos jantares. Essas mãos aqui serviu a desembargador, assessor de Ministro da Fazenda, eu trabalhei para o assessor do Delfim Neto, um juiz, um desembargador, trabalhei para uma advogada criminalista, a Dra Raquel. Ih, trabalhei para muita gente. Botava mesa francesa, aqueles pratos lindos! (informação verbal).

Seu maior sonho é ter uma casa. Prestes a realizá-lo (pois havia sido beneficiada por um programa municipal e, em poucos meses, iria dividir uma casa com outra colega da instituição), estava insegura: “Tô feliz, mas aí terão outros problemas. Mas eu tô feliz. Eu vou poder fazer as comidinhas, né?” (informação verbal). No entanto, se Neuza pudesse ter outra opção, queria ser adotada por uma família qualquer que a tratasse bem. A alusão à família como um sonho a ser realizado reflete a idealização da entrevistada sobre esta associação humana. Querer ser adotada na velhice pode significar para a idosa ter, pela primeira um, um lugar de acolhimento e outros sentidos que não foram contemplados nas instituições de assistência por onde passou.

Kátia da Silva Ribeiro, suspirando, fala do que mais sente saudade de quando tinha uma casa para morar:

Poder entrar numa cozinha, poder preparar minha comida, poder entrar no meu banheiro sossegada, tomar aquele banho. Aqui, nas casas de banho, a água é fria. Eu, com essa hérnia de disco, não posso tomar banho totalmente frio, tem que quebrar a friagem. Ter uma boa cama para dormir, sem ser o chão, né? (informação verbal).

Seu maior sonho é ter sua vida anterior de volta. “É para isso que eu tô batalhando. Uma casa, um trabalho, lazer, educação, capacitação sempre, porque a vida é um eterno capacitar. Eu gosto de estudar. Nas ruas isso fica meio difícil, mas mesmo assim, eu insisto” (informação verbal). Aqui, a casa aparece como lugar idealizado, espaço de liberdade e realização dos desejos mais comezinhos.

Jane Aparecida de Campos chora ao se lembrar dos filhos: “Era quando meus menino era tudo pequenininho. Eu podia cuidar, eles tavam do meu lado, essa é a melhor lembrança que eu

tenho”(informação verbal). Ela também se fragiliza e chora ao contar sobre o sonho que deseja realizar: “Voltar a trabalhar e ter minha casa de novo” (informação verbal).

Núbia Cristina Laurinda Pereira da Silva se emociona ao falar sobre seus anseios e suas recordações. A jovem demonstra afeto pela gestora da instituição onde estava abrigada e vê nela a figura materna:

Eu queria morar na casa da diretora. Eu sabia que eu ia ter um carinho e que um dia eu ia ter a vitória, ter estudo, ter trabalho, por isso que eu queria ser filha dela. Ela dá carinho, ajuda. Eu já morei na casa da minha avó, o melhor era quando eu tava com os meus irmão tudo do meu lado. Eles brincando, minha mãe rindo, se abraçando, chamando os filho, “vem sentar aqui com a gente, filha”, isso era muito importante pra mim (informação verbal).

Seu maior sonho é constituído por aprender a ler e a escrever, ter uma casa, um trabalho e o carinho da mãe biológica. O anseio de receber carinho materno tanto da diretora do abrigo, quanto da mãe biológica deixam claro a carência afetiva que fragiliza a vida da entrevistada, assim como a necessidade premente da presença da figura materna, provedora, protetora e carinhosa.

Maria Cristina Lucas de Castro responde rápido sobre seus maiores desejos: “Ah, sim! Grandes sonhos. Um emprego. Que eu possa ter um cantinho meu e viver a minha vida, trabalhar. Um emprego e um canto, só isso”. Um espaço físico não institucionalizado e uma ocupação emergiram na fala da entrevistada como o lugar de segurança e realização.

Cecília Celi da Silva Correa, sobre a época em que tinha renda própria e morava em um cômodo alugado, tem guardado na memória os passeios, dos quais mais sente falta: “Ah, quando eu ia à praia. Eu gostava de ir à praia São Conrado, Barra da Tijuca, até no Aterro do Flamengo eu gostava de ir. Ia ao cinema” (informação verbal). A mulher teme ficar idosa e continuar no abrigo. Sua meta é receber uma pensão, voltar a ter um espaço individual e conseguir mobiliar um quarto com o auxílio de conhecidos:

Espero algo melhor, espero que melhore o meu futuro, que melhore mesmo, a esperança é a última que morre, né? Espero que eu saia daqui, que eu não passe a minha velhice aqui, eu não quero passar a minha velhice aqui de jeito nenhum, nem que eu tenha que ir pra um quartinho. Porque é assim, eu tô pra sair, então eu já falei pra alguns amigos pra me

ajudarem com cama, móveis, guarda-roupa, fogão, aí eles disseram o seguinte: primeiro vamos esperar sair a pensão, Cecília, depois a gente vê isso. Então, eu já posso contar com eles pra montar o quarto já que eu perdi tudo, deixei tudo pra traz. Eu tinha as coisa, mas eu perdi tudo, né? Então tenho que ter tudo de novo. Aí teve uma que já falou que tem uma cama pra mim, já tá lá guardada a cama. Eu tô pensando em sair daqui e ter um futuro melhor, entendeu? Fazer novos amigos, é isso que eu espero, porque esse dinheiro que vai sair da pensão é um dinheiro fixo, eu não perco esse dinheiro, não corro o risco de ficar desempregada, é pro resto da vida. Eu quero um futuro melhor pra mim, não passar a velhice aqui, passar em algum lugar menos aqui (informação verbal).

Surge na fala de Cecília um mal-estar bastante comum na pós-modernidade: o medo de envelhecer. Envelhecer é considerado um processo não mais natural e partícipe da vida. Esconder as marcas do envelhecimento com procedimentos estéticos e até mesmo disciplinando a vida em toda sua extensão são práticas comuns na cultura ocidental. Correa (2011) explica o estigma de envelhecer, relacionando-o com um medo inconsciente da morte, que seria próprio da cultura pós-moderna, pois estes temores não faziam parte da história da civilização até a modernidade. O apego à vida é próprio da contemporaneidade, como produto de tecnologias médicas e práticas de bem-viver. Porém, não observamos o medo de morrer na fala das entrevistadas, talvez por representar a morte um alívio para o fardo mundano na vida delas. O medo de envelhecer de Cecília está muito mais ligado ao temor de uma situação de dependência e de uma possível institucionalização permanente, ou seja, de ser encaminhada ao último abrigo da vida, que é popularmente conhecido como “asilo de velhos”⁸⁰.

Cristina Maria da Silva Costa chora ao se lembrar da época em que morava em uma casa com o companheiro: “Uma cama limpinha, comida, sossego...porque paz na vida é tudo” (informação verbal). A mulher aspira a um “cantinho”: “que eu possa voltar a estudar, que eu possa ter um emprego digno, que eu possa me sustentar” (informação verbal). Cristina estava tentando fazer um curso de acompanhante de idosos para poder alcançar seu objetivo: “eu adoro pessoas idosas e ganha bem também. Eu tenho tanto amor por velhinhos, adoro” (informação verbal).

Greicikely Silva Santos sente falta de ter, literalmente, um “teto”, compartilhado com outras pessoas ou não: “Tá protegida do sereno, que na rua é assim: choveu e eu tava dormindo

⁸⁰ O termo atualmente utilizado para designar estas instituições é Instituição de Longa Permanência.

com a metade do meu corpo molhado, aí eu fui pra um cantinho pra não molhar, daqui um pouco choveu tudo, molhou tudo, daí eu fui lá pro canto dos menino, mas eram só com homens” (informação verbal). Sobre o que espera do futuro, ela menciona seus anseios e não se esquece de seus colegas de rua viciados em drogas:

Espero voltar a trabalhar e tocar minha vida e ver essas pessoas que moraram comigo bem, tão bem quanto eu, ou melhor. Tá conversando, dialogando, trabalhando junto, cada um com a sua família. Eu tô aqui, mas eu penso lá fora, penso muito neles porque é uma história que não tem como dar errado. Se eles quisessem, é claro, tem tudo ali pra dar certo. Se eu pudesse, eu queria mudar aquela história, entendeu? Eu sentava com eles e queria escutar um pouco das história da vida deles. Eu queria que eles se dessem bem e se livrasse do vício (informação verbal).

A fala afetuosa em relação aos colegas de rua revela que Greicikely se identifica com este grupo e, possivelmente, encontrou nele uma referência de pertencimento e territorialização.

A melhor recordação Maria de Lourdes é uma festa surpresa de aniversário feita pelos patrões na época em que trabalhava como empregada doméstica. Seu sonho se resume a ter uma casa.

Ana Lucia Alves da Silva sente falta da tranquilidade que é viver em uma casa. Espera conseguir uma quantia suficiente de dinheiro para poder alugar um imóvel e não ter que obedecer a regras das quais discorda:

Eu espero sair daqui, usar esse benefício pra me levantar, pra ficar longe, porque o que os olhos não vê, o coração não sente. Entendeu? Não sei se a senhora me entendeu. Ficar longe daqui, entendeu? Por que aqui não é um bom lugar. Não é. Eu acho que se você conhece cultura e qualidade, aqui dentro você nunca vai conseguir de estabilizar, sabe? Nunca. E talvez isso seja o meu caso. Assim, ter as minhas próprias coisa, poder mexer onde eu quero mexer, não ter controle de nada, entendeu?. As minhas medicações nunca me impediram de ser uma pessoa normal, que eu não conversasse, que eu não quisesse ler um livro, eu gosto de ler, sair, namorar, entendeu? E aqui dentro você não vive nada disso. Você não vive cultura, você não vive. Tem hora pra ligar a televisão, tem hora pra desligar, tem uma parte do jornal que você está vendo, você tá vendo e você não quer deixar de ver aquela parte e o educador vai lá “Tum” na tomada, porque tá na hora do lanche, tá na hora café, tá na hora da janta, não importa... Você tem que olhar prá aquilo e tem que respeitar. Você sendo uma pessoa normal, você olha prá aquilo assim e você se sente mal, porque você nunca passou por isso antes, entendeu? Se você nunca

passou por isso e depois ter que passar, você se sente muito mal. Foi o meu caso, né? (informação verbal).

Índia Silva espera que coisas boas aconteçam no futuro para ela e para os demais abrigados. Sobre a época em que residia em uma casa, comenta: “As melhores lembranças eu tenho de quando eu trabalhava e chegava em casa à noite, abria a minha porta, tomava meu banho, jantava, ligava a minha TV e ficava vendo. As minhas colega ia me procurar e a gente conversava, no dia seguinte era a mesma rotina” (informação verbal).

O desejo de se refugiar em uma casa própria, de ter objetos pessoais e viver longe do controle de regras institucionais dos dois últimos depoimentos deixa claro a necessidade de um espaço de subjetivação e de constituição de singularidades, não encontrado na rotina padronizada das instituições de assistência.

Tais instituições poderiam ser enquadradas naquilo que Goffman (2010) denomina instituições totais. Nesta definição clássica do autor, as instituições totais são compreendidas como aquelas que impõem uma barreira de fechamento, de modo que impedem a relação do interno com o mundo externo. Esta restrição pode ser feita por proibições à saída ou pelo esquema estrutural: portas fechadas, grades, muros altos, arame farpado, fossos de água ao redor, construção em áreas afastadas, florestas, pântanos. Nas instituições totais, todos os aspectos da vida são realizados em um único espaço fechado, sob uma mesma autoridade. Cada atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas; todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Nelas, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta verticalmente, por um conjunto de regras elaboradas num plano racional único, imbuídas na atenção dos objetivos oficiais da instituição. Estas instituições teriam como principais efeitos, conforme o pensamento do autor, a perda da subjetividade e do “estojo de identidade” que singulariza a vida de cada sujeito.

Maria Aparecida Machado Ferreira não expressou anseios sobre o futuro: “Absolutamente nada. Graças a Deus. Que futuro?” (informação verbal). O pessimismo nos pareceu um mecanismo de proteção para evitar novas frustrações: “Os sonhos que eu tive, parece

que foram todos realizados, agora eu não tenho mais sonho. Eu não tenho muita coisa pra reclamar da vida” (informação verbal).

Alessandra Micheli Chthiers Santos de Jesus declarou que sonhava em concluir o tratamento para o câncer de pele, para, então, poder voltar a trabalhar, “arrumar um dinheiro e alugar um quarto” (informação verbal).

Gleicyane da Conceição Geraldino sente falta da individualidade que tinha quando morava em uma casa com seu pai e seus irmãos: “A melhor lembrança é que eu podia escutar música o dia todo, tocar o meu teclado e ter a minha alimentação e higiene, o básico” (informação verbal). De todas as entrevistadas, ela foi a única a almejar um relacionamento amoroso como parte de uma ambição: “Meu futuro é ter a minha residência, é ter a minha família, meu esposo e meu filho, porque eu sou nova ainda” (informação verbal).

Vimos, no primeiro capítulo do trabalho, que várias entrevistadas foram abusadas sexualmente e/ou sofriam violência física do ex-marido. Percebemos, então, que, em consequência disso, as mulheres não mencionaram uma figura masculina como parte de seus sonhos. Em resumo, elas almejam uma casa própria, um espaço individualizado sem regras e/ou um ambiente familiar. Mas não querem isso de graça, o trabalho aparece como um importante anseio para poder bancar as despesas com a casa. Ao mesmo tempo, verificamos que a maioria dessas mulheres, com exceção das que recebiam benefício por doença e estavam juntando dinheiro para sair do abrigo, pensa em reconstruir um lar como algo muito distante de sua realidade.

Voltar ao passado dessas entrevistadas e tentar captar o que elas queriam do futuro foi um exercício importante para perceber que elas tiveram uma vida ativa anterior à ida para as ruas. E, por mais que pensem que suas quimeras estão muito distantes de se tornarem reais, o caminho não parece ser impossível.

Boas políticas de proteção à mulher, mais diálogo e intersetorialidade entre os órgãos públicos e/ou religiosos e/ou não-governamentais já existentes para atender essa demanda, a criação de novos projetos, cópias de boas ideias existentes em outros países e o olhar menos discriminatório das pessoas, tudo isso pode tornar a caminhada mais curta e suave, fazendo com que a rua seja, de fato, apenas uma situação passageira. O jornalismo, os jornalistas e as notícias, por sua vez, têm um papel de suma importância em todas as fases desses processos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver sem domicílio fixo é uma realidade experienciada por milhares de mulheres no Brasil e no mundo. E, antes de tecermos qualquer consideração sobre o trabalho realizado, queremos dizer que chegamos a essas conclusões com base em um grupo heterogêneo de mulheres adultas em situação de rua do Rio de Janeiro, que, corresponde a, aproximadamente, 1% do total de mulheres nessa mesma condição no município. Portanto, quando nos referirmos a elas, é importante o leitor saber que não falamos de todas “elas”.

Na cidade do Rio de Janeiro, foi possível constatar alguns fatores bastante comuns nas vidas das entrevistadas. A falta de amparo familiar foi uma situação corriqueira nas falas ditas por elas. As mulheres ora foram desamparadas na infância, ora na vida adulta. Nenhuma possuía laços familiares fortes o suficiente para lhe ajudar na saída das ruas. Todas estavam afastadas de seu ambiente de origem.

Ao delinear o recorte da pesquisa em mulheres adultas em situação de rua, constatamos que a população de rua feminina tem suas peculiaridades e enfrenta maiores dificuldades se comparada aos homens. Fatores biológicos como menstruação, gravidez, filhos e fragilidade física, e também questões sociais, como o moralismo e as expectativas sobre a mulher, representaram grandes dificuldades e frustrações na vida das entrevistadas.

Podemos afirmar, inclusive, que as mulheres em situação de rua são as excluídas dos excluídos, citando um exemplo prático dessa realidade: uma notícia divulgada no jornal *online Extra*, em junho de 2015, (“Moradores de rua são contratados pela prefeitura para fazer pesquisa em SP”) relata que, por um salário mínimo mensal, 15 desabrigados ajudariam a realizar pesquisas com seus pares na mesma situação pela cidade para complementar o “Censo de População em Situação de Rua de São Paulo”, sendo os 15 recenseadores escolhidos homens⁸¹.

A violência física, por parte dos genitores e/ou cônjuges, foi mencionada como um fator relevante que culminou com a vida da mulher nas ruas. Em relação ao trabalho, percebemos que muitas delas tiveram ocupações precárias e, financeiramente, viveram em zonas de instabilidade. Deduzimos, no entanto, que algumas se vitimizaram quanto a sua condição, mas, quando se referiram ao passado anterior à rua, demonstraram certa porcentagem de escolha de vida.

⁸¹ Disponível em: < <http://extra.globo.com/noticias/brasil/moradores-de-rua-sao-contratados-pela-prefeitura-para-fazer-pesquisa-em-sp-16365930.html#ixzz3eg1s1AI5> >. Acesso em: 16 out. 2015.

Os entrevistados deixam evidente que a falta de políticas de assistência à mulher em situação de vulnerabilidade, como abrigos temporários em rede com políticas de trabalho e habitação, por exemplo, são graves infrações do “Estado de Bem-estar”, que levam à situação de rua. Muitas mulheres que poderiam estar passando por uma situação passageira ficam continuamente na rua ou dependentes de abrigos públicos por falta de investimento do governo em programas sistêmicos de proteção à mulher, de incentivo ao trabalho, em transporte público e em mobilidade urbana e assim por diante.

Além disso, um problema que reparamos foi a falta de “diálogo” entre os setores de atendimento, a exemplo de uma jovem que conseguiu um curso de camareira, mas não tinha condições de pagar o ônibus para frequentar as aulas. Tal situação deixa claro que os equipamentos do Estado, mesmo com tantas tecnologias de comunicação, ainda não se comunicam, ou até mesmo se desconhecem. O forte cunho burocrático dos equipamentos públicos acaba tornando inviável que haja um desenvolvimento na gestão das políticas públicas e, até mesmo, um elo com o setor privado.

Sobre pernoitar em vias públicas, percebemos que um medo recorrente é a violência sexual, que foi narrada tanto por aquelas que sofreram estupro, quanto pelas que não foram vítimas dessa agressão, mas souberam de casos pela televisão ou ouvindo histórias de outras pessoas.

O consumo de drogas e álcool marcou um período transcorrido na vida de algumas entrevistadas, embora a maioria tenha declarado não fazer mais uso de drogas lícitas ou ilícitas. As que fazem ou faziam, tentavam livrar-se do vício por meio de tratamento médico.

Se, de uma hora para outra, essas pessoas que já tiveram casas, família ou viviam onde trabalhavam como doméstica foram parar em situação de rua, o caminho de volta nos pareceu, por parte delas, difícil ou impossível, tanto que algumas nem demonstraram expectativa de futuro.

Os locais onde realizamos as entrevistas com as mulheres são denominadas “Casas de Reinserção Social”. Curiosamente, até o momento do encontro, nenhuma mulher se sentia completamente reinserida na sociedade, pois a maior parte estava sem perspectiva de uma nova habitação ou de conseguir um novo emprego para auto-sustento. Pelo contrário, tais instituições parecem muito mais isolar que de fato reintegrar as usuárias à sociedade e às funções da vida comum.

Nos abrigos, muitas delas não se sentiam acolhidas, porque algumas regras não consideravam suas individualidades: não era possível repetir o almoço e, se desse o horário de desligar a TV, não importava que a notícia estivesse na metade, o educador desprenderia o fio do aparelho da tomada. Portanto, os abrigos mais pareciam instituições disciplinares punitivas que de reintegração e de acolhimento. Em vez de se buscar constituir um ambiente onde fosse possível a promoção de autonomia, como formação de grupos, cooperativas e conselhos, esses locais acabam se tornando espaços de repressão de possíveis protagonizações políticas, econômicas e sociais.

Por essas circunstâncias nas instituições ou por vivenciarem episódios anteriores de preconceito e discriminação nas ruas, muitas mulheres acreditavam que lhes faltavam motivos para se considerarem cidadãs. As que se identificavam como cidadãs completas, associaram o termo ao direito de voto, à posse de documento de identificação e ao trabalho.

Em relação aos profissionais entrevistados, sobretudo as mulheres, verificamos que algumas nunca se imaginaram vivendo nas ruas, embora reconhecessem que qualquer fortuito pudesse culminar com a falta de um “teto” e, portanto, todos estão vulneráveis a essa situação.

Nenhum profissional disse que recebeu treinamento para trabalhar com esse público, tampouco foi capacitado para entender a situação de rua. O conhecimento foi adquirido na prática. Muitos afirmaram, ainda, que até mesmo em suas equipes de trabalho existiam pessoas que tinham preconceito com essa clientela; e atitudes hostis ou preconceituosas por parte dessas podiam destruir um atendimento que estivesse em evolução.

Sobre a parte jornalística do estudo, nosso objetivo principal foi desvendar a comunicação das entrevistadas e dos profissionais que trabalham com elas acerca do jornalismo e das notícias que trazem à tona assuntos relacionados à situação de rua.

Constatamos que apenas duas mulheres em situação de rua teceram críticas à forma como a mídia aborda problemas relacionados à rua, citando que são alvo de criminalização e sensacionalismo, além de serem tratadas de modo desrespeitoso. Reclamaram da falta de conteúdos diferenciados e do desinteresse da imprensa em dar continuidade às matérias e investigar o que fazem com as pessoas dentro dos abrigos. A maioria, porém, diz que gosta do que vê ou do que lê e se sente representada nos discursos midiáticos. Esses “posicionamentos favoráveis” de nossa amostra de mulheres entrevistadas, no entanto, nos pareceram pouco significativos para responder ao nosso objetivo de pesquisa, pois, pelas suas condições de vida,

tais mulheres não têm acesso frequente aos meios de comunicação quando estão nas ruas ou nas unidades de reinserção social e não consomem ou consomem poucas notícias que tratam sobre população em situação de rua. Essas mulheres também almejam melhorar as condições em que vivem, mas não esperam que os jornalistas possam contribuir com isso de alguma forma. Para elas, esse é o papel do governo, apenas.

Por outro lado, sobre o posicionamento dos profissionais a respeito da mídia, apenas duas pessoas concordaram com a forma e com o conteúdo divulgado sobre a população em situação de rua. As outras, porém, discordaram de muitos pontos. Verificamos que esses profissionais sentiam-se incomodados ao verem repetidamente notícias sobre essa parcela social em destaque apenas com viés policial. Quando não, reclamaram da invisibilidade dos sujeitos nos relatos. Comentaram sobre a falta de mensagens veiculadas pelos meios de comunicação sobre as vulnerabilidades das mulheres adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro.

Tanto aqueles que conheciam as rotinas de produção da notícia quanto àqueles que as desconheciam, consideraram que a mídia não apresentava aos consumidores de notícia a verdade dos fatos, e que não escutava todos os lados da história. Colocaram em dúvida a competência e a ética dos repórteres, mencionando que eles estavam despreparados para divulgar certos fatos. Para eles, publicar, pelo sabor de publicar, sem problematizar, é um equívoco. Sentiam que a mídia era aliada do poder público; que era responsável pela formação de opinião pública e pela propagação de estereótipos e estigmas. A imprensa, portanto, causavam-lhe um desserviço ao realizar coberturas jornalísticas ruins.

Em relação aos profissionais, também pudemos observar que, mesmo com acesso diário aos meios de comunicação e às notícias, eles não mencionaram o papel do jornalismo como uma possibilidade de participação do processo de construção da cidadania das mulheres em situação de rua. No entanto, esses especialistas acreditam que o jornalismo cumpre um papel político quando molda as notícias sobre população de rua ou quando omite injustiças e fontes diversificadas.

Sobre as notícias mencionadas no trabalho, surgiram-nos algumas perguntas. De que vale uma nota de cinco linhas relatando o “acolhimento” de dezenas de pessoas de um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro sem complementar que o destino delas é um ambiente insalubre e que não oferece possibilidades de mudança de vida?

Kátia é uma mulher em situação de rua que tem uma casa na favela, mas para lá não pode voltar porque não tem permissão do “poder paralelo”. Por que não há notícias falando sobre isso?

Os jornais divulgaram o descumprimento do termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no abrigo de Paciência, mas, após a denúncia do Ministério Público, por que não houve mais acompanhamento?

Greicikely nunca sofreu nenhum atentado violento na rua, mas sente medo de que alguém lhe taque fogo, porque sempre vê coisas assim na TV. Nesse caso, o medo da jovem se transformar em vítima é afetado pelo destaque dado pela mídia, mas por que os jornais não divulgam notícias de que a vida nas ruas é possível?

Onde foram parar, na grande mídia, os relatos sobre as violações dos direitos humanos, os episódios corriqueiros de violência física ou moral nas ruas ou nos serviços de atendimento a essa população?

Ao divulgarem notas sobre as operações de ordenamento urbano ou sobre vigilância e punição, por que não problematizam, por que não voltam às mesmas medidas higienistas tomadas no passado que se reproduzem na atualidade com outros nomes?

Por que optar por termos mais politicamente corretos (“acolhimento” no lugar de “recolhimento”) na escrita da narrativa jornalística se essa mudança discursiva não se modifica na prática e se o discurso não se aprofunda?

Norteados por esses questionamentos, pelos posicionamentos dos entrevistados e pela análise das reportagens, inferimos, então, que a maioria das notícias analisadas nesse trabalho, não fizeram nada além de reproduzir e legitimar ações do município, que, de acordo com as falas dos entrevistados, são inadequadas, ineficazes e que ferem os direitos humanos.

A prática jornalística rasa, parcial e acrítica que vimos em muitos relatos jornalísticos assemelha-se a uma assessoria de imprensa que não está a serviço do cidadão, relatando práticas equivocadas, como deveria ser, mas que está em função de algumas instituições governamentais.

Ademais, este trabalho indica que a mídia não apenas desperdiça o poder que tem de desmitificar o senso comum, como também colabora para a propagação de preconceitos e estereótipos. Não queremos dizer que os meios de comunicação silenciam assuntos referentes à população de rua. As notícias, como vimos, são divulgadas com certa frequência. O problema é a forma como são repassadas ao público: relatos sem aprofundamento, sem discussão, sem pluralidade de fontes, sem criticidade. Notamos então, que alguns jornalistas, principalmente

aqueles que trabalham nos grandes meios de comunicação, mantêm-se afastados desta população, protegidos atrás de um fosso psicossocial materializado na distância entre os bloquinhos de papel e as pessoas que vivem nas ruas.

É certo que não é função do jornalismo realizar sonhos, mas, diante de sua força transformadora e de seu nível de influencia na formação de opinião pública, ele pode contribuir para que Cristina Maria ou Maria Cristina e tantas outras Marias e Cristinas em situação de rua consigam um trabalho, um sustento, um lugar privativo com quatro paredes para dormir, ou até mesmo que permaneçam em vias públicas, se assim desejarem.

Para tanto, é urgente uma mudança na cultura jornalística sobre a cobertura de temas que envolvem protagonistas em situação de rua. É necessário criticar quando “os dois lados” da história não são ouvidos. Elogiar quando noticiam assuntos de forma diferenciada. Ao mesmo tempo, os docentes de Jornalismo devem tratar desse assunto nos ambientes acadêmicos durante a formação do profissional.

A partir do olhar dos próprios entrevistados, este estudo aponta diretrizes que ajudam no modo de produzir mediações que possam ter alguma efetividade. Observando criticamente, os comentários dos entrevistados, nada mais são do que desdobramentos dos artigos do Código de Ética Jornalística. É imprescindível, portanto, investir na formação ética do aluno.

Na contramão da cobertura jornalística dos grandes meios de comunicação, há outras possibilidades midiáticas que têm estabelecido novas formas de relação entre jornalismo e situação de rua, como os *street papers*, por exemplo, que são jornais e revistas vendidos por pessoas em situação de risco do mundo todo e proporcionam a elas mais que geração de renda, oferecem um espaço de convivência e de interação social. São publicações que beneficiam a desconstrução das imagens preconcebidas, que atribuem aos desabrigados de todo o mundo e, ao divulgarem a cultura marginalizada por outro olhar, possibilitam que a sociedade tenha contato com a situação de rua por outros ângulos e entenda a complexidade dos grupos que não têm um lar. Em geral, apresentam um engajamento em transformar realidades e quebrar paradigmas (ROZENDO, 2012).

Outra possibilidade alternativa ao tipo de mídia “pau na colmeia” são páginas de redes sociais, a exemplo da *Rio Invisível*, que faz “um exercício diário de enxergar a vida pelas ruas da cidade, redirecionar o olhar para os que estão ali”. Essa página, inspirada na *São Paulo Invisível*, apresenta relatos jornalísticos e fotos de pessoas que vivem nas ruas do Rio de Janeiro. As

histórias dos anônimos, que não são contadas nos grandes jornais, atraem a atenção do público. De 2014 a 2016, a *Rio Invisível* alcançou quase 90 mil curtidas no *Facebook*. Ou seja, quase 90 mil pessoas optaram por ver algo diferente do mesmo.

Por fim, com essa pesquisa, que, diante da grande mídia, é apenas uma pequena e modesta provocação, primeiramente, esperamos despertar mudanças nas coberturas jornalísticas que classificam uma totalidade a partir de casos isolados. Consequentemente, almejamos textos mais aprofundados no tema, relatos que fiscalizem os poderes e cobrem a adesão do governo do Rio de Janeiro à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Dessa forma, acreditamos que possa haver melhorias efetivas na vida da população de rua e um olhar diferenciado às mulheres que se encaixam nesse grupo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALLAN, Stuart. **Citizen Witnessing**: Key concepts in Journalism. Cambridge: Polity Press, 2013.
- ALMEIDA, Delano Augusto Corrêa de. Morador de Rua: Da questão social para a questão midiática. In: **Puçá**: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia. Belém, v. 1, n1. p. 77-102, jan./jun. 2011.
- ALVES, Rogério Pacheco. [10 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- AMORIM, Davi. Mulheres catadoras de materiais recicláveis são maioria nas cooperativas . In: **O Trecheiro**. Mar. 2014.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- ARRUNÁTEGUI GADF, Gisele Aparecida Dias Franco. **Olhares entrecruzados**: mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo (Tese de Doutorado). São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2008.
- BARBALET, J.M. **A cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- BARDIN, Laurance. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1970.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do Jornalismo**. Adamantina: FAI/ Cátedra UNESCO Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/ Edições Omnia, 2006, p. 12-41.
- BONAMIGO, Rita Inês Hofer. **Cidadania**: considerações e possibilidades. Porto Alegre: DaCasa, 2000.
- BRAGANÇA, Clara Rafaela Prazeres. [30 jan.2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**, Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BROGNOLI, Felipe Faria. **Trecheiros e pardais**: estudo etnográfico de nômades urbanos. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

BUARQUE, Cristovam. **O que é apartação**: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

BUCCI, Eugênio. O olhar mutilado. In: NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.227-246.

CAIAFA, Janice. Comunicação da diferença. In: **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos. Vol VI, Nº 2, julho/dezembro de 2004.

CAIS. Ruas no mundo. In: **Cais**. n.181. Portugal, março de 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, Jane Aparecida de. [4 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

CAMPS, Victoria. La visibilidad de la mujer en el siglo xxi. In: **Media & Jornalismo** – n. 21, nº especial online, 2012.

CARLOTO, Cássia Maria; GARCIA, Luana Campos. Mas afinal porque a rua?. In: **Serviço Social em Revista**, v. 11, n.2, jan-jun, 2009.

CASTRO, Emília Mendonça de. [4 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

CASTRO, Maria Cristina Lucas de. [4 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre et al. **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 63-80.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2207.

CONCEIÇÃO, Sebastião. [4 fev. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

CORREA, Cecília Celi da Silva Correa. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Ensaio sobre a relação do homem com a morte**. (Tese de doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2011. 152 p.

COSTA, Cristina Maria da Silva. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. In: **Perspectivas**, n. 22, p. 41-59, 1999.

CUNHA, Marcelo Antonio. [28 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

_____. **No olho da rua**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>> Acesso em: 26 ago. 2013.

DANTAS, Monica. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro**: Limites, Avanços e Desafios. (Dissertação de mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br

DEMANT, Peter. R. . Direitos para os Excluídos. In: Jaime Pinsky e Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 343-383.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. In: **Leituras do Jornalismo**, v. 2, n.4, jul.-dez.2015.

ECHARRI, Belén Cebrián. Propuestas para mejorar la formación de los periodistas en el siglo XXI. In: **Index Comunicación**, nº 5 (2), 2015. p. 23-31.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FERRARI, Raphael Varotto. [30 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

FERREIRA, Fernanda Vasques; PINHEIRO, Maira. Representações sociais dos moradores de rua no jornal Correio Braziliense: exclusão dessemelhança e violência. In: **Leituras do Jornalismo**, n.4, v.2, jul./dez., 2015.

FERREIRA, Maria Aparecida Machado. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

FERREIRA, Selma Maria de Souza. [30 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANÇA, Sílvia Medeiros. [29 jan.2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Social)- Programa de Pós-graduação em Ciências Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. **Corpos Urbanos Errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 1ª edição. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FRAZÃO, Theresa Christina Jardim. **O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico**. 2010. (Tese Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

FÜRSICH, Elfriede. O problema em representar o Outro: mídia e diversidade cultural. In: **Parágrafo**. v.4, n.1, Jan/jun.2016. Tradução: Filippo Lima.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. In: **Temas Psicol.** vol.21 no.3 Ribeirão Preto dez. 2013. Texto online. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300015. Acesso em: 19 mar. 2015.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas**: Cidadania e informação. 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1995.

GERALDINO, Gleicyane da Conceição. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

GLEICK, James. **The information**: a history, a theory, a flood. Pantheon Books, New York: 2011.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social. São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: Pinsky, J.; PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 4. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tadeu da Silva. 11.ed. Rio de Janeiro: DDP&A, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 121p.

IJUM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. In: **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012.

_____. As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo. In: **Rastros** - Ano XV – Out., 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados do universo do Censo demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Rio de Janeiro. 2011.

JESUS, Alessandra Micheli Chthiers Santos de. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

JOSAPHAT, Carlos. **Ética e mídia**: liberdade, responsabilidade e sistema. São Paulo: Paulinas, 2006.

JUSTO, José Sterz; ESPÓSITO, Alexandre; FREITA, Cledione Jacinto; NASCIMENTO, Eurípedes Costa. Políticas públicas de mobilidade e assistência a itinerantes: o caso dos trecheiros. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, 13, nº Especial: 105-120, 2013. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 26 abr 2015.

JUSTO, José Sterza. **Andarilhos e trecheiros**: errância e nomadismo na contemporaneidade. Maringá: EDUEM, 2011.

KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade**. 4. Ed. São Paulo: Summus, 2014.

KRITSCH, Rebeca. **Viver nas ruas**: o dia-a-dia nas calçadas e a noite sob as marquises de São Paulo estraçalham a dignidade, O Estado de S. Paulo, Caderno Cidades: C1, 1995.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução: Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, pp.19-35.

LEVY, Virgínia Lima dos Santos. [13 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução: Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIRA, Renata Verônica Côrtes de. [12 fev. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

LONDON, Jack. **O povo do abismo**: fome e miséria no coração do império britânico: uma reportagem do início do século XX. Tradução de Hélio Guimarães e Flávio Moura – São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

LOPES, Roseli; BORBA, Patrícia; REIS, Tiy. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. In: **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 11, n.1, 2003.

LOURDES, Maria de. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de Mídia**: Olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

LOUZADA, Laila Oliveira. [2 fev. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

MAIA, Carla Beatriz Nunes. [23 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

MAGNI, Cláudia. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 1994. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004, Bauru. **Anais ...** Bauru, 2004.

MARTINS, Marcos Francisco. Uma “catarsis” no conceito de cidadania: do cidadão cliente à cidadania com valor ético-político. In: **Revista de Ética Puc-Campinas**, Campinas, n.2, v.2 2000, p. 106-118.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Notícia** – um produto à venda. (2ª ed.). São Paulo: Summus, 1988.

_____. **Entrevista**: O diálogo possível. São Paulo: Ática, 2001, 95p.

_____. **Ciência e jornalismo** – Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do Jornalismo**. Florianópolis, Ed UFSC, 1992.

MENDES, Jussara; SILVEIRA, Sandra. Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005.

MENDONÇA, Rhayssa Fernandes; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. A agenda setting: os meios de comunicação como construtores da realidade social. In: **Comun. & Inf.**, Goiânia, GO, v. 18, n. 1, p. 192-207, jan./jun. 2015.

MORAES, Neuza. [19 maio. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-38.

MOURA, Rodrigo Acioli. [10 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

MUÑOZ, Jorge Vicente. [7 jan.2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

NASSER, Julia Horta. [10 dez.2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. In: **Travessias**, v. 2, n. 3, 2008.

ORTIZ, Esmeralda do Carmo. **Esmeralda**, por que não dancei. 3 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.

PEREIRA, Maria Lucia Santos. [21 jun. 2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

PEREIRA, Camilla Muniz da Costa. Operação Choque de Ordem: gestão urbana ou repressão? In: **Perspectiva Sociológica**. nº 6 e 7, Jan./Jul., 2011. Disponível em:< <http://www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/edicoes-anteriores/jan-jul-2011-no-6-e-7/operacao-choque-de-ordem-gestao-urbana-ou-repressao/>>. Acesso em: 9 ago 2015.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.1, n.2, Florianópolis: Posjor UFSC/Insular, 2004, pp.13-30.

PINTO, Henrique. A história repete-se. In: **Cais**. n.181. Portugal, março de 2013.

QUINTELLA, Suzy Monteiro. [28 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

RAMOS, Márcio Santos Tavela. [27 jan. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

REVISTA DE JORNALISMO ESPM. **Edição brasileira da Columbia Journalism Review**. Edição especial de aniversário. ESPM/ABRIL/MAIO/JUN2013, n. 5, 2013.

RIBEIRO, Kátia da Silva. [5 dez. 2013]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

RIO, João. **No Tempo de Venceslau...** Rio de Janeiro: Editores Villas Boas & C, 1917.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. Envelhecimento em situação de rua: A história de Maria Rosa. In: TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza Etsuko da Costa (orgs.). **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011. p.183-198.

_____. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. In: **Interface: Comunicação, saúde, educação** 2015; 19(53). p. 275-85.

ROSA, Anderson da Silva. **Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida**. (Tese de Doutorado) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2012. 229f.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos pagu** (16) 2001: p.115-136. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em 1 nov. 2014.

SALAVERRÍA, Ramón. Mídia e jornalistas, um futuro em comum? In: **Parágrafo**. jan./jun.2015 v. 1, n. 3, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, Greicikely Silva. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

SANTOS, Jeana. O sensacionalismo e o jornal: casos pioneiros. In: **ALCEU**, v. 12 - n.23, p. 154 a 163 - jul./dez. 2011.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. 3 ed. - Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Ana Lucia Alves da. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

SILVA, Clodoaldo Oliveira. Embates discursivos em torno do crime de sedução em Londrina-Paraná (1940-1970). In: **Anais XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. Disponível em:<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307481887_ARQUIVO_EmbatesdiscursivosemtornodocrimedeseeducacaoemLondrina.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

SILVA, Denize Elena Garcia da . Discurso institucional e identidades de moradores de rua. In: II **Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso**, 2007, São Paulo. Programação e Resumos do II SIACD e VIIIO ENIL. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2007. v. 1. p. 49-49.

SILVA, Índia. [9 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

SILVA, Jociane de Souza da. [25 mar. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

SILVA, Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo como ferramenta do exercício da cidadania**, 2013. Disponível em:<
http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed766_jornalismo_como_ferramenta_d_o_exercicio_da_cidadania>. Acesso em: 8 nov. 2014.

SILVA, Núbia Cristina Laurinda Pereira da. [4 abr. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

SILVA, Patricia de Oliveira da. [12 fev. 2014]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora.

SILVA, Sonia Ambrozino da. População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. In: **Psicologia Política**, v.13, n.27, maio-ago.2013. p.337-350.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse; BORGES, Dorian. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: RJ, Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do Jornalismo**. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002, pp. 11-113.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma breve história do jornalismo no Ocidente. IN: _____ (Org). **Jornalismo**: história, teoria e metodologia. Porto: UFP: 2008, p. 12-92.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo** – ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. O jornalismo e a cidade: vínculos e desafios. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone (orgs.). **Comunidade, mídia e cidade**: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC, UFG, 2014.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TUZZO, Simone Antoniacci. **O lado Sub da Cidadania a partir de uma leitura crítica da Mídia**. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone. Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC, UFG, 2014. p.151-180.

VELHO, Gilberto. MetrÓpole, cultura e conflito. In: VELHO, Gilberto (org.). **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. p. 9-30.